



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

Ítalo César de Moura Soeiro

REAPROXIMAÇÃO FORJADA DA NATUREZA: a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana

RECIFE

2017

Ítalo César de Moura Soeiro

REAPROXIMAÇÃO FORJADA DA NATUREZA: a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S681r Soeiro, Ítalo César de Moura.
Reaproximação forjada da natureza : a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana / Ítalo César de Moura Soeiro. – 2017.
241 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.

Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Meio ambiente. 2. Ecologia. 3. Capibaribe, Rio (PE). 4. Estudo da natureza. 5. Recife (PE). 6. Retórica. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-109)

Ítalo César de Moura Soeiro

REAPROXIMAÇÃO FORJADA DA NATUREZA: a utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 03 de março de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ivan Vieira de Melo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adauto Gomes Barbosa (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Anselmo César Vasconcelos Bezerra (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Onilda Gomes Bezerra (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

A você!

AGRADECIMENTOS

Meu tema é bastante escorregadio, e inevitavelmente, esta dissertação não é fruto apenas de minha pessoa. Os fragmentos com os quais tentei construir um produto sólido foram, em grande parte, descobertos por outras mãos e outras mentes. Aprendi muito durante o processo de elaboração desta dissertação; cabe-me apenas esperar que seus leitores aprendam o mesmo tanto. Se assim o for, isso significará que terei sido feliz em lhes transmitir aquilo que tantos estudiosos e amigos me ensinaram – mais numerosos do que fui capaz de particularizar pelos nomes.

No que toca aos agradecimentos mais pessoais, em primeiro lugar, antes de qualquer apoio intelectual, agradeço toda a base que encontrei em minha família e em minha companheira Talita Pereira que, como sempre, foi convidada a doar-se para além dos contornos da responsabilidade amorosa.

Deixo meu reconhecimento, também, a vários de meus colegas de pós-graduação, pois ao lerem ou ouvirem, sob a forma de seminários, capítulos desta dissertação em suas formas parciais ou mesmo finais, chamaram-me a atenção para muitos erros de fatos, equívocos de juízo e inconveniências de expressão.

À Manuela Nascimento, por toda sua paciência e apoio na construção dos mapas.

A Cláudio Castilho, a quem coube o considerável fardo de corrigir a minha imaturidade científica e imprecisão teórica.

Gostaria de reconhecer minha enorme dívida para com os professores Diego Ríos, Jan Bitoun, Alberto Vivar Flores, Marcelo Pelizzolli, Edvânia Torres, Rodrigo Dutra, Marina Pinheiro, Tomás Lapa, Maria Clélia Costa e Clovis Cavalcanti, pois neste caminho foram pessoas que me abriram os olhos para processos em escalas múltiplas.

Agradeço também, aos meus companheiros do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano e aos '*hermanos*' do *Grupo de Estudios Cultura, Naturaleza y Territorio*, por todo o apoio despendido.

Agradeço também, a todo o corpo administrativo do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, por fazer acontecer este trabalho.

Pelas respeitosas e enriquecedoras avaliações, agradeço aos professores Ivan Melo, Onilda Bezerra, Adauto Barbosa e Anselmo Bezerra.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo apoio financeiro concedido para a realização da pesquisa cujo resultado divulgo na presente abordagem.

E, por fim, porém não menos importante, aos integrantes do grupo de Pesquisa e Inovação para as Cidades, por haver facilitado todos os dados e entrevistas solicitadas. Agradeço, em especial, a Rodrigo e Manuela.

A todos, deixo meu muito obrigado!

Recife, amor concreto / Clayton Cabral

“Minha garganta, tijolo a tijolo, enormes arranha-céus.
Minhas veias entupidas de cimento até a cobertura,
de frente para o Capibaribe.
E eu resisto.”

Resumo

Ao passo que grande parte da opinião pública incorpora a ‘crise ecológica’ como um dos principais temas de nossa época, a conversão ao ecologismo de todas as instituições se faz inevitável – ainda que como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se afaçam das Retóricas ecológicas para os mais diversos projetos. Neste contexto, entendendo que a Retórica ecológica promove persuasão ‘verde’ e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana, os agentes da produção do espaço se afaçam das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade. Esta dissertação busca compreender como a Retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de uma cidade latino-americana; busca demonstrar a perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo. Para tanto a presente investigação dissertativa parte da investigação da tríade *Natureza, ideologia e produção do espaço urbano*, tendo por finalidade demonstrar como suas três partes estão entrelaçadas na diversificação da realidade concreta das cidades contemporâneas. Desta forma, a partir da análise crítica das ações voltadas à implementação do Projeto Parque Capibaribe (PPC) em territórios da cidade do Recife/PE, discutir-se-á em que medida se estão concretizando efetivos movimentos de reaproximação entre sociedade humana e Natureza. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se dos resultados de uma revisão da literatura sobre o tema, enriquecida pela análise da percepção e das práticas cotidianas presentes em dois territórios distintos da cidade por onde o projeto pretende se materializar – avenida Beira Rio (bairro Torre) e a Zona Especial de Interesse Social Vila Esperança-Cabocó (bairro Monteiro). Ao final, discute-se a relação entre os movimentos de reaproximação da natureza, visando reforçar a necessidade de uma racionalidade ambiental na gestão dos territórios. Para, assim, propor reformulações filosóficas e político-estruturais para o projeto do Parque Capibaribe, baseadas, sobretudo, nas percepções e nas práticas cotidianas dos territórios vividos. Por fim, percebeu-se que a utilização da Retórica ecológica é criadora de utopias, um álibi verde que encobre as problemáticas ecológicas e sociais envolvidas.

Palavras-chave: Parque Capibaribe. Rio Capibaribe. Recife. Natureza. Retórica.

Resumen

Mientras que gran parte de la opinión pública encarna la "crisis ecológica" como uno de los principales temas de nuestro tiempo, la conversión al ecologismo de todas las instituciones se hace inevitable - aunque como una táctica comercial o política de oportunistas que se afanan de las Retóricas ecológicas para diversos proyectos. En este contexto, comprendiendo que la Retórica ecológica promueve la persuasión "verde" y suaviza los movimientos sociales de resistencia territorial ante los proyectos de renovación urbana, los agentes de la producción del espacio se afanan de las voces del ecologismo para legitimar el proyecto neoliberal de ciudad. En esta investigación buscamos entender cómo se utiliza la retórica ecológica en la producción del espacio en una ciudad latinoamericana; intenta demostrar la perversidad que se puede generar a través del *ethos* del ecologismo. Por lo tanto, esta tesis parte del estudio de la tríada naturaleza, ideología y producción del espacio urbano, con el fin de demostrar cómo estas tres partes se entretajan en la diversificación de la realidad concreta de las ciudades contemporáneas. Así, desde el análisis crítico de las acciones involucradas a la implementación del Proyecto Parque Capibaribe (PPP) en territorios de la ciudad de Recife / PE, se discutirá en qué medida se están ocurriendo movimientos efectivos de acercamiento entre la sociedad y la naturaleza. Desde un punto de vista metodológico, utilizamos los resultados de una revisión de la literatura sobre el tema, enriquecido por el análisis de la percepción y de las prácticas cotidianas presente en dos territorios distintos de la ciudad donde el proyecto tiene como objetivo materializarse - Avenida Beira Rio (barrio Torre) y la Zona Especial de interés Social Vila esperanza-Cabocó (barrio Monteiro). Por último, se discute la relación entre los movimientos de acercamiento de la naturaleza, para reforzar la necesidad de una racionalidad ambiental en la gestión de los territorios. Por lo tanto, proponer nuevas formulaciones filosóficas y político-estructurales en el proyecto Parque Capibaribe, basadas principalmente en las percepciones y las prácticas cotidianas de los territorios vividos. Al fin, se observó que el uso de la retórica ecológica es creador de utopías; sirve de coartada verde que cubre las problemáticas ecológicas y sociales involucradas.

Palavras clave: Parque Capibaribe. Río Capibaribe. Recife. Naturaleza. Retórica.

Lista de Figuras

Figura 1 - Configuração espacial e entorno de Trecho da Avenida Beira Rio no Município do Recife/PE (2016).....	39
Figura 2 - Configuração espacial e entorno da Vila Esperança/Cabocó no município do Recife/PE.....	41
Figura 3 - Material de divulgação do evento ‘Lançamento do Jardim do Baobá’	48
Figura 4 - Material de divulgação do evento ‘Domingo no Baobá’	49
Figura 5 - Representação espacial produzida pelo Projeto Parque Capibaribe de maneira tridimensional e ocultando as contradições.....	73
Figura 6 - Diagrama de andamento da revisão de literatura.....	87
Figura 7 - Representação da planície que é sítio físico do Recife.....	111
Figura 8 - Representação da estrutura do sítio da cidade que era e é utilizado como porto.....	115
Figura 9 - Representação cartográfica do sítio urbano da cidade do Recife em 1639.....	117
Figura 10 - Casa no bairro Madalena como marca de uma distinta relação da cidade com o Capibaribe.....	118
Figura 11 - Fotos da Enchente de 1966 na Ilha do Retiro e Caxangá.....	121
Figura 12 - Fotos dos mocambos na cidade do Recife I.....	121
Figura 13 - Fotos dos mocambos na cidade do Recife II.....	126
Figura 14 - Representação dos arrabaldes e sobrados construídos com a frente para o Capibaribe.....	128
Figura 15 - Recife: presença dos corpos hídricos na paisagem da cidade.....	129

Figura 16 - Evolução do perfil longitudinal (<i>skyline</i>) das edificações na avenida Beira Rio-Recife do ano de 1962 à 2009.....	131
Figura 17 - Edifícios multifamiliar construídos (a) e em construção (b) na avenida Beira Rio, orla fluvial do Capibaribe, depois da remoção de palafitas.....	132
Figura 18 - Folder de divulgação do Plano Estratégico Recife 500 anos.....	139
Figura 19 - Representação da área de atuação do Projeto Parque Capibaribe.....	140
Figura 20 - Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'chegar ao Capibaribe'.....	141
Figura 21 - Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'atravessar o Capibaribe'.....	142
Figura 22 - Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'percorrer o Capibaribe'.....	142
Figura 23 - Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'abraçar o Capibaribe'.....	143
Figura 24 - Representação do Jardim do Baobá.....	144
Figura 25 - Fotos de um dia de domingo no Jardim do Baobá após construção.....	144
Figura 26 - Área onde será implantado o Parque Capibaribe no bairro Graças.....	145
Figura 27 - Representação dos equipamentos que serão implantados no Parque Capibaribe no trecho do bairro no bairro Graças.....	146
Figura 28 - Ilustração da proposta da “Via Parque” apresentada pela equipe do Parque Capibaribe / INCITI / UFPE.....	146
Figura 29 - Ilustração da proposta da avenida Beira Rio apresentada inicialmente pela Prefeitura da Cidade do Recife.....	147
Figura 30 - Representações do projeto onde não são demonstradas as contradições existentes.....	148

Figura 31 - Apresentação do Projeto Parque Capibaribe na ADEMI-PE, 28/02/2016.....	161
Figura 32 - Folders publicados nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe que declaram postura ‘ecologicamente correta’ I.....	164
Figura 33 - Folders publicados nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declaram postura ‘ecologicamente correta’ II.....	165
Figura 34 - Folder publicado nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declara postura ‘ecologicamente correta’.....	166
Figura 35 - Fotos publicadas nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declaram postura ‘ecologicamente correta’.....	166
Figura 36 - Representação virtual de ciclistas (transporte “ecologicamente correto”) do Projeto Parque Capibaribe.....	167
Figura 37 - Imagens de divulgação da participação do Prefeitura da Cidade do Recife na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizado em Lima, no Peru.....	169
Figura 38 - Imagens de divulgação da participação do Parque na Conferência doClima da Organização das Nações Unidas em Paris/França.....	169
Figura 39 - Potencial de redução de emissões de GEE das ações de desenvolvimento urbano sustentável apresentadas no Plano de Baixo Carbono da cidade do Recife.....	173
Figura 40 - Impacto acumulado das estratégias de baixo carbono no período 2012-2040.....	173
Figura 41 - Representações de edifícios multifamiliares presente no Projeto Parque Capibaribe.....	177
Figura 42 - Configuração espacial e entorno de trecho da avenida Beira Rio (2002-2002).....	189
Figura 43 - Configuração espacial e entorno de trecho da avenida Beira Rio (2016-2014).....	190

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização geral das áreas de estudo no Município do Recife – Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco – Brasil.....	23
Mapa 2 - Localização de Trecho da Avenida Beira Rio no Município do Recife/PE.....	38
Mapa 3 - Mapa das localidades classificadas como Comunidades de Interesse Social e situadas às margens do rio Capibaribe no município do Recife/PE.....	158
Mapa 4 - Mapa das localidades classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social situadas às margens do rio Capibaribe no município do Recife/PE.....	159

Lista de abreviaturas e siglas

ADEMI-PE - Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco

AMECICLO - Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife

CIRS - Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços

CIS - Comunidades de Interesse Social

GEE - Gases do Efeito Estufa

InCiti - Grupo de Pesquisa e Inovação para as Cidades

MSEU - Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IBGE/DGC - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Diretoria de Geociências

ICLEI - *International Council for Local Environmental Initiatives*

MAV - *Migrantes de Aménidad Verdes*

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organizações Não Governamentais

PCR - Prefeitura da Cidade Recife

PC - Projeto Capital

PNR - Projeto Novo Recife

PPC - Projeto Parque Capibaribe

PR - Projeto Recife

RMR - Região Metropolitana do Recife

SEMAS - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. PERCURSO METODOLÓGICO	30
2.1. Método de Abordagem.....	31
2.2. Métodos Procedimentais	37
2.3. Técnicas	42
2.3.1. Objetivo I	42
2.3.2. Objetivo II	43
2.3.3. Objetivo III.....	44
2.3.4. Objetivo IV	44
2.3.5. Objetivo V.....	48
3. PERCURSO TEÓRICO	51
3.1. Construção da noção de Natureza.....	52
3.1.1. Problemática semântica da <i>natureza</i>	53
3.1.2. Natureza ontológica: seu caráter universal e particular	56
3.1.3. A noção de Natureza neste trabalho	63
3.2. O caráter ideológico da natureza e sua mercantilização	65
3.3. Apropriação privada da natureza na produção do espaço urbano	69
3.4. Retórica ecológica: a construção de uma categoria.....	74
3.4.1. Da retórica	75
3.4.2. Dos argumentos do ecologismo e seu caráter persuasivo.....	79
3.5. Da utilização da retórica ecológica na produção do espaço em países latino-americanos	86
3.5.1. A retorização ecológica na produção do espaço em cidades brasileiras	88
3.5.2. A retorização da natureza na produção do espaço em outras cidades latino-americanas	94
4. UM RECUO NECESSÁRIO	105

4.1.	Algumas paisagens da relação cidade do Recife – rio Capibaribe.....	109
5.	PROJETO PARQUE CAPIBARIBE UM <i>ETHOS</i> PERSUASIVO	138
5.1.	O parque e a diversidade de sua área de atuação	139
5.2.	A trama argumentativa do Projeto Parque Capibaribe	162
5.2.1.	Das vozes do ecologismo no Projeto Parque Capibaribe.....	164
5.2.2.	Da relação universidade-prefeitura.....	178
5.2.3.	Sobre a cegueira do projetista.....	180
5.3.	Reaproximação para todos?	184
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: a retórica que nos embala e abala.....	192
	REFERÊNCIAS.....	199
	APÊNDICE A	219
	APÊNDICE B	221
	APÊNDICE C	223
	APÊNDICE D	225
	APÊNDICE E	227
	APÊNDICE F.....	230
	ANEXO A.....	232
	ANEXO B.....	238
	ANEXO C.....	240

1. INTRODUÇÃO

Permitireis que vos exponha nesta dissertação os resultados de nossas investigações sobre a tríade *Natureza*¹, *ideologia* e *produção do espaço urbano*. A justaposição desses três termos pode parecer infrequente. Que viriam fazer tramados, por um lado, Natureza e ideologia e, com esse par, por outro lado, a produção do espaço urbano? Os três termos parecem pertencer a domínios diferentes, e, ao apostar numa aproximação entre esses, parecemos gerar questões que não se põem no uso ordinário que fazemos comumente desses termos.

Sentimos profundamente o peso de tal cometimento, mas também seu encanto e sua dignidade. Nosso encargo neste escrito, alerta-se, demanda apelo não só a princípios, categorias e conceitos, mas também a sentimentos, na medida em que se versará sobre uma realidade que não apresenta uma condição de justiça desejável. Ou seja, a emoção, juntamente à razão, estará presente em nossas análises – afinal, não somos compostos apenas pela parcela epistêmica de nossa subjetividade, mas de uma intersecção entre os contornos da sensibilidade e da racionalidade; entre os jogos de linguagem do sentimento e do entendimento, da prática sensível e do intelecto. Neste sentido, fazemos nossa a declaração de Schiller (2014, p.21): “Minhas idéias [...] serão culpadas de várias falhas, mas não de sectarismo; irão antes cair de fraqueza própria que ficar em pé por autoridade e força alheia.”. Não se trata, portanto, de uma obra perfeita, acabada, porém, como escreve Yoshida Kenko em seus *Essays in Idleness* (Ensaio Sobre a Lassidão), datados do século XIII, “Em tudo, não importa o que seja [...] Deixar algo incompleto torna-o interessante e dá-nos o sentimento de haver espaço para crescimento. Alguém certa vez me disse que, mesmo quando da construção do Palácio Imperial, algo foi deixado inacabado.” (HARMONDSWORTH, 1968, p.229). Algo, aqui, está inacabado, falho, porém, dar-nos-emos por satisfeitos se essa incompletude inerente possibilitar aos leitores que quiserem nos criticar, desejo e esforço para entender tudo o que escrevemos antes de julgarem esta dissertação por uma singela parte de

¹ O termo *natureza*, nesta dissertação, apresentará duas maneiras de escrita: *Natureza*, com “N” maiúsculo, que corresponde à *natureza* total; por outro lado a *natureza*, com “n” minúsculo, que corresponde a uma *natureza* forjada por uma abstração racional e sobre contextos ideológicos concebidos socialmente no processo histórico.

toda sua composição, ou mesmo por um título de “estética incomodante” – assim ele foi nomeado por alguns que o leram antes do término deste documento –, pois como qualquer outro autor, gostaríamos que nossos leitores lessem cada palavra que escrevemos.

Antes de contextualizar e expor o problema que será investigado nesta pesquisa, sentimo-nos, ainda, na obrigação de iluminar alguns elementos relacionados ao título e sua escolha. O título desta dissertação, curiosamente, traz consigo duas palavras intrigantes e que acreditamos serem as responsáveis pela conotação de “título de estética incomodante”. São estas: *reaproximação* e *forjada*. Esforçar-nos-emos, no entanto, para esclarecer, logo nesta breve introdução, o porquê da escolha de tais palavras.

Afirma-se, primeiramente, que *reaproximação* é o simples ato de reaproximar, o qual, por sua vez, tem uma conotação semântica de aproximar-se novamente de algo ou alguma coisa. No contexto de nosso título, trata-se de uma *reaproximação* entre sociedade humana e Natureza. Percebe-se, então, uma noção de movimento neste termo. O movimento, porém, não se reduz à mudança de lugar dos objetos – aproximações, distanciamentos, reaproximações e re-distanciamentos –, pois seria tratá-lo apenas em sua dimensão mecânica. A realidade não apresenta apenas esta dimensão de movimento, pois o mudar de lugar não é tudo. A *reaproximação*, nesta dissertação, também será tratada em seu contexto de movimento supramecânico, qualitativo, ou seja, no seu mudar de qualidade, mudar de valor, mudar de significado. Dentro desta conjuntura supra-mecânica, a *reaproximação* abre-se para o movimento dos valores presentes na relação ética e estética da sociedade humana frente ao mundo não-humano, ou seja, frente ao mundo complexo e percebido, no espírito das sociedades ocidentais, como exterior ao humano, como afirmou Turner (1990).

De maneira reducionista, porém com fim didático, podem-se identificar na história humana sobre a Terra três macromomentos desta relação, sendo estes: proximidade, afastamento e reaproximação – conseqüentemente duas transições dialéticas. Teríamos em um primeiro momento, o figurativo “estado natural do

homem”², pelo qual os grupos humanos apresentavam relações mais dialogadas e próximas com o substrato complexo que os cercavam. “A terra nesse estado estava virgem, abandonada à fertilidade natural e coberta por florestas imensas que o machado jamais mutilou.” (ROUSSEAU, 1983, p. 238). Isso quer dizer que, pensar a postura ética da sociedade humana frente à Natureza antes do período técnico, antes mesmo da revolução agrícola, é entender que sobreviver era, em grande medida, como afirmou Luchiari (2001), sobreviver à própria Natureza e suas determinações, ficando à mercê do que ela ofertava. Desse modo,

O homem escolhia em torno, naquele seu quinhão de natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação da vida: espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas. Esse pedaço do mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital.[...] não importa que as trevas, o trovão, as matas as enchentes possam criar medo: é o tempo do homem amigo e da natureza amiga (SANTOS, 1994, p.17).

Por outro lado, o humano, ao se identificar enquanto indivíduo, inicia a mecanização do planeta, “armando-se de novos instrumentos para dominá-lo” (SANTOS, 1994, p.17). Neste contexto, a produção de uma nova Natureza, cada vez mais artificializada e humanizada, implica no primeiro movimento de transição dialética desta relação, em que a sociedade ocidental passa a produzir ideologias, crenças e maneiras de conceber a realidade que servem como legitimadoras de suas ações de ‘dominação’ e exploração do mundo. Por conseguinte, pode-se admitir, sendo novamente reducionista com fim preponderantemente didático, que a história humana sobre a terra é a história de um progressivo distanciamento ético da sociedade humana frente aos demais elementos constitutivos da Natureza. O que era uma relação de proximidade, no figurativo ‘estado natural do humano’, tornou-se de progressivo afastamento ético e comportamental³.

²O estado de natureza, segundo Rousseau (1983) é apenas uma ficção teórica, conforme ele mesmo adverte ao afirmar que o estado natural “[...] não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar nosso estado presente”. Ou seja, ainda que não se possa afirmar o caráter ontológico do ‘estado de natureza’, é de grande importância epistemológica em nossas reflexões.

³Pensemos que consciente ou inconscientemente, a distinção central entre o animal humano e o animal não-humano fundamenta o comportamento de todos. “O que seriam, por exemplo, a religião e a moral,

Por outro lado, emerge, mais fortemente a partir do século XX com os ecologistas e ambientalistas, movimentos com propósito de *reaproximação*, visto que reivindicam uma postura ética mais próxima, sensível e responsável da sociedade humana frente ao substrato complexo que a cerca. É neste contexto que se tem outro processo de transição dialética, o qual, porém, ao contrário do primeiro, lança-se em uma direção de *reaproximação*. Entretanto, um pouco incipiente, pois sob a conjuntura civilizatória que se presta à produção de falsas consciências que mascaram as relações reais entre as coisas, as retóricas⁴ ecológicas vêm sendo absorvidas pelos processos alienantes e reificadores da ideologia capitalista, colocando-as em questão juntamente ao movimento de *reaproximação*: será que tais movimentos estão embasados por uma ética menos antropocêntrica ou é apenas uma reaproximação mercadológica? Será que ocorrem de fato movimentos mecânicos e suprimecânicos de reaproximação? São apenas mecânicos? Se são suprimecânicos, será que são com a Natureza total, ou apenas com singelas partes desta totalidade – rios, parques, árvores etc.? Como estes movimentos ocorrem e repercutem no processo de tecer ambientes a partir da produção do espaço urbano?

Por sua vez, no que diz respeito à escolha do termo *forjada*, adverte-se, inicialmente, que se trata da flexão do verbo *forjar* no particípio, pelo que, por sua vez, o verbo remete ao ato de modelar algo ou alguma coisa. No título desta dissertação, este termo refere-se ao modelar da relação sociedade humana-Natureza. Por outro lado, alerta-se que tal termo oferece, principalmente, dois sentidos figurativos: modelar alguma coisa de maneira genuína e verdadeira; e, modelar de maneira fictícia e falaciosa. Assim sendo, esta dissertação investiga qual dos dois sentidos do termo *forjada* aplica-se melhor aos movimentos de *reaproximação* na produção dos espaços urbanos contemporâneos.

senão tentativas de restringir os aspectos supostamente animais da natureza humana, o que Platão chamava ‘o animal selvagem dentro de nós?’” (THOMAS, 2010 p.48). Do mesmo modo que a moral e a religião, a educação erudita, a ‘civildade’ e o refinamento também tinham como objetivo elevar os humanos acima dos não humanos.

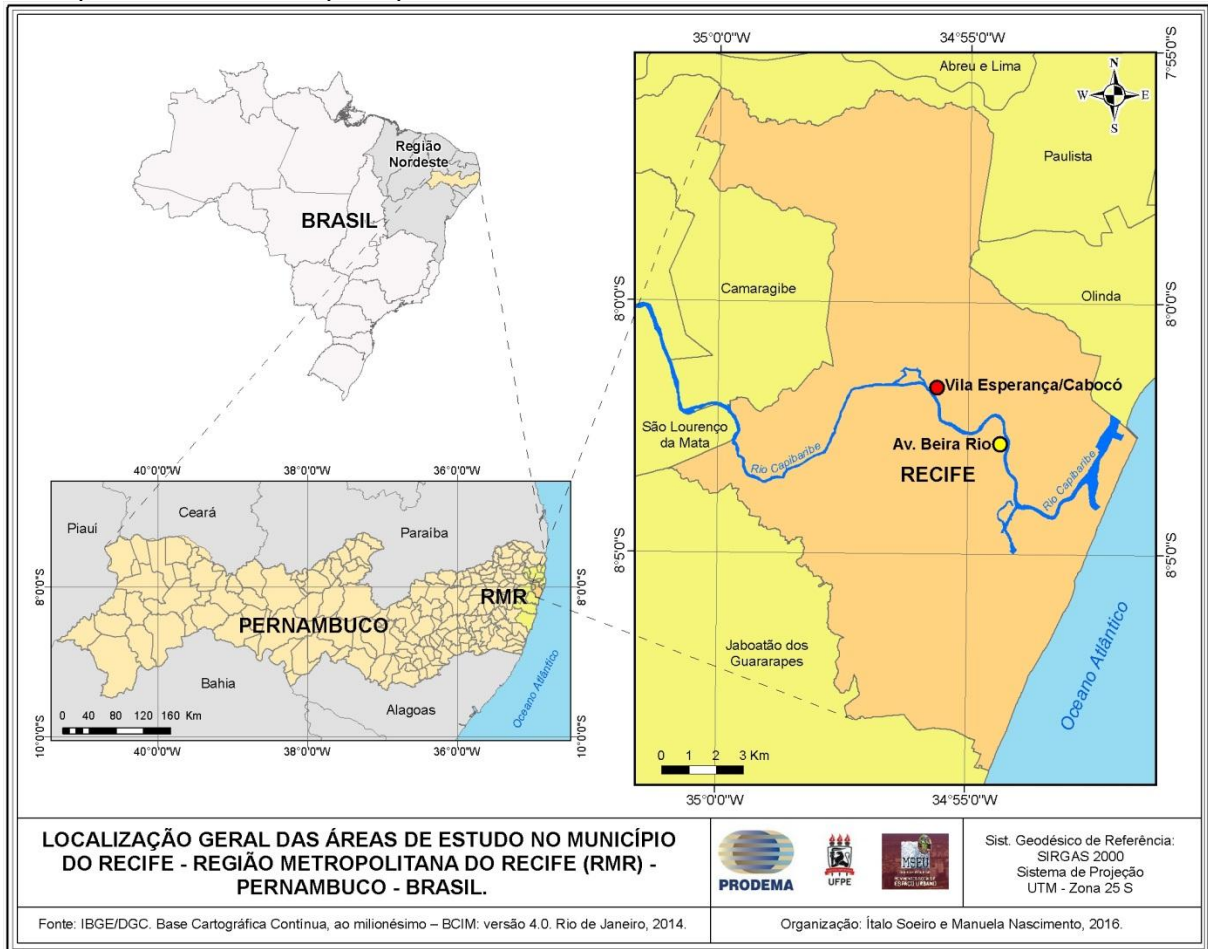
⁴O que se nomeia de retórica, aqui, não se trata da abordagem linguística de análise, mas dos jogos narrativos criados pelo Estado e por agentes privados para “prender o receptor, para encantá-lo, entretê-lo, seduzi-lo, convencê-lo ou cooptá-lo, de acordo com sua natureza, suas intenções [...] suas estratégias e artimanhas, os conteúdos ideológicos do contexto cultural, da situação, de uma intenção específica.” (GOTTARDI, 2006). Portanto temos de um lado os processos ideológicos de criação de imagens e para tanto os códigos retóricos de convencimento e persuasão.

Havendo aclarado esta altercação referente à escolha do título, voltar-nos-emos mais efetivamente às interrogações de minha dissertação.

Ao passo que grande parte da opinião pública incorpora a ‘crise ecológica’ como um dos principais temas de nossa época, a ‘conversão’ ao ecologismo de todas as instituições se fez e se faz inevitável – ainda que como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se afanam das retóricas ecológicas para os mais diversos projetos. Neste contexto, entendendo que a retórica ecológica promove persuasão ‘verde’ e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana, os agentes da produção do espaço se afanam das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade. Esta dissertação busca esclarecer como a retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de uma cidade latino-americana; busca aclarar a perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo; e, demonstrar como as três partes da tríade investigada estão entrelaçadas na diversificação da realidade concreta das cidades.

Para tanto, partir-se-á da realidade que nos cerca, ou seja, da cidade do Recife-PE, Brasil (Figura 1), mais especificamente de dois de seus territórios – trecho da Avenida Beira Rio (bairros Torre e Madalena) e a Zona Especial de Interesse Social Vila Esperança-Cabocó (bairro Monteiro). Entretanto, admitindo em nossas análises que a identidade de uma área é algo complexo e decorrente da interação de um grande número de parâmetros. De tal modo, não partiremos de tal recorte espacial, percebendo-o como auto-contido, mas ciente de que é preciso considerar, ao mesmo tempo, processos alienígenas, ou seja, que estão “fora” destes territórios, tendo em vista que nenhuma parte da terra contém em si mesma sua plena explicação, não sendo partes isoladas dentro da unidade complexa que é a realidade. Constituem-se da interação contraditória e solidária da Ordem Global com a Ordem Local, pela qual o território vivido defronta o mundo ao mesmo tempo em que o confronta, graças à sua própria razão local (SANTOS, 2007). Neste sentido, para desvendar a trama existente entre *Natureza, ideologia e produção do espaço urbano* em uma cidade latino-americana com maior clareza, nossa investigação elevar-se-á para além dos territórios e da cidade do Recife, ou seja, considerando múltiplas dimensões e múltiplas escalas.

Mapa 1 – Localização geral das áreas de estudo no Município do Recife – Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco – Brasil



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento, 2016.

Entre as muitas possibilidades de desenho da tríade em epígrafe, encontra-se, neste estudo dissertativo, portanto, um caráter materialista da espacialidade, embasado, sobretudo em aportes da teoria social crítica. Problematizaremos as interligações entre o uso da retórica ecológica nos processos de produção do espaço. A definição destas interligações, porém, continua a ser um dos mais impressionantes desafios da teoria social contemporânea, especialmente considerando que o debate histórico tem sido monopolizado pela fragmentação destas três dimensões. Portanto, nesta dissertação, visando evitar tal fragmentação, a espacialidade não separará os aspectos físicos (sitio geográfico, elementos naturais) e psicológicos. No estudo da espacialidade em epígrafe, buscou-se não submergir num naturalismo autônomo, ou mesmo numa física social autônoma, como propõe Soja (1993). Deve-se perceber que, no contexto da sociedade, a natureza, como a espacialidade, é socialmente produzida e reproduzida, apesar de

sua aparência de objetividade e separação. “O espaço da natureza, portanto, está repleto de política e ideologia, de relações de produção e da possibilidade de ser significativamente transformado.” (SOJA, 1993, p.148).

Neste contexto, percebe-se, nos dias atuais, a intensa utilização da retórica ecológica nas intervenções urbanísticas de caráter “ambiental”. Essa retórica, muitas vezes, serve de álibi para intervenções territoriais desiguais. Como exemplo, apresenta-se a ação política que será analisada nesta dissertação, ou seja, a do Projeto Parque Capibaribe (PPC), que é, resumidamente, um projeto da Prefeitura da Cidade Recife (PCR) que, em cooperação com setores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), busca transformar as margens do rio Capibaribe em corredores de 15,32 quilômetros para pedestres e ciclistas, integrando parques, praças e equipamentos públicos de 21 bairros da cidade. No percurso dos corredores, serão implantadas calçadas, ciclovias, passarelas, pontes para pedestres, áreas verdes e de lazer. Por outro lado, o PPC, em conjunto com outras ações políticas, não vem apenas modificar as formas das margens do Capibaribe na cidade, mas, sobretudo, re-significar o rio, colocando-o como elemento representativo de uma ideia de natureza que se constrói socialmente no processo histórico e cerne de uma narrativa de reaproximação.

Em entrevista ao canal do *YouTube* da PCR, o atual Prefeito Geraldo Júlio (2016) relatou que, este corredor fluvial “[...] vai integrar a vida do recifense ao rio Capibaribe. [...] trazer de volta a convivência das pessoas com o rio”. A presente pesquisa indaga, portanto, em que medida realmente haverá a integração, prometida, de “todos” os grupos sociais da cidade ao verde, aos rios, aos parques, ou melhor, a essa natureza figurativa e socialmente idealizada. Isso porque, até o momento atual, tem-se observado que, na prática, sob o presente contexto de revalorização capitalista da natureza, moradores pobres têm sido removidos de seus territórios vividos situados às margens de rios – *próximos* da natureza – que se valorizaram, para outras áreas às vezes distantes, e que as primeiras áreas têm sido alvo dos investimentos do mercado imobiliário para que grupos com poder aquisitivo possam se *reaproximar*, ao menos fisicamente, ou seja, numa dimensão mecânica, como nos mostrara Castilho (2012) e Costa (2010). Destarte, é a partir do estudo crítico das ações voltadas à implementação do PPC, que discutiremos em que

medida se está concretizando efetivos movimentos de *reaproximação* entre sociedade humana e Natureza no Recife-PE.

Para tanto, deve-se perceber que o conceito de natureza é concebido e transformado socialmente, sob contextos ideológicos. O trato desta ideologia, nesta pesquisa, não se pautou em termos puramente subjetivos, mas a partir de sua manifestação concreta, sua espacialidade. Como alertara Santos (2006, p.126), “A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que freqüentemente tomam a forma de objeto” no espaço. Tanto o é, que representações da natureza estão, por exemplo, servindo aos interesses mercadológicos, como elemento sensual de desejo e materializando-se na dimensão concreta do espaço, como já se vem enxergando em várias cidades latino-americanas (BARBOSA & COSTA, 2012; BORSODORF, 2002; BRICALLI, 2010; CABRALES & CANOSA 2001; 2002; CÁCERES & SABATINI, 2003; CAPRON, 2000; CASTRO & VILLAGRÁN 1998; CISOTTO, 2014, 2009; CISOTTO & VITTE, 2014; DE LIMA RAMIRES & RIBEIRO SOARES, 2002; FORMIGA, 2005; GOIS et al., 2012; GOLÇALVES, 2010; HENRIQUE, 2006, 2006a, 2009, 2012; HIDALGO et. al., 2016; HIDALGO & ARENAS, 2012; HIERNAUX, 2007, 2009; HIERNAUX et. al., 2015; MARENGO & FORMIGA, 2002; MEYER & BÄHR 2001; MIGNAQUI, 1999; LEMOS & ALCON, 2012; PRÉVÔT-SHAPIRA, 2000 RÍOS, 2010, 2014; RÍOS & PÍREZ, 2008; RODRÍGUEZ & MOLLÁ, 2002; RODRIGUES SOARES, 2002; SOBARZO MIÑO, 2002; SOEIRO & CASTILHO, 2015; SVAMPA, 2001, VIDAL-KOPPMANN, 2001; ZONATELLI, 2012; ZONATELLI & FERREIRA, 2011, 2013). Porém, uma desconcertante miopia tem distorcido persistentemente a teorização espacial, criando, como alertara Soja (1993), ilusões de opacidade, interpretações míopes da espacialidade que se concentram nas aparências superficiais imediatas, sem conseguir enxergar para além delas. Como afirmou Henrique (2006), muitos ainda não enxergam as dimensões sociais, políticas, ideológicas e econômicas inerentes à complexidade da ideia de natureza, continuando-se a enxergar apenas uma imagem mágica e romantizada que viabiliza a dita retórica ecológica – embaladora, manipuladora e persuasiva.

Este trabalho, nesta conjuntura, lança luz sobre as repercussões que a ideologia capitalista e a idealização social da natureza produzem nos ambientes tecidos no urbano, fortalecendo o entendimento da produção do espaço no atual

contexto de transformações quanto à representação e retorização da natureza (rios, parques, bosques etc.) em que se observa o emprego de uma percepção mítica, um reencantamento, como alertou Henrique (2006), que não se dá sob um viés “sobrenatural”, deificada, como se observa em religiões animistas, mas seguindo, sobretudo, uma concepção específica de valorização financeira e de sensualidade estética.

Por isso, colocam-se como elementos para a formulação da hipótese desta dissertação que a *reaproximação* entre sociedade humana e Natureza proposta pelo PPC no Recife:

- pode não ser uma reaproximação da Natureza em sua diversidade e complexidade, mas de uma imagem moldada, ideologizada e forjada falaciosamente pelos interesses meramente capitalistas; uma natureza metonímica⁵;
- pode não ser, sequer, uma reaproximação mecânica de todos os grupos sociais da natureza das águas do rio Capibaribe e do PPC, pois existem grupos que, como demonstrara Castilho (2012), estão sendo distanciados;
- pode não ser uma reaproximação na dimensão supra-mecânica e que venha embasada por uma nova ética, uma nova filosofia e uma nova base metafísica que seja menos antropocêntrica e humanista;

Ainda neste contexto, podem estar ocorrendo até movimentos supramecânicos – de fato estão –, pelos quais se muda a organização sensível do sujeito, o modo de perceber determinados elementos da realidade, porém não se

⁵ Metonímia é uma figura de linguagem que é utilizada para representar o todo por meio de partes. Neste sentido, a natureza com “n” minúsculo é metonímica, pois é a partir de ínfimas partes da totalidade que esta se representa e apresenta como a Natureza. Pensemos: reaproximar-se de partes como: rios, parques e bosques não é uma reaproximação da Natureza total, apesar de nossa consciência – enganada por ideologias – acreditar e até mesmo sentir como se fosse. Reaproximar-se desta totalidade seria aproximar-se também dos maruins, mosquitos, pernilongos, lagartixas e de outros animais menos afáveis que nossos “privilegiados” historicamente, gatos e cachorros.

acredita que este movimento da percepção estética esteja ligado à totalidade, à Natureza, mas ligado a elementos metonímicos, ou seja, à natureza.

Nesta conjuntura, tentando fugir da ilusão da opacidade e da miopia na interpretação da espacialidade, emerge como questão norteadora desta pesquisa dissertativa: em que medida a reaproximação proposta no PPC não está de mão atada com a produção de valores puramente econômicos? Estudaremos esta reaproximação no intuito de identificar se é mais um instrumento do Estado que virá atender os grupos hegemônicos através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação de capital. Será que o PPC proporcionará movimentos de reaproximação supramecânicos e mecânicos na direção de uma nova postura ética que busque a harmonia ecológica com a Natureza e o direito dos não humanos? Não será apenas uma reaproximação impulsionada por vetores ligados à ideologia capitalista, para a qual a natureza é forjada falaciosamente como atributo privado e agregador de valor para o setor imobiliário? Será que a reaproximação não proporcionará um enobrecimento do espaço, uma gentrificação das áreas de baixa renda localizadas nas margens do Capibaribe? Partimos da hipótese de que se vive em Recife, num momento de reaproximação da Natureza, porém uma reaproximação de uma parte forjada falaciosamente, pois, como se trata de uma noção abstrata, metonímica, imagética, e, sobretudo, cultural – produzida por uma retórica – não é de fato uma reaproximação ética, pela qual o humano é amigo e a Natureza é amiga. Mas uma reaproximação da imagem socialmente idealizada que segue um projeto de valorização estética enquanto objeto sensual de desejo, ou seja, como mercadoria.

No que concerne ao objetivo geral desta dissertação, deseja-se compreender como os movimentos de reaproximação sociedade humana-Natureza repercutem na produção do espaço urbano. Para tanto, apresentam-se, também, os objetivos específicos que este estudo pretende alcançar.

- compreender o contexto sócio-histórico da relação sociedade humana-Natureza no qual estão situados os fenômenos da retorização e da reaproximação na cidade do Recife-PE;
- demonstrar como o Projeto Parque Capibaribe vem se utilizando da retórica ecológica para se legitimar.

- evidenciar os grupos sociais vulneráveis à gentrificação frente à implementação do Projeto Parque Capibaribe;
- demonstrar a diversidade de significados e de práticas espaciais cotidianas relacionadas ao rio Capibaribe;
- identificar o sentido econômico do conjunto de ações urbanísticas;

Entendendo que não bastam belas ideias, mesmo que pródigas, sem correspondentes posicionamentos no enfrentamento das teses e das vontades que se confrontam para serem impostas, não nos limitaremos a reflexões filosóficas sobre o tema; buscaremos apresentar uma práxis mais evidente⁶ para subsidiar a construção de uma cidade enquanto lugar do encontro com a alteridade, bem como esclarecer como a retórica ecológica e os processos de mudanças perceptivas sobre rio Capibaribe podem produzir movimentos de reaproximação de alguns grupos e afastamentos de outros grupos. Isso, para discutir os temas aqui propostos com o intuito de repensar o que vem sendo produzido nas cidades latino-americanas no contexto de *reaproximação*. Para tanto, apoiar-se-á na literatura existente e nas práticas sociais e simbólicas concretas, consolidando o pensamento e a ação, na direção de uma nova racionalidade que fuja da dimensão instrumental e econômica, ou seja, em que, como alerta Leff (2012, p.42), “prevaleça a diversidade e a diferença, diante da homogenização do mundo, do ganho econômico, do interesse prático e da submissão dos meios traçados de antemão pela visão utilitarista do mundo.”.

No que toca ao desenvolvimento do texto desta dissertação, alertamos que todo exercício audacioso de manifestar em palavras a espacialidade complexa, suscita aflição linguística. O que se constata ao estudar a cidade do Recife é uma inerente simultaneidade, porém, simultaneidade esta que a partir da expressão escrita da ciência – ao menos ao nível que a possuímos –, enquanto uma sucessão sequencial e linear de enunciações, limita-se pela mais básica das impossibilidades, a de que duas palavras não podem ocupar precisamente o mesmo lugar nas linhas dessas folhas que estás a segurar. Se o autor desta dissertação fosse um poeta, talvez conseguisse expressar melhor a trama deste estudo. Como não o é, o que

⁶ Ao final, entregaremos este documento aos projetistas do PPC.

nos resta é uma tentativa de enlace criativo, um experimento dialógico das dimensões complexas que compõem a espacialidade do fenômeno em estudo. No fim, as interpretações da utilização da retórica ecológica na produção do espaço urbano, não serão mais que um começo, um início. Dito isso, apesar dos pesares, o leitor encontrará nas páginas desta modesta dissertação, uma discussão estruturada em quatro seções, nas quais se acham pequenos tópicos⁷ que se articulam entre si, tecendo o conjunto do estudo. Logo:

- Na seção I, intitulada de *Percurso Metodológico*, delimitar-se-ão a abordagem, os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas na pesquisa, com o intuito de esclarecer como o estudo foi feito. Assim, não se limitará apenas à descrição das técnicas e dos procedimentos, ou mesmo a um *modus operandi*, mas contemplar-se-á a nossa noção da realidade, permitindo que o leitor capture parte de nosso espírito, de nosso contexto e de nosso lugar de fala.
- Na seção II, intitulada de *Percurso Teórico*, trata-se da construção e delimitação do arcabouço teórico que servirá como arrimo para as problematizações que permeiam todo o trabalho. As discussões trazidas nesta seção estão divididas em quatro pequenos tópicos: *Construção da noção de Natureza*; *O caráter ideológico da natureza e sua mercantilização*; *Apropriação privada da natureza na produção do espaço urbano*; *Retórica ecológica: a construção de uma categoria*; *Da utilização da retórica ecológica na produção do espaço em países latino-americanos*.
- Na seção III, intitulada de *Um recuo necessário*, versar-se-á sobre o movimento de significado que o rio Capibaribe detém e deteve para os sujeitos sociais da cidade do Recife. Assim, o escopo desta seção é compreender como as mudanças de significado trazidas no tempo, interferiram na diversificação das formas na e da cidade. Isso porque, com a inserção de novos significados que, por sua vez, ao impor novas territorialidades, torna-a permeável a ressignificações que são

⁷Propus-me experimentar a escrita em pequenos tópicos, a fim de lhes permitir descansar se estiverem enfadados com a leitura.

responsáveis por modificações que se expressam no mundo imaterial e principalmente material. Recuou-se, assim, para compreender o atual contexto de reaproximação e revalorização do Capibaribe.

- A seção IV, *Projeto Parque Capibaribe um ethos persuasivo*, trará para discussão, com uma postura crítica, os aspectos perversos dos movimentos de reaproximação. Para tanto, indaga-se a trama argumentativa produzida pelo Projeto com o intuito de identificar como este vem se afanando de uma polifonia para garantir uma legitimação sem resistência intelectual e territorial. Ao final, indaga-se em que medida tais movimentos de reaproximação é para ‘todos’.

2. PERCURSO METODOLÓGICO



2. Percurso Metodológico

Esta seção foi preparada com o intuito de apresentar o percurso metodológico pelo qual se optou neste trabalho, visando lançar luz sobre como foram alcançados os seus resultados – por isto que a pusemos logo após a introdução. Elucidar-se-ão, primeiramente, as dimensões sobre as quais foi pensado o percurso metodológico, dividido em três perspectivas, o *Método de Abordagem*, os *Métodos Procedimentais* e as *Técnicas*.

Embora essa diferenciação seja artificial, vem sendo utilizada na produção científica, pois não reduz a metodologia apenas a procedimentos metodológicos ou mesmo às técnicas de pesquisa. Estas partes, por se situarem em níveis distintos de inspiração filosófica e de abstração, como afirmaram Marconi e Lakatos (2003), permitem-nos explicar o “como foi feito” em diferentes dimensões, proporcionando, assim, que o leitor capture parte de nosso espírito, contexto, situação e lugar de fala.

Partindo do pressuposto dessa diferença, o *Método de Abordagem*, caracteriza-se por uma dimensão mais vasta, apresentando um nível de abstração mais elevado dos fenômenos da Natureza e da sociedade humana. Ao passo que os *Métodos Procedimentais* compõem-se de etapas mais concretas da pesquisa, que têm finalidades mais restritas em termos de esclarecimento dos fenômenos, como alertaram Marconi e Lakatos (2003). Daí a necessidade de, também, precisar das *Técnicas* através das quais se utilizaram os procedimentos.

Esta seção, portanto, estará composta por três pequenos tópicos, que seguem a nomenclatura das dimensões brevemente elucidadas acima, sendo estes: *Método de Abordagem*, *Métodos Procedimentais* e *Técnicas*.

2.1. Método de Abordagem

O intuito deste tópico é que o leitor possa capturar nosso espírito, nosso modo global de interpretar a realidade. Porém, não é estritamente necessário para o entendimento do ‘como foi feito’ de nosso estudo. Trata-se de uma divagação dentro da teoria do conhecimento e da noção de realidade. É intenção deste parágrafo

inicial, ajudá-los a encontrar seus próprios caminhos, a descobrir aquilo que individualmente lhes interessa, a evitar, caso desejem, o enfadonho – enfadonho que outros leitores podem reconhecer como terreno sólido e deleitoso.

Quando começamos a trabalhar nesta dissertação e a apresentar alguns de seus frutos em formato de seminários, logo percebemos, ao analisar o retorno dos que observavam, a necessidade de elucidação das abordagens filosóficas que utilizamos. É justo esse esforço que abrange a totalidade deste tópico. Aqueles que se sentirem enfadados com tal divagação, de que outros talvez desfrutem, devem pular para o próximo tópico. Poderão também retornar, caso no decorrer da leitura sintam-se inquietos com a pluralidade filosófica que para alguns, trata-se de uma indisciplina intelectual, mas para nós, permite fugir do sectarismo limitador que funciona como uma camisa de força.

Portanto, para os que continuaram ou que retornaram, o método de abordagem desta dissertação será elucidado a partir da noção de realidade e do como a concebemos. Não iremos discutir diretamente a temática de nossa dissertação, mas dar aportes filosóficos que permitam o leitor posicionar seu olhar e colocá-lo ciente do nosso lugar de fala. Assim sendo, vamos ao que nos interessa, a realidade.

Aqui, esta será sempre compreendida enquanto unidade, porém, dotada de particularidades que estão em movimento constante. Trata-se, enfim, de uma unidade complexa. Pensemos: quase todas as teorias sobre a origem do universo e das coisas partem de um ponto comum, esteja este ponto ligado a uma ou várias inteligências superiores, ou mesmo a uma teoria semelhante à do ‘Big Bang’. Neste sentido, podemos admitir que tudo o que existe na realidade é fruto de um ponto comum, da flecha do tempo que é a história do universo, como alertara Prigogine (1996). Tanto o que entendemos por “homem”, “sociedade”, “artifício”, quanto o que entendemos por “natureza”, “natural”, tudo está contido numa mesma realidade complexa e que está em movimento constante em algum sentido.

Essa unidade complexa, como alertará Morin (2013), apresenta-se como um paradoxo: avaliada sob a perspectiva do Todo, ela é una e homogênea; avaliada sob a perspectiva dos constituintes, ela é diversa e heterogênea. Essa ideia da realidade enquanto uma unidade complexa, ganha força se apreendermos que

[...] não podemos reduzir nem o todo às partes, nem as partes ao todo, nem o uno ao múltiplo, nem o múltiplo ao uno, mas que precisamos tentar conceber em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos. (MORIN, 2003, p. 136).

Quando refletindo sobre a ordem, a desordem e a organização da unidade complexa, Morin (2013, p. 80) afirmou que estas devem ser concebidas de maneira indissociável, pois “entre o poder destrutor e poder criador, entre ordem e desordem, entre desintegração e organização, entre *Ubris* (louca desvairada) e *Dike* (a lei e o equilíbrio)”, existe o caos. O autor alerta que esta indissociabilidade está ligada justo ao caos, pois este “é exatamente o inseparável no fenômeno de dupla face em que o Universo se desintegra ao mesmo tempo em que se organiza, se dispersa e se torna polinucleado [...]. Caos é a desintegração organizada” (p. 80), embora o concebamos comumente de maneira unilateral, em seu sentido desintegrador, enquanto *Ubris*. O que ele quis nos alertar ao trazer esta noção de caos, é que é preciso romper com um obstáculo epistêmico que considera os tempos do caos como ultrapassados, como aquilo que aconteceu antes. Ou seja, para alcançar uma melhor compreensão da realidade, devemos romper com a crença de que o caos apenas imperou na gênese do Universo, pois como afirmou Morin (2013, p.81), a gênese não cessou e “ainda estamos num Universo que se desintegra e se organiza num mesmo movimento [...]”. Assim sendo, o movimento da realidade está ligado à presença permanente e atual do caos. Portanto, temos que deixar a ‘Física do Ser’ e passar para a ‘Física do Devir’, ou seja, a ‘Física do vir-a-ser’.

O *algo-ainda-por-vir* deflagraria o permanente ‘porvindouro’ da realidade. Um movimento em direção ao infinito que ocorre tanto num movimento independente da história da natureza, através de sua *autopoiesis* (MATURANA, 1997) e Dialética da Natureza (ENGELS, 1979), quanto no mundo mediado pelo humano e por seus jogos de linguagem, num movimento inevitável e infinito de interpelação com a voz do Outro, pelo qual, como afirma Bakhtin (2010a), seria a partir de uma relação dialógica com o Outro que se geram e dinamizam as vozes, os valores e os significados. Ou seja, é a partir de “uma construção dinamizada pela história de um povo, pela experiência dos falantes, pela unicidade do enunciador, pelas infinitas

vozes sociais através das quais atribuímos sentido ao mundo” (PINHEIRO, 2010. p. 99), no qual nós nos embasamos para tecer nossas relações com o Outro humano e não humano. É justamente essa possibilidade de ressignificação que entusiasma o porvindouro das diversas modalidades hermenêuticas da realidade.

Demo (2008, p. 16), quando refletindo sobre a realidade e seu movimento, corroborou com tal noção ao afirmar que:

A dinâmica é a condição natural, não a estática [...] A ciência prefere entender a dinâmica através da estática (da lógica, matemática, formalização)[...], mas isto é artifício mental, tributo à necessidade de padronizar, ordenar a realidade. Entendemos a dinâmica por aquilo que não é nela dinâmico (leis, recorrências, repetições, lógicas), mas isto é “ordem do discurso” [...], não necessariamente da realidade.

Deste modo, neste estudo dissertativo, a realidade será concebida a partir de uma lógica dialética, na medida em que esta possibilita compreendê-la como fundamentalmente contraditória e em permanente alteração (Konder, 1981), pois como demonstrou Heráclito, nas palavras de Pires (1997, p. 84), “tudo está em movimento, à idéia de contraditoriedade da vida, da Natureza, do mundo: todas as coisas fluem e se alteram sempre [...]; mesmo na mais imóvel existe um invisível fluxo e movimento”. Portanto, seguimos uma ideia contrária à lógica formal, estática, que não admite a contradição e o conflito, o movimento. Neste sentido, pode-se afirmar que nesta dissertação, a cidade do Recife/Brasil e o fenômeno da produção do espaço sob o contexto da retórica ecológica e da reaproximação da natureza, serão abordados enquanto uma unidade dinâmica e complexa que sofre influência de muitas escalas.

Assim, será possível notar que dentro desta unidade complexa e dinâmica que é a realidade, existem diferentes maneiras de movimento, de organização. Existem particularidades, singularidades e contradições. Portanto, pode-se afirmar que o humano, assim como o granito e um macaco, está contido na Natureza enquanto unidade (realidade total), porém, por suas particularidades, tornam-se ontologicamente distintos. O homem vive da Natureza não apenas num sentido biológico se não também, num sentido sociocultural, pois:

Enquanto o animal, em sua apropriação do mundo objetivo, está atado em suas particularidades biológicas [...] o homem, ao menos potencialmente, pode se apropriar da natureza inteira. [...] O animal, forma somente na medida e a necessidade da espécie a qual pertence, enquanto o homem sabe produzir na medida de qualquer espécie [...] assim, o homem forma também segundo as leis da beleza. (SCHMIDT, 1977, p.88 – tradução nossa).

Em sua interpretação da realidade, Marx demonstra o que é indispensável para nós em seu método, ou seja, que as duas categorias ontológicas, Natureza e sociedade humana, não estão em oposição recíproca, pois:

O homem socialmente ativo se contrapõe a si mesmo, como uma potência natural, a substância natural. Põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade [...] para apropriar-se da substância natural de uma forma utilizável para sua própria vida. Na medida em que o homem mediante este movimento atua sobre a natureza exterior a ele e a modifica, modifica ao mesmo tempo sua própria natureza (SCHMIDT, 1977, p.85 – tradução nossa).

Como afirmou Schmidt (1977, p. 86), trata-se de um movimento em que “a natureza se transforma juntamente com a natureza”. Este “movimento” a que aqui estamos nos referindo não é uma simples escolha despreocupada de uma palavra aleatória, ou mesmo displicente. O movimento é outra categoria essencial na formação da trama conceitual desenvolvida dentro do materialismo histórico e do materialismo dialético. Este não deve ser confundido com um simples movimento no seu sentido mecânico, pois “não é simplesmente mudar de lugar, se não também, no domínio supramecânico, mudar de qualidade” (*op. cit.*, p.86). Ou seja, é um movimento resultante da mediação histórica da Natureza e da mediação natural da sociedade humana, pelo qual “no homem a natureza chega à autoconsciência e em virtude da atividade teórico-prática deste se reúne consigo mesma” (*op. cit.*, p.86). Pode-se dizer que no materialismo histórico e dialético, Karl Marx buscou dar uma adequada expressão conceitual ao mútuo entrecruzamento da Natureza com a sociedade humana dentro do todo natural, como alertou Schmidt (1977). Marx alcança esta sua busca ao apropriar-se da expressão conceitual “intercâmbio

orgânico”, que compreende a mediação a partir da noção da insuperável interação da sociedade humana com a Natureza, pela qual esta se humaniza e a sociedade se naturaliza num processo que é historicamente determinado. Segundo Schmidt (1977, p.86), “Com o conceito de ‘intercâmbio orgânico’ Marx introduz uma visão completamente nova da relação do homem com a natureza”. Ou seja, a partir de sua dialética e de sua teoria histórica, tenta superar a dicotomia entre sujeito e objeto.

Por outro lado, além desta contribuição para a compreensão da realidade fornecida pelo materialismo histórico e dialético de Marx, precisa-se notar que vivemos uma profunda inadequação no que se refere ao conhecimento. De um lado, deparamo-nos, cada vez mais, com saberes fragmentados entre disciplinas e, de outro, com a emergência de problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais e abrangentes, como alertou Morin (1999). Apreender a trama das relações e a multidimensionalidade da realidade, implica num esforço de desconstrução e reconstrução do pensamento ocidental, ou seja, reivindicar o ser da complexidade que ficou obscurecido com as rupturas entre o *ser* e o *ente* em Platão e entre o *sujeito* e *objeto* em Descartes, por exemplo.

Neste contexto, trazemos em nosso método de abordagem um esforço de aproximação entre o materialismo histórico e dialético e o contexto da complexidade. A confluência buscada entre estas duas perspectivas de abordagens se torna visível, dentre outras coisas, no momento em que ambos admitem a realidade enquanto uma unidade dotada de particularidades em movimento. A realidade total é complexa e a matéria é diversa achando-se em um ininterrupto processo de diversificação.

Como a Natureza e a sociedade humana são pensadas a partir de relações sociais, não poderíamos, de forma alguma, assumir um método de abordagem que lhes concebiam de maneira hermeticamente fechada, unidimensional, ou mesmo como categorias onicompreenssivas para todas as disciplinas. Pois admitimos que cada sociedade, cada ciência, ou melhor, cada pessoa formula, a partir de suas percepções sensoriais, éticas e estéticas do mundo concreto, uma noção de Natureza e de sociedade. Portanto, um pesquisador, ao compor sua trama epistemológica para compreender e explicar seu objeto de conhecimento, desenvolve a “natureza” e a “sociedade” de maneira particular, ou seja, como

afirmou Leff (2001, p.49): “funda os conceitos nos quais se absorve ‘o natural’ e ‘o social’ em seu objeto de conhecimento.”.

Estas particularidades de sentidos devem ser respeitadas pelo método, uma vez que, na busca de uma abordagem complexa e articuladora da realidade, não se deve desprezar seu caráter “simples”, como alertou Morin (2012, p. 103), nem suas particularidades e distinções ontológicas, como alertou Lukacs (1978).

Neste sentido, ao estudar uma ação urbanística “de caráter ambiental”, deve-se partir da concepção de que a realidade do urbano é uma totalidade completamente tramada e dinâmica, ou seja, qualquer intervenção deve considerar esta complexidade e todo seu movimento contraditório e, ao mesmo tempo, solidário, pois quando operamos sobre este não estamos modificando simplesmente uma qualidade particular, por exemplo, de um de seus territórios. O que estas ações fazem, realmente, é intercambiar com um sistema de interações, colocando em andamento novas interações. É justamente por essa razão que existe sempre o risco de que suas ações tenham consequências por eles não previstas.

2.2. Métodos Procedimentais

De pronto, destaca-se que se por método se entende “[...] uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho [...]” (CHASIN, 2009, p. 89), não há método em nosso estudo.

Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana. (CHASIN, 2009, p. 89).

Nosso caminho não se pautou em procedimentos preestabelecidos como uma fórmula à revelia da realidade. Não se pautou em modelos. Partiu-se da ontologia da realidade concreta e não de uma gnosiologia *modus operandi*. Foi da realidade

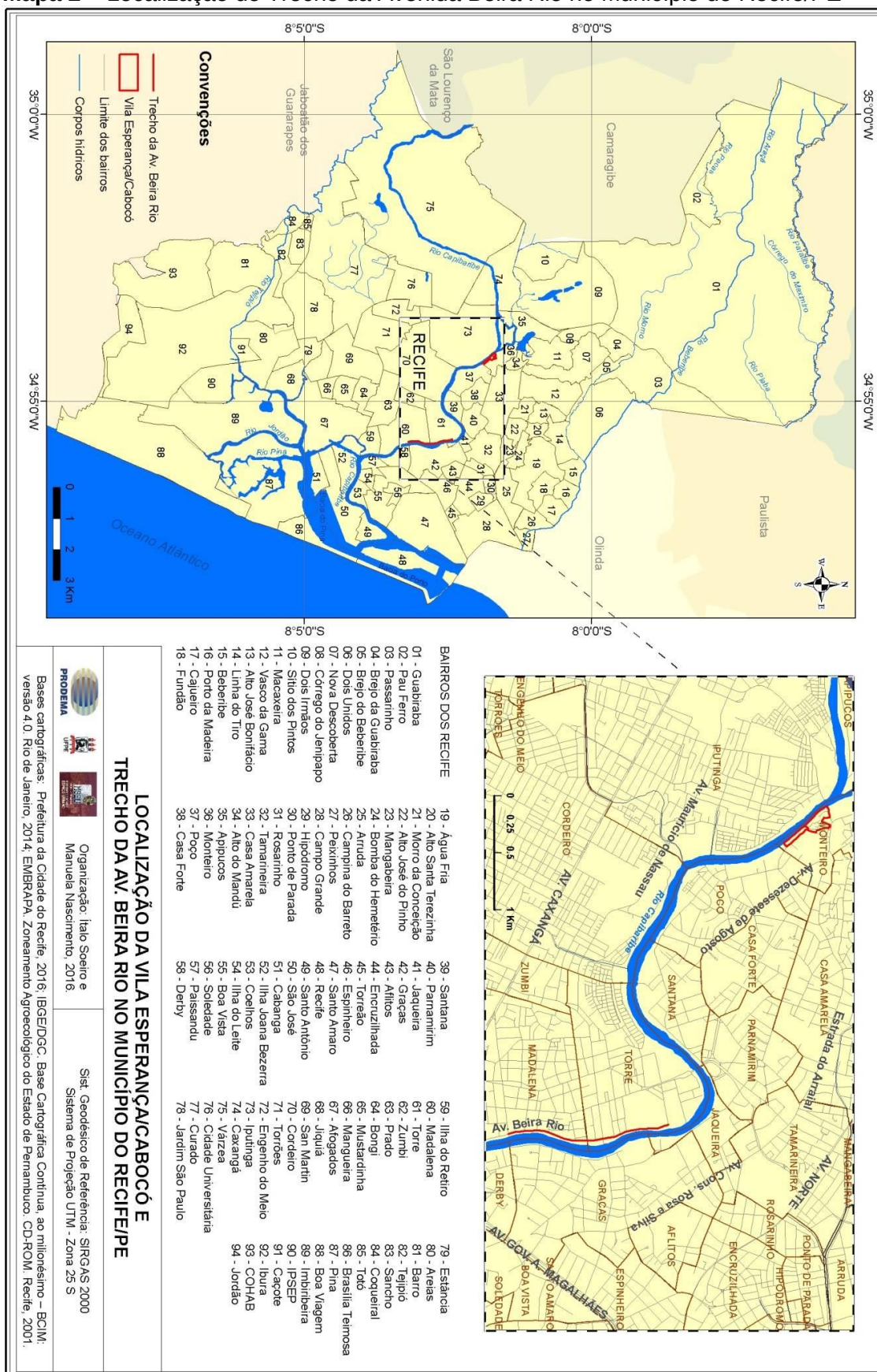
concreta que retiramos nossas orientações metodológicas. Por fim, convém afirmar que a escolha dos procedimentos metodológicos foi desenvolvida ao longo da pesquisa, ao longo de nosso contato e aproximação com a realidade concreta.

Em assim sendo, o primeiro momento da pesquisa, referiu-se ao processo de delimitação da base teórica e do objeto empírico, onde foi necessária uma reflexão permanente até a conclusão desta dissertação. Correspondeu, portanto, a uma pesquisa documental voltada para a discussão de algumas categorias trabalhadas como base para a discussão do fenômeno em epígrafe. Realizou-se, neste momento, a revisão da literatura, a delimitação do referencial teórico e a seleção de categorias e conceitos que, em conjunto, forneceu-nos um arcabouço para analisar criticamente o sentido do PPC, suas repercussões e possíveis repercussões na produção do espaço urbano, identificando suas implicações socioespaciais. Ademais disto, delimitou-se, dentro da área de atuação do PPC, dois territórios através dos quais se analisaram tais implicações – Trecho da Avenida Beira Rio (bairro Torre e Madalena) e a Zona Especial de Interesse Social Vila Esperança-Cabocó (bairro Monteiro), Mapa 2. Escolheram-se tais territórios, sobretudo, por apresentarem lógicas distintas de ocupação da margem do Capibaribe e ser no mundo.

O território referente ao trecho da avenida Beira Rio (Figura 1), trata-se de uma área onde predominam edifícios multifamiliares verticalizados. Configuração que se deve, claramente, pela abertura da avenida, associada à Lei nº 16.176/96⁸, pois, em conjunto, intensificaram a substituição tipológica das habitações unifamiliares por edifícios multifamiliares de elevado padrão, onde residem pessoas de renda média e média-alta e levando a uma média de pavimentos, no trecho, de quinze andares, como mostrara Costa (2010).

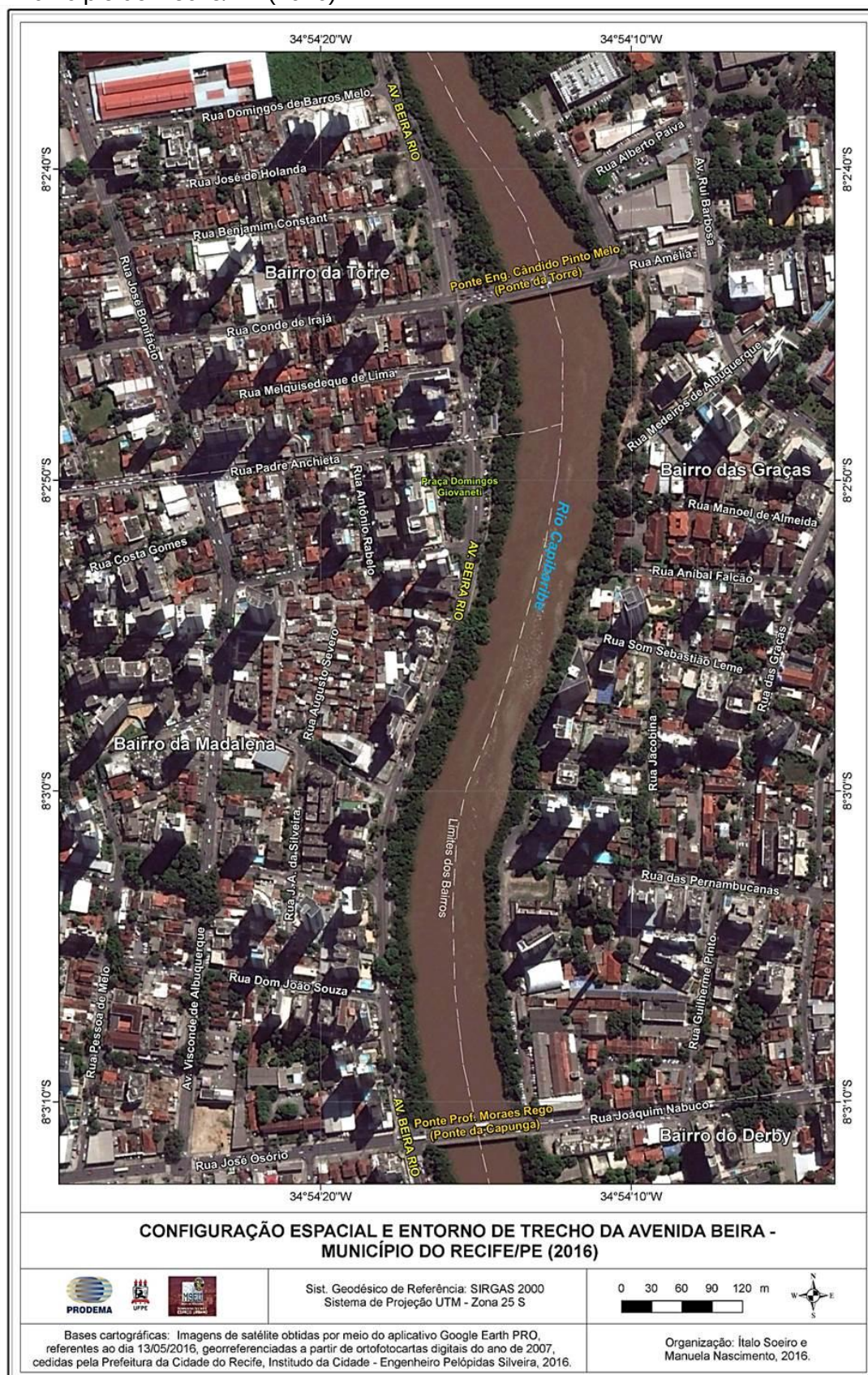
⁸ A Lei nº 16.293/97 é referente ao Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, que entrou em vigor em 01 de fevereiro de 1997.

Mapa 2 – Localização de Trecho da Avenida Beira Rio no Município do Recife/PE



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento, 2016

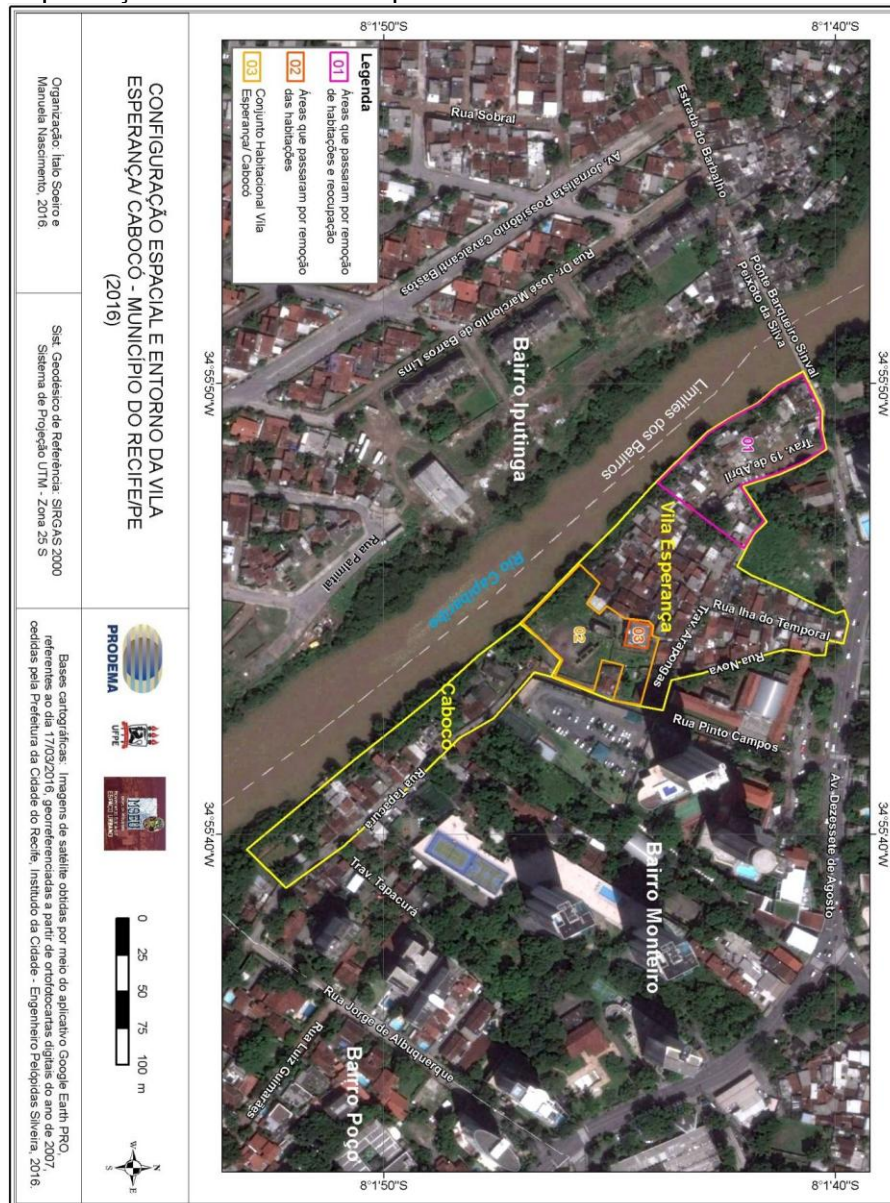
Figura 1 – Configuração espacial e entorno de Trecho da Avenida Beira Rio no Município do Recife/PE (2016)



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento, 2016.

Enquanto que o território da Vila Esperança/Cabocó (Figura 2), por sua vez, é reconhecido pelo PPC como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁹. A ocupação ocorreu por assentamentos à margem esquerda do rio Capibaribe, no bairro Monteiro e é formada por população de baixa renda e que utilizava ou ainda utiliza (em alguns casos) do rio como meio vital e de lazer.

Figura 2 – Configuração espacial e entorno da Vila Esperança/Cabocó no município do Recife/PE



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento, 2016.

⁹ A lei reconhecia características particulares daqueles assentamentos e propunha a promoção de sua regularização jurídica, bem como a sua integração à estrutura da cidade. As ZEIS, portanto, constituíram-se, a princípio, como instrumento de regulação do uso e ocupação do solo, inibindo, assim, os interesses dos especuladores imobiliários.

Em um segundo momento do procedimento metodológico, este mais correspondente ao recorte empírico, mergulhamos no objeto. Dividiu-se em duas partes: observações exploratórias e sistemáticas, e entrevistas informais (sem sistematização) e formais com representantes do setor imobiliário, moradores dos territórios selecionados e com integrantes do PPC. Realizaram-se observações exploratórias e sistemáticas com o intuito de identificar e relatar dados de relevância para o desenvolvimento da melhor pergunta, da melhor indagação para nossa pesquisa.

Depois de encontradas as pergunta e delimitadas as hipóteses, construímos nossos objetivos e buscamos delimitar técnicas específicas para o alcance dos respectivos. Após tal delimitação, para evitar uma leitura opaca do problema, realizada apenas através das representações do mundo, a exemplo dos mapas, das cartas e das imagens de satélites, buscamos sair do sobrevôo das representações e da teorização isolada para mergulhar na realidade estudada. Talvez por minha formação geográfica, o campo – a exploração da espacialidade *in loco* – foi tratado, assim, como uma realidade que não é externa ao pesquisador (sujeito), mas como *locus* da interação dialética entre sujeito e objeto. Onde nossa subjetividade, expressa nas hipóteses e nas perguntas, foi se tronando mais sólida, transformando-se.

Como fruto do campo, logrou-se dados e elementos que possibilitaram respostas para nossas interrogações. Porém, esses dados e elementos, capturados em campo e em gabinete, apresentaram-se para nós, em princípio, de uma maneira desordenada e não clara, suscitando a necessidade de tratamento do material, do ordenamento. Destarte, o tratamento foi dividido em duas etapas:

- Interpretação das entrevistas e dos produtos culturais coletados (*folders*, anúncios de jornais, etc).
- Estudo crítico do Projeto Parque Capibaribe;

2.3. Técnicas

Este tópico acha-se desmembrado por cada objetivo específico. Para cada um dos objetivos, definiram-se técnicas de coleta de informação que garantiram seu cumprimento. Assim, explicando-as de maneira a destacar a relevância de cada uma para o trabalho, espera-se facilitar a compreensão da contingência particular envolvida na aplicação de todas as técnicas.

2.3.1. Objetivo I:

Para compreender, através das paisagens, o contexto sócio-histórico da relação sociedade humana-Natureza no qual estão situados os fenômenos da retorização ecológica e da reaproximação da natureza na cidade do Recife-PE, recorreu-se, ao método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, pois as potencialidades teórico-metodológicas deste método ofereceram-nos instrumentos para uma reflexão sobre a historicidade da produção da paisagem em um contexto urbano. De uma perspectiva teórica, tal método permitiu-nos a apreensão de como as temporalidades do tradicional e do moderno concorrem para a viabilização de uma urbanização que é criadora e criada por signos e mitologias ‘verdes’ (LEFEBVRE, 1999; BARTHES, 1975). Como essa concorrência de temporalidades se materializou na paisagem recifense? Por ter esse questionamento como tela de fundo para responder este objetivo, foi oportuno fazer uso de uma abordagem histórica. Ou seja, a interpretação materialista da história e a interpretação materialista da geografia foram, para o alcance deste objetivo, inseparavelmente tramadas e teoricamente concomitantes, sem nenhuma priorização de uma em relação à outra, como propusera Soja (1993). Portanto, o tempo foi concebido como dimensão explicativa das transformações que ocorrem na atual espacialidade da cidade do Recife. Uma regressão necessária para apreender melhor o objeto desta pesquisa.

Trata-se de um rápido recuo na história. Recorreu-se a uma regressão, para nos encontrarmos melhor no presente. Isso porque, muito do que se apresenta na cidade como novo (a construção de uma cidade parque; reaproximação da natureza, etc.) e que se lança como contraposição ao velho (cidade sem natureza; distanciamento da natureza, etc.), na realidade, não se emancipa completamente do

tempo passado. As transformações promovidas pela retórica ecológica, não significam, no caso em estudo, uma ruptura total com o passado. O 'esverdeamento' da cidade e a 'reaproximação', estão sob a mesma lógica da produção do espaço que os 'velhos' processos de modernização e higienização, por exemplo.

Para a viabilização deste recuo, recorreu-se, primeiramente, a uma pesquisa documental e a uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, além dos estudos científicos, a pesquisa baseou-se no levantamento de diversos documentos estimados como não científicos, sem filtro analítico e que foram produzidos e organizados com intenções diversas (GIL, 1999). Portanto, recorreu-se, como fonte de pesquisa, a materiais escritos e não escritos, tais como vídeos, fotografias, crônicas, poemas e a uma pesquisa bibliográfica que foi cumprida a partir de distintos livros, teses, dissertações, artigos científicos de revistas especializadas encontradas em importantes e diferentes bibliotecas localizadas em Recife, com destaque para o acervo especial das bibliotecas setoriais da Universidade Federal de Pernambuco e o acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Estudamos tal material no intuito de compreender o movimento da relação rio Capibaribe-Recife e para melhor posicionar o fenômeno em estudo. Assim, para seu tratamento, focalizou-se na busca do entendimento dos significados do rio para a cidade e como esse significado promoveu mudanças na morfologia da paisagem da cidade.

2.3.2. Objetivo II:

Para demonstrar como o PPC vem se utilizando da retórica ecológica para se legitimar, foram acompanhadas todas as publicações realizadas em suas redes sociais. Realizou-se, portanto, uma coleta de materiais de divulgação. Através destes materiais, buscamos entender de quais argumentos emocionais e lógicos o projeto se utiliza para convencer o ouvinte e como se usa das vozes da ciência e do ecologismo para se legitimar. Foi partindo de questões como estas, que buscamos interpelar tal material a fim de conhecer um pouco mais dos recursos oratórios utilizados pelo PPC, que vem contribuindo para o sucesso de seu discurso e na

legitimação e aceitação do projeto (nem sempre favorável aos sujeitos persuadidos, como veremos).

A partir do arcabouço oferecido pela categoria retórica ecológica – a ser delineada mais adiante no texto – optamos por analisar três das raízes apresentadas na trama argumentativa do PPC, sendo: mudanças climáticas (ideia de futuro catastrófico); mobilidade urbana sustentável (empatia); reaproximação da natureza do rio Capibaribe (passado mítico e presente hostil).

2.3.3. Objetivo III:

Para evidenciar os grupos sociais vulneráveis à gentrificação pela aplicação do Projeto Parque Capibaribe, utilizou-se da identificação e do mapeamento das áreas de baixa renda situadas nas margens do rio Capibaribe dentro da área prevista para implantação do Parque.

Para tanto, utilizou-se como base cartográfica, documentos coletados em instituições como:

- Prefeitura da Cidade do Recife – Instituto Pelópidas Silveira, 2016;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Diretoria de Geociências (IBGE/DGC). Base Cartográfica Contínua, ao milionésimo – BCIM: versão 4.0. Rio de Janeiro, 2014;
- Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco de 2001 fornecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- Imagens de satélite obtidas por meio do aplicativo Google Earth PRO e georreferenciadas a partir de ortofotocartas digitais do ano de 2007 cedidas pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Como Sistema Geodésico de Referência, utilizou-se da:

- Projeção Universal Transversa de Mercator;
- Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, 2000.

2.3.4. Objetivo IV:

As retóricas que circulam na sociedade formulam um sistema de manipulação, de onde surgem os signos hipergeneralizados, (VALÉRIO & LYRA, 2014). “Histórias infantis, mitos, filmes, propagandas, rituais, propostas educativas (formais ou informais), entre outras, são exemplos de onde eles são distribuídos coletivamente.” (VALÉRIO & LYRA, 2014, p.719). Com a retórica ecológica não é diferente, e, assim, ela interfere diretamente no processo de significação dos elementos que compõem a espacialidade da cidade. Portanto, para comparar o significado do rio Capibaribe para os distintos atores envolvidos no processo de implementação do Projeto Parque Capibaribe, utilizou-se do arcabouço da perspectiva semiótica da Psicologia Cultural¹⁰, pois no que toca à compreensão de como as pessoas constroem significados, a psicologia adquire um papel central de contribuição (BRUNER, 1997). Utilizou-se em especial, para a resposta a este objetivo, das contribuições da Psicologia Cultural, pois esta apresenta ser uma das mais apropriadas possibilidades de contribuição no estudo do significado (SATO, et al., 2007; VALSINER & ROSA, 2007), sobretudo, em sua perspectiva semiótica (VALSINER, 2007).

Em sendo assim, a constituição de significados referentes ao Capibaribe nas experiências cotidianas da vida dos sujeitos, foi sempre encarada como um processo semiótico. De tal modo que a investigação desse processo, baseou-se, como propuseram Valério e Lyra (2014), no contexto social e histórico específico e seguindo a noção do tempo enquanto uma entidade irreversível. Estudar o significado do Capibaribe a partir de tais noções permitiu-nos compreender não apenas os significados sobre o rio no contexto proposto, mas, possibilitou-nos, também, entender a relação da cultura coletiva com a construção pessoal, da retórica ecológica manipuladora com a significação que se estabelece no sujeito através de um processo semiótico. Nesta perspectiva, entendemos que processos gerais podem ser estudados, também, a partir do estudo das particularidades (SALVATORE & VALSINER, 2010). Porém, alertamos que o estudo do particular

¹⁰ De uma perspectiva teórico-metodológica, a Psicologia Cultural contemporânea permeia desde a teoria da atividade à semiótica, tendo como pano de fundo de suas discussões a cultura. A perspectiva que fundamentou este objetivo foi a semiótica (VALSINER, 2000, 2007; BARTHES, 1975, 2012; ECCO, 2001), cujo foco incide sobre a característica ontológica do humano de criar e usar signos – dispositivos semióticos.

não anula o das generalidades. Assim, o utilizamos como uma técnica que nos permitiu alcançar diferentes escalas de interpretação da realidade.

Destarte, para revelação do significado do rio para diferentes atores, recorreu-se mais especificamente à técnica da entrevista, pois esta serve como veículo para a captura das representações orais dos diversos atores envolvidos na trama do problema investigado. Representações estas, que através de um tratamento semiótico, nos permitiu compreender tais distinções.

Participantes

Inicialmente, através de visitas exploratórias e contato digital, identificamos os sujeitos dos três perfis que procurávamos – 1 - integrante do PPC; 2 - morador dos territórios em estudo; 3 - profissional do setor imobiliário na cidade do Recife. Os sujeitos que concordaram em participar, sendo 7 do território Vila Esperança/Cabocó, 3 da Avenida Beira Rio, 3 do setor imobiliário e 8 do PPC, totalizaram 22 entrevistas.

Instrumentos e aplicação

As entrevistas foram organizadas em torno de roteiros direcionados para cada grupo de atores (Apêndice A, B e C). Todas as entrevistas, buscando explorar o mundo vivido dos entrevistados e o sentido que esta esfera tem para os mesmos, foram realizadas em seus respectivos ambientes. Neste processo, como relata Gomes (1997), nossa consciência, como expressa no roteiro da entrevista, modifica-se e se amplia na interação com o entrevistado. Por isso, emanam da particularidade de cada entrevista, novas questões e esclarecimentos específicos. Ou seja, trabalhou-se através de um roteiro flexível e aberto aos diferentes modos de reação dos entrevistados.

A realização de algumas entrevistas-piloto, realizadas para a melhor produção do roteiro, demonstraram que entre os entrevistados existem os que estão prontos

para falar e refletir sobre sua condição de vida. Porém, existem outros que, por não estarem à vontade, apenas disponibilizam depoimentos reveladores no fim do processo, ou mesmo, não possibilitam uma boa entrevista. Pensando nisso, para todas as entrevistas, buscou-se conversar previamente com os entrevistados, a fim de descontraí-los da situação extraordinária.

As entrevistas foram realizadas entre Março e Agosto de 2016. No encontro individual, cada sujeito escutou (ou leu) e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) antes da realização da entrevista. Todas as entrevistas foram audiogravadas em aparelho de gravador Sony PX-240. Após gravação, todos os áudios foram transcritos integralmente com auxílio do QSRNvivo 8. Em seguida, com auxílio do *Atlas Qualitative Data Analysis version 7.5.7*, construíram-se e selecionaram-se algumas estruturas – conjunto mínimo de informação que permaneça garantindo a continuação do sentido das representações. Utilizou-se do software *Atlas*, para evitar que meu senso estético, meu olhar, possibilitasse uma interpretação tendenciosa. Ou seja, para buscar uma aproximação mais fidedigna com a experiência consciente do entrevistado, não se selecionaram enxertos aleatórios, ou mesmo, desprezando os demais, enxertos que apenas corroborassem com nossas hipóteses. Leituras minuciosas foram realizadas em conjunto com as interpretações do *Atlas*, para que pudéssemos identificar os enxertos das narrativas que representassem as estruturas¹¹. Em tendo estes enxertos elencados, passamos a analisá-los à luz da problemática em epígrafe nesta dissertação.

O foco da interpretação recaiu nos sujeitos situados. Para tanto, pautamo-nos na realidade social cotidiana dos sujeitos em seus contextos variados, considerando-os sempre dentro de sua historicidade.

¹¹Todas as estruturas utilizadas no texto foram identificadas pelas iniciais equivalentes ao grupo ao qual pertencem e por numeração definida na sistematização das informações tabuladas na pesquisa, para que fosse garantido o anonimato. Desta forma, Estrutura da Entrevista do Projeto Parque Capibaribe número um, estará representado no texto como EEPPC-1; Estrutura da Entrevista do Imobiliário número um como EEI-1; Estrutura da Entrevista da Vila Esperança número um como EEV-1; Estrutura da Entrevista da Cabocó número um como EEC-1; e, por fim, Estrutura da Entrevista da Beira Rio número um como EEB-1.

2.3.5. Objetivo V:

Para identificar o sentido econômico do conjunto de ações urbanísticas e se apresentar um direcionamento para um determinado público ou estrato social, foi necessário iniciar um contato com o grupo de Pesquisa e Inovação para as Cidades (InCiti)¹², a fim de que seus integrantes permitissem nossa aproximação, enquanto investigador, em suas atividades. O grupo se apresentou bastante solícito e viabilizou, sempre que solicitado, nossa inserção em todos os eventos desejados. Após lograr tal aprovação, elaborou-se um simples questionário socioeconômico¹³ com intuito de viabilizar a identificação do perfil dos frequentadores das ações publicitárias do PPC. Para tanto, acompanharam-se todas as ações de sensibilização e marketing do projeto no ano de 2016, porém a aplicação dos questionários ocorreu estritamente em dias de eventos promovidos pela equipe do PPC sem um direcionamento de público. Em assim sendo, os eventos nos quais se aplicaram os questionários foram: Lançamento do Jardim do Baobá (Figura 3), no dia 31/03/2016 e Domingo no Baobá (Figura 4), no dia 10/04/2016.

Figura 3 – Material de divulgação do evento ‘Lançamento do Jardim do Baobá’



Fonte: Acervo iconográfico do autor, 2016.

¹²O InCiti é um grupo transdisciplinar de pesquisa, inovação e produção de projetos, vinculado à UFPE que tem por objetivo promover conhecimentos capazes de transformar as cidades. Em setembro de 2013 passou a encabeçar o Projeto Parque Capibaribe.

¹³ Disponível no Apêndice E.

Figura 4 – Material de divulgação do evento ‘Domingo no Baobá’



Fonte: acervo iconográfico do autor, 2016.

Aplicou-se o questionário, em ambos os eventos, com pouco mais de 10% do público total presente para garantir uma amostra mínima confiável para embasar nossas inferências. No primeiro evento, 67 pessoas estavam presentes, sendo aplicado o questionário com 7. No segundo, 58 pessoas estavam presentes, sendo aplicado o questionário também com 7. Totalizaram-se, por fim, 14 questionários e dois eventos.

Além das ações publicitárias e de divulgação do PPC, aplicou-se o questionário em um domingo avulso – sem intervenção do PPC – e passado um mês do final das obras. Nesta ocasião, aplicaram-se 7 questionários em um universo de aproximadamente 50 pessoas (como é fluxo não foi possível trazer um número exato de pessoas presentes no momento da aplicação dos ditos questionários).

Os dados adquiridos por esta técnica foram tabulados, planilhados e tratados com auxílio do Excel. Através dos dados encontrados, geraram-se alguns gráficos

que permitiram uma leitura mais fundamentada do perfil dos sujeitos que estão sendo informados acerca do PPC e que estão se apropriando inicialmente do primeiro espaço do parque. Portanto, o tratamento permitiu-nos compreender tanto a existência de um perfil de escolha do local de realização, quanto um perfil socioeconômico dos frequentadores. Buscou-se compreender para quem estas ações estão sendo direcionadas; quais grupos estão se apropriando do PPC e qual estrato social está saindo na frente na corrida da apropriação do PPC.

3. PERCURSO TEÓRICO



3.1. Construção da noção de Natureza

O presente tópico trata de uma navegação nos mares do conceito de *natureza* com a finalidade de construir e iluminar a noção que este termo apresentará em nosso estudo dissertativo. Alerta-se, de antemão, que não se trata de uma navegação imperceptível tal qual um cruzeiro que flutua tão suavemente que quem está a bordo nem sequer percebe seu movimento, mas sim como uma pequena canoa em mares agitados, ou seja, uma navegação bastante turbulenta. Esta metáfora da pequena canoa na imensidão do mar nos faz atentar para outro caminho desta navegação, além do da turbulência, que é a necessidade da delimitação da noção de natureza que será construída para este estudo. Esta emerge, em certa medida, como uma necessidade eminente, pois a *natureza* compõe, enquanto parte fundamental, a tríade aqui investigada, ou seja, *Natureza, ideologia e produção do espaço urbano* e suas repercussões na diversificação da realidade ambiental concreta das cidades contemporâneas.

Antes de qualquer problematização, a primeira questão que deve brotar é: por que uma pequena canoa num mar agitado? Respondendo, esta navegação pode ser considerada como turbulenta por variados motivos. Neste texto, porém, considerou-se como tal pelo caráter polissêmico do termo *natureza* e pela existência de uma bruma (ideológica, cultural...) que obscurece o nosso modo de percebê-la, onde esta se apresenta para nós sendo, ao mesmo tempo, “[...] material e espiritual, [...] uma totalidade e uma série de partes” (SMITH, 1988, p.28) e ainda é universal e exterior.

A concepção social da *natureza* tem acumulado variados significados no caminhar da história. Pretende-se, neste tópico, apenas lançar luz de maneira introdutória sobre algumas destas concepções com a finalidade de construir uma noção de *natureza* que sirva como categoria interpretativa em nossas análises do objeto de pesquisa. Ou seja, este escrito não pretendeu elevar-se ao ponto de alcançar soluções para a necessidade da compreensão das fronteiras epistemológicas do conceito de *natureza*.

Assim, para finalizar estas considerações iniciais, esse tópico está estruturado em dois momentos; inicialmente, demonstrar-se-ão, mais detalhadamente, as duas

características do termo *natureza* que são responsáveis pela agitação das águas do seu mar; ou seja, *Problemática semântica da natureza* e *Natureza Ontológica: seu caráter universal e particular*; posteriormente delinearemos quais sentidos utilizaremos deste termo nesta dissertação.

3.1.1. Problemática semântica da *natureza*

Quando tratamos de *natureza*, logo surgem os mais variados significados, ou seja, a *natureza* como conceito, representação, sentimento, nas artes, nas interpretações racionais do mundo e do homem, nos sistemas filosóficos, nos hábitos ético-político, econômico, ou seja, em variados sentidos e contextos. Pois, como afirmou Santos (1994, p. 16):

[...] com a presença do Homem sobre a terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e da criação da Natureza Social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional.

Esta constante redescoberta da *natureza* nos traz um problema semântico, pois a própria persistência tradicional da palavra – do grego *physis*, em latim *natura* (ambos relacionados com a ideia de “geração” ou “Nascimento”) – está muito distante de garantir uma unicidade de sentido, como afirmou Casini (1977). Trata-se de um termo com múltiplos significados, sugestivos e vagos. Somente a consciência pueril ou as obrigações do uso linguístico podem atribuir-lhe uma definição restrita – num dicionário, por exemplo.

Assim, podemos afirmar que uma das características que gera agitação nesta nossa navegação, trata-se de uma problemática semântica. Vejamos alguns exemplos de utilização da *natureza* enquanto termo:

- Qual a **NATUREZA** deste processo? (*natureza* enquanto origem);

- Faz parte da **NATUREZA** das mulheres desprezar quem as ama e amar quem as detesta. (*natureza* enquanto índole, caráter e postura);
- Na cidade tudo é artifício, nada é **NATUREZA**. (*natureza* enquanto antítese da atividade produtiva humana);

Passmore (1995, p. 91), ao refletir sobre tal polissemia, afirmou que:

A ambigüidade da palavra ‘natureza’ é tão notável que dispensa comentários. Exceto, talvez, para enfatizar que esta ambigüidade – quase tão aparente quanto Aristóteles o denotou há muito tempo, no seu equivalente grego ‘Physis’ – não representa um produto meramente accidental de confusões ou fusões etimológicas; reflete finalmente as hesitações, dúvidas e incertezas com as quais os homens têm se deparado frente ao mundo ao seu redor.

Para o autor a polissemia aqui destacada não é fruto apenas de confusões e contrações etimológicas na formação da palavra, mas, sobretudo, produto de uma dialética da humanidade frente ao mundo, onde ao mesmo tempo em que mudamos nosso modo de relação com este mundo, criam-se novas maneiras de explicá-lo, interpretá-lo, conceituá-lo, ou seja, criam-se novos significados para a palavra *natureza*.

Para melhor evidenciar o porquê desta polissemia, deve-se compreender o movimento de acumulação dos vários sentidos do termo *natureza*. Neste contexto, recorreremos a uma discussão inevitável relacionada ao tempo e ao seu movimento.

Para iniciar, trazem-se os pensadores da Antiguidade Clássica, pois estes afirmavam, ao observar guerras, desastres, ascensão e quedas de impérios, existir certa repetição cíclica na história da humanidade. Segundo Leach (1974), os gregos compreendiam o progresso temporal como um “zigue-zague”. Neste sentido, o autor afirma que “[...] o tempo de Cronos é a oscilação, um tempo que vai e vem, que nasce e é engolido e vomitado, uma oscilação do pai para a mãe, da mãe para o pai, repetidamente [...]” (1974, p. 199).

Ao discutir a representação simbólica do tempo, Leach (1974, p. 193) afirmou que:

[...] todos os outros aspectos do tempo, duração ou sequência histórica, por exemplo, são apenas simples derivações destas duas experiências básicas: a) que certos fenômenos da natureza se repetem; b) que as mudanças da vida são irreversíveis.

Entretanto, o modo moderno de conceber o tempo tende a destacar o segundo destes aspectos, pois emergem, na modernidade, alguns elementos representativos: a ruptura, a imposição do novo e o anseio (antigo) de compreender a totalidade. O discurso moderno, como afirmou Gomes (1996), parte do pressuposto de que o novo deve, necessariamente, se impor sobre o antigo e o tradicional. Esta imposição, para o autor, se dá através da ruptura, ou seja, por meio da negação do que existia, e pela procura de “provas” que infirmem as concepções já existentes.

No entanto, como uma escada em espiral, é em novos patamares que o andamento dos eventos humanos se completa. O “balanço pendular” das alterações culturais não repete simplesmente os mesmos eventos de forma indefinida. Verdadeira ou não, essa teoria serve como uma metáfora que ajuda a focalizar nossa atenção, afirmou Stewart (1989). Na oscilação deste pêndulo, emergiram variados significados para o termo *natureza*.

Santos (1997, p. 23), ao refletir sobre o tempo, traz outro conceito que servirá para elucidar ainda mais nossa discussão, o dos períodos. O autor alegou que estes seriam as

[...] secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma forma de relações. Cada período representa, no centro do sistema, um conjunto coerente de formas de ação.

A fragmentação da história em períodos não é um fato, porém, essa divisão é uma ferramenta válida para o pensamento como uma forma de esclarecimento,

como afirmou Henrique (2004). Neste contexto, pode-se afirmar que a ideia de *natureza* variou sob diferentes períodos e, conseqüentemente, sob diferentes paradigmas.

O que se deve perceber é que os conceitos são sempre dinâmicos e, portanto, estão em constante processo de transformação. Esse dinamismo está diretamente imbricado à ideia de movimento, o qual, neste trabalho, será sempre abordado enquanto espiral, e não como ciclos fechados sobre seu próprio ponto de origem ou mesmo como zig-zag.

Assim, deve-se perceber que o começo de um novo período sempre canaliza consigo alguns sinais dos períodos antecedentes. A mudança, por mais rupturada e “moderna” que seja com momentos passados, nunca extingue por completo seus resquícios. Assim, as ideias e significados que o termo *natureza* adotou em tempos passados, também se manifestam nos tempos presentes, pois o tempo não é apenas a sucessão linear dos fatos, é também a simultaneidade (SANTOS, 1997). Assim, fica mais clarificado o porquê da polissemia do termo aqui estudado.

3.1.2. Natureza ontológica: seu caráter universal e particular

A palavra *natureza*, como se pode constatar na discussão trazida anteriormente nesta seção, é polissêmica, bastante complexa e, por muito, contraditória como afirmou Smith (1988, p.28):

A natureza é material e espiritual, ela é dada e é feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é totalidade e uma série de partes [...]. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim.

Pode-se afirmar que todas estas concepções de *natureza* expostas por Smith, todos estes significados, se acumularam no presente, e sobrevivem. Mas, como

alerta o autor, apesar de sua complexidade, pode-se enquadrar tais concepções em um macrodualismo – natureza exterior e natureza universal.

A natureza exterior, ou externa, trata-se dos objetos e processos que existem fora da sociedade humana. Uma natureza autônoma, criada por Deus; “matéria-prima da qual a sociedade é construída [...] árvores e rochas, rios e tempestades [...]” (SMITH, 1988, p.28). E por outro lado, existe uma natureza universal. Esta, em contradição à noção exterior, inclui o homem com seus processos sociais e todos os objetos não humanos.

Quais seriam as raízes históricas deste dualismo? Para Smith (1998), além da tradição intelectual judaico-cristã e cartesiana – que trata o homem como exterior e contínuo em relação ao resto da criação –, deve-se remeter, também, diretamente ao sistema epistemológico construído por Immanuel Kant que distinguiu a Natureza em interior e exterior.

Primeiramente, considerar-se-á, aqui, a contribuição da tradição judaico-cristã para o enraizamento de tal dualismo. Para tanto, levamos em conta como fundamental para compreender o papel da doutrina cristã em tal enraizamento, entender suas teorias sobre o universo e o homem.

O ponto fundamental de sua teoria do universo é a existência de Deus. Stevenson (1976, p.51), ao discutir a teoria do universo para o cristianismo, afirmou que:

O Deus cristão não é considerado um objeto entre outros no universo; não ocupa nem posição no espaço nem dura um determinado período temporal. Não é tampouco identificado como todo o universo, soma de tudo que existe [...] Isto é panteísmo e não cristianismo.

Em relação à teoria do homem, tal concepção o vê basicamente na sua relação com o Deus, que o criou para “que ele ocupasse uma posição especial no universo.” (1976, p. 55). O homem, assim, foi feito a imagem e semelhança de seu criador, para ter domínio frente ao resto da criação. “[...] é um ser único no sentido

de que tem em si algo da autoconsciência e da capacidade de amar que é próprio de Deus” (1976, p.55).

Ramos (2010, p.75), ao discutir a contribuição deste paradigma para o entendimento da crise ambiental, afirmou que

No pensamento antigo, a natureza sempre existiu e sempre teria existido. Ela era o todo, e não algo que estava na dependência do arbítrio de Deus. No pensamento judaico-cristão, ao contrário, o homem não se situa na natureza, mas perante ela, e o seu destino é concebido independentemente da história do mundo, como um elemento fora de um conjunto. O ser humano é considerado transcendente em relação ao mundo físico, não pertence à natureza, mas à graça, que é sobrenatural [...].

Por outro lado, apesar de o homem na concepção judaico-cristã ser visto como um ente fundamentalmente distinto do resto da criação, ele está, ao mesmo tempo, em continuidade com ela. “Ele é feito do pó da terra [...], ou seja, é matéria.” (STEVENSON, 1976, p.55). Percebe-se, então, a presença de um dualismo, onde o homem é ao mesmo tempo exterior e contínuo com o “resto” da criação/Natureza. Porém, este dualismo irá se acentuar com a penetração das filosofias gregas (principalmente platônicas) na formulação de sua doutrina, por exemplo, na concepção de alma imaterial.

Ou seja, fica bastante esclarecido que estas concepções de homem externo e homem contínuo em relação à “Natureza – criação”, foram de grande importância para a formulação do macrodualismo ocidental aqui analisado.

A filosofia de Descartes, por sua vez, enquanto mais uma das bases da modernidade, representa, em certos aspectos, o auge das tentativas de diferenciar o homem dos demais seres do Universo. “Em sua filosofia, apenas o corpo humano se encontra dentro da Natureza, como alguma coisa que não é sagrada; o que fica fora da Natureza é unicamente a consciência.” (PASSMORE, 1995, p. 94). Todavia, a pessoa humana, associando espírito e corpo, se coloca em oposição total com o mundo não-humano. Assim, o dualismo cartesiano foi utilizado para justificar a ideia de que, nas suas relações com a Natureza, o ato do homem não era sujeito a

nenhuma restrição moral frente ao mundo não-humano, já que apenas o homem é dotado de consciência (PASSMORE, 1995). Pode-se afirmar que estas suposições basilares da sociedade moderna ocidental, ao abandonarem a concepção da Natureza enquanto algo vivo e orgânico, serviram, sobretudo, para viabilizar uma percepção da natureza enquanto objeto a ser dominado e a serviço da ideia de progresso.

No que tange à contribuição de Immanuel Kant para a discussão da natureza exterior e universal, trazemos a partir da análise de seus conceitos de juízo de conhecimento e juízo de gosto presente na obra *Crítica da Faculdade do Juízo* (1993) para, assim, encontrarmos a interação de tais conceitos com seu sistema epistemológico referente à natureza exterior e interior.

De modo resumido, os *juízos de conhecimento* emitem conceitos que possuem validade geral, por se basearem em propriedades do objeto. Como demonstra em exemplo didático Ariano Suassuna (2014, p. 69): “quando eu digo: ‘Esta rosa é branca’, estou emitindo um juízo de conhecimento: o resultado é um conceito indiscutível, válido para todo o mundo, de validade geral”. Isto, pois está baseado em propriedades objetivas da rosa. Por outro lado, os *juízos de gosto* não emitem conceitos: decorrem de uma simples reação pessoal do contemplador diante do objeto não da propriedade deste, como afirmou Suassuna (2014). Kant (1993, p.48), em texto, esclarece que:

O juízo de gosto não é, pois, nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico e sim estético, pelo qual se entende aquilo cujo fundamento de determinação não pode ser senão subjetivo. Toda referência das representações, mesmo a das sensações, pode, porém, ser objetiva (e ela significa então o real de uma representação empírica); somente não pode sê-lo a referência ao sentimento de prazer e desprazer, pelo qual não é designado absolutamente nada no objeto, mas no qual o sujeito sente-se a si próprio do modo como ele é afetado pela sensação.

Ao dizer que a beleza não está no objeto, mas, sim, que esta é uma construção do espírito estético de quem olha para o objeto, Kant pretendeu deslocar a existência da beleza do *objeto* para o *sujeito*. Percebe-se então, a partir de sua

Estética, que no sistema epistemológico de Kant existe um fortalecimento da cosmo-ontologia do *ser* e do *ente*, ou seja, do dualismo primário entre *sujeito* (fenômeno; mente; espírito;) – natureza interior – e *objeto* (noumeno, coisa em si;) – natureza exterior. Smith (1988, p.29), em texto, clarifica tais concepções:

A natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam. [...] é significativo que, nesse dualismo, a própria mente humana não figure de forma alguma. Para Kant a mente era, em princípio, o meio pelo qual esse dualismo era superado; a mente cognoscente individual experimentava a natureza como unidade na mente; e no nível da espécie, era função da cultura superar esse dualismo do animal interior e da natureza exterior.

Kant, na leitura de Lukács (1978), oscila ao mesmo tempo entre materialismo e idealismo. Se, por um lado, afirmava a existência do objeto externo de nossa consciência, por outro, alegava que este objeto é, *a priori*, incognoscível ao nosso conhecimento. Para Kant, no alicerce de todo conhecimento humano sobre “natureza exterior” está a experiência e nossas percepções sensoriais. Seria, assim, através dos sentidos que conhecemos o mundo exterior à nossa consciência, real, no entanto estas percepções sensoriais não garantem o conhecimento pleno da exterioridade do mundo, por outro lado nossa mente adentra sua natureza interior.

Pode-se afirmar que o pensamento ocidental reconheceu, após Kant, que o dualismo é produto da consciência e que este passa a existir porque percebemos a natureza exterior do mundo e sua natureza interior de maneiras separadas. É neste sentido que a filosofia kantiana, ao propor uma lógica transcendental, realiza o que ficou conhecido como “revolução copernicana do conhecimento”. Pois, como afirma Costa (1997, p.103), “Kant alarga a tal ponto esta oposição de subjetividade e objetividade, que na subjetividade se apreende o fenômeno e do outro lado, nada resta a não ser a ‘coisa em si’, o real como ele é.”.

Este dualismo Kantiano se “cristalizou na espinha dorsal da ideologia burguesa da natureza.” (SMITH, 1988, p.29). Esta apresentação da Natureza (realidade total) como um objeto exterior não é acidental. A ideologia burguesa se

apropriou desta noção para que as atitudes humanas frente à Natureza fossem de uma postura exterior não apenas epistemologicamente, mas empiricamente no processo de produção. Ou seja, as noções de *sociedade* e de *natureza* foram desenhadas, aparelhadas, delineadas e esculpidas, ao longo dos séculos, para tornar *impossível* qualquer reconciliação, qualquer síntese, para tornar-se pouco a pouco incompatível qualquer combinação entre os dois termos. Pode-se afirmar, portanto, que este dualismo é o grande responsável pela agitação de nossa navegação.

Após esta breve contextualização de duas das bases que fundamentam este dualismo, pensemos: existem de fato duas Naturezas numa realidade que é única? Nós não interpretamos assim. O fato, para nós, é que se trata de uma Natureza total ontológica, a realidade concreta, fruto da flecha do tempo, porém que é concebida e diversificada segundo diferentes esferas ontológicas da realidade. Antes de explicar esta Natureza ontológica devemos esclarecer rapidamente o que entendemos por ontologia.

Lessa (2001, p.92), ao refletir sobre a ontologia, afirmou que

Todas as ontologias até Hegel consideram a essência como o verdadeiro ser, ou seja, a essência concentraria em si um *quantum* maior de ser que os fenômenos. Há, neste sentido, uma clara distinção do *estatuto de ser* entre o essencial e o fenomênico: o primeiro é autenticamente, o segundo apenas pode existir tendo na essência o seu fundamento. Portanto, a existência do fenômeno é, para sermos breves, de segunda ordem, decorrente da existência primordial da essência. Esta supremacia ontológica da essência é o fundamento último das concepções teleológicas da história, pois, novamente sendo extremamente sintético, o desenvolvimento histórico teria por direção e sentido necessários à realização desse ser essencial.

Marx, por outro lado, em sua construção teórica propõe outra concepção, em que essência e fenômeno não aparecem mais como categorias hierárquicas, pois possuem, para ele, o mesmo *estatuto* ontológico, “[...] são igualmente existentes e igualmente necessárias ao desdobramento de todo e qualquer processo [...]” (LESSA, 2007, p. 92), portanto, na passagem de uma situação para outra, o que

distinguiria essência e fenômeno seriam as distintas funções que exercem no interior da processualidade da qual são determinações. É esta concepção metodológica que conduz a compreensão materialista-dialética do concreto, pela qual “o concreto é concreto porque é a soma de muitas determinações, isto é a unidade do múltiplo.” (LUKÁCS, 1978, p.74).

Para esclarecer esta Natureza ontológica nos aproximamos ainda mais de Georg Lukács que, por sua vez, segundo Lessa (2007, p.14), afirmava existir na realidade total particularidades e distinções que são essenciais onde se poderia distinguir em três esferas ontológicas: a inorgânica; a biológica; e o ser social. Apesar da distinção, as três esferas ontológicas propostas por Lukács estão intimamente tramadas dentro da unidade do ser da Natureza total.

Em poucas palavras, a unidade última do ser não é destruída pela gênese e pelo desenvolvimento das três esferas ontológicas. Pelo contrário, com a gênese e o desenvolvimento da vida e do ser social, a unidade é mantida num patamar mais elevado, ganha novos matizes e se torna mais rica e articulada. Essa unidade ontológica última se evidencia, por exemplo, tanto no fato de a reprodução social requerer uma permanente troca orgânica com o mundo natural, como pelo fato de que, sem natureza, não pode haver ser social. (LESSA, 2007, p.15)

Os “entes”, as “coisas em si”, os processos materiais, os objetos, a “natureza exterior”, o ser cognoscível, o espírito, o “Ideal”, o sujeito, a “natureza interior”, as três esferas ontológicas, tudo está contido numa mesma realidade que é tecida em conjunto. Neste sentido, não se devem compreender as categorias *universal* – realidade total –, *particular* e *singular* – distinções ontológicas – como categorias autônomas, tendo em vista que seria impossível, como alertou Lukács (1978), orientar-nos na realidade, pois, como afirmou Lênin citado pelo mesmo Lukács (1978, p.6):

[...] o singular só existe na ligação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Cada coisa universal é uma parte, ou um lado, ou a essência do singular. Qualquer universal abarca apenas aproximativamente todos os objetos singulares.

Qualquer elemento singular só entra incompletamente no universal.
E assim por diante.

É sob tal contexto que afirmamos que não existem duas naturezas e sim uma única Natureza ontológica que seria a própria realidade concreta, uma Natureza complexa, dotada de particularidades, de distinções essenciais e que se constitui enquanto uma unidade do múltiplo.

Entretanto, se enxergarmos desde a perspectiva das práticas concretas, perceberemos que ainda se insiste em tratar a Natureza – unidade do múltiplo – como uma natureza (metonímica), por quê? Qual a função de tal concepção? A seguir responderemos estas questões.

3.1.3. A noção de Natureza neste trabalho

Este tópico da dissertação não veio dar uma palavra final a respeito da palavra *natureza*, uma vez que, como se pôde observar nas discussões aqui trazidas, a realidade é ontologicamente uma unidade complexa, apresentando diferentes formas de movimento e de organização que a diversificam em sua totalidade. Veio, sobretudo, construir e esclarecer a noção de *natureza* que utilizaremos em nossas análises.

Assim o fazendo, a Natureza, neste estudo dissertativo, será concebida como universal e particular. Neste contexto, o homem é um poder da Natureza, que se contrapõe a outras forças e materiais naturais e é nesta interação que a sociedade se movimenta qualitativa e mecanicamente a fim de suprir suas necessidades biológicas, sociais e estéticas, onde “Toda natureza está mediada socialmente, assim como, inversamente, que a sociedade está mediada naturalmente como parte constitutiva da realidade total.” (SCHMIDT, 1977, p.87).

O ser social é ontologicamente distinto das outras esferas que compõem a Natureza total, pois existem distinções nas suas formas concretas de ser. Segundo Lessa (2007), a processualidade social é distinta dos processos inorgânicos, por

exemplo, pois enquanto no ser social a consciência tem fundamental papel, permitindo que os homens reajam de maneiras sempre distintas às situações; por outro lado, na trajetória da erosão de uma rocha, pela qual esta muda sua feição, o processo acontece sobre absoluta ausência de consciência. Ou seja, são distintas nas suas formas concretas de ser.

Em assim sendo, o ser social concebe a Natureza sob contextos históricos e ideológicos, fazendo com que a realidade, segundo Demo (1981), seja percebida seguindo sempre uma posição a serviço de algum interesse pessoal, social ou econômico.

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza [...] Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura. [...] o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico. (PORTO-GONÇALVES, 2011, pp. 23-24)

Neste contexto, podemos afirmar que o espírito ocidental, como alertou Turner (1990), concebe a Natureza como uma natureza que contém um tom moralizante, persuasivo e que distorce a realidade em favor dos interesses sociais hegemônicos. Porém, como alerta Thomas (2013), esse “espírito ocidental contra a natureza” não é fruto apenas do paradigma e da tradição religiosa judaico-cristã, como propusera o professor Lynn White Jr. (1967) ao descrever o cristianismo, em sua forma ocidental, como “the most anthropocentric religion the world has ever seen”¹⁴ (p.1205), mas como fruto, sobretudo, do surgimento da propriedade privada e da economia monetária que impusera uma noção de natureza que viabiliza os pilares do capitalismo, ou seja, que combata a deificação da Natureza. Em sendo assim, podemos afirmar que o cristianismo “made it possible to exploit Nature in a mood of indifference to feelings of natural objects”¹⁵ (p. 1205), porém esta característica não se deve apenas à religião, pois como exemplifica Thomas (2013), “o culto à natureza não evitou a poluição no Japão”.

¹⁴Tradução nossa: “a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu”.

¹⁵Tradução nossa: “tornou possível a exploração da Natureza em um clima de indiferença para com os sentimentos dos objetos naturais”.

Prado (1999), ao discutir a relação da representação da Natureza com a construção da identidade nacional nas Américas, trouxe contribuição à discussão ao demonstrar que a natureza serve, sobretudo, como ideologia. Em sendo assim, na construção da categoria analítica *natureza* para nosso estudo dissertativo, buscou-se não cair na tentação de partir de uma condição primordial fictícia, ou seja, de partir em nossas análises considerando que a Natureza não é concebida socialmente segundo filtros ideológicos e permanecendo numa visão romântica. Isso seria um caminho falacioso de raciocínio. Não querendo ignorar as ligações históricas concretas, partiu-se, por conseguinte, das formas concretas que a sociedade ocidental contemporânea concebe a Natureza. Uma natureza que contém um tom moralizante, persuasivo e que distorce a realidade em favor dos interesses sociais hegemônicos. Portanto,

[...] uma árvore é uma árvore. Sim, sem dúvida. Mas uma árvore [...] já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um uso social que se acrescenta ao da simples matéria (BARTHES, 1975, p. 131).

Por este motivo que se diferenciou o termo *Natureza* – no seu sentido ontológico (unidade do múltiplo) – e *natureza* – no seu sentido forjado falaciosamente pelas ideologias. Podemos dizer, assim, que a pequena canoa nesta aventura trepidou, sacudiu e balançou bastante, afinal o mar que aqui se escolheu para navegar não é tão sossegado. Espera-se, porém, como saldo desta aventura, ter esclarecido em quais sentidos utilizaremos *Natureza* e *natureza* enquanto categorias de análise nesta dissertação.

3.2. O caráter ideológico da natureza e sua mercantilização

O presente tópico tem por encargo, dentro desta seção teórica, inferir sobre a *Natureza* e a *ideologia* e como, do entrelaçamento destas dimensões emerge uma *natureza* que é concebida socialmente de maneira a distorcer a realidade em favor de interesses, ou seja, que segue uma posição a serviço de algum interesse social

ou econômico (DEMO, 1981). Apesar desta natureza ser representada, apresentada e forjada de maneira metonímica, a partir do desenvolvimento de uma sensualidade estética, atrai e agrada nossos sentidos. A natureza se lança como uma mercadoria, um objeto de desejo e nada mais.

Para facilitar a compreensão desta trama entre *Natureza* e *ideologia*, devemos esclarecer, antes de qualquer coisa, o que entendemos por ideologia neste estudo dissertativo, visto que o que entendemos por *Natureza* e *natureza* já foi esclarecido no tópico passado.

Pensemos: comumente, como exemplificou Chauí (2008), postulamos que um determinado ser é real porque é uma coisa, porém, o simples fato desta “coisa” possuir um nome, “montanha”, “carro”, “rocha” etc., indica que esta é uma “coisa-para-nós”. Portanto, algo que apresenta um sentido e um significado em nossa experiência. Em exemplo didático,

Suponhamos que pertencemos a uma sociedade cuja religião é politeísta e cujos deuses são imaginados com forma e sentimentos humanos, embora superior aos homens, e que nossa sociedade exprime essa superioridade divina fazendo com que os deuses sejam habitantes dos altos lugares. A montanha já não é uma coisa: é a morada dos deuses. (CHAUÍ, 2008, p. 20)

Alerta-se, porém, que não se deve pensar que existe, como propusera Kant em seu sistema epistemológico, de um lado, a “coisa-em-si” e de outro, a “coisa-para-nós”, pois se afirmássemos esta ruptura estaríamos abrindo a possibilidade de dizer que o real seria constituído apenas por nossas ideias e representações. Existe, por outro lado, um entrelaçamento entre ambos, a unidade de um ser e de seu sentido, que se dá como resultado das relações da sociedade humana frente ao substrato complexo que a cerca, como afirmou Chauí (2008). Estes significados devem ser concebidos como variáveis, não como imutáveis e únicos, pois mudam no tempo e no espaço, de grupo social para grupo social, de cultura para cultura e são produtos, muitas vezes, de investimentos políticos e publicitários.

O que devemos perceber desta breve discussão desenvolvida acima, é que essas ideias, representações e apresentações da realidade são produzidas, por muito, numa sociedade desigual, segundo os interesses de grupos hegemônicos e

interesses econômicos. Esse distorcer da realidade é nomeado de ideologia. Na produção do espaço urbano, o entrelaçar da Natureza com a ideologia produz uma natureza que é produto desta distorção e que “é e não é o que é, tal como a obra de arte surrealista.” (HAUG, 1997, p. 48).

Pensando esta discussão sob o prisma das cidades contemporâneas, percebe-se que ao mesmo tempo em que as cidades se distanciam de sua “naturalidade” com a urbanização que transforma, como afirmou Lefebvre (1999), o que outrora era abundante em raridade, multiplicam-se signos da natureza que substituem e suplantam a Natureza. “Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, [um rio] tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização obceca.” (LEFEBVRE, 1999, p. 36). Esta natureza é preparada por uma retórica que busca sentidos e conteúdos ilusórios. Sobre este contexto,

Não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano [do rio] ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas humanas e inumanas. (LEFEBVRE, 1999, p. 35)

Ou seja, a natureza é produto da contradição concreta do espaço urbano, é produto do entrelaçar da Natureza e da ideologia, e é recriada, ou melhor, reinventada seguindo interesses econômicos. Esta natureza, produto de uma manipulação econômica, vem buscar seu sentido, como afirmou o próprio Lefebvre (1999), por meio da fetichização e do desenvolvimento de uma sensualidade estética destes elementos metonímicos e eufemísticos.

A distorção da realidade com o sentido de manipulação, segundo Haug (1997, p.14), só pode ocorrer se esta manipulação, “[...] de algum modo, encaixar-se nos interesses ‘objetivos’ dos indivíduos manipulados.”, ou seja, esta natureza deve ser desejada para ser alienante. Exatamente por este motivo, são construídas narrativas retóricas que, seguindo o mote da reaproximação, vêm para modificar a organização sensível dos grupos sociais e transformar as relações sensuais entre o sujeito e o objeto condicionado.

No caso estudado nesta dissertação, este objeto condicionado para ser percebido de uma maneira que agrade ao sentido estético é a natureza do rio Capibaribe, dentre outras. Então, o rio é apresentado aos grupos sociais da cidade do Recife como algo além de suas características materiais, além de seu valor de uso, como algo abstrato (apesar de partir da realidade concreta), uma necessidade, uma mercadoria. Deste modo, pode-se dizer que esta distorção da realidade produzida pela ideologia e pela manipulação, “falam sempre a língua de interesses reais (concretos), ainda que como língua estrangeira de interesses alienados e desfigurados, portanto, irreconhecíveis.” (HAUG, 1997, p.14).

Pensemos: cadeiras, carros, armários, mesas fazem parte da Natureza ontológica, mas estes elementos não são apresentados diretamente nem vendidos como natureza; árvores, parques, rios, lagos fazem parte da Natureza ontológica e, em contrapartida, são apresentados diretamente como natureza. Tudo faz parte da Natureza ontológica que é uma unidade do múltiplo, mas a aparência da natureza se mostra importante no processo de torná-la mercadoria de consumo. A distinção da realidade em elementos “artificiais”, de um lado, e espontâneos e “naturais”, de outro, é fundamental nesta construção e delimitação de uma estética da natureza.

A cidade se tornou o símbolo do artifício, pois no decorrer da história, “associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza” (LEFEBVRE, 1999, p.36) da cidade. Ou seja, a cidade (artifício) carece de natureza.

Onde quer que haja carência, necessidade e precisão, surge um proprietário de mercadorias oferecendo os seus ‘amáveis préstimos’ através da amabilíssima aparência, para logo em seguida apresentar a conta. (HAUG, 1997, p.27).

Neste contexto, como afirmou Lefebvre (1999, p. 36), “na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência à natureza é constante.”. A utilização da aparência da natureza está servindo à lógica de uma marca, ou seja, a estética da mercadoria, como afirmou Haug (1997), se desliga cada vez mais do corpo desta, pelo qual sua apresentação é reforçada por elementos representativos desta natureza (embalagens com desenhos de árvores,

folhas, água; utilização de aromas etc.). Portanto, a estética da natureza, por ser desejada graças às narrativas retóricas, serve como marca agregadora de valor às mais diversas mercadorias.

Desta forma, pode-se afirmar que a narrativa retórica da natureza que é produzida pelos movimentos ambientalistas, que se lançam contra uma racionalidade instrumental, por agentes publicitários e políticos, cria uma sensualidade estética, que quando somada ao consumismo, produz uma problemática que extrapola a escala da cidade do Recife.

Hoje, essa aliança vende como mercadoria um estilo de vida “em harmonia com a natureza”, como afirmou Henrique (2006), que cresce exponencialmente, atingindo tanto produtos de circulação fácil (material de limpeza, material cosmético, material escolar etc.), quanto empreendimentos imobiliários, os quais, por serem fixos no espaço, tornam-se símbolos dos movimentos de reaproximação social da natureza. Vende-se, nas cidades contemporâneas, a mentira¹⁶ de uma vida ambientalmente harmoniosa. Afinal, quem não quer comprar e “livrar-se” da responsabilidade ambiental?

3.3. Apropriação privada da natureza na produção do espaço urbano

Partindo da Geografia, campo do conhecimento científico que estuda a sociedade pelo espaço geográfico para promover o diálogo de saberes com outros campos do conhecimento, ressalta-se que o espaço – vivido e alienado – deve ser apreendido como uma totalidade complexa. Segundo Lefebvre (2006), antes, este espaço não evocava nada a não ser um conceito geométrico, ou mesmo de um meio vazio, considerando-o na perspectiva exclusivamente da Matemática e da Física.

¹⁶ Mentira, pois sabemos que a cidade não é ecologicamente harmoniosa, como bem demonstrara Cavalcanti (2010) que ao analisar a sustentabilidade das cidades capitalistas a partir da segunda lei da termodinâmica, a entropia, percebera que sob um modo de organização econômica predatório dos recursos, estas revelam-se cada vez mais insustentáveis.

Por outro lado, o espaço, nesta pesquisa, não deve ser concebido apenas como espaço físico, mas, concomitantemente, como espaço social resultante da complexidade das relações sociais historicamente dadas e em processo permanente de transformação. Neste contexto, Santos (1996, p.12) propõe que o espaço seja entendido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, compreendendo que,

Os objetos [os parques, por exemplo] não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1996, p. 39)

Não se trata, assim, de sistemas de objetos, nem de sistemas de ações concebidos separadamente, mas como o quadro único no qual a história acontece como uma teia de contradições, conflitos e possibilidades de diálogo. Pode-se, assim, afirmar que

O espaço [...] corresponde às transformações sociais feitas pelos homens. O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1979, p.10)

A superação da análise puramente material do espaço, acima demonstrada, representou um grande salto qualitativo para a Geografia. No âmbito da construção do pensamento geográfico, é possível visualizar um desvio que se estabeleceu na década de 1970, pelo qual, por meio de uma abordagem materialista histórica e dialética, reconheceu-se a *produção do espaço* (LEFEBVRE, 2006) como objeto de estudo. Esta noção, associada ao seu papel no processo de tecer ambientes, norteará a discussão desse tópico.

O processo de produção do espaço geográfico, sob o sistema capitalista, está intrinsecamente ligado aos interesses da racionalidade técnica instrumental neoliberal da globalização – que transforma “tudo que toca” em mercadoria –, não obstante tratar-se de um sistema cujas origens remontam ao século XVI. Como alerta Lefebvre (1999, p.142), “Não se trata mais de terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade. O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente [...]”, constituindo, segundo Castilho (2009), meio e condição no processo de produção contínuo e sempre inacabado em algum sentido, pois este não é apenas um substrato material, mas, simultaneamente, o uso que se faz do espaço. Isto porque é este uso que vai dar sentido e relevância social ao espaço.

O uso social do espaço, como alertara Castilho (2009), revela não somente a materialidade, mas também as normas e ações dos seus agentes. Neste sentido,

[...] numa sociedade de classes fortemente desiguais são interesses das classes dirigentes que predominam, buscando construir espaços que garantam a concretização dos seus interesses, produzindo mais desigualdades, mas perversidades, fazendo do espaço a condição de sua existência. (CASTILHO, 2009, p.47)

Portanto, a consideração dos objetos espaciais – como bosques, parques e rios – entendidos separadamente dos sentidos e dos usos sociais historicamente contextualizados não permite o conhecimento do espaço como uma totalidade complexa. Por outro lado, quando tais objetos são considerados em seus contextos territoriais, percebe-se melhor o seu sentido ideológico no âmbito da sociedade.

Na cidade do Recife, as formas-conteúdo dos objetos concebidos como natureza, inerentes à sua paisagem, estão sendo utilizadas como elementos simbólicos visando, sobretudo, à concretização da expansão dos interesses hegemônicos. A natureza, então, serve de retórica mercadológica do setor imobiliário, impondo novas reconfigurações e dinâmicas no seu espaço. Tais reconfigurações não ocorrem de maneira democrática e sim a partir de movimentos de privatização (direta ou indireta) destes elementos.

Desse modo, concorda-se com Reclus (2010, p. 85), quando vislumbrou que:

[...] a especulação apodera-se de locais encantadores [...]; ela divide em lotes retangulares, cerca-os de muros uniformes, depois constrói às centenas e aos milhares casinhas pretensiosas. Para os passeadores [...] a natureza não é representada senão pelos arbustos desbastados e pelos buquês de flores que entrevemos através das grades.

Alerta-se, porém, que estes movimentos de privatização não decorrem apenas da construção de muros e outras barreiras físicas pelos empreendimentos, pois pode decorrer também de outros elementos desqualificadores do caráter público de um determinado espaço. Deve-se perceber, portanto, que o adjetivo *público* prevê uma acessibilidade generalizada e incondicional, ou seja, um espaço acessível a todos. Esta acessibilidade, por sua vez, extrapola o simples acesso físico a espaços “abertos”, como alerta Serpa (2011), onde a apropriação pública dos espaços urbanos tem implicações que vão além do *designer* físico da cidade.

Neste sentido, pensemos: quais qualidades que norteiam a apropriação social dos espaços públicos nas cidades contemporâneas?

Acredita-se, aqui, que os obstáculos à acessibilidade, extrapolando a dimensão física do espaço, também são de ordem política (LEFEBVRE, 2011; ARENDT, 2010) e simbólica (SERPA, 2011). Portanto, são elementos fundamentais na qualificação de um espaço público: o medo, a cidadania, a ação política, a democracia, o estigma, a confiança, o julgamento¹⁷, o sentimento de liberdade para expressão, etc.

No que toca aos parques públicos, estes, como alerta Serpa (2011), são, majoritariamente, implementados sem nenhuma continuidade com práticas sociais cotidianas que poderiam lhe dar algum conteúdo e significado, o que se apresenta para nós como uma contradição. A elucidação desta contradição e dos movimentos produto da produção do espaço sob o atual contexto de retorização ecológica, para nós, pode ser alcançada através de duas noções produzidas por Lefebvre (2006), a de espaço concebido e a de espaço percebido. A primeira – espaço concebido – estando relacionada às representações abstratas do espaço produzidas pelos

¹⁷ O julgamento é uma das faculdades fundamentais do ser social humano enquanto ser político, pois possibilita que este seja capaz de orientar suas ações na esfera pública.

projetos urbanos (Figura 5) e a segunda com as representações e significados que envolvem os demais atores e agentes envolvidos no processo desigual da produção do espaço.

Figura 5 – Representação espacial produzida pelo Projeto Parque Capibaribe de maneira tridimensional e ocultando as contradições



Fonte: Projeto Parque Capibaribe, 2014.

Muitos dos projetos urbanísticos partem de representações do espaço enquanto uma entidade homogênea, como se não existissem contradições, portanto, enquanto espaço concebido como uma superfície isotrópica. No segundo caso, – espaço percebido – destacam-se as representações e as significações de outros agente e atores que igualmente revestem a realidade, mas que comumente são colocados no filtro da invisibilidade.

Assim, por suas implantações muitas vezes não estarem conectadas com as práticas sociais cotidianas, os parques públicos, mesmo sendo um espaço aberto à população, acessível fisicamente a todos e posto à disposição dos usuários, por muito não se qualificam perfeitamente como espaços públicos. Isso porque, se o espaço público é social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção que enquadram as relações de poder. Deste modo, a acessibilidade ao,

e apropriação do espaço público no modo de produção capitalista da cidade, é hierarquizada, pois segue a lógica do espaço social desigual, como alertara Frémont (1999). Em que medida existem espaços públicos sob o modo capitalista de produção da cidade? Em que medida o PPC produzirá espaços públicos de fato e democráticos?

Tendo em vista que a acessibilidade física aos “espaços públicos” não garante a efetiva apropriação destes por parte das classes populares, indaga-se: em uma sociedade desigual, podemos falar de espaços verdadeiramente públicos ou seria mais coerente com a realidade concreta falarmos de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público? Assim sendo: para que público específico estaria sendo direcionado o PPC?

Portanto, na análise do caráter público e privado do espaço, forma e conteúdo são indissociáveis e uma discussão sobre o tema, deve passar pela difícil, porém, necessária articulação entre os aspectos que dão “concretude” ao espaço e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam o caráter intersubjetivo da acessibilidade, pelos quais faz necessário também, como alerta Serpa (2011), uma abordagem fenomenológica do problema.

3.4. Retórica ecológica: a construção de uma categoria

Como alertara Santos (1997), falar sobre o espaço é muito pouco, se não buscarmos compreendê-lo à luz da história concreta; e falar do espaço, sem oferecer categorias de análise é insuficiente da mesma forma. As mudanças que o território vai passando, nos obriga a buscar a renovação das categorias de análise do estudo da espacialidade da cidade. Por isso, nos pareceu oportuno apresentar o desenho inicial do que estamos nomeando de retórica ecológica. Para tanto, damos a seguir alguns aportes para a construção da dita categoria. Pela qual se buscou, num esforço teórico, converter o conceito de retórica e o estudo dos argumentos ecologistas, numa categoria de análise viável para os estudos da produção do espaço. Isso, pois é emergente a necessidade de iniciarmos o delinear de uma

categoria que a realidade concreta nos impõe, como demonstrou Soeiro *et al.* (2016).

Alertamos, antes de iniciar a construção dessa categoria, que este tópico – se enxergado desde uma perspectiva puramente linguística – pode carecer um pouco de precisão teórica, pois nossa formação (geógrafo) e história intelectual não permitiriam uma apropriação plena dos conceitos em epígrafe. Porém, nos vimos obrigados a caminhar por territórios que nos eram pouco familiares. Motivo pelo qual o fizemos com cautela. Estamos conscientes dos limites deste intento, mas não poderíamos nos poupar da oportunidade de refletir e nos expressar textualmente sobre um tema que nosso objeto de pesquisa vem nos impondo desde o início de nossas buscas. Perdoem-nos os linguistas e estudiosos do discurso, mas esperamos que compreendam que nossa procura é outra. Buscamos entender como a retórica alcança o território, diversificando-o ou o ‘imobilizando’ através da persuasão. O que nos interessa é a espacialidade da retórica. Estamos, neste sentido, convencidos que essa conexão rendeu bons frutos.

3.4.1. Da retórica

Na antiguidade clássica, destacam-se três tipos de discurso: apodítico, dialético e retórico. O discurso apodítico, sendo breve, está baseado em silogismos de premissas indiscutíveis. Esse tipo de discurso não devia dar margens para discussão e deveria impor-se pela própria autoridade de seus argumentos (ECO, 2001). Por outro lado, o dialético parte de premissas prováveis e que permitem ao menos duas conclusões possíveis, que através do julgamento racional se define qual seria a mais aceitável. O discurso retórico, por fim, assim como o dialético, parte de premissas prováveis, porém se diferencia por não se limitar ao juízo racional, mas ao silogismo retórico que mescla razão e emoção. Eco (2001, p.73) elucida tal discurso, ao afirmar que “a Retórica visava não só a obter um assentimento racional, mas também consenso emotivo, e propunha-se, destarte, como uma técnica dirigida no sentido de arrastar o ouvinte”. Tal discurso tem a persuasão como objetivo.

Mas o que se entende por persuasão? É a forma de argumentação, que tem por finalidade, convencer e estimular o Outro para atingir um objetivo determinado – objetivo que nem sempre é moralmente responsável. Na relação persuasiva, o Outro ouvinte, interpelado por um discurso com um alto poder de convicção, é incentivado a fazer uma determinada coisa, ou apoiar determinada causa – ou projetos urbanísticos, por exemplo.

Alerta-se, que não se deve reduzir a retórica à arte da expressão, ainda que seja comum a opinião pejorativa que a põe como sinônimo de artifício e de insinceridade. Desse modo,

[...] actualmente la retórica todavía tiene connotaciones peyorativas: 'es un retórico', 'no me vengas con retóricas', etc., son expresiones que indican que el termino retórica se asocia más o menos con la falsificación, lo insincero, la hinchazón verbal, la vaciedad conceptual [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p.9).

Por outro lado, o que se deve ter em conta é que toda comunicação e todo ato enunciativo está ancorado em uma relação de confiança mínima entre o enunciador(*ethos*) e o sujeito semiótico ouvinte(*pathos*). Ou seja, a prova pelo *ethos* consiste em proporcionar, pela forma como se constrói o discurso e os argumentos, uma imagem de si capaz de convencer o sujeito ouvinte (o Outro), ganhando sua confiança para assim legitimar seu interesse (nem sempre favorável ao ouvinte). Em sendo assim, como afirma Amossy (2005, p.9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.”, pois, intencionalmente ou não, o locutor produz em seu discurso uma apresentação de si a fim de garantir confiabilidade aos seus enunciados. Porém, para isso, não é mandatário que o enunciador detalhe suas virtudes nem que discorra claramente sobre si.

Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. [...] A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício [...] ela se efetua nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais. (AMOSSY, 2016, p.9).

Portanto, pode-se dizer que cabe a uma retórica, segundo Halsall (2001), tentar convencer o Outro através do lógico – ou “causilógico” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1989) –, emocional e ético, baseando-se, por exemplo, na autoridade que o falante possui “en virtud de su reconocida solvencia moral o en virtud de que lo ha demostrado su discurso” (HALSALL, 2001, p.8). Retorna-se, portanto, às ideias de Aristóteles (2000) no sentido em que põe o caráter moral do enunciador e de seus argumentos como potencializador de sua capacidade de persuasão. Isso, pois, juntamente à confiança, a autoridade moral do sujeito enunciador é fundamental na persuasão. Pensemos: um líder religioso, um cientista, um ancião, melhor dito, figuras que culturalmente são representadas como portadoras de uma moral e/ou conhecimento diferenciado, são potencialmente mais persuasivas, ou não?

Os estudos da retórica, durante muito tempo, estiveram, talvez pela predominância da dialética e do racionalismo, numa espécie de esquecimento, porém no ano de 1958 com o texto “La nouvelle rhétorique: Traité de l'argumentation” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1958), esta recebe uma nova roupagem. Nesta obra, Perelman e Olbrechts-Tyteca diferenciaram argumentação de demonstração, onde a demonstração, segundo Mosca (2007), seria o resultado do raciocínio lógico-matemático (apodítico) e a argumentação (nova retórica); por sua vez, volta-se para o verossímil, plausível e razoável e não para a certeza e o indiscutível, pois resulta de uma relação concordada entre enunciador e sujeito ouvinte, mirando à persuasão.

A reabilitação da retórica ao seu anterior *status* de teoria e prática da argumentação persuasiva, tem corrigido a noção enganosa que a menospreza a um redundante ornamento expressivo ou artifício literário, revalorizando-a como ciência e arte que, como afirma Alexandre Junior (2004), opera na heurística e na hermenêutica dos dados que faz intervir no discurso e se cumpre no resultante efeito de persuasão e da mobilização para a ação.

Portanto, presentemente, juntamente com a noção de *pathos* e *logos*¹⁸, a noção de *ethos* tem demonstrado uma reaparição nas ciências sociais, sobretudo, nos estudos linguísticos (ADEODATO, 2015; BERLANGA et al., 2013; BERTASSO & LISBOA, 2016; BORGES, 2016; BRENNAN & MERKL-DAVIES, 2014; CATELÃO, 2015; SILVEIRA, 2016; ALMEIDA et al., 2014; DRURY, 2014; DUARTE & MAZZOTTI, 2016; ELEUTÉRIO & FERREIRA, 2016; FERNANDES, 2015; FERREIRA, 2015; FIGUEIREDO & FERREIRA, 2014; FIGUEIREDO & RADI, 2016; FRANCO, 2015; GALINARI, 2014; GALINARI & SANTOS, 2015; HEIFFERON, 2015; HERACLEOUS & KLAERING, 2014; HIGGINS & WALKER, 2012; PEREIRA, 2015; PIRES, 2015; REMAGE et al., 2015; SHANAHAN & SEELE, 2015; SILVA FILHO & RODRIGUES, 2012; SOBRAL & SANTOS, 2015 etc.). Curiosamente, como alertara Maingueneau (2008), esse reaparecimento não se deu dentro do escopo da retórica, mas, sobretudo, vinculado às problemáticas relativas aos estudos do discurso. É possível, segundo Bermúdez (2007), que tal reaproximação esteja ocorrendo devido à crescente importância social dos meios audiovisuais e da publicidade, o que ativou como nunca a questão da imagem pública de si (MAINGUENEAU, 2002). Portanto, vivenciamos um retorno, ou mesmo – me arriscaria dizer – o auge da retórica que parece conduzir a uma verdadeira retorização da linguística (RASTIER, 1994) e dos estudos sociais vinculados ao ato enunciativo persuasivo que busca se legitimar através do consentimento racional e emotivo do Outro.

É justamente nesse contexto que a presente dissertação está inserida. Investigaremos, através da ideia de retórica ecológica que está sendo construída nesse tópico, como o *ethos* ecologista promove persuasão ‘verde’¹⁹ e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente a projetos de renovação urbana. Utilizaremos desta categoria de análise a ser delineada aqui, para evidenciar como os agentes da produção do espaço se afanam das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal na cidade do Recife. Para tanto, utilizaremos do estudo do *ethos* retórico para compreender como os argumentos científicos (lógico) e do

¹⁸ Aristóteles (2000) foi o primeiro a categorizar a Retórica e diferenciou as evidências obtidas por intermédio do ato enunciativo em três tipos, cada um correspondente a distintas dimensões: *ethos*/enunciador, *pathos*/auditório e *logos*/discurso.

¹⁹ O verde é uma cor. Sim, sem dúvida. Mas verde já não é exatamente apenas uma cor, mas uma cor decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um uso social que se acrescenta à simples materialidade (BARTHES, 1975). Por esse caráter simbólico no contexto dos argumentos ecologistas, que nomeamos “persuasão verde”.

ecologismo (emocional) são utilizados para a construção da autoridade e confiança do Projeto Parque Capibaribe (*ethos*).

3.4.2. Dos argumentos do ecologismo e seu caráter persuasivo

Em meados do século XX, mais especificamente entre finais de 1940 e a década de 1960, diante de um contexto de alarme frente ao suposto esgotamento de recursos e ao agravamento dos processos de contaminação ambiental (ZUSMAN & CASTRO, 2009), as bases modernas iluministas foram postas mais uma vez em questão. Elaboram-se, neste momento, fortes críticas e estudos – ancorados em diferentes perspectivas – que destacavam as consequências das práticas de domínio e modificação progressivas da natureza. Entre tais, cabe-se destacar as críticas de Rachel Carson (1962) frente ao uso abusivo dos produtos químicos (os “biocidas”); as apresentações catastróficas de Paul Ehrlich (1968) acerca da “bomba demográfica” e a finitude dos recursos naturais e, já na entrada da década de 1970, os primeiros informes alarmantes do *Massachusetts Institute of Technology* (MEADOWS, 1972) acerca da tese dos “limites do crescimento”. Faz-se mister elucidar que estas críticas foram elaboradas também por estudiosos dos chamados ‘países periféricos’, como o informe da *Fundación Bariloche* (HERRERA, 1977), que vai pôr em questão o caráter generalista e reducionista presente nas críticas que partiam dos ‘países centrais’, colocando em epígrafe a discussão sobre o acesso e o uso desigual dos recursos e das tecnologias.

Se propuséssemos a avaliar os movimentos sociais através de seu impacto em valores culturais e institucionais da sociedade, poderíamos afirmar que o ecologismo conquista posição de destaque. Nos anos 90, segundo Castells (1999, p. 141),

[...] 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideram-se ambientalistas; candidatos e partidos dificilmente conseguem se eleger sem ‘verdejar’ suas plataformas; tanto governos como as instituições internacionais incubem-se de multiplicar programas, órgãos especiais e legislações destinadas a proteger a natureza [...]

Independentemente da multiplicidade de posturas e indagações, em meados dos anos 80 – para que se possa melhor compreender a dimensão e alcance deste movimento – o ecologismo, em sua manifestação sociopolítica, já se apresentava como uma alternativa sólida, tomando o posto de terceira força política na maior parte da Europa – em muitos casos retirando dessa posição os partidos comunistas (RIECHMANN *et al.* 1994). Portanto, o uso dos argumentos procedentes do ecologismo foram se tornando cada vez mais essenciais para qualquer ação político-social que se pretendesse legitimar. Isso, pois ao passo que grande parte da opinião pública incorpora a ‘crise ecológica’ como um dos principais temas de nossa época, a conversão ao ecologismo de todos os grandes partidos da direita e esquerda tradicional se fez inevitável – ainda que como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se afanam das retóricas ecológicas para os mais diversos projetos, como advertiu Riechmann *et al.* (1994).

Foi através de seus argumentos que o discurso ecologista se impôs e se impõe; que construiu e constrói marcas no imaginário coletivo; e institui uma ideia de passado mítico e de futuro desastroso. A construção dessas ideias e preocupações, manifestou-se com força quase que imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (1945). Vários autores contribuíram neste sentido, entre eles: Osborn (*Our plundered planet*, 1948; *The limits of the earth*, 1953), Vogt (*Road to survival*, 1948), Boynd Orr (*The white man's dilemma: food and the future*, 1953). Autores que narraram e narram a crise ecológica através do contraste – carregado de ironia e denúncia – da terra austera de nosso presente com um mundo mais feliz, situado no distante ou não tão distante passado. A ideia do paraíso perdido se vinculou aos tempos anteriores. Sentimentos nostálgicos se vincularam às imagens de um passado mitificado e servem como exemplo, como freio e como um hipotético ponto de partida para reconstruir uma forma mais harmoniosa de viver no mundo (BINNS, 2007).

Outro conjunto de obras escritas pelos “Profetas do Apocalipse” (Catastrofistas, ou ainda, “Novos Jeremias”), como chamava McCormick (1992) ao se referir ao tom catastrófico de seus apontamentos e conclusões, vai construir uma ideia de futuro flagelante. “[...] si el Edén perdido es uno de los mitos bíblicos

apropriados por el discurso ecologista, otro es el mito del apocalipsis proyectado hacia el futuro de una tierra literalmente aniquilada por los abusos humanos.” (BINNS, 2007, p. 312). Discursos que têm o medo como um imperativo, baseados numa “eco-histeria” (SANTOS, 2000), ou mesmo num “ecocatastrofismo” (LINO, *et al.*, 2005), provocaram a construção de uma ideia de futuro. Um futuro apocalíptico e de um ponto final que pode ocorrer através de um cenário de escassez e degradação ambiental ou mesmo com a extinção da vida. Isso acabou por criar uma estética do desastre ecológico como uma advertência para correção de conduta dos sujeitos por ele interpelado. Uma ideia de futuro baseada numa tipologia de pedagogia do medo.

Neste mesmo ambiente, segundo Cano (2013), movem-se a maior parte das interpretações sociológicas pós-modernas. Interpretações formuladas em um cenário marcadamente pessimista, no qual se descreve uma sociedade marcada por um medo crônico, e de indivíduos infectados de incertezas e ansiedade permanente – sendo esta a base da formulação do *medo líquido* (BAUMAN, 2008), por exemplo. Mas voltemos ao discurso ecologista. Se interpretarmos as profecias das catástrofes ecológicas a partir da perspectiva da veloz destruição dos recursos naturais, deslocaremos facilmente a ansiedade e o medo, como alerta Cano (2013), à ordem ecológica. Neste contexto, a crise energética, as mudanças climáticas e o colapso ecológico, por exemplo, são três fenômenos que se amarram e formulam um “triângulo diabólico”, que promete nos conduzir não para o caos, mas ao fim dos tempos (GREER, 2008).

A construção de argumentos que estão estacionados nos sentimentos que giram em torno da catástrofe total, portanto, se constituiu como uma base emocional para correntes neoecologistas decrecionistas (LATOUCHE, 2008), primitivistas e anarco-primitivistas (ZERZAN, 1994), por exemplo. Correntes que apostam em pautas baseadas na cultura do medo para afirmar seus ideais.

Vai ser no final dos anos 60 do século XX, onde tem lugar dois episódios marcantes e em que se acelera a expansão dos ideários ecologistas. O primeiro dos episódios foi o acontecimento de algumas catástrofes ecológicas como o escapamento do petroleiro *Gran Canyon* na costa da Grã-Bretanha em 1967 e o lançamento de toneladas de partículas radioativas após dano em um dos reatores

nucleares em Chernobyl. Juntamente com outras, tais catástrofes comoveram a opinião pública mundial e forçou posicionamento das elites políticas.

Os “catastrofistas”, que “anunciavam a chegada do apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados” (SACHS, 2002, p.51), vão motivar o segundo dos episódios. Este, vinculado aos seus alertas de possíveis catástrofes ambientais que poderiam ser promovidas pelo crescimento da população e da economia. A tese dos limites do crescimento (MEADOWS, 1972), nesse contexto, teve particular importância para o enraizamento do discurso ecologista na sociedade civil, principalmente por sua massiva divulgação internacional, que o colocou na agenda política mundial (OLIVEIRA, 2012). A partir de então, celebram-se conferências internacionais para tratar destes assuntos, dentre as quais: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972; a Cúpula da Terra (Rio-92), 1992; Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2002; Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) etc. Em assim sendo, hoje os debates sobre o assunto seguem ocorrendo e o mundo vai sendo interpelado por uma retórica, que através de seus argumentos emocionais, reformula nossa organização sensível e percepção quanto ao passado, ao futuro e aos objetos espaciais que compõem a realidade.

Por outro lado, não é apenas no emocional que está assentada a retórica ecologista. Os argumentos lógico-rationais são de grande importância para construção de sua confiabilidade. “Es muy grande la cantidad de revistas, cursos de postgrado, congresos, etc., que desde distintas disciplinas del conocimiento (desde el urbanismo hasta la ecología) nutren y legitiman tal discurso.” (RÍOS & PÍREZ, 2008, p.116). Qual intelectual vai de encontro ao discurso ecológico? Quem se mobiliza contra um projeto “ecológico”? Por conseguinte, é mais fácil produzir uma pesquisa que alimente de argumentos o dito discurso, que trabalhos que nadem contra essa utilização oportunista do *ethos* persuasivo do ecologismo.

Ainda assim, segundo Soeiro et al (2016), já existem vários estudos que denunciam o uso oportunista dos argumentos ecologistas para a legitimação do projeto neoliberal de cidade, por exemplo. Porém, até o presente momento, os

investigadores dessas temáticas – nomeados por alguns autores de antiecolologista (LAYRARGUES, 2012) – estamos disputando com um discurso persuasivo e amortecedor dos movimentos de resistência intelectual e territorial. Alerta-se, por fim, que não são estudiosos que estão contra o movimento ecologista, mas contra essas práticas oportunistas. São estudiosos atentos e preocupados com o produto de seus trabalhos, uma vez que o conhecimento não é neutro e serve a ideologias – é inerentemente político.

O que temos, portanto, é uma produção científica multidisciplinar que alimenta de argumentos tal discurso. Deste modo, ao passo que se fortalecem os movimentos ecologistas responsáveis, alimentam-se, conseqüentemente, os ditos oportunistas e seus projetos. Estes últimos, utilizando-se do *ethos* persuasivo (autoritário e confiável) do ecologismo, vêm promovendo e legitimando seus projetos, através da persuasão “verde” que suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana. Portanto, trata-se de um artifício que acaba por agenciar um processo perverso, pois na medida em que inibe a força do lugar, através da persuasão e da manipulação, a retórica ecológica serve aos processos alienantes da produção do espaço promovendo condicionamento social.

O *ethos* ecologista, talvez porque represente e expresse valores éticos e estéticos que ultrapassam largamente seus limites espaciais, como alertou Serpa (2005), estarão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética, e agora no fenômeno concreto que estamos nomeando aqui de retórica ecológica. Em assim sendo, pode-se dizer que os argumentos do ecologismo foram se incorporando, além das emoções, dos medos, da saudade e das incertezas, aos argumentos científicos (lógico-rationais) e assim se converteu (e segue se convertendo) em um instrumento extremamente persuasivo, não só para as demandas do movimento ecologista, mas para grupos e organizações sociais com os mais variados objetivos.

Por conseguinte, o que vem ocorrendo com o ecologismo é algo parecido ao que ocorreu com movimentos de outros tempos a favor da higiene e salubridade, por exemplo.

Os dois discursos [ecologista e higienista] são apreciados por políticos de posições ideológicas opostas, usando-os como instrumento de cooptação das pessoas que mais intensamente sofrem os problemas ambientais. Os partidos políticos incluem em seu programa a defesa da natureza. O discurso ecológico é usado tanto pela esquerda, como pela direita, servindo a interesses políticos, como foi o discurso higienista no passado. (COSTA, 1997a, p.159).

Igualmente ao que aconteceu com os argumentos da higiene e salubridade, com os argumentos ecologistas, “Justifica-se a expulsão da população de baixa renda dos manguezais, de dunas, margens de riacho e lagoas em defesa da natureza”. (COSTA, 1997a, p.160).

Assim como a difusão de teorias médicas, de hábitos e valores baseados no discurso neo-hipocrático dominante no século XIX teve (e tem) efeitos significativos na produção do espaço das cidades latino-americanas – medicalizando o espaço (COSTA, 2009) –, um novo espaço urbano (com todas as continuidades de uma cidade neoliberal) vem sendo estruturado com base no discurso ecologista e viabilizado através da retórica ecológica. Assim como o higienismo impôs normas de construção, códigos de posturas, legislações e práticas administrativas (COSTA, 2013), a retórica ecológica impõe-se, sobretudo, através de políticas públicas que são, na verdade, processos de valorização espacial pelo capital financeiro-comercial-imobiliário (SOEIRO *et al.*, 2016).

Ao estudar a realidade recifense, Bitoun (1991, p.125) afirmou que o discurso ecologista pode “[...] facilitar a legitimação de diretrizes seletivas e excludentes, distantes do cotidiano urbano.” e que assim, poderia se converter numa nova modalidade de higienismo:

A preocupação ecológica, se resumida à defesa do verde e ao preservacionismo, pode levar a uma renovação do velho ideário higienista que, no Recife, não parece ter se esgotado. Enraizado numa história de intervenções efetivas até os anos 50 deste século [século XX], mantém-se permanente nas práticas políticas e técnicas. [...] O discurso higienista se faz presente ainda no que se refere às paisagens do centro urbano, das praias e dos rios sempre enfocando o olhar do turista incomodado pela sujeira provocada pelo comércio ambulante e a “falta de educação do povo”. Se o higienismo do século passado manifestava uma inquietude sobre a cidade, o

ecologismo, nas suas tendências mais extremadas, expressa um ódio à cidade e a seus habitantes. (BITOUN, 1991, p.126).

Ao passo que se cria um ódio à cidade calamitosa do presente, revaloriza-se e mistifica-se o passado. Um passado que é magicamente narrado como detentor de uma relação ‘simbiótica’ da cidade com o rio Capibaribe (principal bacia presente no Recife e principal objeto espacial simbolizado como natureza) e que devemos buscar, resgatar. Surgindo, assim, discursos que põem em epígrafe a partícula “re”: reaproximação, revalorização, re-significação do Capibaribe, são alguns exemplos. Neste contexto, a coordenadora do Parque Capibaribe, em 22 de fevereiro de 2016, afirmou em material publicado em uma das redes sociais do PPC, que: “[...] Recife sendo uma cidade estuário, sob a influência de rios e mares, precisa se reconciliar com suas águas e sua natureza”. Ou seja, que o Recife necessita voltar a um estado relacional que se perdeu, o dito passado ‘simbiótico’.

A retórica ecológica, portanto, apresenta-se como uma forma nova do higienismo? Não. Defende-se que não como uma nova forma, mas como um fenômeno novo. Ainda que a finalidade e os usos oportunistas sejam os mesmos, – alienar o espaço e o produzir para os grupos hegemônicos, legitimando intervenções territoriais desiguais – higienismo e retórica ecológica não são a mesma coisa. Devemos nos ater aos seus argumentos – afinal os argumentos mudam. Nem todo processo de ‘saneamento ambiental’ e ‘limpeza urbana’ será higienismo, portanto, devemos entender os diferentes argumentos. São fenômenos que se complementam e podem atuar em conjunto.

Em resumo, hoje, assumir o *ethos* ecologista gera autoridade moral e confiança ao enunciador. Serve como um ideal a ser assumido por oportunistas para garantir potencial persuasivo aos seus discursos e projetos. No próximo tópico, a fim de mergulhar em um universo mais empírico, observaremos através de casos práticos como os agentes da produção do espaço vêm se afanando dessas vozes para legitimar suas ações e intervenções.

3.5. Da utilização da retórica ecológica na produção do espaço em países latino-americanos

Presentemente, entendendo que a retórica ecológica promove persuasão ‘verde’ e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana, os agentes da produção do espaço se afanam das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade. Portanto, trata-se de um artifício que acaba por agenciar um processo perverso, pois na medida em que inibe a força do lugar, através da persuasão e da manipulação – ou do que Serpa (2005) nomeou de “álibi verde” – a retórica ecológica serve aos processos alienantes da produção do espaço promovendo condicionamento social. Nesta conjuntura, emerge como questão para esse tópico: como a retórica ecológica serve à produção capitalista do espaço urbano em cidades latino-americanas?

Para tanto, utilizou-se dos resultados de uma revisão bibliográfica, pela qual se buscou compreender como a retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de distintas cidades latino-americanas. Buscaram-se trabalhos de pesquisadores que, assim como nós, estão cientes da perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo. Procurou-se fugir da visão ingênua e obnubilante da retórica ecológica. Alerta-se que os trabalhos que aqui abordaremos não são de pesquisadores que se posicionam contra o movimento ecologista ou mesmo contra suas causas, porém, são trabalhos de pesquisadores que estão atentos aos usos oportunistas e perversos dos argumentos e das vozes do ecologismo.

Para construção do tópico, portanto, inicialmente foi conduzida uma coleta de artigos em plataformas confiáveis de indexação ou diretamente no site das revistas eletrônicas que publicam artigos, sobretudo, nas seguintes áreas de avaliação: Arquitetura e Urbanismo (60400005), Planejamento Urbano e Regional (60500000), Geografia (70600007) e Ciências Ambientais (90500008), como definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Limitamo-nos, nesta pesquisa, a identificar trabalhos no contexto latino-americano. Em assim sendo, buscou-se nas plataformas de indexação, dentre outros, pelos termos: Natureza, Naturaleza, Produção, Producción, Imobiliária; Inmobiliaria. Urbano; Cidade, Ciudad; Ecologismo etc.

Após seleção sistemática dos artigos, buscou-se identificar as diversas maneiras que a retórica é utilizada na produção das cidades. Assim, o andamento desta revisão pode ser expresso pelo esquema representado na Figura 6:

Figura 6 – Diagrama de andamento da revisão de literatura;



Fonte: Produzido pelo autor, 2016

Neste contexto, os estudos relativos à utilização da retórica ecológica para promoção da apropriação privada dos objetos “naturais”, ofereceram-nos alguns olhares clarificadores sobre outros contextos geográficos, permitindo-nos pensar e problematizar a realidade socioespacial brasileira a fim de entender o tecer do ambiente urbano.

Em definitivo, mirando em direção à realização da discussão proposta, esse tópico foi estruturado para tratar como a Retorização ecologista está sendo utilizada no processo permanente de produção capitalista do espaço das cidades brasileiras (primeira seção); e como estes processos ocorrem em outros contextos espaciais da América Latina, portanto extrapolando os limites territoriais do Brasil (segunda seção).

3.5.1. A retorização ecológica na produção do espaço em cidades brasileiras

Hoje, no contexto brasileiro, muitos pesquisadores estão atentos aos usos do *ethos* ecologista na produção do espaço urbano. Porém, nem sempre foi assim. Um marco na produção brasileira é o trabalho de Seabra (1987), 'Os meandros dos rios nos meandros do poder: o processo de valorização dos rios e das várzeas do Tietê e do Pinheiros na cidade de São Paulo'. Porém, vai ser após a publicação do trabalho 'Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço urbano' de Costa (1997), que os estudiosos da produção do espaço urbano, sobretudo geógrafos e sociólogos, muito timidamente, vão procurar entender como o discurso e os argumentos da retórica ecológica refletem na espacialidade das cidades.

Neste contexto, vai ser com a obra 'O Espaço no fim do século: a nova raridade' (CARLOS *et al.*, 1999), na qual se divulgam trabalhos como 'A "rara" propriedade' (SCARIM, 1999) e 'A Mercadoria Verde: A Natureza' (SANTANA, 1999), que vão se popularizar os estudos vinculados à mercantilização da natureza e à produção do espaço no Brasil. Estudos que vão se expressar desde uma perspectiva dos estudos do turismo (LUCHIARI, 2000, 2002), passando por estudos vinculados às políticas públicas (SERPA, 2005), passando ainda pelos estudos econômicos que buscavam estimar o preço implícito de 'amenidades urbanas'²⁰ a partir de dados do mercado de imóveis (UBERTI, 2000; HERMANN & HADDAD, 2002, 2005; ALBUQUERQUE *et al.*, 2007), até chegando ao tema da produção simbólica da natureza pelo setor imobiliário (CALABRIA, 2006; HENRIQUE, 2006), por exemplo.

Após a publicação do artigo, 'Parque público: um 'álibi verde' no centro de operações recentes de requalificação urbana?' de Serpa (2005) em uma das revistas científicas de estudos urbanos com maior alcance no Brasil, a temática entra mais fortemente no foco dos pesquisadores. Portanto, os estudos se tornam mais frequentes e ganham diferentes abordagens metodológicas e filosóficas. Neste

²⁰ Para Hermann e Haddad (2005), as amenidades urbanas são um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos. As amenidades, esclarecem os autores, "não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança etc." (p.238).

momento do texto, traremos alguns desses estudos a fim de demonstrar como se vem trabalhando a temática no Brasil.

Serpa (2005) analisou, à luz de alguns estudos de caso em Paris e Salvador, o papel central dos parques públicos como elementos incorporados aos projetos de renovação urbana e de dinamização da economia urbana, observando que os parques públicos podem produzir, ou mesmo acentuar, a segregação socioespacial. Como afirma Serpa (2005), tais espaços acabam servindo como 'álibis' para determinadas políticas de intervenção urbana e que a instalação de parques públicos, ao contribuir para a valorização do espaço urbano, pode promover um processo de substituição da população das áreas 'requalificadas'. Nas palavras do autor:

Álibis, porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. (p. 113).

Após este trabalho, surgiram muitos outros estudando distintas realidades no Brasil. Dentre os quais, traz-se o de Henrique (2006), que ao investigar os processos de apropriação material e simbólica da natureza em São Paulo, Brasil, por agentes do mercado imobiliário, observou que estes estavam relacionados com valorização de zonas, bairros ou empreendimentos da cidade. Assim como qualquer centro urbano brasileiro, segundo o autor, em São Paulo os objetos representativos da natureza se converteram em algo escasso, raridades, portanto o acesso a eles se converteu em privilégio de poucos e se define em termos dos interesses econômicos.

Em Salvador, capital do estado da Bahia, Brasil, por sua vez, existem extensas áreas com remanescentes de mata atlântica, presença de lagunas e do mar que hoje se converteram em alvo das ações de grandes empresas imobiliárias (nacionais e internacionais). Sob este contexto, se promove a construção de condomínios com forte apelo às diversas formas de representação da natureza. Em sua grande maioria, os empreendimentos estão associados a uma ideia de natureza privativa que, através da retorização, se transforma em sinônimo de qualidade de

vida e se converte em valor econômico, aumentando os preços dos apartamentos e casas, conforme já demonstrado por Henrique (2006a e 2009).

Neste estudo feito por Henrique (2012), coloca-se em investigação o processo de produção e uso do espaço urbano relacionado com a comercialização da natureza pelos agentes do mercado imobiliário em Salvador e outros lugares de sua área metropolitana. Na pesquisa em epígrafe, Henrique (2012) estudou o período relativo de 2006 ao primeiro trimestre de 2010 e elaborou uma base de dados sobre os lançamentos imobiliários a partir deste material e da leitura hermenêutica das propagandas destes empreendimentos coletadas na internet e jornais impressos. Neste pequeno recorte de tempo, o pesquisador encontrou em sua busca 363 empreendimentos que faziam uso de algum tipo de representação da natureza. Partindo dos dados, elaborou mapas com a distribuição, preços e empresas responsáveis pelos empreendimentos e notou que em Salvador se vende uma ideia de uma vida em comunhão com a natureza, porém que esta utopia verde segue promovendo um uso desigual dos espaços internos da cidade.

A privatização da natureza promovida pelas empresas do mercado imobiliário também ocorre em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil. Segundo Henrique (2005), tal processo acontece por meio da valorização econômica de condomínios para a população de alta renda, agenciando um acesso desigual à natureza também nesta cidade. A natureza, a infraestrutura e a qualidade de vida urbana são, também nesta cidade, alguns dos aspectos vendidos pelos empreendimentos. Assim, muitos empreendimentos e condomínios são construídos em associação com algum aspecto físico ou simbólico da natureza para adicionar valor e atrair compradores. Henrique adverte que esse processo é fomentado, além dos grandes empreendedores imobiliários, pelo governo estadual e municipal. Portanto, em uma geopolítica muito bem planejada.

O estudo de Barbosa e Costa (2012), na mesma direção, ao investigar a apropriação da natureza sob os aspectos mercadológicos e possuindo como recorte espacial de sua pesquisa a costa sul de João Pessoa, capital de estado da Paraíba, Brasil, explicou que os objetos representativos da natureza estão sendo tomados como mercadoria na produção do espaço da cidade, porque são raridades. Entretanto, ainda segundo estes mesmos autores, a apropriação destes objetos

‘raros’ constitui um privilégio de uns poucos, ou seja, daqueles que podem pagar pelos altos preços dos empreendimentos edificadas na cidade. Deste modo, os objetos representativos da natureza se convertem em fatores de valorização do espaço urbano e de fragmentação social também nesta cidade.

Partindo dos índices espaciais de arborização urbana da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil, o estudo de Gois *et al.* (2012) investigou a distribuição e a apropriação privada das áreas verdes no urbano. A partir da correlação desses índices com a média de renda dos bairros e das zonas aracajuanas, se observou que a relação entre esses parâmetros foi diretamente proporcional. Portanto, Gois *et al.* (2012) declararam que os indicadores fitogeográficos são clarificadores das desigualdades socioespaciais relacionadas ao acesso às zonas verdes.

Cisotto (2009) relacionou a distribuição das áreas verdes (fragmentos de florestas) e a urbanização de Campinas/São Paulo. Por meio de um resgate histórico da produção do espaço urbano em Campinas, com seus principais planos urbanísticos e de um vasto trabalho empírico, com a localização e caracterização de algumas áreas verdes e o modo de ocupação nas regiões de Campinas, identificou que o modo de ocupação urbana caracterizada por ser difusa, acompanha os principais vetores de expansão, onde os fragmentos naturais são incorporados como áreas verdes em um novo tecido urbano marcado por condomínios fechados distribuídos no município.

Cissoto (2009), assim como fez Gois *et. al* (2012) em seu estudo acerca de Aracaju, realizou um diagnóstico da distribuição das áreas verdes de Campinas e o relacionou com a dinâmica imobiliária. Assim, percebeu um aumento do número de novos empreendimentos que utilizam a proximidade do verde como apelo mercadológico.

Oliveira e Oliveira (2016) abordaram a temática da apropriação da natureza pelo marketing imobiliário na cidade de Salvador/Bahia, através do contexto da sociedade de risco. Partiram da hipótese de que o marketing imobiliário tem se aproveitado dos argumentos de responsabilidade ambiental e tem vendido a imagem de preocupação com a preservação ambiental. Por outro lado, por meio de análises interpretativas de material de propaganda dos empreendimentos, os autores

afirmam que essa utilização da retórica ecológica e suposta responsabilidade ambiental das empreiteiras não passa de uma tática para supervalorizar seus imóveis e promover uma apropriação privada da natureza.

Cisotto e Vitte (2014), partindo do estudo da evolução histórica e da urbanização do distrito de Barão Geraldo na cidade de Campinas, São Paulo, foram capazes de apontar algumas das características da dinamização do mercado imobiliário próximo de uma reserva natural, a Mata de Santa Ginebra. Ao tratar de compreender algumas das razões pelas quais, nos últimos anos, o verde se converteu em um elemento valorizado pelo mercado no distrito de Barão Geraldo, para entender quais são as razões deste repentino interesse do mercado imobiliário de manter ou criar áreas verdes nas cidades, os autores notaram que este processo está organizado como um grande negócio pelos empreendedores de bens de moradia, que passam a fomentar empreendimentos próximos dos objetos naturais, possivelmente, como vimos em todos os estudos brasileiros acerca da temática, por sua raridade, e, portanto, com elevado valor, e que somente pode adquirir a parcela da sociedade com nível socioeconômico mais alto.

Barbosa (2014) procurou desvelar a produção de exclusivismo socioespacial, tendo como pano de fundo a produção de raridades ecológicas na RMR. Para tanto, partiu do recorte empírico da Praia do Paiva, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho – litoral sul da RMR. Segundo o autor, após algumas modificações, em 2008 um projeto que recebe o nome de Reserva do Paiva foi lançado como Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços (CIRS) voltado fundamentalmente para a demanda local foi pensado para a área. Um projeto, segundo análise do autor, concebido para os estratos de alta renda locais e por isso narrado como um espaço raro e de natureza única na RMR. Ao pesquisar, Barbosa (2014) percebeu que esse megaprojeto imobiliário do mesmo modo que atua na produção de valores, o Estado se coloca como provedor de certas atribuições que são inerentes à gestão pública. Por fim, afirma que a Reserva do Paiva está calcada num exclusivismo socioespacial a partir da criação de raridades urbanas. Essas raridades não devem ser compreendidas, segundo o autor, como naturalmente dadas, mas como socialmente construídas, pois, muitas vezes, é o campo da retórica, ou seja, do discurso dos promotores imobiliários, que forja os bens raros que dessa forma se tornam atributo de valor nesse fragmento espacial.

Soeiro e Castilho (2015), partindo do atual interesse de mercantilização da natureza no bairro Tejiptió/Recife e tendo por finalidade demonstrar em que medida a tríade Natureza, ideologia e espaço encontra-se entrelaçada na realidade concreta das cidades contemporâneas, esclarecem como o processo de reconfiguração dos valores relacionados aos objetos representativos da natureza está produzindo o espaço do bairro e inferiram que o intuito do uso de tais amenidades é agregar valor aos empreendimentos. As grandes empresas imobiliárias, segundo os autores, ao explorar essa valorização do 'verde' em Tejiptió se colocam como os principais modificadores da paisagem do bairro – uma paisagem fragmentária e desigual.

Castilho (2014), no artigo que tem como intento principal elucidar as relações dos corpos de água com o processo de construção do espaço urbano em Recife (Pernambuco) durante a formação histórico-geográfica da cidade, no contexto da problemática global da relação natureza-sociedade, inferiu que no contexto atual existe uma geopolítica interna em torno dos terrenos situados em áreas que margeiam o rio Capibaribe (principal bacia hidrográfica que corta a cidade). Isso, sobretudo, quando segmentos dos grupos hegemônicos locais passam a reocupá-los após a remoção de moradores pobres, no contexto de revalorização (capitalista) da natureza no espaço da cidade.

Dando continuidade a uma linha de estudos, pesquisas e publicações acerca do tema da concepção e prática da natureza no processo de produção do espaço urbano, no âmbito do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE, Castilho e Teixeira (2016) dão ênfase à questão do uso dos ventos marítimos no processo de construção do espaço urbano em Recife, percebendo que historicamente as elites se consolidaram nas áreas de corredores de vento e que, mesmo essa amenidade natural não foi e não é negligenciada na produção de valores da cidade neoliberal. Os autores, assim, advertem que a gestão urbana deve considerar e promover a natureza como um direito da coletividade no processo contínuo de construção do espaço urbano e não legitimar o uso exclusivista.

Castilho *et al.* (2016), ao estudarem o dualismo da supressão e conservação da natureza nas cidades contemporâneas a partir da realidade da RMR, perceberam que ambos os processos estão vinculados a produção de valores, o que acaba por

desenhar um cenário de fragmentação socioespacial. A conservação da natureza na área metropolitana, ou mesmo os movimentos de ‘parquização’ e de promoção de novos espaços ‘naturais’, aparenta integrar um plano de produção de valores para o capital comercial-financeiro-imobiliário que não garante o direito à cidade e à natureza para coletividade, mas para apenas alguns grupos sociais.

Bricalli (2010), tendo como recorte espacial o município de Serra – Espírito Santo, Brasil estudou a apropriação da natureza (retórica ecológica) pelas propagandas dos condomínios e loteamentos fechados. O autor percebeu que os novos empreendimentos imobiliários da cidade insistem em associar suas imagens à natureza com vistas a simular um ambiente de pureza e inocência em meio à cidade, o que ele nomeou de ‘ilhas de qualidade de vida’. Segundo o autor as propagandas dos empreendimentos são responsáveis por ressignificar e tornar relevante os objetos naturais para o mercado imobiliário. A partir da análise hermenêutica das propagandas, baseada na desconstrução semiológica de mitos proposta por Roland Barthes (1975), Bricalli (2010) demonstra que a retórica ecológica é criadora de mitos e utopias que são vendidas como mercadorias.

Os estudos brasileiros que relatam o fenômeno em análise não se esgotam nestes que estamos citando, pois de fato outros estudiosos brasileiros (RODRIGUES SOARES, 2002; SOBARZO MIÑO, 2002; DE LIMA RAMIRES & RIBEIRO SOARES, 2002; ZONATELLI, 2012; ZONATELLI e FERREIRA, 2011, 2013; GOLÇALVES, 2010; LEMOS & ALCON, 2012; SILVA, 2015; VUAILLAT, 2012; RIBEIRO, 2012; 2011; PONTES, 2016) relatam que em outras tantas cidades ocorre o mesmo fenômeno. Assim, existem numerosos exemplos dentro da realidade brasileira que demonstram e confirmam a hipótese de que se trata de um fenômeno ligado ao modo de produzir valores da cidade neoliberal no período atual.

3.5.2. A retorização da natureza na produção do espaço em outras cidades latino-americanas

Duas escolas se destacam na América latina nos estudos da temática em questão – a chilena e a argentina. Iniciemos por alguns dos estudos que acusam a utilização do *ethos* ecologista na produção do espaço de cidades chilenas.

Citemos Irarrázaval (2012), que estudando a realidade de Santiago/Chile, inferiu que a mercantilização e instrumentalização de diversos elementos e processos naturais, proporcionou perfeitas plataformas para a acumulação de riquezas e que, por sua vez, possibilitou que nas cidades chilenas se desenvolvesse uma desigual distribuição das condições ambientais, na medida em que grupos determinados da sociedade concentram as áreas verdes do urbano, morando em habitações espaçosas e próximas a parques, por exemplo. Para o autor, isto é possível, na medida em que existem condições políticas, sociais e econômicas para que aconteça e que se soma a um imaginário verde em uma ampla parcela da população urbana, a qual apresenta um grande interesse de viver em espaços dotados de natureza. Em Santiago-Chile, segundo o autor, não é uma exceção. A cidade possui grupos de alto nível socioeconômico interessados em financiar boas condições ambientais para suas habitações na cidade, um mercado imobiliário protagonista da gestão urbana e que atende as demandas por condições ambientais destes grupos de alto poder aquisitivo (IRARRÁZAVAL, 2012). Por outro lado, a população que não é capaz de financiar boas condições ambientais, depende quase que absolutamente do Estado para promover – o qual tem apresentado em Santiago, segundo Irarrázaval (2012), uma gestão displicente ao respeito.

Tendo como objetivo reconhecer as zonas de diferente qualidade ambiental entre as comunas de Pudahuel e Las Condes, a partir da base de uma classificação de zonas termais homogêneas e relacioná-las com o mercado imobiliário mediante os preços das propriedades e a publicidade que se realiza sobre as condições ambientais, Irarrázaval (2011) identificou que as zonas de melhores condições ambientais, concentradas no oriente da área de estudo, apresentam valores de propriedade consideravelmente mais elevados que as zonas localizadas ao poente da cidade de Santiago. Identificou, também, que as condições ‘únicas’ e particulares das propriedades e seu entorno são utilizadas frequentemente na publicidade imobiliária como um atributo de valorização ao ofertar os empreendimentos.

Zumino e Hidalgo (2010), por sua vez, estudaram um segmento específico dos *migrantes de amenidad* que se assentaram na *Comuna de Pucón* nos últimos anos. O município de Pucón e sua área de influência, para contextualizar, contêm uma variedade de recursos paisagísticos, os quais incentivaram a chegada dos *migrantes de amenidad* que buscam um estilo de vida distinto ao que a vida urbana promove. Os autores se centraram nos *Migrantes de Amenidad Verdes* (MAV) que buscam uma conexão – algumas vezes mística – com a natureza. Este subgrupo de *migrantes de amenidad*, segundo afirmam os autores, em busca dessas utopias verdes, promovem modificações na dinâmica imobiliária-residencial. Podem-se notar tais reflexos através das 2164 permissões de edificação outorgadas entre os anos 2000 e 2008 – considerando que a maioria dessas corresponde a habitações que permanecerão ocupadas durante grande parte do ano e considerando o contingente populacional da cidade de Pucón de 21.107 habitantes segundo o Instituto Nacional de Estadísticas (2002).

Os autores afirmam que neste ponto reside a conexão das mudanças na morfologia urbana com a migração por amenidade. Os MAV, para os autores, são um dos fatores promovedores da nomeada ‘cidade pós-moderna’, caracterizada pela fragmentação socioespacial, crescimento horizontal, e a emergência de ‘artefatos da globalização’ que imitam aqueles existentes em outras latitudes. O cenário resulta, mais uma vez, contraditório.

Em outro trabalho belíssimo sobre a realidade chilena, Hidalgo et. al (2016) estudaram a expansão metropolitana e observaram que nas últimas décadas, esta expansão assumiu distintas formas, funções e estruturas. Neste artigo, investigaram, sobretudo, o modo pelo qual as amenidades do meio físico do litoral central do Chile foram utilizadas entre 1992 e 2012 para produzir o que eles chamaram de utópolis²¹. Os autores identificaram duas fases deste processo: uma de expansão das segundas residências e outra de reocupação e instalação de habitações principais a partir de uma maior integração e do intenso processo de metropolização que afeta a macrozona urbana central do Chile.

²¹ Utópolis, segundo Hidalgo et. al (2016), faz referência à estimulação e manipulação de significados ou imaginários (Hiernaux, 2007; 2009; Hiernaux, Hidalgo, Santana e Arenas, 2015) e à projeção fictícia de utopias urbanas, que impulsionam, em parte, as dinâmicas materiais de acumulação de capital em setores imobiliários.

No que toca aos diferentes mecanismos de valorização dos espaços, Hidalgo et. al (2016) identificaram que os empreendimentos imobiliários se caracterizam por deter, em sua maioria, cenários e situações únicas, circunstâncias que permitem gerar altas rendas e benefícios econômicos. Segundo Hidalgo et. al (2016), os espaços com a alta qualidade paisagística – montanhas, vales, savanas, áreas costeiras e demais – são agregados ao mercado imobiliário urbano através da promoção de utopias vinculadas ao regozijo e desfrute da natureza e das amenidades. Estes empreendimentos se caracterizam por casas ou edifícios dispostos em pequenos condomínios fechados com um valor de uso como residência principal ou secundária.

Errazuriz (2016), partindo do entendido de que a vida urbana pode se estender aos territórios extraurbanos antes de que estes sejam construídos e incorporados à trama, estudou os passeios de ócio às *afueras* de Santiago/Chile, que se tornaram recorrentes graças aos meios de transporte motorizados durante a primeira metade do século xx. A hipótese de Errazuriz é que os novos destinos das práticas do ócio nos extramuros da capital tiveram um papel fundamental na valorização e difusão de uma paisagem dos '*alrededores*' de Santiago. Tal processo serviu de motivação para alguns dos valores que estimulariam o processo de suburbanização. Juntamente com estes processos materiais de suburbanização, avança um discurso que reforça uma visão contrastada e muitas vezes contraposta entre as formas de vida urbana e as de vida rural. Desta forma, o espaço extra-urbano é ressignificado desde uma perspectiva das elites para oferecer aquilo que a cidade supostamente perdeu: tranquilidade, segurança, contato com a natureza, um ambiente livre de agentes contaminantes e, sobretudo, exclusividade.

Fuentes et al. (2011) analisam e avaliam a manifestação da segregação socioambiental na comuna de Peñalolén/Chile, considerando que corresponde a uma escala geográfica que dá conta de processos de exclusão num contexto onde o mercado determinou em grande medida sua atual estrutura. Neste contexto, os grupos socioeconômicos se distribuem em áreas específicas no interior de Peñalolén e seus índices de concentração e *aislamiento* alertam quanto à configuração de zonas homogêneas, exclusivas e excludentes. De igual maneira, segundo alertam os autores, a distribuição da cobertura vegetal mostra uma concentração das maiores porcentagens nos setores onde se concentram os grupos

de maior poder aquisitivo, demonstrando um processo de comodificação de um dos principais componentes narrados como natureza no urbano – iguais resultados foram encontrados por Reyes e Figueroa (2010). A distribuição espacial dos grupos sociais com relação à vegetação mostra profunda relação com a urbanização recente da comuna, impulsionada pela instalação de projetos imobiliários que oferecem e utilizam como atrativo condições ambientais de alta qualidade, orientados a consumidores de elevado poder aquisitivo, consolidando processos de exclusão socioespacial.

Cisotto (2014), pesquisadora brasileira, investigou a urbanização da província de Santiago de Chile, tratando de entender como a natureza é absorvida em seu espaço urbano pela dinâmica imobiliária. Admitindo a natureza nas cidades como elemento raro e representado pelos parques públicos urbanos e fragmentos de vegetação em empreendimentos imobiliários, Cisotto notou que as narrativas retóricas das questões ambientais promovem valorização da natureza e que, por sua vez, sob o regime capitalista de produção do espaço, os objetos naturais presentes na província de Santiago/Chile são utilizados como discurso pelo mercado imobiliário. Os espaços de natureza na cidade são tratados como raridades, são produzidos pela lógica da produção capitalista da natureza.

A maneira capitalista de produzir a cidade e a natureza altera, portanto, a concepção de 'natureza' e, nessa nova concepção, segundo Cisotto (2014), o capital ao divulgar e retorizar as ideias ambientalistas engendra uma natureza que passa a ser tratada como um elemento diferencial, como um novo elemento urbano raro, escasso na paisagem urbana. Agora, porém, impregnado por uma perspectiva economicista da natureza que a transforma em um elemento promotor de valorização dos espaços e de segregação espacial na cidade.

Partindo para o entendimento da realidade da escola argentina, de pronto se apresenta um tipo de estudo muito desenvolvido, de caráter sociológico, que aborda os processos de contestação frente à crescente 'mercantilização' da natureza, equiparando os conflitos ambientais urbanos aos conflitos ambientais tais como aqueles desencadeados por '*megaminería*' a céu aberto ou pela monocultura da soja, próprios de âmbitos nomeadamente rurais. No contexto dos estudos urbanos, autores como Sabatini identificam as origens dos conflitos ambientais na criação de

projetos imobiliários ou de infraestrutura (SABATINI, 1997). Seguindo esta linha, os estudos que abordam a dimensão conflituosa destas novas intervenções urbanas, os qualificam de conflitos em torno das questões ambientais e redistributivas (MERLINSKY, 2009; WALTER, 2009). Nestes, destaca-se o papel dos atores coletivos que ante a modificação dos usos existentes do espaço urbano, ressignificam noções vinculadas ao ambientalismo e adotam linguagens de valoração com argumentos distintos ao econômico, ao ‘progresso’ e ao ‘desenvolvimento’, a fim de construir justificativas legítimas nas arenas públicas. Estes conflitos envolvem tanto dimensões culturais como estilos de vida, e disputas de interesses.

A partir de dois casos pontuais – o conflito por plantas de celulose no rio Uruguai, na fronteira entre Argentina e Uruguai; e o conflito por saneamento da bacia Matanza-Riachuelo, no limite entre a Cidade e a Província de Buenos Aires – Gabriela Merlinsky (2009) estuda a ‘irrupção’ do meio ambiente na agenda dos problemas sociais na Argentina. A partir da emergência destes casos na agenda pública, a autora afirma que se pode falar da construção de um campo ambiental na Argentina, através da formação de espaços públicos intermediários ou arenas públicas do conflito, com um lugar particular reservado aos processos de judicialização das problemáticas ambientais. Segundo afirma a autora, nestes ‘*espacios públicos novedosos*’ logram ter expressão pública sistemas de valoração sobre bens da natureza e do território diferentes ao econômico. Quem os motoriza costuma pôr em prática repertórios particulares de ação, construídos por coletivos de composição intersetorial.

Os trabalhos que abordam especificamente os usos ‘retóricos’ da natureza não são muitos na Argentina e, entre eles, os mais completos vieram dos estudos da antropologia. Neste marco, Florencia Girola (2004) estudou o valor simbólico do ‘verde’ e da ‘natureza’ nos processos de suburbanização residencial. A partir de estudos com os habitantes do bairro fechado Nordelta, localizado no partido de Tigre (na periferia de Buenos Aires), Girola inferiu que a natureza não só é uma estratégia de promoção imobiliária, mas que constitui um ingrediente central dos imaginários e vivências de seus habitantes, que adotam este termo acriticamente.

Girola (2004) aclarou que, na Argentina, a natureza se apresenta como um recurso instrumental para a requalificação ou valorização de certos fragmentos da periferia degradada das metrópoles. A natureza construída como imagem publicitária – vendida como um produto, gerador de espaços ‘saúdáveis’ e de relações sociais ‘harmônicas’ – permitiu, desta maneira, recuperar espaços abandonados da periferia para os setores mais abastados. Uma periferia urbana que era considerada degradada devido aos setores populares, hoje é representada de maneira mítica. A autora afirma ainda, que esta aceção de uma natureza prístina é retomada no discurso dos residentes e apresentada como o primeiro motivo de sua seleção residencial através de explicações simplificadas que reduzem a natureza ao paisagístico. A natureza é, assim, convertida em um espetáculo esteticamente desejável que permite sua contemplação harmônica, afastada da visualidade caótica própria das representações sociais da cidade. Neste processo, a ‘natureza’ e o ‘verde’ se tornam, também na Argentina, elementos de valor e distinção. Promovedores de segregação urbana e social.

Em uma linha similar, María Carman investiga distintas concepções do conceito ‘natureza’, tanto nos *countries* radicados na periferia norte de Buenos Aires, assim como em cenários opostos por seu *status* socioeconômico, como são a Villa Rodrigo Bueno e a Aldea Gay. A Villa Rodrigo Bueno está localizada nas proximidades da *Reserva Ecológica Costanera Sur*, na Cidade de Buenos Aires, a poucos metros do bairro mais luxuoso e moderno da cidade: Puerto Madero. O segundo caso de estudo constitui a Aldea Gay, um espaço ocupado por casais gay pobres em prédios públicos vizinhos à *Universidad de Buenos Aires*, também próximos a uma reserva natural. Tanto os habitantes da Villa Rodrigo Bueno como da Aldea Gay são considerados – seja por grupos ambientalistas defensores das reservas, seja pelo capital imobiliário interessado em seu deslocamento – como ‘impuros’, ‘ilegais’ e ‘perigosos’, associando-os à desordem e à contaminação. Em antonómia a estas acusações, a construção da natureza nos ‘*countries*’ (*gated communities*) se vincula à sua domesticação e pureza. Representações que estão vinculadas à segurança e ao afastamento do impuro e da pobreza.

Assim, a natureza pode adquirir o conteúdo dos argumentos que justifiquem o rechaço da sociedade para com seus membros indesejáveis e se transformar na justificativa para a autosegregação de quem encontra na mistura de classes,

própria da cidade, um perigo intolerável. A complexidade adicional que encontra Carman (2011) – um aspecto louvável de seu trabalho – é que a natureza não é só uma ferramenta própria do marketing imobiliário, mas que é passível de ser re-apropriada por setores populares para defender suas próprias posições sociais e direito de permanência – objeto de valoração de ambientanismos mais responsáveis.

Também da Geografia provêm estudos interessantes na Argentina sobre o recurso da natureza para a produção capitalista do espaço urbano. Neste contexto, Ríos e Pírez (2008) nos oferecem um olhar a partir da utilização da retórica pelos empreendimentos imobiliários em áreas inundáveis do rio Tigres. Em seu artigo, demonstraram que desde a última década do século XX, os atores econômicos privados começaram a produzir urbanizações fechadas sobre áreas inundáveis da periferia do *Aglomerado Gran Buenos Aires*. Este processo de produção privada do espaço urbano, segundo Ríos e Pírez (2008), foi legitimado através de uma retorização relacionada às noções de ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘recuperação ambiental’, viabilizando o avanço de grandes "negócios urbanos" que, contraditoriamente ao que se sustenta, tendem a uma alteração das funções ambientais sem precedentes. Portanto, neste trabalho sobre a realidade do *Aglomerado Gran Buenos Aires*, abordam-se algumas das muitas contradições que emanam dos processos associados à produção do espaço urbano de ‘alta qualidade ambiental’.

Por meio da confrontação entre a retórica e as práticas dos atores sociais das urbanizações fechadas do município de Tigres, os autores concluíram que a retorização dos ‘espaços verdes’ e da ‘vida saudável’, distante do centro metropolitano, mascara a obtenção de grandes lucros. Perceberam, também, que, na realidade, comercializam-se terras destinadas à produção agrícola que logo são vendidas como terras urbanas. Assim sendo, alerta Ríos e Pírez (2008), que a valorização das qualidades ‘naturais’ particulares desses espaços (as características da paisagem do Delta e da costa de *Río de la Plata*), em um contexto de crescente sensibilidade ecológica (produzida pela retorização), permite a obtenção de lucros.

Ríos e Pírez (2008) revelaram, também, que a retórica crescente do ‘o sustentável’, que articulando os interesses dos atores econômicos privados e os governos locais, se apoia em proposições desenvolvidas pelo conhecimento

científico-técnico. “Es muy grande la cantidad de revistas, cursos de postgrado, congresos, etc., que desde distintas disciplinas del conocimiento (desde el urbanismo hasta la ecología) nutren y legitiman tal discurso.” (RÍOS & PÍREZ, 2008, p.116).

Rausch (2011), ao estudar San José del Rincón e Alto Verde – dois núcleos urbanos da periferia da cidade de Santa Fe/Argentina –, destaca que desde os nomes, as localidades evocam imagens díspares, desejos contrapostos e cores tão contrastantes como as condições mesmas de suas respectivas origens. A história de ambas marcha por caminhos diferentes, ainda que em estreita relação com o centro urbano. Analisando parte da produção cultural local, como a imprensa, obras de literatura e pintura, Rausch (2011) realizou uma aproximação, partindo da história urbana e dos estudos culturais, a essa produção de imagens e imaginários sobre Rincón e Alto Verde. Fazendo, por um lado, um percurso que desse conta das transformações e dos modos específicos em que os imaginários foram definindo em ambos os territórios, percebeu que os imaginários determinaram as tipologias construtivas, onde Alto Verde se configurou como o lugar das dinâmicas marginais e lugar daqueles que já não encontram lugar dentro da sociedade de consumo, ao passo que San José del Rincón se configurou como um território coberto por um manto ilusório, um lugar ideal que se vende como lugar de residências permanentes, exaltando valores como o contacto com a natureza, tranquilidade e a exclusividade.

Estudos como o de Wertheimer (2013) se centram na retórica ecológica em combinação com o ‘espaço público’ para proporcionar – ou disputar, dependendo de que lado falemos – urbanizações de tipo público-privadas na ‘*ribera metropolitana*’ de Buenos Aires. Na cidade-refúgio para a reprodução do capital – que avança sobre os bens comuns e separa paulatinamente os sujeitos de suas condições materiais de existência – aparecem continuamente novos produtos urbanos. Wertheimer (2013) centra-se nos megaempreendimentos que estão se construindo nas áreas costeiras de localidades adjacentes à cidade de Buenos Aires. Estes empreendimentos, diferentemente dos bairros fechados ou *gated communities*, são proporcionados pelo acesso público às costas, em uma cidade que se construiu de costas para o rio, em um intento de versão ‘progressista’ dos *countries* e bairros. O que se pode observar na dinâmica da instalação destes empreendimentos e das oposições que desperta entre os residentes, é um interjogo retórico no qual o capital

imobiliário concentrado parece incorporar as críticas de seus inimigos a fim de justificar na esfera pública o novo e ‘mercantilizado’ perfil urbano costeiro. Como raras vezes as justificativas ambientais se dão em estado puro, combinam-se com a apelação do desenvolvimento e do progresso (por seus impactos potenciais nas melhoras no emprego, na arrecadação, entre outros).

Pírez (2006), por sua vez, ao estudar alguns processos concretos que integram as transformações ocorridas na configuração e funcionamento metropolitanos de Buenos Aires, nos anos noventa do século XX, percebeu que se trata de componentes do impacto de processos de nível macro (internacionais e nacionais) próprio da reestruturação da globalização promovedora de ‘privatização’. Neste contexto, segundo o autor, o espaço da expansão metropolitana ficou marcado pela presença dominante de duas lógicas ‘não estatais’: a dos setores excluídos do mercado formal, na satisfação direta de sua necessidade; e a produção privada capitalista para os grupos de maior poder aquisitivo. Como consequência, deu-se uma clara diferenciação entre cada território particular produzido e o resto da periferia. Os territórios produzidos pela lógica da necessidade, apesar do intento de adequação formal à urbanização regular, logram somente baixíssima qualidade, o que os coloca em meios hostis, onde dificilmente se produzem as infraestruturas e os serviços necessários para seu funcionamento, alerta Pírez (2006). Ao passo que os territórios da produção capitalista, as “urbanizações fechadas” parecem reproduzir o que Fishman (1987, *apud* PÍREZ, 2006, p.47) chamou de *bourgeois utopias*: “alta calidad del hábitat, segregación basada en la identidad social para proteger a la familia separándola de la amenaza de la vida urbana y de los otros, particularmente los pobres, viviendo en contacto con la naturaleza”.

Segundo Janoschka (2006), Hidalgo e Borsdorf (2016) e Borsdorf e Hidalgo(2004), as transformações do espaço urbano e os processos de desenvolvimento descritos na Argentina e Chile, não são casos únicos. Existe um número elevado de outros estudos temáticos que investigam Buenos Aires/Argentina (SVAMPA, 2001, CAPRON, 2000; PRÉVÔT-SHAPIRA, 2000; VIDAL-KOPPMANN, 2001; MIGNAQUI, 1999; RÍOS, 2010, 2014; ABBA, 2010; JANOSCHKA, 2003); Bahía Blanca/Argentina (FORMIGA, 2005; MARENGO e FORMIGA, 2002,). Borsdorf (2002) revela situações similares em Quito/Equador e Lima/Peru, assim como Meyer e Bähr (2001) e Bustos-Gallardo e Irarrazaval (2016) em Santiago de Chile com

relação aos novos processos que transformam a estrutura urbana da cidade. Hidalgo e Arenas (2012), Cáceres e Sabatini (2003), por sua vez, também encontraram esse fenômeno ao estudarem a área costeira de Valparaíso/Chile. Castro e Villagrán (1998), igualmente, ao estudarem a costa de Concón-Quintay. Pérez *et al.* (2005) e Rodríguez e Vargas (2016) apresentam o contexto colombiano. Cabrales e Canosa (2001, 2002), assim como também Rodríguez e Mollá (2002), descrevem similares transformações do espaço urbano em diversas cidades do México. Portanto, é um fenômeno que, apesar de se manifestar de maneiras distintas (de acordo com as especificidades do sítio e do território em que opera), está presente em quase todas as metrópoles do continente.

Todos os estudos trazidos permitem observar que o processo de apropriação privada dos objetos representativos da natureza é um fenômeno que extrapola as fronteiras das cidades latino-americanas, corroborando com nossa hipótese, ou seja, a de que se está diante de um fenômeno global ligado à produção de valores. É um movimento que vai ao sentido contrário da democratização do acesso a estes objetos. Melhor dizendo, a hierarquia funcional de acessibilidade aos objetos naturais é muito forte na América Latina. Nossas cidades se encontram ainda num contexto em que a democratização do acesso à forma e ao conteúdo do espaço constitui um problema que deve se resolver, utilizando a Natureza como um direito de todos.

Por fim, por estarmos diante de um fenômeno que se manifesta, ao menos, no âmbito das metrópoles latino-americanas e que é dotado de uma interestescalaridade, não poderíamos estudar a espacialidade desse processo de produção do espaço urbano à luz da retórica ecológica na capital pernambucana, sem a considerar em suas múltiplas dimensões e escalas. Esclarecemos com isso, a preferência, no subtítulo de nosso trabalho, pela utilização da escala “cidade latino-americana”.

4. UM RECUO NECESSÁRIO



4. Um recuo necessário

Admitindo que a paisagem expressa as heranças das sucessivas relações estabelecidas entre a sociedade humana e a Natureza (SANTOS, 1996), a presente seção se propôs a analisar as diferentes paisagens produzidas historicamente através da relação rio Capibaribe-Recife, com o intuito de melhor posicionar os atuais movimentos de reaproximação estudados neste trabalho. Entendendo que a paisagem do Recife é resultado de ações intencionais do humano embasadas pelos seus códigos culturais que vão traçando continuamente suas *marcas* sobre o sítio, buscamos demonstrar nesta seção como diferentes relações estabelecidas entre a cidade e o rio na história têm implicações geradas pelos diferentes ‘modos de ver’ (COSGROVE, 1984). Para tanto, recorreu-se a um recuo, porém enquanto um movimento duplo, como propõe Lefebvre (1999, p.33): “*regressivo* (do virtual ao atual, do atual ao passado) e *progressivo* (do superado e do *finito* ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo)”. Isso porque, não há dúvida que cada ‘modo de ver’ produziu a cidade à sua maneira e exprimiu de maneira visível e legível na paisagem.

Paisagem, aqui, não será concebida apenas como a parte material do espaço. Para nós, ela detém um forte caráter estético, em que a ação da visualização e da imaginação espacial é fundamental, como afirmou Barros (2006). A ação da visualização é tão basilar para esta categoria, que Bailly (1991) afirmou que esta seria a parte visível do espaço terrestre. Para Barros (2006), a paisagem se constitui como um conceito de grande sugestibilidade ocular e que evidencia suas relações com a poética. Neste contexto, a visualidade é – e sempre foi – um sentido privilegiado, por exemplo, na construção da arte literária, mesmo porque a própria linguagem verbal elucida a estreita relação entre a palavra e o visível, como demonstrou Silva (2009). De tal modo, pode-se observar que os estudos literários sobre a forma de poesia, por exemplo, emanam de posturas cada vez mais marcadas por um caráter estético do território. A visualidade ocupa o local do “encontro entre o mundo e um ponto de vista” (COLLOT, 2013 p. 18). Portanto, para a realização desse recuo, utilizaremos, além das representações ‘visíveis’ da

materialidade (pinturas, fotografias etc.), de uma visualidade²² da paisagem presente em poemas que narram a poética da relação Capibaribe-Recife.

Historicamente, Recife se colocou como um foco metropolitano da região Nordeste. Por deter essa característica, a capital pernambucana, além de servir de inspiração poética para seus filhos, segundo Coutinho (1983), atraiu e atrai de outras terras, os mais diversos espíritos poéticos que escreveram e escrevem poesia sobre a cidade. Assim,

[...] os que fazem no Recife sua formação social e cultural, de tal modo se impregnam do espírito da cidade, que em pouco não parecem diferentes recifenses nascidos às margens nem sempre plácidas do Capibaribe [...]. Tornam-se como que (termo grato a Gilberto Freyre) recifensizados; como o foram, um tanto, os baianos Gregório de Matos e Castro Alves, o sergipano Tobias Barreto, o paraibano Augusto dos Anjos. Como, mais recentemente, adotaram a cidadania poética do Recife, entre outro: outro paraibano, Ariano Suassuna (E eu vi que a minha Dama era o Recife) e o alagoano Lêdo Ivo [...]. (COUTINHO, 1983, p. xvi-xvii).

Recife é, portanto, uma cidade de múltipla inspiração para tantos poetas, como já declarado por Lima (1965), a capital poética do Brasil. Assim, é uma cidade da mais intensa produção poética, cujo aporte dessa condição lírica, iremos utilizar para elucidação das paisagens fruto da relação rio-cidade.

Por essa noção previamente escolhida de paisagem, utilizamo-nos do aporte teórico oferecido por Berque, que, em suas concepções, afirma que por um lado:

[...] a paisagem é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.; e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2010 p, 240)

²² No que diz respeito aos modos de acesso às paisagens, a vista não é mais a única condição. Como alerta Besse (2014), fala-se atualmente na dimensão da polissensorialidade própria das experiências paisagísticas. Neste sentido, visualidade será entendida não como o que é fruto da visão, mas fruto da experiência polissensorial da paisagem.

A paisagem, para este, refere-se não apenas à subjetividade de quem a contempla, mas também a componentes concretos. Assim, a paisagem pode conceber um imaginário, o qual, por sua vez, baseia-se em um sustentáculo objetivo, tangível. É neste sentido que para este mesmo autor, a paisagem é ao mesmo tempo marca e matriz. Em suas próprias palavras:

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno. (BERQUE, 2010, p. 239)

Percebe-se que Berque, em sua construção teórica acerca do conceito de paisagem, parte do pressuposto de que esta, enquanto categoria de análise, não deve ser concebida apenas por seu aspecto visível, ou seja, por sua morfologia, assim como não deve ser reduzida aos aspectos psicológicos e simbólicos, sua visualidade. Em assim sendo, a paisagem, para este autor, é dada pela integração do sujeito com o objeto (BERQUE, 1994, p. 5).

A partir desta noção de paisagem, o escopo desta dissertação é compreender como as mudanças na morfologia trazidas no tempo, interferiram e foram interferidas pelos valores do rio Capibaribe, pelas diferentes *matrizes*, que geram diferentes “modos de ver”, de conceber e, principalmente, de agir sobre o espaço. Assim, espera-se demonstrar que estes distintos valores que o rio deteve, se materializaram no espaço, deixando marcas nas paisagens da cidade; que a atual revalorização vinculada à retórica ecológica está comprometida com a produção de valores do capitalismo neoliberal – construindo uma paisagem cada vez mais fragmentada e desigual, seguindo os imperativos da lógica do desenvolvimento geográfico desigual.

O valor, por sua vez, nesta seção, não é concebido como uma característica inerente ao rio, mas como fruto, sobretudo, de uma dialética da sociedade recifense em relação ao território complexo que a cerca, no qual, ao mesmo tempo em que se mudam os modos de se relacionar com esse território anfíbio, criam-se novas maneiras de explicá-lo, interpretá-lo, de conceituá-lo, de representá-lo, ou seja, criam-se novos valores, significados e semiologias para os objetos que o compõem

(MOLES, 1972). Sob essa ótica, pode-se afirmar que a noção de valor é relativa e intersubjetiva, como afirmara Melo (2014), que lhe concede múltiplos conteúdos e interpretações, variando no tempo, de cultura para cultura e de lugar para lugar.

Diante do exposto acima, buscaremos demonstrar de maneira sintética os movimentos da paisagem fruto da relação cidade-rio no Recife²³. Para isso, considerou-se desde sua formação embrionária, bem como suas estruturas e processos relacionados a matrizes atualmente vigentes na cidade. Portanto, esta seção vem inferir e sintetizar acerca da relação Capibaribe-Recife no movimento da paisagem da cidade para contextualizar os movimentos de reaproximação estudados nesta dissertação. Uma regressão necessária para que não nos percamos no presente. Isso porque, o que vem se apresentando como virtualidade na cidade – a construção de uma cidade parque – e que se lança como contraposição ao presente – ‘Veneza Americana’ perdida; cidade sem natureza; distanciamento da natureza, etc –, na realidade não se emancipa completamente do tempo presente e do passado, como veremos.

4.1. Algumas paisagens da relação cidade do Recife – rio Capibaribe

Podemos afirmar, ao observar um pouco da história das cidades, que os rios sempre foram elementos fundamentais na consolidação de aglomerados populacionais. Neste contexto, como demonstrara Marcondes (1999), há muitas cidades europeias que se consolidaram sobre antigos sítios urbanos cortados por rios, como Londres e Paris. No que concerne ao Brasil, como demonstram Furtado (1986) e Prado Júnior (1970), as relações estabelecidas entre os rios e as cidades são notórias desde as suas estruturações embrionárias, pois muitos dos núcleos coloniais foram constituídos próximos a elementos hídricos (principalmente do mar e dos rios). Isto porque estes elementos, segundo Melo (2009), contribuíam para a demarcação e defesa dos territórios, e os rios, mais especificamente, tinham como

²³ Para os apressados, apresento no Apêndice F, um quadro que resume os movimentos.

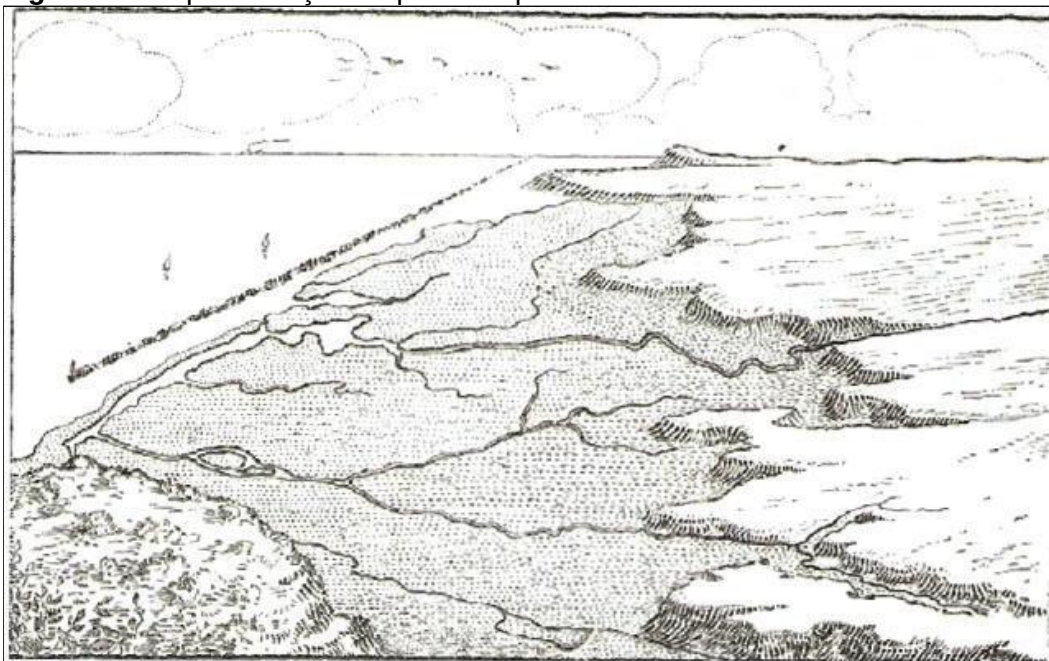
desígnio servir para o abastecimento de água, circulação de pessoas e escoamento da produção.

Um desses núcleos foi a cidade do Recife, atual capital do estado de Pernambuco, localizada na região Nordeste do Brasil, cuja formação e expansão tiveram a contribuição de seus rios, especialmente, do Capibaribe (MELO, 2003). Isso porque, como se sabe, Recife teve como sítio a área da foz e do vale inferior do rio Capibaribe, descrita por Melo (1978, p.46) como uma “planície costeira [que] se alarga em [um] bolsão grosseiramente semicircular circundado por um arco de colinas oriundas da dissecação do baixo platô sedimentar do grupo barreiras”. Ou como descreve Chacon (1959, p.28), que o vale do Capibaribe, em seu curso final, é cercado “[...] por um semicírculo de colinas terciárias [...]”.

Antes de lançar-se no oceano, a uns seis quilômetros da praia (na altura do bairro da Madalena) seu curso (o rio Capibaribe) desorienta-se por completo e desfaz-se em braços, que envolvem ilhas, ou em águas semi-represas de alagados e camboas. Águas de outro rio de muito menor descarga, o Beberibe, ampliam o dédalo para o norte. O conseqüente de alguns riachos originários da própria planície ou das elevações que a circulam (Pina, Jordão, Tejiptó, Jiquiá) fazem crescer o labirinto para o sul. Finalmente, o fluxo ritmado da maré acrescenta ainda mais águas a esse quadro, diminuindo-lhe a proporção já de si escassa de terra firme. (MELO, 1978, P. 46)

Uma planície fruto do grande trabalho das forças naturais, que atuando sobre as estruturas geomorfológicas, acabou por originar, na era Quaternário, uma planície que foi moldada pela ação combinada, sobretudo, das águas do mar e dos rios (Figura 7). Portanto, muito antes que se consolidassem os primeiros sinais do ajuntamento humano vinculados à colonização que se converteria mais tarde na cidade do Recife, “Antes que essas águas e terras tivessem esses nomes [...] a planície já ostentava essa imagem de um tecido de rios, braços de rios e grandes porções de terras recortadas pelas águas [...]” (ARRAIS, 2004, p. 99).

Figura 7 – Representação da planície que é sítio físico do Recife



Fonte: Castro (1964).

Desse modo,

Vê-se que se trata de um espaço onde se misturam rios uns com outros e com o mar, o que serviu de sítio ao Recife. Espaço onde a parte líquida da paisagem predominava sobre a porção sólida, onde os acidentes das águas prevaleciam sobre os da terra, onde os movimentos das marés e das cheias tornavam imprecisos e movediços os limites entre a terra e a água, onde as várzeas e as ilhas possuíam, muitas vezes, em vez de uma linha, uma faixa ou zona de contorno. (MELO, 1977, P.48)

Em assim sendo, este elemento vai ter papel fundamental para a compreensão da estruturação urbana da cidade, pois desta relação, ora 'simbiótica', ora nem tanto, emanam significados e símbolos que particularizam as materializações na/da cidade. Diz muito bem Valdemar de Oliveira (1942) ao afirmar que no Recife "o que não é água, foi água ou lembra água". Aquosidade essa, expressada no poema Riomangue de Marcus Accioly (COUTINHO, 1983, p. 3-5), ao poetizar o binômio característico do sítio da cidade do Recife:

O rio ao entrar no mangue
Logo deixa de ser rio
Para ser mangue somente
E encher de mangue o vazio;

Com exceção da folhagem
Verde, que ao sol se derrama,
Embora tenha os pés negros
Plantados dentro da lama.
O mangue, como um mar morto,
Recebe o rio e o encerra
Entre seus lábios viscosos
E as suas ilhas de terra.

Torna-lhe as águas mais densas
E, feito chumbo, pesadas
Sobre o seu leito sem margens,
Como se fossem paradas.
Empresta-lhe a cor usada
Própria da terra ou do preto
Que existe dentro da lama
E cobre seu esqueleto.

Seu esqueleto sem ossos,
Invertebrado, macio,
Que veste a carne da lama
E usa os cabelos do rio.

Formando um corpo sem corpo
Nem forma ou medida, espesso;
Por ser o corpo do mangue
Um corpo do lado avesso.
Um corpo posto ao contrário,
Sem fim, princípio, nem centro,
Porque o fora do mangue
É o próprio lado de dentro.

Assim é que ele anda sempre
Morto de fome e de sede,
Comendo até as raízes
Da sua flora mais verde.

Abocanhando, engolindo,
E vomitando, afinal,
Crustáceos, ostras e peixes,
Das goelas do lamaçal.

O rio ao sair do mangue
(Depois que o mangue o repele)
Calça sapato de lama
E veste lama na pele.

Cansado já de ser mangue
E encher de mangue o vazio,
Por onde a lama é mais terra
O rio faz-se mais rio.

E segue deixando as ilhas,
Suas raízes, seus pêlos,
Levando quase a metade

Do mangue nos seus cabelos,

E no seu corpo que segue
Tão entranhado de mangue
Como se o mangue corresse
Nas suas veias sem sangue;

Ou, como sangue, seguisse
Oculto, dentro do seio
Ou do miolo das águas,
Como se fora seu meio;

Como se o mangue trouxesse
O rio que sempre o traz,
Ou o rio, à frente, seguisse
O mangue que segue atrás.

Mas longo que o rio encontra
De novo pedras e areias,
E escuta o mar que o convida
Com algas, búzios, sereias,

Depressa vai se enxaguando
Num banho de passarinho,
E despregando a metade
Do mangue pelo caminho.

Tentando ficar tão limpo
Que sendo visto por quem
Conhece o mangue, o confunda
Com as graças que o mangue tem.

Por isso ele entra no mar
Numa missão-suicida,
Para lavar-se do mangue
Por todo o resto da vida.

Essas características não poderiam deixar de refletir na paisagem marca e matriz da cidade do Recife. As manifestações mais evidentes foram pontuadas por Melo (1977, p.47):

1.º - Antes do mais, o fato de se tratar de um sítio deltáico condicionou a formação de um espaço urbano cuja área central e inicial ficou fragmentada em várias porções, uma espécie de cidade arquipélago com ilhas diversas servindo de bairro ou abrigando bairro.

2.º - Construída sobre ilhas e sobre terras ladeadas por áreas alagadiças, a cidade foi-se amoldando às formas e contornos dos espaços sólidos preexistentes. A configuração da parte insular da urbe bem indica. Porém esse amoldamento sob influência da água faz-se perceptível mesmo em muitas das áreas conquistadas aos rios e aos pântanos.

3.º - A topografia horizontal e a altitude baixa (apenas alguns metros acima do nível do mar) respondem pela existência de sérios problemas ligados à drenagem das águas pluviais e dos esgotos sanitários. Respondem também, em parte, pela ocorrência de um dos mais importantes problemas recifenses, o das cheias calamitosas²⁴.

4.º - O fato de ocupar a cidade diversas ilhas fez das pontes um de seus traços característicos e peculiares. Ao mesmo tempo, um dos elementos de maior efeito embelezador. Além disso, como é óbvio, as pontes integram-se no arcabouço viário da cidade e constituem parte indissociável da infraestrutura de circulação.

5.º - Um outro elemento da fisionomia e do traçado urbano condicionado pelo sítio fluvial e deltáico é o representado pelas ruas e avenidas de beira-rio, com suas casas de um lado só a refletirem-se nas águas e a participarem de um conjunto também de efeito embelezador da paisagem recifense.

O que se deve perceber, portanto, destas características apontadas por Melo, é que tanto em sua configuração embrionária quanto na atual configuração, as águas – rios, lagoas, riachos e mar – e os objetos espaciais construídos pelos homens – pontes, canais e *waterfronts* fluviais e marinhos – fazem parte e constituem elementos fundamentais nas paisagens da cidade do Recife. Portanto, como alertaram Andrade (1952), Vasconcelos Sobrinho (1937), Oliveira (1942) e Melo (1977), que a constituição dessa planície deltaica na qual vem se consolidando o Recife é resultado da ação combinada não só de suas águas, mas também dos ventos, vegetação e do posterior e decisivo trabalho humano em favor da materialização de novos territórios, pois ao constituírem, como alertara Arrais (2004), os primeiros fundamentos das atividades humanas nos moldes europeus na planície, os grupos de colonizadores expuseram um empenho incessante para formar o chão sobre o qual deveriam ser estabelecidos os artefatos materiais e simbólicos exigidos por suas matrizes culturais. Assim sendo, a marcha da colonização para expandir a área habitada proximamente aos mangues, aos alagados, às camboas, vizinhos dos veios de rio, torna-a assim, um dos principais agentes modeladores da paisagem da planície flúvio-marinha.

Por suas características apropriadas para a consolidação de um bom porto em combinação com o progresso da cana-de-açúcar, a cidade do Recife surge na

²⁴ Hoje, mais controladas.

justa forma de porto. Os fatores econômicos mais importantes foram a água e o açúcar, pois o local oferecia pesca abundante, água potável de qualidade e facilidades para o transporte do açúcar (CHACON, 1952). Isso porque a ampla várzea do Capibaribe vinha a calhar, pois os produtos exigiam um porto para escoamento. Como descreve Chacon (1959 p.28),

O ancoradouro recifense nascia sob o mesmo espírito dos de Goiana, Igarassu, Sirinhaem e Rio formoso, por exemplo. Isto é: o limite da maré na preamar, possibilitando entrada segura das naus terra a dentro, ao abrigo dos ventos fortes e longe da vista de possíveis perseguidores.

Portanto, pode-se dizer que o Recife surgiu, também, em função do progresso da cana-de-açúcar. A povoação portuária, estreitamente ligada à economia rural voltada para o mercado externo, na sua singela configuração de povoação de pescadores, de homens do mar e de local onde se edificavam alguns trapiches e armazéns, “se explicaria pela existência da cadeia de recifes, ao propiciar a existência de um abrigo seguro para os navios que mantinham as ligações entre a colônia e a metrópole” (BERNARDES, 1947, p. 12), como pode ser visualizado na Figura 8.

Figura 8 – Representação da estrutura do sítio da cidade que era e é utilizado como porto.



Fonte: João Texeira Albernaz I/1616, Instituto Cultural do Recife.

Deste modo, a ocupação do sítio onde se assentaria o núcleo inicial do Recife deve-se, sobretudo, às condições naturais favoráveis à existência de um porto, elemento essencial em uma economia colonial produtora e exportadora de bens primários e importadora de bens manufaturados. Como alertou Castro (1948, p.32), o Recife “formou-se sobre as areias da aldeia conhecida pelo nome de *O Povo* ou *Povoação dos Arrecifes*, ou ainda, *Ribeira Marinha dos Arrecifes*. Povoação criada para servir o porto e, portanto, como uma consequência direta de sua atividade específica”. Como descrito por Gregório de Matos (COUTINHO, 1983, p.127) em seu poema “Descrição da Vila do Recife”:

Por entre o Beberibe e o Oceano,
Em uma área sáfia e alagadiça,
Jaz o Recife, povoação mestiça
Que o belga edificou, ímpio tirano.

O povo é pouco e muito pouco urbano,
Que vive de uma pura erva lingüiça,
unha-de-velha insípida e enfermiça,
e camarões de charco todo o ano

As damas cortesãs e mui rasgadas,
olhas-podridas, sopas pestilências,
sempre com purgações, nunca purgadas.

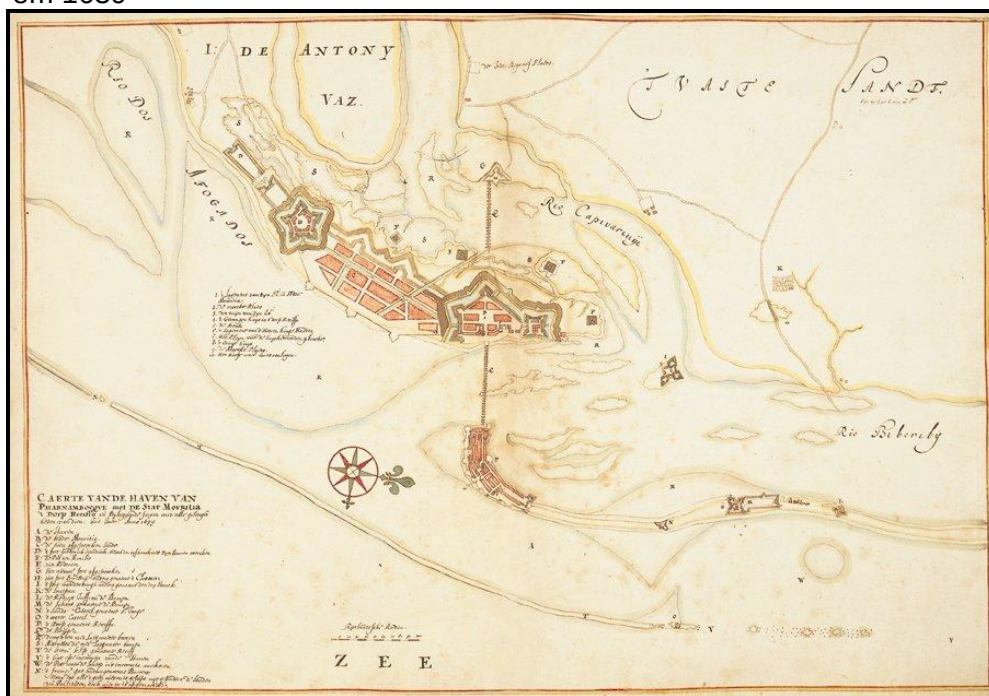
Mas a culpa tem Suas Reverências,
que as trazem tão rompidas e escaldadas,
com cordões, bentinhos e indulgências.

Esta povoação, porém, como alertara Bernardes (1947), parece só ter história a partir do momento em que foi ocupada pelos holandeses. A ocupação recifense, portanto, na forma de umas poucas edificações erguidas nos magros e descontínuos terrenos secos, se restringia à ponta do istmo. Mas foi com a ocupação holandesa, entre 1630 e 1654, especialmente no período da administração do príncipe Maurício de Nassau, que ao afrontar o desafio de retirar o máximo de partido do solo escasso, ganhando espaços a uma área composta por alagados, dando concessões para aterramentos e construção de pontes, possibilitou que a ocupação territorial da cidade do Recife incorporasse áreas secas e capazes de sustentar novas edificações, o que viabilizou um grande impulso para a formação urbana da cidade. Foi no ano de 1638 que o Recife começou a se consolidar fisicamente enquanto

cidade. Como afirmara Arrais (2004), os flamengos, em um curto espaço de tempo, deixaram uma contribuição fundamental e duradoura para a configuração territorial do Recife. Uma configuração territorial anfíbia.

A função portuária seria o fator mais dinâmico da formação da povoação e superaria muitas das condições desfavoráveis ao estabelecimento humano em uma faixa de areia que por certos aspectos era adversa. Especialmente, seria no bairro do Recife, entre o mar e o rio, que os colonos vinham se estabelecer com mais vigor. Em sendo assim, a pequena ilha (Figura 9) e seus mangues e alagados passaram a ser drenados ou aterrados, afirma Cavalcanti (1977), pois era preciso ampliar o território, ora confinado pelas águas numa estreita faixa de terra da península já super-habitada.

Figura 9 – Representação cartográfica do sítio urbano da cidade do Recife em 1639



Fonte: Manuscrito do atlas atribuído a Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife.

Toda uma civilização foi construída sobre estes novos solos. Costumes, linguagem; organização monocultural, escravocrata e patriarcal. Até mesmo lendas e doenças, como afirmou Chacon (1959). O rio Capibaribe, então, não se resumiu em um simples 'habitat' da cana-de-açúcar e de um sistema de civilização por ela propiciado.

O século XIX assistiu à elevação do Recife à cidade e distrito autônomo. O Conde da Boa vista (dirigente da cidade), em sua administração, construiu alguns dos principais equipamentos urbanos da cidade (Palácio do Governo, Teatro Santa Isabel e penitenciária) às margens do Capibaribe. Além destas construções, a navegação no rio demonstrava um importante aspecto da capital pernambucana. O transporte urbano, segundo Chacon (1959), durante séculos foi possível graças ao rio. A comunicação entre as comunidades ribeirinhas tinha lugar mais sobre as águas que sobre a terra. Até meados do século XIX, o Capibaribe era largamente usado pelas famílias dos arrabaldes como via de acesso ao centro comercial. Parahym (1978, p. 122) destacou que: “As famílias residentes nos subúrbios e arrabaldes vinham para o Recife em canoas [...] Também nas canoas se faziam as mudanças e o transporte de lenha. E passeava-se simplesmente. O rio era utilizado ao máximo.”

As casas locadas na margem direita do rio Capibaribe, no arrabalde da Madalena, por exemplo, possuíam “escadas descendo para dar acesso às canoas e aos botes” (MELO, 2003, p. 80) e ainda hoje é possível observar, como marcas, algumas dessas casas (Figura 10).

Figura 10 – Casa no bairro Madalena como marca de uma distinta relação da cidade com o Capibaribe



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Estes elementos e sua característica anfíbia, em conjunto, têm reforçado a representação histórica da cidade como “Veneza americana”, como assim a nomeiou Gonçalves Dias (1848) no poema “Tabyra” – dedicatória aos pernambucanos –, por meio da qual tece elogios à cidade do Recife:

Salve, terra formosa, oh Pernambuco,
Veneza Americana, transportada,
Boiando sobre as águas
Amigo gênio te formou na Europa,
gênio melhor te despertou sorrindo.
A sombra dos coqueiros.

Salve, risonha terra! São teus montes
arrelvados, inúmeros teus vales,
cujas veias são rios!
Doces teus prados, tuas várzeas férteis,
onde reluz o fruto sazonado
Entre o matiz das flores.

Outros, pátria d'heróis, teus feitos cantem,
e a bela história de colônia exaltem,
e os nomes forasteiros;
não eu, que nada almejo senão ver-vos
tu e Olinda, ambas vós, co'os olhos longos
espraiados no mar!

Ambas vós, sobretudo americanas,
doces flores dos mares de Colombo,
filhas do Norte ardente!
Virgens irmãs, que vão de mãos travadas.

Ou mesmo na percepção de Joaquin Nabuco, citado por Cavalcanti, (1977, p.152), que é ainda mais saudosista, pois para este seria

Melhor, porém do que Veneza, os canais do Recife são rios, a cidade sai da água doce e não da maresia das lagunas, e seu horizonte é amplo e descoberto²⁵; as suas pontes são compridas como terraços suspensos sobre a água e o oceano vem se quebrar diante dele em um lençol de espumas por sobre o extenso recife que o guarda como uma trincheira, genuflexo, imenso, onde o eterno luidor de terras se ajoelhará ainda por séculos diante da graça frágil dos coqueiros.

²⁵ Perspectiva ampla e horizontal que hoje se vê ameaçada pela tipologia de cidade que se vem impõe.

Percebe-se, nestas falas, o que Chacon (1959, p. 9) inferiu sobre a relação cidade-rio: “uma unidade geográfica, histórica, econômica e sociológica, mas também sentimental e poética”. Por outro lado, não se deve pensar que as relações da cidade do Recife com rio Capibaribe foram sempre tão saudosistas como demonstrado acima, pois estas variaram na história.

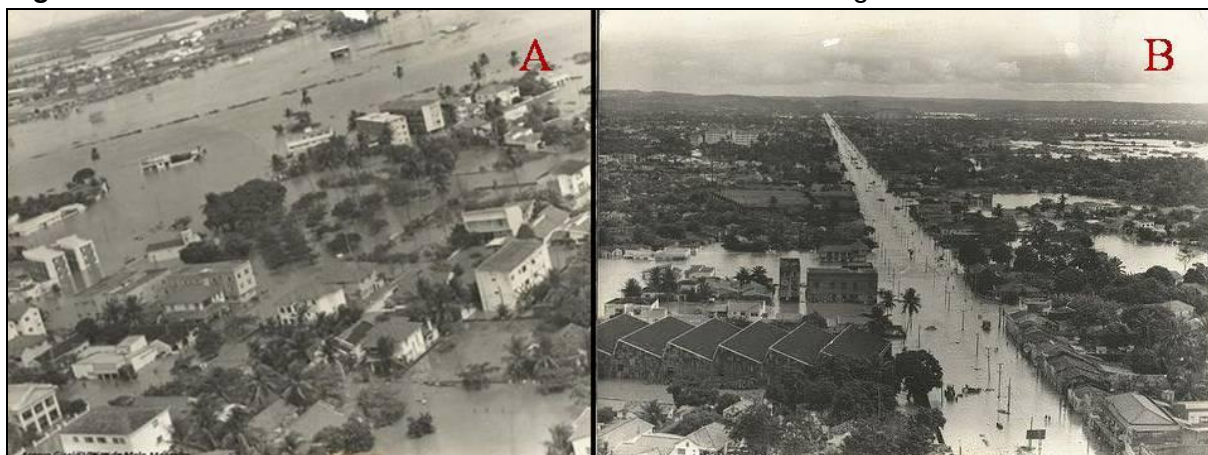
No passado, realmente, independentemente de nível de renda, as pessoas utilizavam-se do rio Capibaribe como local de encontro²⁶, seja em suas pontes, suas águas ou na contemplação de suas paisagens que inspiravam poetas e pintores. O que caracterizava uma aproximação ‘simbiótica’ entre rio e cidade. Isso acontecia dos pontos de vista econômico, social e cultural. Contudo, na evolução da produção do espaço urbano da cidade do Recife, a relação dos moradores com este elemento hídrico foi perdendo seu caráter ‘simbiótico’, pois, como afirmara Melo (2009), o rio foi sendo paulatinamente deteriorado pela ação humana através dos esgotos domésticos e do lixo nele despejados, pela extração de areia para construção civil que o deixava mais profundo e perigoso para a prática do banho e ainda pelas enchentes (Figura 11) recorrentes, como pode ser observado nas estruturas retiradas da EEC2 e EEC3:

Foram cavando, cavando, a draga foi tirando areia, afundando, afundando e acabou. Era muita gente tirando areia pra vender. Ficou fundo demais e de vez em quando morria gente afogada. O pessoal ficou com medo de tomar banho. Morria gente afogada. Ninguém quer se afogar nem se contaminar. Tudo muda, tudo mudou. (EEC2)

Meu filho e meus sobrinhos gostavam de tomar banho no rio e apanharam muito pra deixar de tomar banho na maré, porque estava morrendo muita gente afogada. Aí a gente tinha que evitar apanhando. De vez em quando, tava dando umas lapadas: “não vá não!”. Já tirei muito menino morrendo afogado, que eu também era uma danada. Eu ia para o bote, quando eu via caía um. Já morreu um menino de dois anos que o outro empurrou. (EEC3)

²⁶ Ainda que existissem as relações de exploração que se manifestavam nas águas do Capibaribe – como o negro que rema para o comerciante e sua família, por exemplo –, as margens eram mais democraticamente utilizadas.

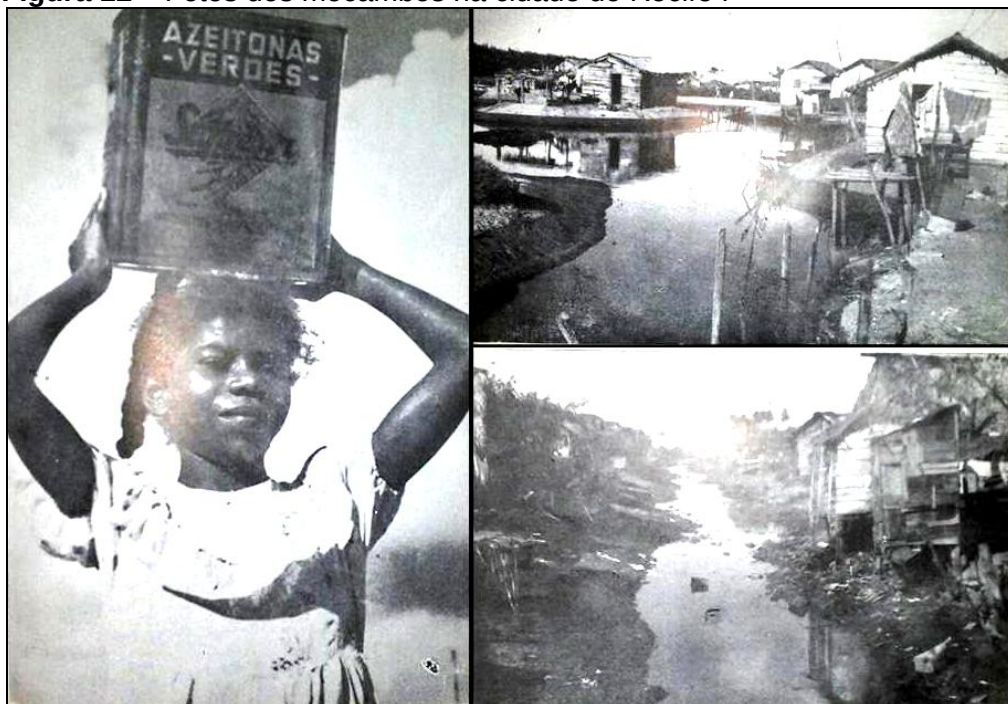
Figura 11 – Fotos da enchente de 1966 na Ilha do Leite e Caxangá



Fonte: Bezerra (1967) Nota: Resultado de uma enchente em 1966 no bairro Ilha do Leite (a) e Caxangá (b).

Outro fator que colaborou para a modificação do status ‘simbiótico’ do Capibaribe com a cidade foi referente à ocupação exacerbada de suas margens, pois com o processo de migração campo-cidade nos séculos XIX e XX, a população migrante, por precariedade de acesso à moradia e falta de políticas habitacionais, instalou-se, sobretudo, segundo Melo (2014), em áreas de mangues e alagados, construindo nas margens do Capibaribe seus mocambos (Figura 12) e utilizando-se, muitas vezes, do próprio rio como meio de sustento.

Figura 12 – Fotos dos mocambos na cidade do Recife I



Fonte: Bezerra (1967).

A inserção dos mocambos na paisagem recifense pode ser expressada, melhor que por uma descrição científica de sua espacialidade, pela descrição poética de Sylvio de Oliveira em seu poema “Os Mocambos” (COUTINHO, 1983, p.176-178).

nesses mocambos
verás visagens
negros sonâmbulos –
com o seu teto
de palhas secas
sobem paredes
e o sujo chão
só construídos
de barro preto
barro batido –
suor e pranto
que se levantam
vultos de espanto –
sob gemidos
de cada canto
como emergidos
ou vomitados
certos paridos
do dorso magro
pobre de sangue
de sangue podre
sangue de manguê
em que se estiolam
quase exangues
párias da pátria
no dia-a-dia
de males cheios
e mãos vazias
como a implorar
em prece a santo
descrente já
do semelhante –
a morte-pronta
a morte-franca
a morte-branca
a morte-tanta
a morte- santa
algum milagre
uma esperança
que retempere
a sua força
e a sua crença
de se tornar
um dia gente
e não somente
um quase lixo
um entenúmero

humanobicho
 de um só efeito –
 o estatístico
 e que depende
 para sobreviver
 da maré baixa
 para comer
 e alimentar-se
 só do que p(resta)
 da banda oculta
 da face escusa
 do manguenáuseo
 com seus crustáceos
 no negro lombo
 à flor da lama
 desabrochando
 que em conjunção
 com a farinha
 de mandioca
 feita em pirão
 do cozimento
 de caranguejo
 e mexilhão
 já se transforma
 em refeição
 que se reparte
 em solidária
 ação
 a mesa implícita
 o próprio vão –
 onde o assento é
 caixão
 e a faca e o garfo
 são os dentes e
 as mãos
 por entre os filhos
 e a mulher grávida
 em neutros pratos
 feitos de barro
 restos de latas
 réstias de esperas
 e sofreguidão

Ou mesmo, pelo poema “Escritos para tetos palafitas plantados na lama do Capibaribe” de Edmir Domingues (COUTINHO, 1983, p. 69-70)I

Muito nos custarão as águas baixas,
 Baniremos a lua, por cautela.

II

Asas no espaço, rio, além das águas

Uma essência de sombras se condensa
 Na espessura da tarde cantigas.
 Rio, contém as águas na vazante
 Que entre rumos das sombras que se empurram
 estranhas residências se levantam
 do teu leito de lama e agonia.

Rio, contém as águas na vazante,
 que homens, mulheres, velhos e crianças,
 compartilham da lama do teu leito
 enquanto ao lado os príncipes sorriem.
 Águas noturnas, rio, eterna noite,
 sobretudo as crianças, quando sofrem
 na completa ignorância do conforto.
 (Mas o Reino de Deus é das crianças,
 mesmo as pagãs, mais puras porque livres
 da impureza das mãos de quem batiza.)
 A lama sairá quando lavadas
 Pelas águas do céu, como elas puras,
 Mas nem assim foi justo se lhes dessem
 Essa infância de lama em que vegetam.

E os infantes dourados, no acalanto
 das alcovas de prata sabem riso,
 e na altura das pontes, sobre o asfalto,
 cresce o reino das luzes coloridas.
 Nada comove as pontes. E no entanto
 a agonia se esconde ao lado delas
 sob os tetos de zinco, na fumaça
 negra dos lampiões de querosene,
 se eles são agonia ao pé da lama,
 madeira podre, som de desespero,
 porque as cores de trópico se casam
 freqüentemente às cores da miséria.

III

Ah, serpente bicéfala, cidade
 de esplendor e miséria inenarráveis,
 O teu poeta sofre ao magro choro
 Das crianças de lama que cultivas.

Ou ainda pelo poema “(As casas) do Mangue” de Marcus Accioly
 (COUTINHO, 1983, p. 6):

Os mocambos do Mangue
 Nas águas insalubres
 São como as primitivas
 Habitações palustres.

Quando a maré-do-rio
 No Mangue se derrama,

As águas apodrecem
As construções de lama:

As casas, os casebres,
Como seus tetos de tábuas,
Onde o vento do Mangue
Vê, sobre as cegas águas,

Meninos-caranguejos
Abrindo os olhos grandes
Através das janelas
De folhas e de flandres.

Poema este cujo conteúdo pode ser fortalecido com as fotos da Figura 13:

Figura 13 – Fotos dos mocambos na cidade do Recife II



Fonte: Bezerra (1967).

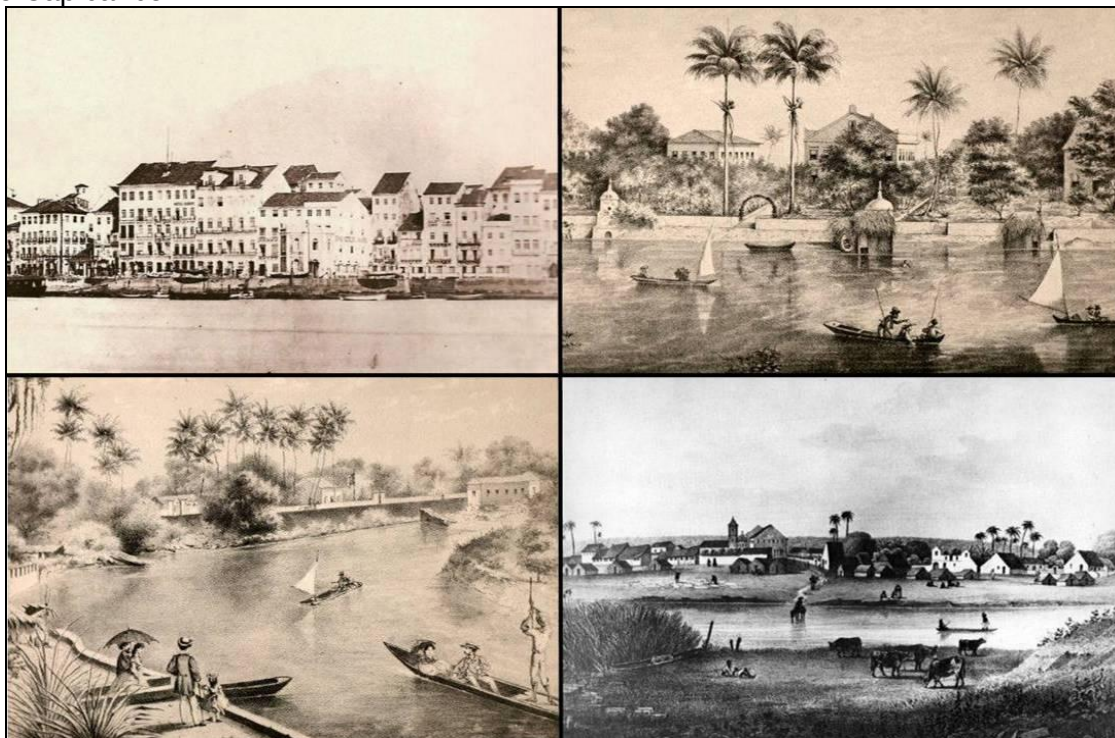
Neste contexto, emergem, por exemplo, movimentos de desconstrução da imagem de 'Veneza americana', como expressado no famoso trecho do poema *Evocação do Recife* de Manuel Bandeira:

Recife
 Não a Veneza americana
 Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais
 Não o Recife dos Mascates
 Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois
 - Recife das revoluções libertárias
 Mas o Recife sem história nem literatura
 Recife sem mais nada
 Recife da minha infância [...]

Neste trecho do poema, nota-se a clara utilização do recurso de aparecimento e desaparecimento do passado, ou seja, uma relação estabelecida entre o Recife contemporâneo ao narrador e o Recife de sua infância. Por uma série de negativas, Manuel Bandeira, vai negando a ‘Veneza americana’ apresentada nos versos de Gonçalves Dias.

Neste contexto de poluição do rio Capibaribe, uma das práticas cotidianas mais comuns entre os recifenses, os banhos de rio, passam a dar lugar aos banhos de mar. O banho salgado não é antigo na cidade do Recife, pelo contrário, é um costume recente, pois nos tempos coloniais e nos primeiros tempos da independência, a preferência, segundo Freyre (1977), era o banho de rio. “Muita casa grande de sítio, muito sobrado, foi edificado com a frente para a água (Figura 14). No rio se tomava banho de manhã e, à tarde, se passeava de canoa ou de bote, os chapéus-de-sol abertos sobre os botes.” (FREYRE, 1977, p.195). O rio é que era nobre e o mar que representava a “imundice”, tendo em vista que era o lugar “onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excremento, o lixo e a porcária das casas e das ruas; onde se atiravam bichos e negros mortos.” (FREYRE, 1977, p.195). Porém, essa relação foi sendo paulatinamente modificada, com o que o rio passou a adquirir o sentido de “negatividade”.

Figura 14 – Representação dos arrabaldes e sobrados construídos com a frente para o Capibaribe

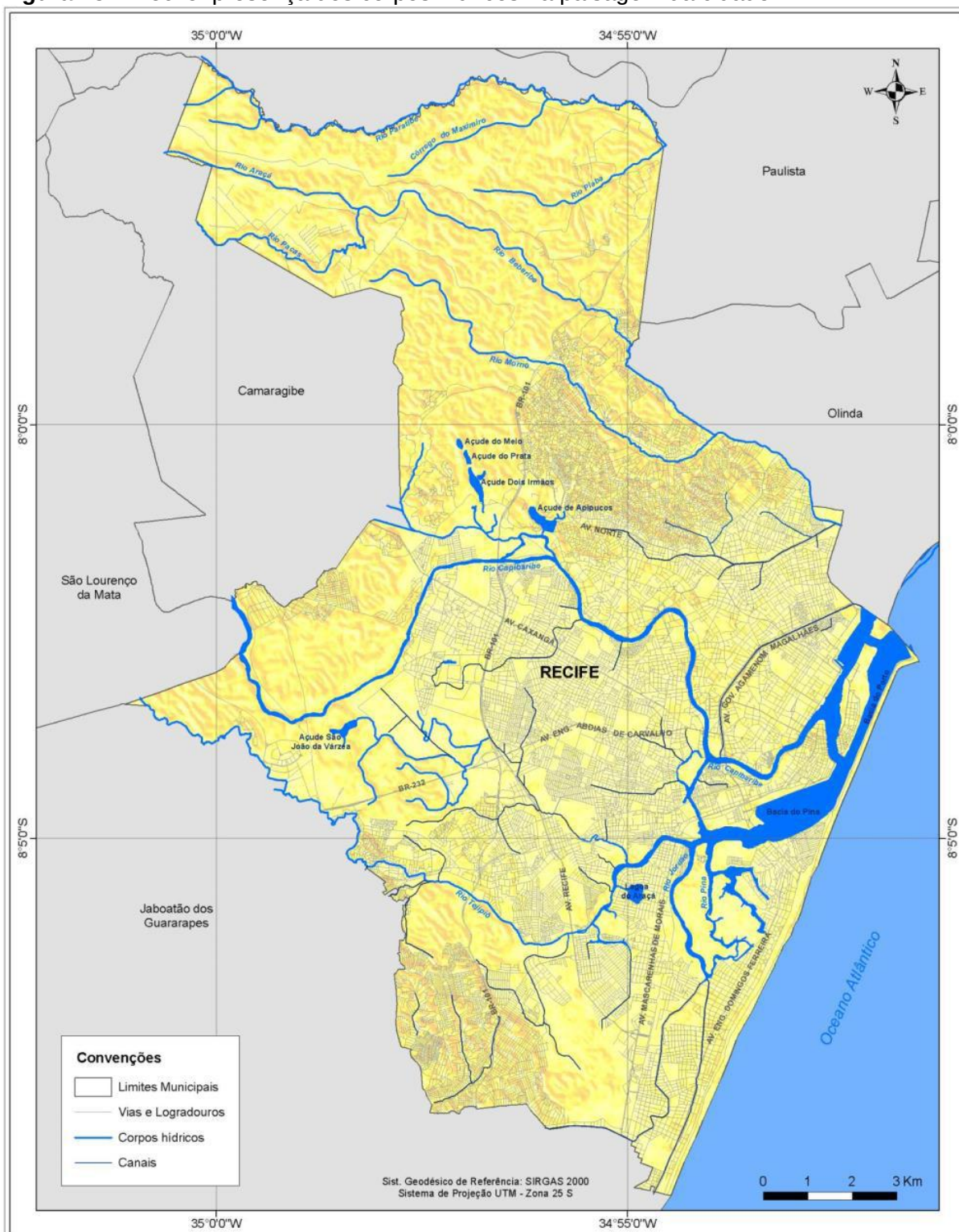


Fonte: Acervo iconográfico da Fundação Joaquim Nabuco (2016.)

Neste contexto, com toda problemática socioambiental relacionada ao Capibaribe, este passou a ser, paulatinamente, representado e narrado como negatividade, ao passo que novas matrizes foram se consolidando nas paisagens da cidade. Temos neste momento, por exemplo, o distanciamento dos grupos hegemônicos do Capibaribe e a ampliação da construção de *waterfronts* marinhos nos bairros de Boa Viagem/Recife e Pina/Recife – o mar se valorizava.

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX, emergem mais fortemente no mundo, com os ecologistas e ambientalistas, movimentos com caráter de *reaproximação* da sociedade humana com a natureza. Na cidade do Recife estes movimentos simbolizam a natureza, sobretudo, nas águas que cortam o sítio da cidade (Figura 15), ou seja, como uma natureza metonímica.

Figura 15 – Recife: presença dos corpos hídricos na paisagem da cidade



Fonte: Organizado por Manuela Nascimento, 2015. Nota: observa-se a real presença de água no espaço urbano recifense, o que tem suscitado, historicamente, diversos usos sociais em torno dessas águas.

Diante deste contexto de reaproximação, na cidade do Recife, em 1980, os ambientalistas passaram a protestar, mostrando a importância do rio e a necessidade de resgatar o rio do passado, a perdida ‘Veneza americana’. Nestas circunstâncias, reivindicou-se uma postura mais próxima da cidade frente à natureza, sobretudo, – por seu caráter simbólico – do rio Capibaribe.

O nível de poluição a que chegou [...] em 1980 suscitou debates, com passeatas de protesto por parte de ambientalistas e artigos de jornais publicados na imprensa local, mostrando a importância que tem o rio para a cidade e a necessidade de revitalizá-lo [...]. (MELO, 2009, p.2)

Em paralelo à mobilização em torno da defesa do Capibaribe, este mesmo rio passou a ser alvo de preocupação de vereadores ligados à questão ambiental e de pesquisadores vinculados ao pensamento ambiental e ligados a organizações não governamentais (ONG), à Universidade Federal Rural de Pernambuco, à Universidade de Pernambuco e Universidade Federal de Pernambuco. Cresce, portanto, a quantidade de discursos vinculados à revitalização²⁷ do Capibaribe.

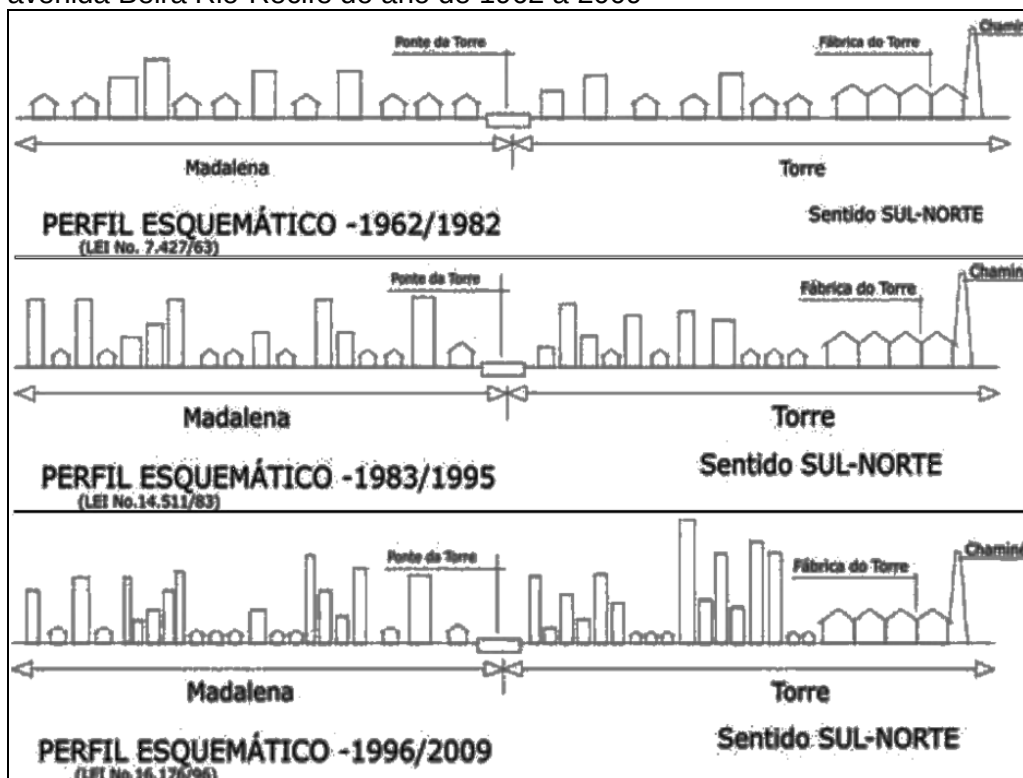
Estes movimentos reaproximativos, diferentemente do momento passado, produzem narrativas e representações retóricas pelas quais o rio reaparece como positividade e como a natureza com a qual a cidade deve se reaproximar. Porém, as ideologias ecologistas e ambientalistas estão sendo absorvidas por processos alienantes e reificadores do capitalismo, o que acaba por colocar em questão o movimento de *reaproximação*: será que não se trata de uma reaproximação meramente mercadológica? Em que medida realmente haverá a integração ‘simbiótica’ de outrora de *todos* os grupos sociais com essa natureza figurativa e socialmente idealizada?

²⁷ Em 1991, “Prefeito garante que o rio Capibaribe será revitalizado”. (Diário de Pernambuco, 10/02/1991, p. A5); em 1992, “Rio Capibaribe será opção turística” (Diário de Pernambuco, 02/08/1992, p. B3); em 1993, “Vida nova para o Capibaribe” (Diário de Pernambuco, 07/02/1993, p.B3); “Estudantes sonham com o Capibaribe limpo” (Diário de Pernambuco, 07/11/1993, p.B6); em 1994, “Rio Capibaribe será navegável” (Diário de Pernambuco, 19/05/1994, p.B2), “Capibaribe dos sonhos” (Diário de Pernambuco, 23/05/1994, p.A3); em 1996, “Banco Mundial avalia poluição dos mananciais” (Diário de Pernambuco, 16/03/1996, p. B2), “Banco Mundial financia despoluição de rios” (Diário de Pernambuco, 26/11/1996, p. B1); em 1997, “Plano estuda as bacias hidrográficas; trabalho terá investimento do Bird”, etc..

Indaga-se isso baseado nas inferências de Castilho e Leandro (2012), que ao analisarem o caráter social do “Programa Recife sem Palafitas”, por exemplo, explicaram que as populações realocadas por ações semelhantes não tiveram suas necessidades reais atendidas em sua complexidade e totalidade, ou seja, que as ações políticas não extrapolam a valorização puramente econômica dos espaços urbanos próximos deste quinhão de natureza. Constataram, também, que as ações governamentais ocorrem em um contexto de pouca ou nenhuma compreensão da realidade das famílias atingidas, expulsando-as das áreas mais valorizadas da cidade. Portanto, sob o presente contexto de revalorização do Capibaribe, constrói-se uma percepção em relação ao rio que confere novas territorialidades ao urbano e que consequentemente impõe movimentos nas frações de paisagem da cidade.

Como exemplo, traz-se o caso da fração de paisagem da avenida Beira Rio, que margeando o rio Capibaribe entre os bairros Torre e Madalena, impôs uma modificação abrupta no que os urbanistas nomeiam de *skyline* (Figura 16, 17)

Figura 16 – Evolução do perfil longitudinal (*skyline*) das edificações na avenida Beira Rio-Recife do ano de 1962 a 2009



Fonte: Costa (2010) adaptado pelo autor (2015).

Figura 17 – Edifícios multifamiliares construídos (a) e em construção (b) na Avenida Beira Rio, orla fluvial do Capibaribe, depois da remoção de palafitas



Fonte: Acervo do autor (Fevereiro de 2015).

Nos anos 2000, como demonstrara Melo (2009), os poderes públicos, estadual e municipal, começaram a fazer propostas de intervenções ambientais e urbanas, as quais visavam reincorporar o rio à dinâmica da cidade através de alguns projetos, como: Programa de Despoluição do Capibaribe, SOS Capibaribe, Circuito das Águas, Apipucos: uma janela para o Capibaribe, Capibaribe Melhor, entre outros.

Faz-se mister citar outras duas ações, uma de caráter mais ideológico e didático: *Agenda Escolar 2008: Recife no dia a dia com seus poetas*; outra de caráter mais material: *Circuito da Poesia*, lançada em 2005. Ambas as ações, segundo Maciel (2012), estavam organicamente conectadas, não apenas enquanto oriundas de uma mesma orientação política (gestões do Partido dos Trabalhadores), mas ao ponto dos poetas apresentados na *Agenda Escolar* serem previamente materializados por estátuas colocadas em locais estratégicos do centro da cidade. Assim, ainda segundo Maciel (2012), as duas ações políticas utilizaram-se de uma

retórica que apelou aos sentimentos de identificação dos cidadãos com suas águas, sobretudo, do rio Capibaribe através dos poetas que o narraram.

A cidade do Recife, assim, tem apurado ao longo dos últimos anos uma série de projetos – ações governamentais e da iniciativa privada – que reclamam a volta da paisagem da ‘Veneza americana’. Porém, cabe destacar a estreita relação entre paisagem e o poder, político ou econômico, como propusera Besse (2014).

Neste contexto, em muitos dos projetos, como alertara Barbosa (2014a), verifica-se a constatação de um ‘problema’ imbricado à valorização da paisagem do Recife: a grande quantidade de periferias da cidade. Periferias estas que não aparentam preocupar a gestão pública no que toca às questões sociais, mas sim pelo efeito negativo que estas supõem na ‘imagem da cidade’. Para exemplificar tal afirmação, convém fazer referência ao caso alegórico do Projeto Recife (PR) de 1983, que contava com o financiamento do Banco Mundial e a intervenção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste para urbanizar as periferias à margem direita do rio Capibaribe, bem como para remover quase todas à margem esquerda do rio. Um projeto que presumia a remoção das periferias localizadas em algumas das áreas mais valorizadas da margem esquerda do rio Capibaribe e a venda destas para os promotores imobiliários, cujo capital contraído seria aproveitado para auxiliar no financiamento da construção de conjuntos habitacionais na margem direita do Capibaribe.

Segundo Calambria (2006), o PR foi o responsável por institucionalizar a territorialidade da margem esquerda para os ricos, margem direita para os pobres – o que suscitou, segundo Coutinho (1989), movimentos populares de resistência e contestação.

Fontes (1986, p. 381) acrescenta ao chamar atenção para a preferência de não consultar a população sobre a remoção “para não promover especulação!”, levando à remoção de casa por casa através de programas habitacionais vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação cujas prestações e custos de energia e água, segundo Scott (1996), eram incompatíveis com a realidade do orçamento familiar, levando alguns a repassarem suas casas.

Ou ainda no caso, também alegórico, do Projeto Capital (PC) (1999). Em suas definições, o dito projeto trata as periferias da cidade da seguinte maneira:

O Recife detém muitas periferias: a periferia do centro, com suas áreas de decadência, e as periferias da periferia, tornando a cidade um núcleo de pobreza [...] A promiscuidade na moradia, a insegurança, a mendicância, a violência, o menor abandonado, a prostituição e as drogas têm repercussões em todos os campos, desde o econômico, o social e até na imagem da cidade. (RECIFE, 1999, p. 21).

No atual contexto de reaproximação e de busca de reconstituição da ‘Veneza americana’, o direito de ‘ser-paisagem’ nesta cidade é restrito (BARBOSA, 2014a). A autoconstrução e as periferias, que representam boa parte da paisagem (no seu sentido material) da cidade, não estão dentro desta ambicionada paisagem da ‘Veneza americana’. Trata-se de uma paisagem restritiva.

O PC nos lembra ainda das grandes estratégias elaboradas pelo contemporâneo planejamento estratégico das cidades mundiais – a exemplo de Barcelona/Espanha –, que busca unicamente uma inserção competitiva no mercado global, correspondendo, por conseguinte, a uma transformação na imagem das cidades. Neste sentido, afirmou ser

[...] preciso que se posicione a cidade com funções competitivas que lhe assegurem primazia em relação às realidades do Nordeste, do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife. Para tanto, há que considerar o novo paradigma de desenvolvimento nacional que apresenta, basicamente, duas variantes: uma, manifestada pela adesão incontinente ao paradigma mundial em curso, consubstanciado na globalização do capitalismo, na internacionalização financeira, na liberalização comercial e na integração macrorregional de mercados; outra, na perspectiva de um novo ciclo de crescimento sustentado para o país. (RECIFE, 1999, p. 22)

Para tanto, o PC, já em 1999, reconheceu os ‘territórios de oportunidades’ do Recife. Em especial, algumas oportunidades estavam vinculadas à imagem da cidade das águas, buscando torná-la mais vendável através de novos equipamentos

nas margens do Capibaribe, menos pobreza, bem como um reforço simbólico destas paisagens junto aos habitantes da cidade, como demonstrara Barbosa (2014a).

Outro exemplo desta injusta geopolítica da paisagem recifense, está ancorado no atual do PPC. Projeto que tem buscado a produção e multiplicação de ‘paisagens belas’ – através da proposta de requalificação das margens do Capibaribe – e que, aparentemente, virá – como é de costume nesta cidade – acompanhado de práticas de negação da presença cotidiana da pobreza, negação da paisagem produto da autoconstrução e de suas visualidades na desejada, mitificada e fetichizada ‘Veneza americana’. Neste sentido, o PPC, em conjunto com outras ações políticas, vem, sobretudo, fortalecer as ações e representações retóricas que ressignificam o rio como a natureza desejada.

Segundo Bitoun (2001), o PC, assim como o atual PPC, fez uso do vocábulo vinculado ao desenvolvimento sustentável numa perspectiva de revitalização do paisagismo como prática profissional e de investimentos a serem realizados na estética da cidade: "A existência de belezas natas a serem potencializadas a exemplo do rio Capibaribe, dos estuários e canais, das praias e do mar evocam uma postura de desenvolvimento sustentável para a cidade." (RECIFE, 1999, p.35). Nas concepções do PC, basta “destacar as águas e, junto com elas, os ecossistemas a elas associados, como elemento principal da valorização da paisagem natural” (RECIFE, 1999, p. 35); basta buscar “o aperfeiçoamento de suas potencialidades como fator de dinamização econômica, através da exploração de seu leito e de suas margens e da sua presença na paisagem urbana” (RECIFE, 1999, p. 36). No PC,

Quando se trata dos lugares dos pobres, lança-se mão de um vocabulário cirúrgico: erradicação, remoção, eliminação; volta-se ao velho higienismo da erradicação dos mocambos. O projeto estratégico do Recife demonstrou empenho, criatividade e imaginação até chegar à porta da favela. (BITOUN, 2001, p. 305).

Barbosa (2014a) corrobora com tal crítica e nos faz refletir o PPC, quando indaga o PC por tratar das áreas pobres como: “conglomerados humanos que lançam esgoto e lixo doméstico em suas águas” (RECIFE, 1999, p. 99), que

dificultam a valorização ambiental²⁸ do Recife e a inserção competitiva de suas paisagens no mercado global. Em assim sendo, quando encaramos as propostas de transformação recentes na cidade do Recife em associação a projetos como o PR e PC – assim como notou Barbosa (2014a) ao estudar o Projeto Novo Recife (PNR) –, percebe-se que intervenções como as preconizadas pelo PPC e todas as ações associadas, obedecem a lógicas bem mais antigas do que a atual utilização da retórica ecológica nos alude. O que será o PPC? Não será uma nova roupagem para esse mesmo pensamento? Será que o PPC está substituindo os discursos higienistas e modernistas presentes no PR, PC e no atual PNR, pelos argumentos persuasivos do ecologismo? Com isso o PPC vem se esquivando de movimentos de resistência intelectual e territorial que ambos os projetos sofreram e o PNR vem sofrendo? É o que veremos nas próximas páginas.

Por hora, pode-se dizer que essa revalorização da natureza, por ser, como afirmara Castilho (2014), um processo ligado às atuais vicissitudes econômicas e que suscita a implementação de um conjunto de ações dos grupos hegemônicos locais visando à reocupação das áreas que margeiam o rio Capibaribe, são ações que reforçam e desencadeiam conflitos territoriais em torno do rio Capibaribe (ainda que sejam conflitos simbólicos e representacionais), encorajados pelos interesses, sobretudo, imobiliários e financeiros, com o apoio da instância municipal de governo, causando uma série de problemas na vida das populações removidas, mesmo que para áreas próximas. Desse modo,

[...] essas classes reorganizam o espaço, pressionando os poderes públicos instituídos no sentido de facilitar a construção dos seus luxuosos condomínios residenciais e, sobretudo, a fixação da infraestrutura necessária para viverem na cidade, depois, é claro, da remoção dos pobres que moravam em palafitas e/ou favelas da área. (CASTILHO, 2014, p.558)

²⁸ “A estimulação de ambiente favorável à atração de capitais requer uma postura pró-ativa dos setores produtivos e uma atitude indutora do setor público. Para tanto, buscar, na criação de uma unidade gerencial a capacidade de exercer o papel de agente catalisador de oportunidades, é atuar com vigor na montagem de empreendimentos, na construção de parcerias e na viabilização de negócios no território do Recife” (RECIFE, 1999, p. 83).

Tais políticas públicas em seu conjunto, impõem, sobretudo, mudanças cognitivas e perceptivas em relação ao rio Capibaribe. Estas mudanças, por sua vez, se materializam na paisagem. Em assim sendo, não podemos observar a paisagem apenas como um perfil longitudinal de tipologias construtivas, '*skyline*', mas como os variados valores que nela permeiam. Ou seja, a inserção de novas matrizes altera os elementos constituintes da paisagem, tornando-a permeável a re-valorizações que são responsáveis por modificações que se expressam no mundo material e imaterial.

5. PROJETO PARQUE CAPIBARIBE UM *ETHOS* PERSUASIVO



5.1. O parque e a diversidade de sua área de atuação

Para que se compreenda a cena das enunciações e das ações do PPC, primeiramente, esclarecer-se-á o que é o projeto. O Parque Capibaribe teve início em 2013, sendo fruto de um convênio de cooperação técnica entre a PCR através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e a UFPE. Nos dois primeiros anos, houve um repasse de R\$ 2,4 milhões para a UFPE. Em 2015, o convênio foi renovado por três anos no valor de R\$ 5,2 milhões. Parque Capibaribe - Caminho das Capivaras é um projeto que pretende transformar o Recife em uma cidade-parque, argumentando que assim elevará a taxa de área verde pública, que hoje é de 1,2 m² por habitante para 20 m² por habitante em 2037, quando o Recife completa 500 anos. O projeto, assim, está inserido no Plano Recife 500 (Figura 18). Plano este que tem como marco temporal 12 de março de 2037, data em que Recife completa 500 anos, e visa estruturar um plano estratégico para o desenvolvimento ordenado da cidade sob a perspectiva da inclusão e desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico, espaço urbano e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente, segundo argumenta a PCR. Além do PPC, encontram-se: Projeto de Navegabilidade do Capibaribe, Projeto de Saneamento da Cidade do Recife; Plano de Mobilidade da Cidade do Recife, Plano de Baixo Carbono etc..

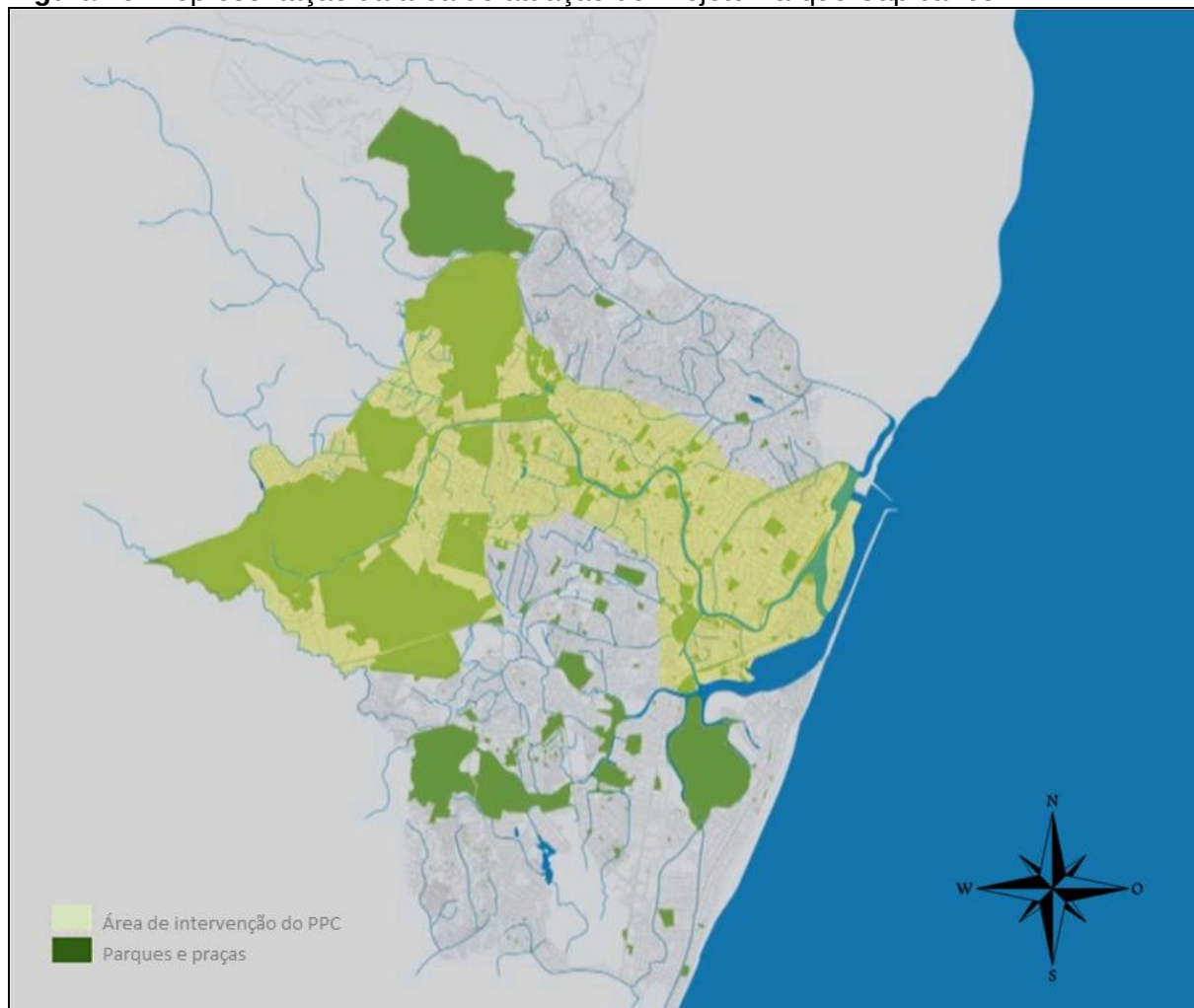
Figura 18: Folder de divulgação do Plano Estratégico Recife 500 anos



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2016

No que toca ao PPC, sua área de intervenção, prevista inicialmente para a construção do Parque, envolve mais de um terço da área da cidade. Isso porque o projeto de 30 quilômetros que margeiam o rio Capibaribe (15 km de cada lado) e ligam o bairro da Várzea ao Centro, não se trata de um parque linear – ainda que inicialmente o projeto fosse para tal. Hoje ele conjectura ações num raio de 500 metros a partir de cada margem, o que implica em uma área de influência de 7.250 hectares (Figura 19).

Figura 19: Representação da área de atuação do Projeto Parque Capibaribe



Fonte: InCiti, 2016

Assim, o Parque Capibaribe abrange 35 bairros, que vão gradualmente, segundo argumento do projeto, transformar-se em bairros-parque, influenciando diretamente 400 mil habitantes do Recife e indiretamente 700 mil.

O projeto foi desenvolvido pelo grupo InCiti e envolveu profissionais de departamentos variados da UFPE, incluindo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Segundo argumenta o InCiti, o PPC é pensado como uma possibilidade de restituir a natureza aquacêntrica da cidade ao humanizar as margens do rio Capibaribe. O trabalho, segundo argumenta o PPC, busca inspiração em experiências de cidades como Paris (França), Amsterdã (Holanda), Nova York (EUA), Medellín (Colômbia), Seul (Coreia do Sul) e Madrid (Espanha), para a construção de lugares socialmente inclusivos, economicamente produtivos e ambientalmente sustentáveis para o Recife, assim como para a implementação de novas paisagens, lugares de permanência e circulação, com a maximização das opções intermodais de transporte e novos padrões de conexões no território. Isso tudo, através de quatro conceitos estruturadores (chegar, abraçar, percorrer e atravessar):

Chegar (Figura 20): tratando vias e riachos que conduzem à margem do rio, tornando-os “vias parque”, articulando as margens ao tecido urbano.

Figura 20: Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito ‘chegar ao Capibaribe’



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Atravessar (Figura 21): conectando margens opostas do rio, por passarelas e barcos, atenuando as barreiras representadas pelo rio em partes da cidade.

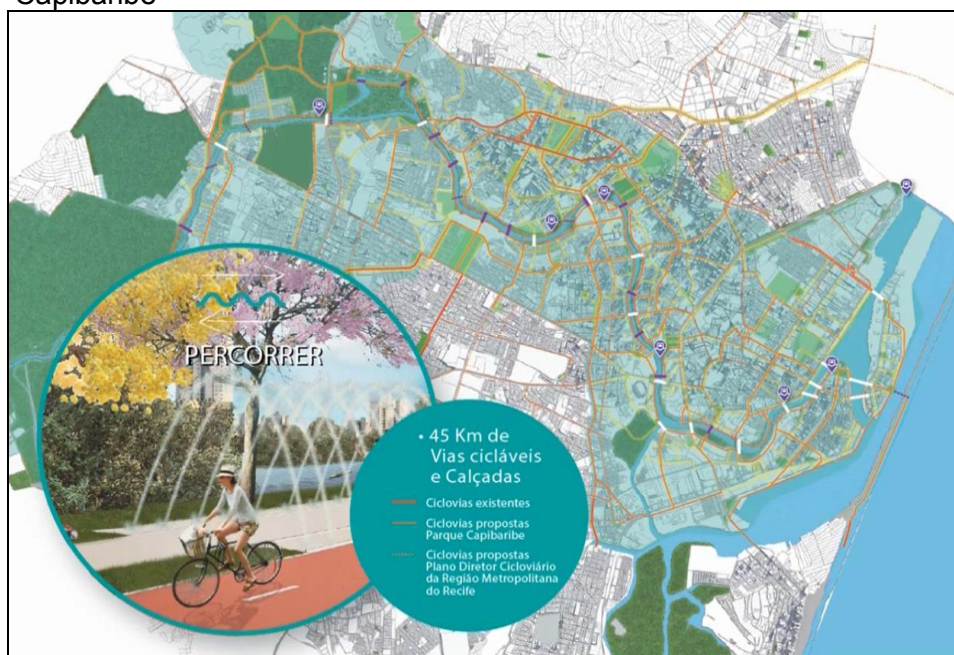
Figura 21: Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'atravessar o Capibaribe'



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Percorrer (Figura 22): viabilizar percursos ecológicos, educativos e de lazer ao longo das margens, rompendo bloqueios e reconquistando as margens para uso público.

Figura 22: Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'percorrer o Capibaribe'



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Abraçar (Figura 23): promovendo espaços de permanência, atividades de lazer e convivência nas margens do rio, ampliando a acessibilidade física e visual, a contemplação da paisagem.

Figura 23: Representação da área onde serão construídos os equipamentos e intervenções para viabilizar o conceito 'abraçar o Capibaribe'



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Do projeto apresentado há pouco mais de três anos, entretanto, só alcançou a materialidade concreta o Jardim do Baobá (Figuras 24 e 25), localizado no bairro das Graças.

Figura 24: Representação do Jardim do Baobá



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Figura 25: Fotos de um dia de domingo no Jardim do Baobá após construção



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Por outro lado, a SEMAS e a UFPE apresentaram, no dia 20/11/2016, o projeto do Parque Capibaribe para os trechos entre a Ponte da Torre e Ponte da Capunga (Figuras 26 e 27), na Zona Norte do Recife, representando 900 metros de margem do rio. A Via Parque, como assim vem sendo chamado, tem aprovado 54 milhões de reais garantidos pelo PAC da Pavimentação do Ministério das Cidades desde 2014. O atual projeto (Figura 28), porém, trata-se de um novo desenho que foi concluído pelo InCiti em dezembro de 2015, para substituir o projeto (Figura 29) relativo à construção de um corredor expresso com quatro faixas para veículos e uma ciclofaixa, por píer, mirante, mobiliário de lazer, ciclovia e apenas duas faixas comuns para carros. O projeto foi refeito sob a justificativa de modernizar e humanizar o espaço. A nova proposta de intervenção está avaliada em 26 milhões de reais.

Figura 26: Área onde será implantado o Parque Capibaribe trecho do bairro no bairro Graças



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Figura 27: representação dos equipamentos que serão implantados no Parque Capibaribe no trecho do bairro Graças



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Figura 28: Ilustração da proposta da “Via Parque” apresentada pela equipe do Parque Capibaribe / InCiti / UFPE



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Figura 29: Ilustração da proposta da avenida Beira Rio apresentada inicialmente pela Prefeitura da Cidade do Recife



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

No entanto, voltemos a encarar o projeto em sua totalidade. Dentro dos 30 quilômetros da área de implantação do Parque, ainda que sejam comumente representados pelo PPC como uma planície isotrópica sem contradições (Figura 30), as margens são muito diversas e contraditórias – e é fundamental que entendamos e reconheçamos isso.

Figura 30: Representações do projeto onde não são demonstradas as contradições existentes



Fonte: InCiti / UFPE, 2016; **Nota:** trata-se de um exemplo do ‘espaço concebido’.

Existem grupos sociais, por exemplo, em que a relação com o Capibaribe se restringe à apreciação estética e à prática de atividades físicas em suas margens. Como pode ser observado abaixo nas estruturas de redução fenomenológica retiradas das entrevistas:

O rio não me desperta nada. É porque é diferente de uma praia. Eu até acho bom você correr ao redor da natureza, você se sente meio aliviada e esquece meio que de tudo. (EEB1)

Eu morava uma rua atrás da Beira Rio. Eu escolhi morar nesse bairro pela localização na cidade, não pelo rio. Mas trocar do apartamento do outro quarteirão por esse na Beira Rio, foi por causa do Capibaribe. Quando eu fui me mudar, tinham outros, mas decidi por esse justamente por causa do rio. Por estar numa altura boa, eu consigo ver o rio bem direitinho. Às vezes eu armo a rede ali na varanda e passo a tarde inteira e não vejo nem o tempo passar. (EEB2)

Minha relação com o rio é mais de apreciar e de observação mesmo. (EEB3)

Portanto, grupos sociais em que o ‘estar perto’ é apenas ligado ao regozijo, ao prazer de estar próximo deste elemento da natureza com o qual devemos nos reaproximar a todo custo. Não se trata, porém, de uma aproximação vital ou mesmo de uma reaproximação que tenha a alteridade da natureza como imperativo. Sujeitos sociais que geralmente não têm uma relação empírica com o rio do passado, não têm uma afetividade tão desenvolvida pelo Capibaribe, pois são sujeitos sociais de outros contextos geográficos e que estão apenas representando o atual processo de reaproximação dos grupos hegemônicos desta natureza que se expressa mais como valor de troca que como valor de uso, como pode ser observado nas seguintes estruturas:

Desde minha infância? Não, eu não tive relação. Nada (risos).
(EEB1)

Eu não sou daqui, mas agora que moro aqui, eu frequentemente corro, apesar do mau cheiro às vezes por causa do esgoto. (EEB2)

Escolhi morar aqui por ser mais central, não pelo rio. (EEB3)

Uma relação tão longínqua, que alguns não conseguem compreender como sujeitos de outro contexto social têm relações tão diferentes com o mesmo rio:

Vários prédios aqui da Beira Rio, quando o rio está baixo, você consegue ver a canaleta mesmo derramando o esgoto direto no rio. Esse meu prédio aqui mesmo, é um desses. Não sei como é que o pessoal ainda pesca. Tem um pessoal, nos dias de domingo, que vem pra cá nessa ponte da Capunga ou ponte da Torre e vai pescar.
(EEB2)

A reaproximação do rio para este grupo acaba sendo produto de uma substituição, planejada pelo mercado imobiliário em associação com o Estado e mídia local (Anexo A), do imaginário e da fetichização da água salgada do mar, pelas águas doces do Capibaribe – tendo em vista a saturação imobiliária de nosso *waterfront* marinho:

Tem um amigo que fala assim: “porque tu não vai para praia, caminhar em Boa Viagem?”. Eu digo: “poxa, pra que eu vou sair daqui se já tenho a beira rio?”. E, assim, aqui têm árvores, acho que tem mais ventos, tem um conforto melhor. (EEB3)

Não tenho um sentimento específico pelo rio, mas é uma coisa que tipo: “ai, eu não tenho o mar quando eu abro a janela, mas eu tenho o rio”. (EEB3)

Por outro lado, existem populações de baixa renda que utilizavam e seguem utilizando (ainda que em menor quantidade, se comparado com o passado) o rio como meio vital e de lazer e que, portanto, os significados e usos atuais são distintos, como pode ser observado nas estruturas abaixo.

O Capibaribe, para mim, foi fonte de renda de minha família. Meu pai tirava areia do rio e esse trabalho que levava à mesa o pão que me sustentou e sustentou a meus irmãos. Ele, para mim, foi toda a minha existência, posso me emocionar não (choro). Tomei muito banho, pesquei muito nesse rio e gostaria muito que meus bisnetos fizessem isso. (EEC1)

Para mim, quando o rio era limpo, servia para tudo. Tomava banho quando estava com calor, ia lá na beira tomar banho no rabinho, mas depois foi morrendo gente e essa sujeira, a gente foi deixando. (EEC2)

Aqui na comunidade, hoje, não tem mais pescadores, mas antes tinha bastante. Gente que pescava para o próprio divertimento mesmo, pra própria diversão. Mas tinham os que pescavam para comer mesmo. (EEV2)

A partir de meados do século XIX, enquanto os grupos dominantes viravam as costas para o rio e dissolvia uma característica relacional marcada por práticas cotidianas ligadas ao Capibaribe – tornando-a ruína, marca e memória –, em territórios como a Vila Esperança-Cabocó, o rio seguiu sendo vital e palco de muitas práticas cotidianas e mitologias. Em várias comunidades, a dita relação de lazer e dependência perdurou muito intensa até o final do século XX, como pode ser observado na estrutura abaixo:

A gente encarava o Capibaribe como um divertimento. Era pesca, era o lazer, era um banho que a gente tomava, era uma brincadeira dentro do rio, era um bote que a gente pegava e atravessava de uma margem para a outra, quando não era isso, ia para uma comunidade vizinha [...] Então é assim, sinto falta disso, de uma coisa que existia trinta anos atrás e hoje não existe mais. (EEV3)

Tinha um colega da gente aqui, que ele tinha um barco. A gente saía daqui e ia para o Recife Antigo. A gente ia para tomar cachaça, brincar, coisa e tal. O percurso é a coisa mais linda do mundo. Tanta coisa bonita. (EEV3)

Aqui era um píer que a gente tinha. Cada família tinha seu barco, mas eu e meus amigos fabricamos nosso barco e botamos um motor de rabeta e nos sábados e domingos o divertimento da gente era sair pelo rio. (EEV3)

Uma relação marcada pela apropriação cotidiana dos elementos do rio e de suas margens.

Lavei muita roupa no rio. Eu e muita gente. Lavava as roupas e estendia ali mesmo nas plantas, botava os pegadores e ali mesmo ficava. A gente ficava lá sentado esperando. (EEC3)

As cobras d'água entravam dentro do *jereré*²⁹ e a gente pegava com a mão mesmo e sacudia dentro rio. (EEV-1)

Aqui na comunidade, hoje, não tem mais pescadores, mas antes tinha bastante. Gente que pescava para o próprio divertimento mesmo, pra própria diversão. Mas tinham os que pescavam para comer mesmo. (EEV-2)

Como o rio está muito poluído, ninguém usa mais para diversão. Existem sim, algumas crianças, uns rapazinhos tomam banho e tudo mais. Antes, era mais comum. Ali na Ponte da Salvação, era normal ver o pessoal pulando, brincando mesmo, mas hoje em dia a gente não vê não. (EEV-2)

[...] minha infância foi sempre brincando nas margens do rio, pegando aqueles caranguejos pequenos, então desperta saudade. Hoje em dia a gente vê o rio assim, não vê uma criança aproveitando as margens para brincar, para se divertir mesmo, para usar como lazer. Era onde eu brincava antigamente. Muitas vezes, contra o consentimento dos pais. Então o sentimento principal que vem, é saudade mesmo. (EEV-2)

Hoje em dia, eu fico mais afastado por causa mesmo desta poluição e da falta de segurança, pois hoje, aqui, as margens são utilizadas para o consumo de drogas ou tráfico de drogas mesmo. Então, hoje em dia, tudo isso afasta muito as pessoas também. Afasta as pessoas de bem que tinham aquela proximidade com o rio. (EEV-2)

Hoje, eu estou com uma certa idade, estou com 46 anos, o que o rio me lembra é minha época de infância. Na minha época de infância, a gente ia pegar guaiamun, pegar peixe, tomar banho e brincar na beira do rio. Hoje, a gente não pode devido à poluição. Não só à poluição, mas pelos predadores que tem aí. Até jacaré tem hoje,

²⁹ Pequeno barco de uso cotidiano em comunidades ribeirinhas da cidade do Recife.

antes não tinha. Capivara e os passarinhos a gente alcançou, mas hoje se torna mais difícil por causa da poluição. Hoje não é a história de trinta anos atrás. (EEV-3)

Hoje você não vê o camorim aí, o que o pessoal chama de 'cabeça de machado', que é o sovelo³⁰, o que tem hoje, é o camorim fino que é um camorim fabricado e que soltaram aí e que até hoje vive como um carnicheiro, comendo as espécies que nascem. (EEV-3)

Simples atos como: saber o nome das espécies de peixe, fabricar um barco, retirar uma cobra d'água de dentro do *jereré* com as próprias mãos, brincar nas margens e dentro do rio, pescar para divertimento e sustento, lavar roupa e estender nas plantas, usar e traficar drogas nas margens etc., nos inclina a afirmar que existe um tecido territorial muito forte e que não se encontra, por exemplo, no território do trecho da avenida Beira Rio aqui analisado, onde impera distinta maneira de ver e ser no espaço. Trata-se de uma relação tão profunda com o Capibaribe, que emanam crenças que foram a ele associadas, e que perduram no imaginário coletivo do território vivido da Vila Esperança-Cabocó e de outras comunidades da cidade do Recife. Como exemplo, traz-se o caso do "Milagre da Calda":

Praticamente eu vivia do rio. Pescava para comer. Quando dava calda, ave Maria, meu deus. Até gente que nunca entrou no rio, eu fazia entrar. A calda é quando tinha excesso de peixe de todas qualidades. A gente se fazia. Era muito bom. Hoje não. Faz anos que eu não pesco. Tem nem como. (EEC3)

A gente comia muito peixe e muito camarão quando ele dava 'calda' [...] Aquela água bronzeada que vem, oxe. A gente passava a noite inteira pescando. Era muito peixe, era muito peixe, era muito camarão. Hoje, eu não vejo mais ninguém dentro do rio pescando. Meu irmão já pescou muito nesse rio, minha sogra já pescou, eu já pesquei. (EEV1)

Tal mito cotidiano nos foi esclarecido apenas na estrutura EEC1.

Calda é uma época que, alguns anos atrás, quando chovia muito na cabeceira do rio, os donos dos engenhos lavavam seus depósitos e jogava o vinhoto no rio. Esse vinhoto jogado no rio, criava uma grande capa preta que começava a matar os peixes. Eu em minha infantilidade de criança, ficava achando que alguém tava jogando peixe para alimentar o povo, nunca imaginava que era fruto dessa perversidade. E eu estava ali, fazendo parte disso. Era muita gente

³⁰ O Camorim-sovelo é um peixe encontrado na costa americana, mas também é comum no Nordeste do Brasil. Tal espécie mede cerca de 40 cm de comprimento, com dorso cinzento, ventre esbranquiçado e nadadeiras esverdeadas.

na margem do rio: “vamos pescar, vamos pescar!”. Pegava muito peixe e os peixes tudo pedindo oxigênio, morrendo. Mas eu imaginava: “senhor como é que pode, gente colocando peixe dentro do rio para os pobres?”. Hoje vejo a imoralidade que se fazia ou ainda se faz. (EEC1)

Para destacar a diversidade da área de atuação do PPC, fez-se ainda o esforço de trazer, a partir do estudo das Estruturas de Redução Fenomenológicas das entrevistas realizadas em ambos os territórios estudados, um quadro que demonstrasse, através de uma abordagem comparada, a heterogeneidade das práticas cotidianas e dos sentimentos relacionados ao Capibaribe e suas margens:

Quadro 1 - Práticas cotidianas e sentimentos relacionadas ao Capibaribe e suas margens

Território	Práticas cotidianas	Sentimentos
Trecho da Avenida Beira Rio	- Espaço para encontro; - Prática de exercícios físicos; - Apreciação estética; - Substituição do mar pelo rio.	- Tranquilidade; - Indignação; - Liberdade; - Admiração; - Desejo de melhora.
Vila Esperança/Cabocó	- Mitos e crenças sobrenaturais; - Pesca para divertimento; - Pesca para sobrevivência; - Banho para divertimento; - Banho para tratamento de doenças; - Expressões linguísticas; - Lavar roupas; - Apreciação estética; - Personificação do rio; - Extração de areia; - Afogamento; - Catação de caranguejos; - Travessia nadando ou barco; - Brincadeira com elementos do rio ou margem; - Apropriação dos elementos do território; - Uso de drogas na margem; - Tráfico de drogas na margem; - Navegação para pesca, divertimento e deslocamento.	- Medo; - Alegria; - Saudade; - Desejo de melhora; - Tristeza; - Indignação.

Fonte: Organizado pelo autor, 2016; Nota: este quadro mostra, ao mesmo tempo, a diversidade e a desigualdade nas áreas de atuação do PPC.

Diante desta diversidade, o que nos alegra é que o PPC, segundo declarado pela coordenadora do Projeto na edição do Jornal do Commercio do dia 15/10/2013 (Anexo B), não prevê retirada (direta) de ribeirinhos. Por outro lado, nos preocupam algumas concepções, apresentadas pelos projetistas, relacionadas aos mesmos ribeirinhos das Comunidades de Interesse Social (CIS). Vejamos o que declarou a coordenadora na mesma edição do Jornal do Commercio: "As intervenções trarão benefícios às pessoas que estão na beira do rio. Elas podem vender sucos, frutas e tapioca aos usuários do parque". Nesta fala, por exemplo, fica evidente que a coordenadora concebe dois grupos: os que serão, de fato, usuários do Parque Capibaribe e os que venderão "sucos, frutas e tapioca" ao primeiro grupo; os que se reaproximarão da natureza e os que, mais uma vez, estarão juntos do Capibaribe para garantir sua sobrevivência. Como é de costume, recaímos no lugar comum do dualismo histórico que impera na cidade do Recife: de um lado os sujeitos dos sobrados e do outro os sujeitos dos mocambos; de um lado o Recife da avenida Beira rio e do outro o Recife da Vila Esperança/Cabocó.

Uma diversidade social evidente. Porém, invisibilizada. Ainda que tenha sido realizado algum tipo de pesquisa de identificação da diversidade social presente na área prevista para aplicação do Projeto, não se divulgou nenhum documento nesta direção. As pesquisas realizadas pelo PPC, por outro lado, mostraram que o rio ainda abriga uma grande diversidade, porém, de árvores e até animais ameaçados de extinção. A Prefeitura, assim, apresentou publicamente, no dia 27/03/2014, os resultados de um levantamento de fauna e flora. Tal levantamento mostrou, por exemplo, que o Capibaribe ainda abriga 69 espécies de plantas ao longo de 30 km de margens na cidade, sendo 26 exóticas e 43 nativas. Um inventário extremamente necessário, porém que nos faz reivindicar o estudo, consideração e divulgação também da sociodiversidade.

Outra concepção vinculada aos pobres – permeada pelo imaginário da elite hegemônica – concebe a pobreza como funcionalmente pertinente para os grupos hegemônicos e que dessa relação emana uma simbiose sem conflitos, como pode ser observado na estrutura abaixo:

Uma das coisas que se é mais questionada: como é que se vai colocar uma ponte ligando a parte rica e a parte pobre... Para mim, o carnaval do Recife demonstra que é uma cidade onde pode existir uma relação harmoniosa entre ricos e pobres. [...] O rico e o pobre no Recife vivem conjuntamente. O Recife é uma cidade pobre com ilhas de riqueza. Eu digo, todo bairro tem sua 'pet-favela'³¹, sua favela de estimação. Embora as pessoas acreditem que exista uma segregação, eu fiz uma pesquisa alguns anos atrás em Boa Viagem e eu perguntava da presença das favelas se era uma coisa que incomodava e eu fiquei surpresa com o resultado. A classe média não tem uma posição de incômodo, não tem problema nenhum. Uma resposta muito funcional que alegam: é ótimo, pois a empregada mora aqui perto e o porteiro também mora ali. Uma ideia de simbiose. (EPPC-4)

Uma concepção completamente desacertada com a realidade concreta de nossa cidade. Ao não enxergar a exploração, os estigmas e a fragmentação simbólica e física historicamente consolidada, chega a ser espantoso que um projetista apresente tal concepção. Segundo este entendimento, a apropriação do Parque será naturalmente democrática e não será necessário criar estratégias para garantir isso. Uma maneira de ver que está em completa discordância com a realidade concreta.

Concepções e omissões como essas, nos fazem indagar: como o PPC vai lidar com essa diversidade? Como garantirá a permanência dos territórios vividos de baixa renda que, como demonstramos, têm uma relação de extrema afetividade, memória, simbolismo e, em alguns casos, de dependência vital com o Capibaribe e suas margens? Como pretende defender estas comunidades de processos de gentrificação? Indaga-se demasiadamente ao PPC, pois, como alertara Serpa (2005), os parques públicos são elementos que, quando não acompanhados de instrumentos legislativos de defesa dos territórios, são incorporados aos projetos de renovação e dinamização da economia urbana. É, ainda, muito comum que os parques públicos produzam, ou mesmo acentuem a segregação e fragmentação socioespacial. Como afirma Serpa (2005), podem servir como "álibis" para determinadas políticas de intervenção urbana que, ainda que se lancem para a coletividade, têm como objetivo (mascarado) contribuir para a valorização do espaço urbano. Em assim sendo, o PPC pode promover um processo de substituição da

³¹ Eis aí um exemplo de mente colonial.

população vulnerável das áreas “requalificadas” (ou qualquer que seja o eufemismo utilizado para o processo).

Tão somente apenas após serem indagados acerca dos riscos associados à construção do PPC, que os projetistas afirmam que:

Dos riscos, o da gentrificação e da especulação imobiliária, é, sem dúvida, o maior. Um processo que pode ocorrer, principalmente, na margem direita do rio, pois a margem esquerda já está toda ocupada pela classe média e alta, mas na margem direita tem comunidades e ZEIS que ainda são horizontais como a Favela do DETRAN e Vila de Santa Luzia. Então, esse é o lado mais frágil do Projeto, mas temos muito cuidado neste sentido. [...] Dentro de um estado democrático de direitos, a defesa deverá, para mim, ser feita através da legislação. Você tem que ter uma legislação que proteja e que assegure esse cuidado. Estamos aqui no parque trabalhando em um decreto por ser um instrumento mais rápido, talvez não tão rápido quanto o mercado imobiliário local. Vamos tentar colocar isso em discussão no Plano Diretor. (EEPPC-2)

Quando a gente começou a trabalhar, a gente partiu do princípio de que a gentrificação é um processo de mercado, então a gente tem que trabalhar com ela. Primeira coisa que a gente fez foi fazer um estudo com o Departamento de Economia sobre qual a valorização do uso do solo que a construção do Parque vai gerar. Com uma pesquisa dos valores hedônicos e históricos, identificamos que, obviamente, você tem um processo de valorização em todos os trechos onde o Projeto será aplicado. (EEPPC-4)

Ou seja, sabe-se da diversidade social, dos riscos e das possibilidades de defesa, mas na organização do discurso e das enunciações, opta-se por não elucidá-los; opta-se por um esquecimento. Trazem os riscos apenas quando são interpelados por perguntas como: processos de gentrificação e substituição da população preocupam na constituição do Projeto? Antes disso, não aparecem na trama argumentativa.

Além do esquecimento estratégico dos riscos, não se divulga e não se produz nenhuma ação – até o presente momento – para discussão pública dessas problemáticas junto às comunidades que são alvos potenciais dos ditos processos.

Ao mesmo tempo em que considera a gentrificação como um risco eminente, o projetista afirma que “O processo de gentrificação é natural, não é porque você

pensou e planejou ele não. É natural. O mercado imobiliário vai buscar esses espaços.” (EEPPC-2). Em alguns casos, pode aparentar ser ‘natural’, mas no caso em epígrafe, está longe de sê-lo. Acreditamos que o projetista enunciou tal estrutura, pois não se vê como um projetista de gentrificações. De fato não o é. O que acontece com os projetistas do Parque, é que não indagam a real intencionalidade do contratante (PCR); não indagam o que está por trás do desenvolvimento do projeto. Talvez a gentrificação não seja o objetivo dos sujeitos projetistas. Estes aparentam estar buscando apenas a concretização de suas paixões (uma cidade sustentável e com bom proveito do potencial paisagístico). Porém, o real objetivo da Prefeitura continuará abrumado pelo uso da retórica ecológica.

A gentrificação se produz no mercado imobiliário local associado e planejado, muitas vezes, em conjunto e com o suporte do Estado – o PPC pode estar sendo esse suporte. Porém, além das dinâmicas locais, a gentrificação representa uma importante transformação histórica e geográfica dos padrões assumidos no processo de produção de valores do capitalismo neoliberal na cidade, que está intimamente vinculado ao contexto político e econômico mais amplo, como alertara Smith (2012). Necessitamos, portanto, abordar a gentrificação também a partir de outra perspectiva, desde sua posição na economia global. A melhor maneira de conseguir isto é, talvez, tratar de entender a PPC não apenas como um projeto isolado de reconfiguração territorial. Mas, entendê-lo como um evento interligado a uma dinâmica recente e atual de expansão de grandes projetos de valorização imobiliária dos espaços do Recife, pelos quais desde 1990, como demonstrara Barbosa e Maciel (2012), tem se multiplicado uma série de projetos, planos de ação, leis, projetos viários, megaempreendimentos comerciais e residenciais, dentre outros cujo objetivo central corresponde a renovar e revalorizar as margens do Capibaribe, vistas como um capital simbólico a explorar.

Os processos de renovação dos espaços, como o ocorrido na Avenida Beira Rio, estão atrelados a processos de valorização, acarretando em uma ampliação do espetáculo da paisagem, por meio da qual os atores hegemônicos buscam dar continuidade ao projeto neoliberal de cidade. Neste sentido, ainda que para alguns a gentrificação seja um processo localizado, que se manifesta na pequena escala e que, ainda que possa ser simbolicamente importante, é meramente passageiro – como uma exceção efêmera –, o que concebemos aqui, porém, é que o que era de

fato particular na cidade do Recife, pode, através do PPC, converter-se em um processo que se manifestará na totalidade urbana da cidade.

Se considerarmos, por exemplo, apenas as CIS classificadas pela Prefeitura do Recife/PE, situadas às margens do rio Capibaribe e que serão interferidas diretamente pelo PPC, teríamos 32 comunidades (Mapa 3) ameaçadas por processos de gentrificação.

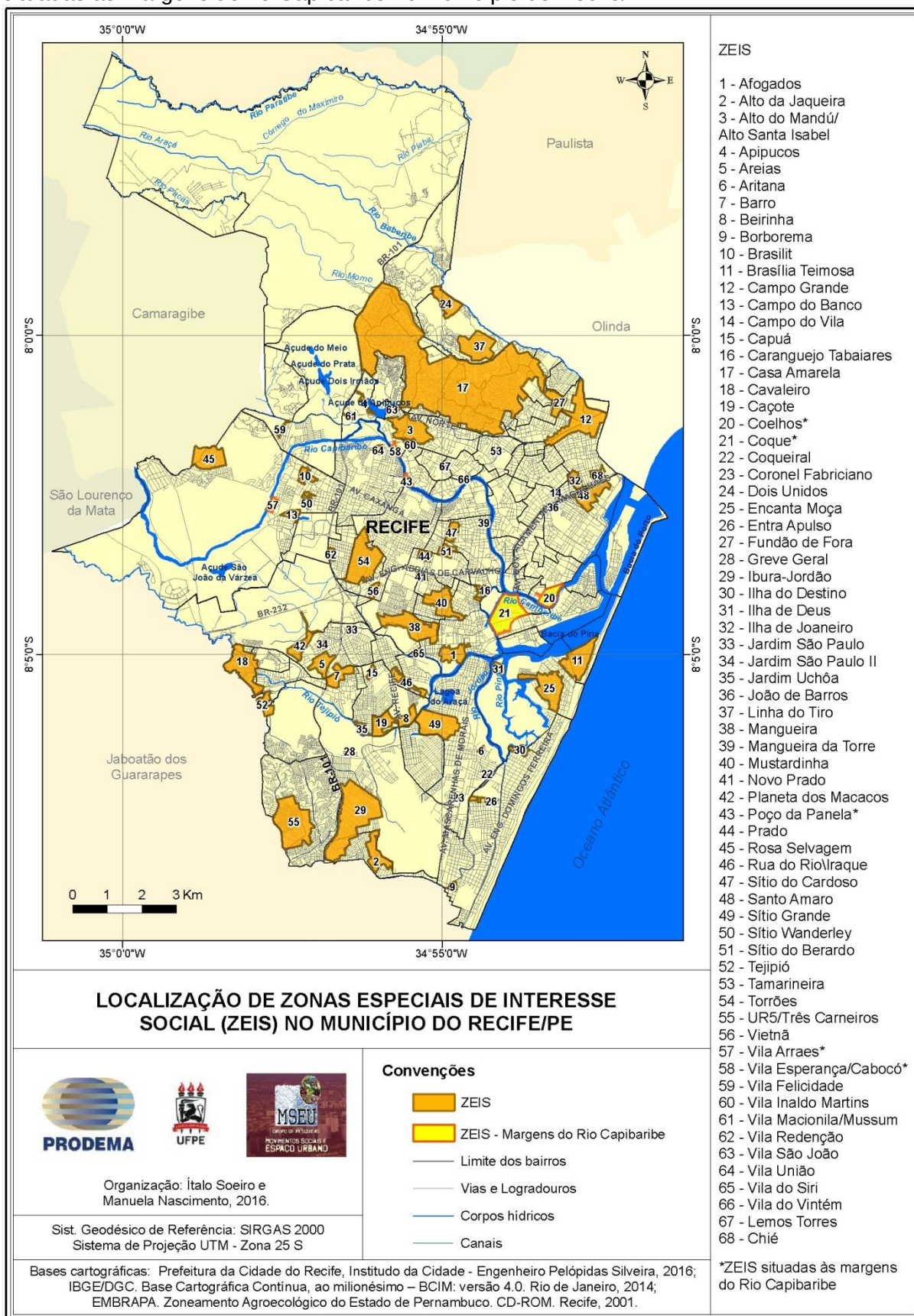
Mapa 3 – Mapa das localidades classificadas como Comunidades de Interesse Social e situadas às margens do rio Capibaribe no município do Recife/PE



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento (2016).

Cabe destacar que algumas destas comunidades são ZEIS, como pode ser observado no mapa a seguir:

Mapa 4 – Mapa das localidades classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social situadas às margens do rio Capibaribe no município do Recife/PE



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento (2016).

A cidade do Recife, assim, constitui palco para processos de gentrificação que podem extrapolar a escala da rua e do bairro e generalizar-se através de uma transformação urbana em longo prazo. Processos de gentrificação que representam apenas uma parte de uma ‘revolução’ mais ampla da cidade. Uma ‘revolução’ para garantir a continuidade do modelo neoliberal de cidade. Porém, estes processos vêm sendo narrados como parte de uma volta à natureza; uma volta ao rio de nosso passado romântico e mitificado; uma volta espontânea dos serviços e das formas de ócio, assim como das elites urbanas do Recife. Nas interpretações científicas, até então, sempre otimistas (HARTMAN, 2016; MONTEIRO & CARVALHO, 2016; ROCHA *et al.*, 2016; CAVALCANTI *et al.*, 2015; MONTEIRO *et al.*, 2015; ALENCAR *et al.*, 2014; BEZERRA *et al.*, 2014; LAPA & GUERRA, 2014; MACHRY & MONTEIRO, 2014; MANEZES & RIBEIRO, 2014), o processo é considerado como parte de uma mudança de postura responsável para com o rio; um movimento social que tem potencial para reverter a degradação histórica da relação da cidade com o Capibaribe. Porém, ainda que realmente o projeto traga em seu corpo um grande potencial positivo, nosso papel aqui é o de criticá-lo – não cega, inocente e unilateralmente –, pois tendo em vista que por estar fazendo uso da retórica ecológica, este tem se esquivado dos movimentos de resistência intelectual e territorial e só vêm recebendo elogios da mídia, da sociedade civil e dos intelectuais persuadidos e tornados tapeados. Os riscos – se mirarmos a ferocidade do capital imobiliário dentro da cidade – são imensos, e não iremos deixar de criticar³².

Risco que pode ser expresso em ações como a apresentação do PPC para a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), figura 31.

³² Se encarado da perspectiva das relações humanas, dar as mãos à universidade, foi de uma astúcia cirúrgica da PCR. Criticar o PPC, não é criticar meramente o Estado, mas os projetistas (conhecidos dos corredores da Universidade, amigos e companheiros de ofício). Uma artimanha que joga pesquisador contra pesquisador. Os intelectuais recifenses – refiro-me aos que publicaram suas ideias acerca do projeto –, talvez por questões políticas – a fim de evitar conflitos pessoais – ou simplesmente por estarem persuadidos pelo sistema de argumentação do PPC, apenas enaltecem tal projeto. Nós, ainda que nos possa causar algum desconforto pessoal, não poderíamos deixar de tecer uma leitura crítica acerca do dito projeto. Alertamos: uma leitura crítica para, quem sabe, melhorá-lo.

Figura 31: Apresentação do Projeto Parque Capibaribe na ADEMI-PE, 28/02/2016



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Ou mesmo diante de falas como as de um representante da ADEMI-PE:

Eu acho que a valorização por elementos naturais vai crescer de toda forma. Não tem outra saída não. Tem que crescer, porque a valorização de um ambiente natural hoje, principalmente do verde e dessa questão ecológica, deve evoluir mais. (EEI -1)

Como se trata de Recife, o elemento natural que mais valoriza, no meu ponto de vista, é o bom tratamento das águas. A gente tem rios, a gente tem o mar, a gente tem canais, mas nem sempre a gente visualiza eles bem tratados. Então, na medida que estas margens fossem bem tratadas, tivessem um visual atrativo, uma valorização maior eu acho que pelo menos os imóveis no entorno dessas águas teriam uma valorização substancial muito grande. A gente vê uma movimentação em relação a isso, mas é muito tímida, só em algumas regiões onde tem um poder aquisitivo maior. (EEI -1)

Não sei se a iniciativa pública vai ter condições de fazer isso [referiu-se ao PPC] só. Para mim tem que ser uma parceria em conjunto com a iniciativa privada. Lotear isso aí, e é por aí a questão... O Recife precisa valorizar o que ele tem de bom. (EEI -1)

Quando indagado sobre sua opinião em relação ao PPC, este afirmou que:

Vai ser muito bom, muito positivo para o mercado imobiliário. O mercado imobiliário poderia trazer investimentos de fora pra dentro, porque a gente vive hoje num investimento no interior do imóvel. Então, se você tem uma cidade bonita, atrativa vai facilitar os investimentos. Agora eu volto a dizer, o governo sozinho não se sustenta. Lá na frente vai dar problema. Tem que ser uma coisa loteada e uma coisa bem feita. (EEI -1)

Falas como estas e exemplos tirados da materialidade concreta da paisagem recifense (o caso da Avenida Beira Rio), nos inclina a afirmar que o Capibaribe é de interesse do capital imobiliário – tendo em vista a saturação do setor nos *waterfronts* marinhos. Neste sentido, volta-se a afirmar: se o PPC não vier acompanhado de diretrizes legislativas que regulem as intervenções territoriais durante e depois da construção do Parque, teremos um cenário futuro, mais do que hoje, marcado pela ferocidade do capital imobiliário. Este buscará a todo custo homogeneizar a ‘Veneza americana’, em detrimento da alteridade e do outro das culturas hegemônicas, em uma paisagem-postal³³ representada, narrada e retirada das virtualidades dos atores hegemônicos.

Paisagem-postal que está presente dentro do imaginário de alguns projetistas do PPC: “A paisagem do Capibaribe no Recife é o rio, o verde, o prédio, as nuvens e é o céu, o todo.” (EEPPC-4). Uma ‘Veneza americana’ representada pela paisagem-postal dos esguios e altivos prédios cercados de natureza que imperam solitários na planície flúvio-marinha homogênea e isotrópica do Recife. A diversidade socioespacial, nestas representações, é tornada invisível. O pobre, suas práticas, seu cotidiano e seus territórios são invisibilizados.

Diante do apresentado, espera-se haver esclarecido que o PPC não irá implantar-se em uma planície isotrópica isenta de contradições e diversidade. O rio e suas margens são diversos. O PPC, portanto, deve considerar essa diversidade em suas ações, caso contrário irá dismantelar os territórios, as mitologias, as memórias, ou seja, todo o tecido ambiental afetivo tramado na história das interações cotidianas das comunidades com o Capibaribe.

5.2. A trama argumentativa do Projeto Parque Capibaribe

³³ Paisagens-postais, segundo Veras (2014, p. 427), “são aquelas que identificam cidades. Esta identificação não está expressa na paisagem em si, mas na relação de apreensão entre o sujeito que a observa e a paisagem que se deixa observar, entre o sujeito que a transforma e a paisagem que se deixa transformar, no sujeito capaz de pensá-la ao reunir a dispersão dos dados sensíveis e manter a conexão das coisas que a revelam como paisagem”.

A retórica, como vimos em tópicos anteriores, distingue três maneiras de ‘provar’ pela enunciação, isto é, de validar uma opinião aos olhos de um auditório concreto: o *logos* (provas proposicionais), o *ethos* e *pathos* (‘provas’ não proposicionais); nos dois últimos casos, ‘provar’ é tomado no sentido de ‘meio de persuasão’. A correta consideração das dimensões do *ethos* e *pathos*, nos lança em direção ao desenvolvimento de uma teoria dos afetos do discurso, como alerta Plantin (2008). Neste contexto, Aristóteles (2015) alertou que na prova pelo *ethos*, é comum estimular as emoções e os afetos para desviar o Outro da deliberação racional. Dentre tantas emoções envolvidas na trama argumentativa, algumas das que se destacam no PPC, e que aqui vamos explorar, são: temor e confiança; medo e salvação; catastrofismo e solução.

Esse tópico tem como proposta, interpelar o PPC através dos afetos do *ethos* e da retórica ecológica argumentativa, ou seja, a partir da problematização da projeção de si (teoria do *ethos*) e da problematização das emoções por meio das quais, como alerta Plantin (2008), o enunciador (PPC) e o Outro (grupos sóciais da cidade do Recife) se influenciam. Isso, pois, através da transferência de sentido ético (empatia) o *ethos* se faz suasório: aderir a um discurso é sempre, no fundo, identificar-se com seu auditório (Outro). Seria bom acrescentar: “ele sente como nós”. Portanto, como afirma Plantin (2008), o *ethos* tem uma estrutura emocional na medida em que a emoção manifestada no discurso repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações.

Ducrot (1987), ao integrar essa visão de *ethos* à polifonia enunciativa, aporta-nos muitíssimo, pois ele parte do reconhecimento das distintas vozes do texto que veiculam ideologias tais como estereótipos, e que acabam por convergir em um único corpo discursivo na trama argumentativa do *ethos*. Reconhecer, portanto, a trama argumentativa do PPC, requer identificar as distintas vozes presentes no seu discurso (ecologismo; mudanças climáticas; ciência, etc), o que, de acordo com Charaudeau (2016), é uma tarefa basilar para a compreensão da trama que envolve a conquista da opinião pública. Neste sentido, busca-se demonstrar como o *ethos*-PPC vem construindo uma imagem de si moralmente aceitável – com autoridade e confiança – ao se vincular as raízes argumentativas atreladas às vozes do ecologismo e da ciência, e assim elucidar como vem explorando as emoções e a retórica ecológica.

5.2.1. Das vozes do ecologismo no Projeto Parque Capibaribe

Como construímos em tópicos anteriores, o *ethos* ecologista se fez historicamente muito suasório e manipulador. Sendo nada inovador, o PPC, de igual maneira, se usa de tal *ethos* para legitimar suas ações e intervenções territoriais. Biodiversidade, preservação ambiental, conservação ambiental, parquização, o verde, o sustentável, mobilidade urbana ecologicamente responsável, mudanças climáticas, reaproximação da natureza do Capibaribe etc., são algumas das vozes que o PPC vem se apropriando em sua argumentação polifônica. Contudo, não trataremos para discussão todas essas vozes, mas as três últimas: mobilidade urbana sustentável (empatia); mudanças climáticas (ideia de futuro catastrófico); reaproximação da natureza do Capibaribe (passado mítico e presente hostil).

Mobilidade urbana ecologicamente responsável: a conquista da empatia

Iniciemos observando atentamente os seguintes folders (Figura 32):

Figura 32: Folders publicados nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe que declaram postura ‘ecologicamente correta’ I



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Ao observá-los, deve-se perceber a presença da questão do transporte alternativo não motorizado e, cabe acrescentar, ‘ecologicamente corretos’. Estes três folders são referentes a alguns dos vários eventos organizados pelo PPC vinculados à dita temática. Como isso, o projeto conecta sua imagem ao ‘ecologicamente correto’, às questões que estão em pauta na sociedade civil e nos movimentos sociais urbanos.

Vincula-se – contratando representantes do movimento para integrar o InCiti – , por exemplo, com a Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife (AMECICLO), que é uma associação que trabalha pelo fomento ao uso da bicicleta e pela democratização das vias públicas. Uma organização que atua por meio de atividades educacionais, desportivas e culturais pela conscientização do caráter público do tecido urbano e a necessidade de humanizá-lo por meio da convivência pacífica entre as diferentes modalidades de transporte. Portanto, o parque ao assumir relação com a AMECICLO (Figura 33), coloca-se como um projeto preocupado com suas ações e com suas pautas de reivindicações. Com isso, busca se identificar com seu auditório. Mais uma vez, busca fazer com que o auditório pense: “ele sente como nós”.

Figura 33: Folders publicados nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declaram postura ‘ecologicamente correta’ II



Fonte: InCiti / UFPE, 2016.

Ou mesmo no ato de publicar a campanha “Vou de Bike, vou de skate, vou de Parque Capibaribe” (Figuras 34 e 35), que fortaleceu ainda mais sua ligação com os movimentos urbanos e legitimando-se junto aos ativistas e simpatizantes da causa que, por sua vez, tornam-se defensores e divulgadores do projeto.

Figura 34: Folder publicado nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declara postura ‘ecologicamente correta’



Fonte: InCiti / UFPE, 2014.

Figura 35: Fotos publicadas nas redes sociais do Projeto Parque Capibaribe e que declaram postura ‘ecologicamente correta’



Fonte: InCiti / UFPE, 2014.

Nesta mesma direção, ademais de todos os eventos e campanhas, o PPC busca ainda a criação de empatia através de suas representações virtuais. O

projeto, assim, traz em seu conteúdo imagético/gráfico uma exacerbada quantidade de caricaturas de ciclistas (Figura 36).

Figura 36: Representação virtual de ciclistas (transporte “ecologicamente correto”) do Projeto Parque Capibaribe



Fonte: InCiti / UFPE, 2014.

Aqui o *ethos* é definido em sua dimensão relacional, não do ponto de vista do enunciador que quer aceitação, mas do destinatário (o Outro) que ele quer persuadir. Trata-se de criar empatia. O *ethos*, como sabemos, diz respeito à criação da imagem de si e o *pathos* às paixões do público, por meio de sua polifonia argumentativa o PPC busca fundi-los. Assim, pode-se dizer que é através da argumentação dirigida aos cidadãos da cidade do Recife, que o dito Projeto busca expressar boas razões para fazê-los admitir uma conclusão, comportamentos adequados e, claro, que acreditem que compartilham de determinadas opiniões e causas sociais.

Mudanças climáticas: a criação do futuro catastrófico

Outra voz argumentativa apresentada pelo PPC é a ligada às problemáticas das mudanças climáticas. Neste contexto, são extremamente comuns enunciados como pela então secretária do meio ambiente (01/11/2015): “O Recife está entre as cidades mais sujeitas às mudanças climáticas. Por isso, não há como não adotarmos políticas de enfrentamento a esse problema”. Trata-se de uma busca pela legitimação dos projetos e políticas públicas através de uma persuasão emocional. O medo é o sentimento explorado. O medo de um futuro catastrófico que está batendo na porta, torna-se o argumento de contingência que mais se repete no sistema argumentativo vinculado a essa voz.

Tendo em vista seu amplo alcance midiático, dos argumentos ecologistas, o das mudanças climáticas aparenta ser o de maior poder persuasivo e manipulador. Por sua histórica vinculação com uma ideia de futuro catastrófico, este alcança muito efetivamente a escala da ação. Ter uma cidade quase que completamente inundada ou aceitar e apoiar um projeto como o PPC que se lança como a salvação? Tendo em vista essa característica suasória das mudanças climáticas, o PPC vem se afanando também desta raiz argumentativa.

Para vincular sua imagem ao *ethos* ecológico preocupado com as problemáticas do clima, a PCR passa a participar dos encontros internacionais ligados a temática e divulgar em suas redes sociais, como pode ser observado (Figura 37 e 38).

Figura 37 - Imagens de divulgação da participação da Prefeitura da Cidade do Recife na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizado em Lima, no Peru



Fonte: InCiti / UFPE, 2014.

Figura 38 - Imagens de divulgação da participação do Parque na Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas em Paris/França



Fonte: InCiti / UFPE, 2015.

Além da simples participação, apresentou-se, em ambas as oportunidades, o PPC como a principal atividade desenvolvida pela PCR para combate dos efeitos

das mudanças climáticas. Tal fato alimenta enunciações divulgadas nas redes sociais da Prefeitura, como:

[...] Geraldo Julio viu o projeto da Prefeitura do Recife, Parque Linear do Capibaribe, ganhar destaque e ser citado entre os dez exemplos que podem ser replicados em outras cidades da América Latina. O reconhecimento foi registrado em revista e lançado, durante o evento, por duas instituições internacionais: Fundação Konrad Adenauer e ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade). (16/12/14)

Durante encontro na Cúpula do Clima da ONU (COP-21), em Paris, por exemplo, a gestão municipal apresentou o PPC a financiadores internacionais. O objetivo da apresentação foi demonstrar como o PPC está incluído dentro da política de baixo carbono do município e, assim, como o dito projeto, em nível municipal, tem papel fundamental no enfrentamento das mudanças climáticas, como pode ser notado na argumentação a seguir:

O objetivo da apresentação em Paris é mostrar como o projeto Parque Capibaribe vai mitigar efeitos das mudanças climáticas, já que compreende a implantação de um corredor de 30 km para ciclistas e pedestres e plantio de 22 mil árvores nas margens do Rio Capibaribe. Mais do que isso, o Parque promove a reconexão da cidade com os espaços verdes e públicos através do rio Capibaribe. **É importante lembrar que Recife é a 16ª cidade do mundo mais vulnerável às mudanças climáticas**, segundo o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da ONU). [...] Ao transformar o Recife em uma Cidade-Parque, o projeto irá elevar a taxa de área verde pública para 115 mil m² em 2037, o equivalente a 11 campos de futebol. Com a ampliação da área verde e o estímulo a mudança do uso de transporte motorizado para a bicicleta, a estimativa é reduzir a emissão de mais de 144 mil toneladas de gás carbônico. (Publicado em 4 de dezembro de 2015) [grifo nosso].

Para justificar a necessidade do PPC, recorre-se, como pode ser observado no grifo anterior, à construção de uma ideia de futuro muito comum na retórica ecológica: futuro catastrófico. Aliado a discursos como estes, a imprensa local

alimenta tais argumentos reforçando tal perspectiva de futuro e do PPC como salvação:

Recife é a 16ª cidade mais vulnerável do mundo do ponto de vista das mudanças climáticas. Caso o cenário não mude, estima-se que em 100 anos a cidade terá perdido 60% do seu território. Em 2013, a cidade saiu na frente e foi a primeira a publicar um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa de acordo com o modelo global sugerido pela ONU. A partir do inventário, a cidade identificou que emite, por dia, mais de três milhões de toneladas de carbono e projetou um aumento de 50,7% das emissões até 2030. Diante do diagnóstico, foi elaborado um plano de metas para redução das emissões, cujos resultados foram divulgados em novembro. Na publicação, a prefeitura se compromete a reduzir 14,92% das emissões até 2017 e 20,8% até 2030. (DIARIA DE PERNAMBUCO – online, publicado em 04/12/2015) [grifo nosso].

Diante de tal contexto, já em 2013, a cidade do Recife foi selecionada pelo *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI) para ser uma das cidades modelo do projeto Urban LEDS ³⁴ (Promovendo Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono). Foi através de uma cooperação firmada entre a PCR e o ICLEI, que a cidade teve elaborado seu primeiro inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). A partir da realização desse inventário de emissões, estratégias de desenvolvimento de baixo carbono foram traçadas para serem desenvolvidas na cidade, visando: (I) reduzir as emissões de GEE proporcionadas pela cidade; (II) mitigar os impactos proporcionados pelas mudanças do clima e (II) adaptar-se aos efeitos irreversíveis (RECIFE, 2016).

A PCR, em março de 2016, cria o “Recife sustentável e de baixo carbono: plano de redução de emissões de gases do efeito estufa” (RECIFE, 2016). Neste documento, vai reforçar os riscos que as mudanças climáticas trarão para a cidade:

³⁴ O Urban LEDS é um projeto global implementado pelo ICLEI em parceria com a ONU-Habitat, financiado pela União Europeia, que visa aportar uma série de ferramentas e soluções que direcionem cidades na África do Sul, Índia, Indonésia e Brasil a instrumentalizar políticas de desenvolvimento de baixo carbono.

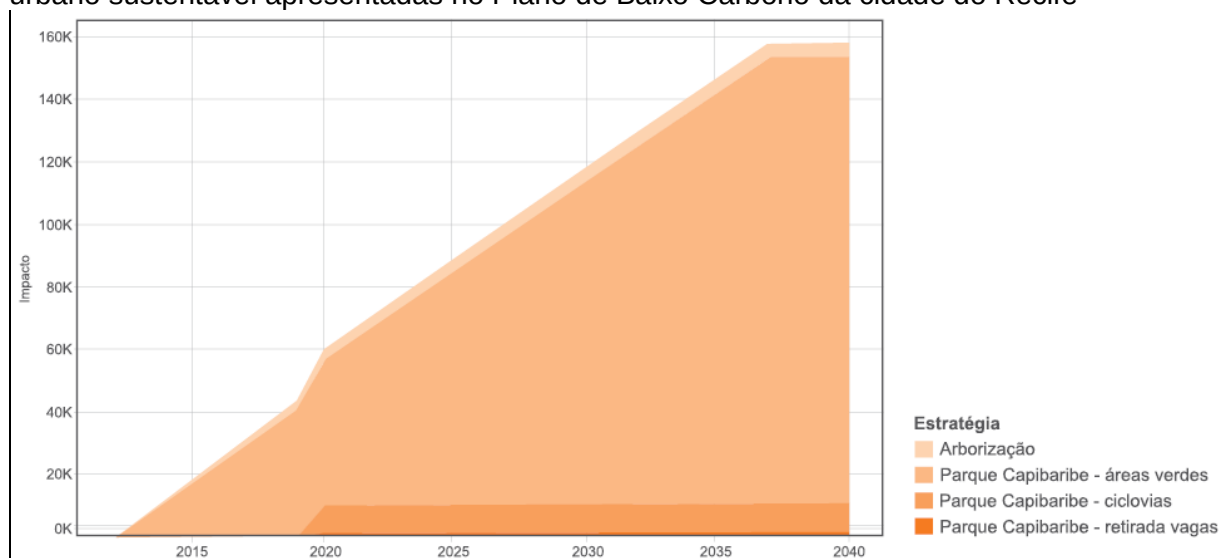
O avanço do nível do mar na região metropolitana do Recife, que é apontado pelo IPCC como um dos efeitos da mudança do clima mais ameaçador à cidade do Recife [...], oferecendo riscos à construção civil e danos à propriedade pública e privada. [...] A ocorrência de chuvas com grande intensidade em curto espaço de tempo, previsão que o IPCC afirma que acontecerá com cada vez mais frequência, também vem sendo observada na cidade. Esse fato exige um alto grau de atenção do poder público municipal em relação às habitações mais populares que ocupam principalmente as áreas de morro da cidade (que representam mais de 50% do território recifense). (RECIFE, 2016)

Ao passo que constrói, também neste documento, uma ideia de futuro catastrófico, a PCR vai lançando, mais uma vez, o PPC como uma das principais ações mitigadoras dos efeitos perversos das mudanças do clima na cidade. Neste sentido, segundo argumenta o Plano, com a implantação do Parque Capibaribe haverá:

- a criação das ciclovias promovendo uma redução na emissões de GEE de 5.196 tCO₂e/ano;
- a retirada de vagas para estacionamento acarretando uma redução de 1.400 tCO₂e/ano;
- a expansão de área verde reduzindo 144.212 tCO₂e/ano a partir de 2037.

Segundo Recife (2016), em conjunto, as ações do PPC apresentam um grande potencial de redução de emissões de GEE, como pode ser observado na Figura 39:

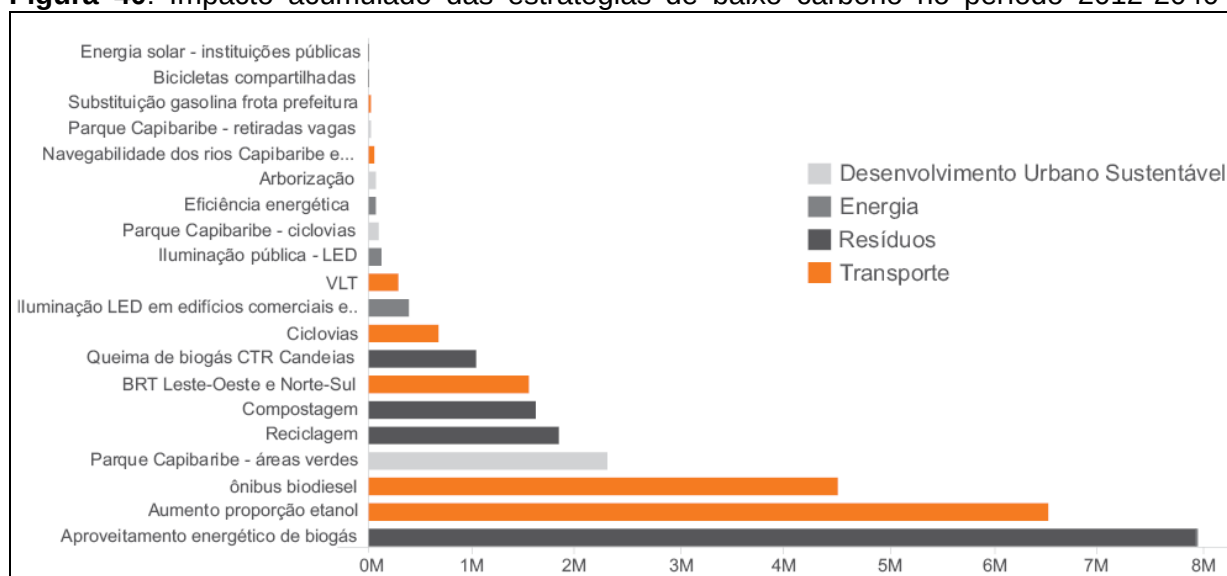
Figura 39: Potencial de redução de emissões de GEE das ações de desenvolvimento urbano sustentável apresentadas no Plano de Baixo Carbono da cidade do Recife



Fonte: Recife, 2016.

No referido plano, quatro setores foram identificados como prioritários para o combate às mudanças do clima na cidade: Transporte; Resíduos; Energia; e desenvolvimento urbano sustentável. Na Figura 40, demonstra-se o impacto acumulado das estratégias de baixo carbono no período de 2012-2040 estimado pela PCR, com destaque para as ações do PPC no setor de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Figura 40: Impacto acumulado das estratégias de baixo carbono no período 2012-2040



Fonte: Recife, 2016.

O que queremos demonstrar trazendo esses argumentos utilizados pela PCR, é que o PPC se torna muito persuasivo utilizando da voz das mudanças climáticas; torna-se a salvação para a ideia de futuro amedrontador – fruto das narrativas produzidas pelo Projeto em associação com as mídias locais – que poderá imperar na cidade caso não se concretize o Parque.

Reaproximação da natureza do Capibaribe: resgate do passado mítico

O estabelecimento da ordem do Éden se mostra perene na retórica ecológica, pelo qual, o estado harmonioso do ‘Éden’ é perturbado pela ação humana; o humano perde sua inocência e, conseqüentemente, quebra sua comunhão e unidade com o mundo. “Ao negar a ordem estabelecida pelo Criador, a criatura opera a passagem de uma condição de felicidade e bem-aventurança para um estado semelhante ao inicial, em que predominava o caos.” (SOUSA, 2008, p. 9). Em assim sendo: a relação ‘harmoniosa’ do Recife com o rio foi perturbada pela ação humana; o Recife perdeu sua inocência e, conseqüentemente, quebrou sua comunhão e unidade com o Capibaribe. Agora vivenciamos um presente narrado como ‘apavorante’ e que serve de argumentação para imposição do ‘novo’ – com todas as continuidades de uma cidade neoliberal.

O rio é um elemento que fazia parte da paisagem e que a gente encobriu, virou as costas para ele. Todas as vezes que eu passo pelo rio me vem: poxa a gente poderia estar com mais contato com rio. Eu vejo o Projeto do Parque como uma possibilidade de **reaproximação** desse elemento físico, geográfico e ambiental que fomos virando as costas ao longo do nosso processo de ocupação. [...] O Capibaribe faz parte da imagem da cidade do Recife. A água na planície do Recife é uma coisa muito marcante. Então, para mim, o Capibaribe desperta essa coisa da beleza cênica vinculada à presença da água e **desperta sentimentos nostálgicos das relações do passado**. [...] Idealmente, **voltar a ter o contato primário** com o rio seria o esperado, para mim, o ideal. **Voltar a tomar banho no rio, ou seja, voltar ao que tivemos em outras épocas passadas**, o Parque pode possibilitar isso. (EEPPC-2) [grifo nosso]

A atual relação da cidade com o rio, como observado na fala anterior de um sujeito projetista, é contada através do contraste da terra ríspida de nosso presente com um mundo mitificado, situado no distante ou não tão distante passado. Tal tipologia de narrativa pode ser percebida, também, nas seguintes enunciações do prefeito do Recife publicada nas redes sociais do PCR, que ao ressaltar a necessidade de políticas públicas que aproximem os recifenses do Capibaribe, afirmou que “Com o tempo, a convivência das pessoas com o rio foi se perdendo. O parque linear vai resgatar essa aproximação” (13/10/13); “O rio será salvo” (28/04/14). Enquanto ressaltava a importância do Capibaribe, o gestor recifense falou da sua relação pessoal com o rio: “Quando eu tinha pouco mais de dez anos e morava na Madalena, meu pai me levava na avenida Beira-Rio para olhar aquela paisagem. Nós descíamos a rampa de cimento e ficávamos ali admirando o rio. Infelizmente, hoje eu ainda não tive como fazer isso com os meus filhos” (14.10.13).

A ideia do paraíso perdido, assim, vem se vinculando ao Recife de antigamente. Sentimentos nostálgicos seguem sendo vinculados às imagens de um passado mítico que serve como um virtual ponto de partida para reconstruir uma forma mais ‘harmoniosa’ no futuro. Assim, geram-se narrativas que buscam mitificar o passado, para logo desqualificar o presente, e em seguida impor o PPC como solução/salvação para o resgate da ‘Veneza americana’.

Neste contexto, será comum observar nas publicações relacionadas ao Projeto, enunciações como a de Roberto Celestino citada em redes sociais do PPC: “Preservemos nosso rio para que seja tão sadio não apenas na memória” (11/12/2016). Ou ainda, enunciações como as publicadas nas redes sociais da PCR: “O Rio Capibaribe **voltará** a ser o eixo estruturador do Recife que foi no **passado**.” (14/10/13) [grifo nosso]; “nosso projeto que vai **reatar** os laços dos recifenses com um dos principais cartões postais da cidade: o Rio Capibaribe” (11/12/15) [grifo nosso]. Ou seja, discursos que fortalecem a glorificação do passado com o qual devemos re-estabelecer³⁵ e servem de argumento para a imposição persuasiva do PPC, como pode ser observado nas estruturas abaixo:

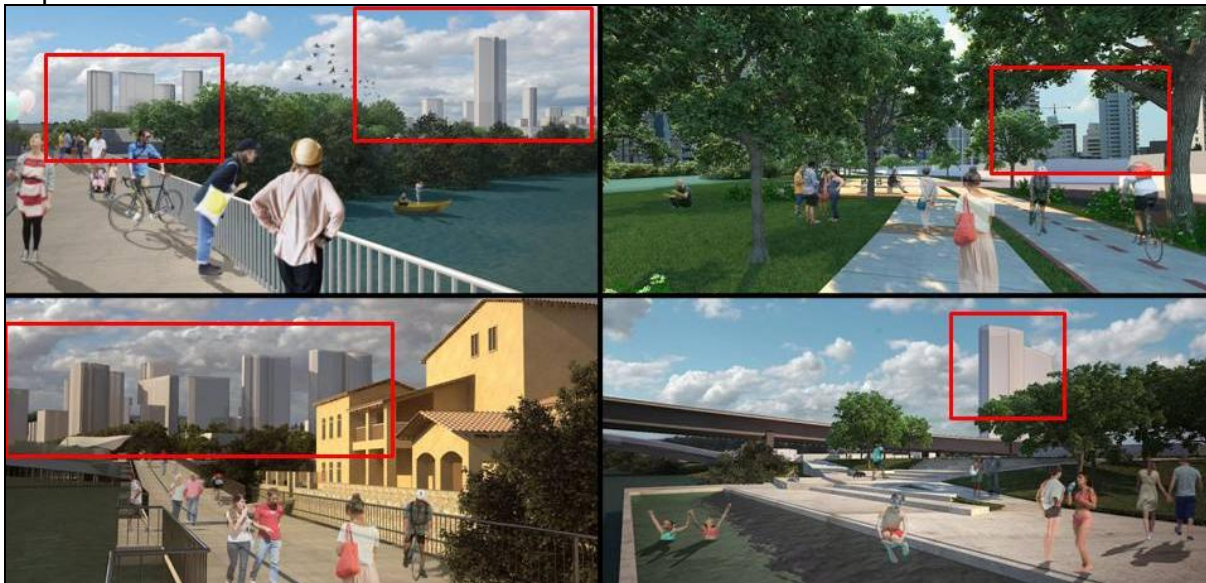
³⁵ Ainda que a forma correta de escrita da palavra seja restabelecer, optou-se aqui por destacar graficamente o prefixo ‘re’. Isso, pois esta partícula é fortemente utilizada nas enunciações vinculadas ao PPC: restituir, restaurar, retornar, reatar, reaproximar etc..

Com o passar do tempo, com o desenvolvimento urbano, desenvolvimento filosófico e econômico, a gente se distanciou muito da natureza. A natureza passou a ser, praticamente, inimiga da raça humana. A gente deixou de se ver como parte dela, como parte daquela simbiose de respeito que deve existir. A gente começou a negar a natureza, mas eu acredito muito na transformação a partir da **re-conexão** com ela. O tesão do projeto do parque, para mim, é esse. É você pensar a reestruturação de várias vidas, pensar a reestruturação de uma cidade a partir da natureza, a partir de um rio incrível que a gente simplesmente está negando. [...] O Parque parte deste argumento: a partir do Capibaribe promover uma **re-conexão**. (EEPPC-3) [grifo nosso]

O que a gente observa hoje é apenas uma circunstancialidade. As relações elas começam e elas terminam e recomeçam em outro momento mais a frente. Talvez nós estejamos nesse momento de **recomeço**, de um modo diferente. Acho que nós vivemos um momento de **resiliência**, de **reconsiderar** algumas características de nossa relação com o Capibaribe. Acredito em um momento de **restabelecimento** de relação. [...] O Parque indubitavelmente vai ajudar para que as pessoas tenham a identidade **resgatada**. Vai, certamente, possibilitar uma **reaproximação** e um **retorno** ao Capibaribe. Possibilitará um **reencontro** das pessoas com as pessoas e das pessoas com a natureza. (EEPPC-1) [grifo nosso]

Entretanto, até onde se pode perceber, estas narrativas estão associadas a uma representação cirurgicamente específica de 'Veneza americana'. O que se quer resgatar do passado é fruto de uma representação que nega o traço mais característico da paisagem recifense: a autoconstrução e as periferias. Impõe-se a 'Veneza americana' dos sobrados (hoje mais altos que nunca) e nega-se a 'Veneza americana' dos mocambos, das palafitas, dos traços de paisagem fruto da estreita relação do pobre com as águas desta cidade. Portanto, o que veremos nas representações virtuais que o PPC faz uso, seja em evidência ou detrás de árvores quase que imperceptível, é o Recife esguio e altivo dos prédios multifamiliares (Figura 41). Nunca veremos o Recife verdadeiramente aquoso fruto da autoconstrução.

Figura 41: Representações de edifícios multifamiliares presente no Projeto do Parque Capibaribe



Fonte: InClti/UFPE, 2014.

Elabora-se, portanto, uma noção da autoconstrução associada às intempéries ecológicas, como pode ser observado na seguinte enunciação de um projetista do Parque:

Com o processo de urbanização meio confuso e meio torto que se deu a partir do final do século XIX e início do século XX, você tem um adensamento, um processo louco de ocupação do espaço. Se você olhar no mapa, existe uma coisa tão absurda no modo de ocupação desorganizado do espaço da cidade... Hoje, é exatamente nesses trechos que a gente tem os maiores, mais diversos e agressivos modos de impactação do rio e da sua margem. Os animais mostram isso. Temos gráficos que mostram como os animais se distribuem no trecho que será implantado o Projeto. [...] Têm trechos onde os bichos não estão, com exceção das aves que têm maior possibilidade de deslocamento. Os bichos não ocupam aqueles territórios onde existe esse adensamento desorganizado. Os animais não estão ali, portanto existe como que uma vacância e você encontra somente as aves. (EEPPC-1)

O projetista afirma, biogeograficamente, que os estudos do PPC demonstraram que áreas de adensamento 'desordenado' são produtoras de vacância na distribuição da fauna do Capibaribe. Fato que servirá de argumento

(racional-científico) para a consolidação e imposição do Recife dos sobrados (ordenado) em detrimento do Recife da autoconstrução anfíbia ('desordenado').

Não pretendemos, com estas críticas, desnudar completamente a mitificação do passado, pois de fato antes a acessibilidade ao rio era menos contraditória e menos ameaçada. Pretende-se desnudar sim, como essa ideia de passado pode estar servindo como enredo para desqualificar o presente e, por conseguinte, como um instrumento ideológico cujo pressuposto é o esquecimento e a invisibilidade da parte mais significativa da paisagem e da memória da 'Veneza americana'. Quase que em tom de manifesto, busca-se desnudar a construção da paisagem-postal em detrimento da paisagem-real; reclamar a visibilidade de outras representações para além das hegemônicas; reclamar representações que recolorem os sujeitos sociais, formas urbanas e comunidades para fora do filtro de invisibilidade presente nas representações oficiais, como alertara Barros (2014); reclamar a alteridade tornada invisível; e por fim, reclamar outras representações que estimulem a imaginação de outros Recifes possíveis.

5.2.2. Da relação universidade-prefeitura

A primeira categoria de argumentos que têm por objetivo enquadrar o real a fim de fazer nele um lugar para a opinião proposta é constituído pelos argumentos de autoridade. O real representado é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que ele, por sua vez, aceite como admissível o que lhe é sugerido. Segundo Brenton (2003, p. 77), dois casos são possíveis, sendo: "ou o orador apoia o enquadramento do real sobre sua própria autoridade, ou ele convoca uma autoridade exterior". Como a representação social do 'político' no Brasil – hoje mais do que nunca – é o outro lado do confiável, a PCR optou, para construção do PPC, aproximar-se da Universidade – adicionando à sua polifonia a voz da ciência.

A natureza própria da autoridade deriva do saber ou de uma função exercida e representada socialmente como moralmente responsável, o que dá uma competência ampla e uma espécie de direito de intervir na construção do real. A

prefeitura assume publicamente a não competência e convenia-se com a universidade para assumi-la mais fortemente.

Cabe-se destacar que, com a autoridade, estamos no campo da argumentação. A autoridade é apenas uma proposição feita ao outro, livre para dispor ou não dela. “‘Acredito no que ele diz por que é ele quem o diz’ é um esquema argumentativo que está sempre no fio da navalha” (BRENTON, 2003 p.78), pois está sujeito ao ceticismo radical. A aceitação do argumento de autoridade funciona, portanto, como uma ‘delegação permanente de saber’ – ele sabe (ou não sabe) e portanto pode (ou não pode) fazê-lo (BRETON, 2003). Neste sentido, caímos no lugar comum que faz do saber um poder, porém um poder que não é pleno.

Esta delegação de saber nos coloca diante da velha questão da confiança do *ethos* retórico. Se um orador ‘inspira confiança’, o enquadramento do real que ele propor será mais aceitável. Neste sentido, ao se associar à competência científica, técnica e moral socialmente representada da universidade, a PCR vai inspirar confiança ao PPC. Neste sentido, vai ser comum observarmos representações orais como a do prefeito do Recife publicada nas redes sociais da PCR: “A assinatura do convênio com a UFPE será um passo relevante para a implantação desse equipamento” (13/10/13); ou como a da então secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade: “a UFPE é uma parceira importante neste processo de inovação, reunindo uma equipe de docentes e consultores em diversas áreas, como arquitetura, paisagismo, ambiental, estruturação urbana, desenvolvimento econômico e outras” (13/10/13). Traz-se esta fala, pois expressa o interesse da PCR no pesquisador, no docente, no cientista e no *expert*, ou seja, no sujeito competente, que possui uma aura que reforça suas ideias e projetos, tornando-os mais persuasivos e verossímeis.

Isso pode ser observado na afirmação do reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, ao pronunciar-se sobre o convênio Prefeitura-Universidade:

São as **competências do conhecimento** existentes que o prefeito percebeu o quanto é importante elas estarem juntas, agrupadas. Há algo novo acontecendo diferente no Recife que se aproxima dos

seus 500 anos. Estamos muito contentes, agradecidos e conscientes da responsabilidade que temos. [grifo nosso]

Ou ainda no conteúdo da resposta da PCR ao Pedido de Informação (Anexo C):

A complexidade de um projeto do porte do Parque Capibaribe exige, para sua elaboração, uma equipe multidisciplinar com conhecimento em diversas áreas técnicas e científicas como: urbanismo, arquitetura, design, engenharia civil, engenharia de tráfego, cálculo estrutural, mecânica de solos, manejo de fauna e flora, etc. **O lugar natural deste conhecimento é, sem dúvida, a universidade.** Desta forma, a Prefeitura do Recife celebrou convênio técnico com a UFPE, o que possibilitou o desenvolvimento. [grifo nosso]

Curiosamente, essa declaração feita pela Prefeitura de sua incompetência para construção do PPC, pode contribuir para tornar o projeto ainda mais persuasivo. Para tanto, a Prefeitura tratou de declarar não como um simples procedimento oratório, mas de uma maneira que aparentasse uma verdadeira virtude de modéstia, apreciável aos olhos do auditório.

Assim, associando às vozes do ecologismo e da ciência, o PPC se torna um *ethos* extremamente persuasivo e que vem escapando das resistências intelectuais e territoriais. Como observado por projetista do Projeto, “diferentemente de outros projetos em que a população se mobiliza para parar as obras e as atividades, no nosso a população está interessada e pedindo que o Projeto saia o mais rápido possível do papel.” (EEPPC-2).

5.2.3. Sobre a cegueira do projetista

Não ter coragem de olhar nos olhos dos sujeitos sociais das CIS da cidade do Recife, não ter coragem de ir à comunidade entender seu cotidiano, mas saber que seu projeto vai ter consequências diretas nestes grupos, representa algo que poderíamos chamar de desvio de olhar (virar ao rosto). Deixar de reagir ao Outro,

recusar compreendê-lo, ser insensível, evitar o olhar ético e o reconhecimento da alteridade é o que nomeamos aqui de cegueira.

Um projetista motivado pelo amor ao seu projeto, às causas que ele acha que está defendendo, ao desenvolvê-lo ou mesmo pelo senso de dever, pode destruir “inflexivelmente a vida de um homem ou de uma mulher comum apenas porque talvez não houvesse outro jeito, ou por estar no lugar errado no momento errado.” Bauman e Donskis (2013, p.17). De tal modo, o projetista deixa de reconhecer a alteridade e desvia seu olhar por lealdade e dedicação às causas que acredita que seu projeto defende (preservação ambiental; transporte ‘ecologicamente correto’; beleza paisagística; parquização etc.); por lealdade às suas paixões. Ou seja, se seu projeto e suas causas estão sendo alcançadas, a possível destruição da vida de um estranho, não afeta seus questionamentos de se é uma pessoa moral, nem mesmo se é um projeto moral.

Como alerta Bauman e Donskis (2013), a verdade mais desagradável de hoje é que o mal é invisível. Invisível, pois os sujeitos perdem a capacidade de ver. Perdem a capacidade de se posicionar na realidade. O projetista não se questiona se o contratante – a PCR – está apenas se utilizando de suas vozes e de seus argumentos para legitimar um projeto de intenções duvidosas. O projetista, ainda que acredite está apenas defendendo suas causas e paixões, está sujeitado à lógica e às intenções do contratante.

A sujeição significa que o sujeito sujeitado sempre julga que trabalha para seus próprios fins, desconhecendo que, na realidade, trabalha para os fins daquele que o sujeita. Assim, efetivamente, o carneiro-chefe do rebanho julga que continua a comandar seu rebanho, quando, na realidade, obedece ao pastor, e finalmente, à *lógica do matadouro*. (MORIN, 2001, p. 109)

Por outro lado, exatamente onde reside um paradoxo, ao mesmo tempo que é invisível é fruto de uma escolha. Ao passo que se assume o PPC, o sujeito projetista recusa propositalmente em reconhecer e admitir os sujeitos das culturas não hegemônicas; opta por um esquecimento e uma esquiva à alteridade. Trata-se de uma alienação voluntariamente escolhida, pois se descarta o outro vivo e real por um projeto de parque virtual. Se não uma alienação voluntária, uma autoilusão.

Assim, pode-se dizer que ‘Felizes eram os tempos em que havia formas evidentes de mal’ (BAUMAN & DONSKIS, 2013, p.18) atuando no Recife, pois os movimentos de resistência intelectual e territorial eram mais efetivos, na medida em que as reconheciam mais facilmente e as combatiam; reivindicava-se e lutava-se pelo reconhecimento (HONNETH, 2011).

Os projetistas sabem que seu projeto tem riscos à diversidade cultural presente nas CIS? Sim, mas deliberam por não encará-la de frente. Não encaram o rosto das comunidades pobres que representam boa parte da área de atuação do PPC. Uma cegueira moral sem precedentes, uma ‘insensibilidade’ assumida em relação aos ‘problemas’ existentes (as CIS) para a reconstituição da virtual ‘Veneza Americana’ presente do imaginário das elites.

Tomemos a ‘insensibilidade’ como uma metáfora, como propusera Bauman e Donskis (2013, p.20-21):

[...] sua localização básica é na esfera dos fenômenos anatômicos e fisiológicos dos quais é extraída – seu significado fundamental é a disfunção de alguns órgãos dos sentidos, seja ela ótica, auditiva, olfativa ou tátil, resultando na incapacidade de perceber estímulos que em condições “normais” evocariam imagens, sons ou outras impressões. [...] essa insensibilidade orgânica, corpórea, é [...] artificialmente induzida ou autoadministrada com a ajuda de analgésicos, e saudada como medida temporária durante uma cirurgia ou um ataque, transitório ou terminal, de uma ordem orgânica dolorosa [...].

Neste sentido, as paixões dos projetistas servem de analgésico para a constituição do PPC. Por outro lado, a dor é uma arma crucial em defesa às ameaças mortais. Portanto, ser sensível, buscar uma transferência de sentido ético para com o Outro, buscar entender suas dores, será fundamental para que o PPC não tenha o efeito dismantelador nos territórios vividos presentes nas margens do Capibaribe. Porém, infelizmente quando transferimos a noção de ‘insensibilidade’ orgânica para o universo das relações inter-humanas, como adverte Bauman e Donskis (2013), a dor enquanto alerta de defesa, advertência e fiscalização, tende a ser esquecida.

Podemos considerar como intenção universal de um projeto, o processo de transformação de um estado inicial em um estado melhor. Essa transformação, como afirma Lassance (2003), consiste em um ato intelectual que introduz o projetista em relações imaginárias influenciando sua interpretação das situações de projeto.

A organização intencional que o projetista opera sobre seu imaginário e que é decorrente deste momento de interpretação do contexto é parcialmente determinada por suas orientações ideológicas e doutrinárias assim como pelos métodos gerados por sua prática (experiência pessoal) (LASSANCE, 2003, p.3).

Acredita-se que no momento de interpretação do contexto do PPC, os projetistas vestiram um filtro que torna ‘invisível’ a diversidade. Suas paixões os tornam míopes para os riscos existentes se da concretização do PPC sem uma estrutura legislativa de defesa dos territórios. Os riscos parecem cair na zona da retina do projetista de onde sai o nervo óptico, que, portanto, não tem sensibilidade à luz – o chamado ponto cego. Deste modo, muitos não percebem que de fato há uma descontinuidade que deveria aparecer, uma alteridade tornada invisível que deveria ser considerada no ato de projetar o Parque. O pior dos fatos é que muitos não enxergam que não enxergam. Por conseguinte, a transformação do estado inicial em um estado melhor não será alcançada – melhor dito, será alcançada apenas para os grupos hegemônicos.

Destarte, no sentido de evitar que caiamos numa espécie de humanismo reduzido que não extrapole a dimensão das letras e dos bons intentos inerentes à realidade rígida e complexa das relações humano-humano e humano-não humano, esta crítica chama a atenção, especialmente, para a necessidade de uma superação do Eu mesmo (nossas paixões) em direção ao Outro. O que só se alcançará na medida em que o sujeito projetista for, efetivamente, re-educado no sentido de comover-se com e pelo Outro. Reconhecer a alteridade existente na área prevista para intervenção do projeto. Neste sentido, reiteramos que emerge a necessidade de que o sujeito projetista tenha a ética como filosofia primeira, sobre a qual poderá erguer-se uma nova filosofia como filosofia do Outro, como alertara Lévinas (2000).

Neste sentido, tem-se como imperativo a superação do Eu mesmo; o Outro, enquanto imperativo, poderia, então, restabelecer a plenitude do sujeito, como propusera Bakhtin (2010).

Em sendo assim, reivindicam-se sujeitos projetistas que estejam na intercessão entre os contornos da sensibilidade e da razão; uma nova ética e uma estética que associem, em seu conjunto, as potencialidades humanas, na direção do resgate da unicidade do humano. Unicidade aqui aberta à medida do infinito. Unicidade, porém, não como apresentada na unidade (totalidade) da ontologia heideggeriana, que ao identificar pensamento e ser, tornou o pensar incapaz de abrir-se para a alteridade. Mas, como lócus originário da busca da inteligibilidade e do sentido. Aqui, o humano torna-se lócus de uma relação intersubjetiva edificada no diálogo aberto e no respeito incondicional à diferença do Outro, como alerta Souza (2009).

Com isso, decerto, o projetista interpelado pela alteridade, procurará, permanentemente, pressionar de maneira mais efetiva os gestores públicos locais, no sentido de fazê-los enxergar, pela escuta das alteridades envolvidas, a complexidade do ato projetista inerente dos respectivos territórios. Sem tal consideração, não se conseguirá um projeto de parque inclusivo.

5.3. Reaproximação para todos?

A legitimação de uma Política Pública pode acontecer de diversas maneiras. A argumentação se apresenta como uma alternativa ao uso da violência física. Renunciar da força na legitimação de um projeto político representa um passo em direção a uma situação de mais humanidade, de um veículo social não imposto. Porém, não sejamos ingênuos de imaginar que uma legitimação fruto de uma retórica suasória baseada na trama argumentativa estará isenta de violência. Os projetos que se legitimam através da retórica nem sempre são moralmente responsáveis. Por um lado, legitimam, no contexto urbano, o desenvolvimento desigual, processos como higienismo, gentrificação e retórica ecológica, e por outro, os oculta e mascara.

Neste sentido, a resposta para a pergunta desse tópico é: não. Basta nos atermos ao que já foi apresentado nos tópicos anteriores e, por exemplo, ao perfil socioeconômico dos que frequentam as ações publicitárias do PPC e o trecho onde o Parque já foi consolidado (Jardim do Baobá). Assim, entenderemos qual grupo social está saindo na frente na corrida por sua apropriação. Vejamos o esclarecedor quadro abaixo:

Quadro 2 – Dados socioeconômicos dos frequentadores das ações publicitárias e da área já consolidada do Parque Capibaribe comparados com a cidade do Recife e Brasil

	Ações publicitárias	Área consolidada	Recife	Brasil
Utilizam do Serviço Privado de Saúde %	92,8	91,67-	45,6	23,4
Utilizam Transporte Público %	14,28	8,33	64,98	*
Média de pessoas por domicílio	2,28	2,5	3	3,34
Pós-graduados ³⁶ %	71,4	50	*	*
Renda domiciliar <i>per capita</i>	50% de 5 a 10 salários mínimos ³⁷	58,3% de 5 a 10 salários mínimos	1.109 r\$	1.052 r\$

Fonte: IGBE, 2010; ANS, 2015; IPA, 2011

*Dados não encontrados

Portanto, quem vem se apropriando do Parque é um grupo social com indicadores socioeconômicos muito abastados. Tal fato nos inclina a afirmar que o PPC não vem alcançando as CIS do Recife. O pobre, como sempre na história desta cidade, vem sendo precariamente incluído nas políticas públicas. Um projeto com lindas ideias e um lindo sistema argumentativo, porém ao alcançar os territórios dos pobres, perde toda sua criatividade e inovação; repetem-se e sustentam-se os mesmos objetivos – agora ‘verdeados’ – já encontrados no PR, PC e no PNR.

³⁶ Consideram-se pós-graduados: especialistas, mestres e doutores.

³⁷ O salário mínimo no momento da aplicação do questionário valia 937,00 reais.

Assim sendo, no que toca aos pobres, este projeto, em especial, peca em dois sentidos: primeiro, os veículos utilizados – intencionalmente – não têm convocado efetivamente sua participação nas ações de divulgação do Projeto nem convocado que se apropriem do Jardim do Baobá; em segundo lugar, o pobre não é informado que o PPC presume intervenções diretas em seus territórios, não é alertado dos possíveis riscos de gentrificação e como o Projeto pretende defender. O pobre, como é recorrente nesta cidade, será informado das ‘lindas ideias’ do Projeto apenas quando já esteja aprovada a verba e o projeto de intervenção? Talvez sim.

Segundo projetista do Parque,

As pessoas me perguntam se o Projeto é só para ricos, porque só temos desenho para a margem esquerda, mas não é isso... é por uma extrema consideração pela população da margem direita. Ela não será excluída, pois a partir do momento em que construiremos pontes, ligando-a à margem esquerda, ela terá acesso ao Parque. Mas a preocupação é a seguinte: não fazer um projeto que envolva a população, sem você ter assegurado que vai ter recurso para fazer. A gente está cansado de ver nesta cidade, projetos que chegam nas comunidades, promete, promete e promete, mas não cumpre nada. Você frustra as pessoas. Então a gente se recusou a fazer isso. (EEPPC-4)

Não se apresenta o Projeto do Parque aos pobres para não frustrá-los. Fato que pode explicar a apropriação quase que plena do parque e de suas ações por um grupo social de um perfil socioeconômico tão abastado, como demonstrado anteriormente. Aliado a este fato, a não disponibilidade de recurso para os pobres também é bastante reveladora de sua opção política excludente.

Porém, além da temática da apropriação do Parque Capibaribe, que por enquanto, como vimos, é bastante fragmentária e o pobre é precariamente incluído, sob o contexto de reaproximação da natureza no Recife, os terrenos urbanos próximos às águas do Capibaribe se valorizaram novamente. Uma revalorização em função dos interesses imobiliários e financeiros, como alertara Castilho (2014), no âmbito do processo global de valorização capitalista do espaço, o qual despertou outra vez o interesse dos grupos hegemônicos no sentido de reocupá-los. Desde então, promove-se, concretamente, a violação de territórios vividos removendo suas

populações e, conseqüentemente, acelerando processos de gentrificação e substituição da população nos terrenos antes ocupados e em seu entorno.

Como exemplo e para refletir se a reaproximação da natureza se dá democraticamente no Recife, traz-se o processo de conquista e reocupação dos grupos hegemônicos na área da borda líquida do Capibaribe agenciado pelo Projeto Beira Rio. Este Projeto foi implantado pelo Programa Habitar Brasil/BID e removeu famílias residentes da CIS José de Holanda (109 moradias) situada às margens do rio para reassentá-las no Conjunto Habitacional da Torre, composto por dez blocos com 32 apartamentos de 32m² cada, localizado no Bairro Torre, próximo à área da remoção, porém não mais na borda d'água.

Segundo Souza (2008, p.52), a mesma problemática que aconteceu no Projeto Recife, repete-se neste caso:

A maioria das famílias removidas (93%) afirma que a nova moradia representou aumento de custos – água, luz, condomínio – e 77,7% afirmam que não podem arcar com esses custos. Antes a água e a luz eram clandestinas, agora eles têm de pagar por elas e aprender a conviver e pagar os custos de manutenção dos espaços comuns – escadarias, halls, áreas entre os blocos. Cerca de 30% dos chefes de família pensam em vender o apartamento e 1/3 destes referem-se à sua incapacidade de pagar as contas.

As famílias são retiradas e são lançadas em uma tipologia construtiva estranha às suas práticas cotidianas; uma tipologia sólida e não mais aquosa. Desconsidera-se, intencionalmente, a possibilidade da comunidade ficar exatamente onde esteve por toda sua história territorial anfíbia. Por que se faz isso? Faz-se para garantir o retorno dos grupos hegemônicos. Isso, pois o que se vê na cidade do Recife são comunidades sendo retiradas das margens do Capibaribe para que tais grupos se reaproximem da natureza. Processos de remoção que ora são legitimados através dos argumentos dos riscos (inundação e enchentes) e ora dos argumentos higienistas e da retórica ecológica. A fim de arquitetar justificativas para as remoções, confunde-se, estrategicamente, 'área pobre' com 'área de risco'. Como alerta Bitoun (2003, p.300),

A manutenção no léxico de palavras como [...] “alagados” para designar os espaços urbanos do habitat das famílias pobres é reveladora de um consenso, mantido pela sociedade local, para

segregar a problemática da relação entre a urbanização e a natureza do modelo de desenvolvimento urbano, delimitando “espaços problemas” e “áreas de riscos” decorrentes de um abstrato crescimento desordenado.

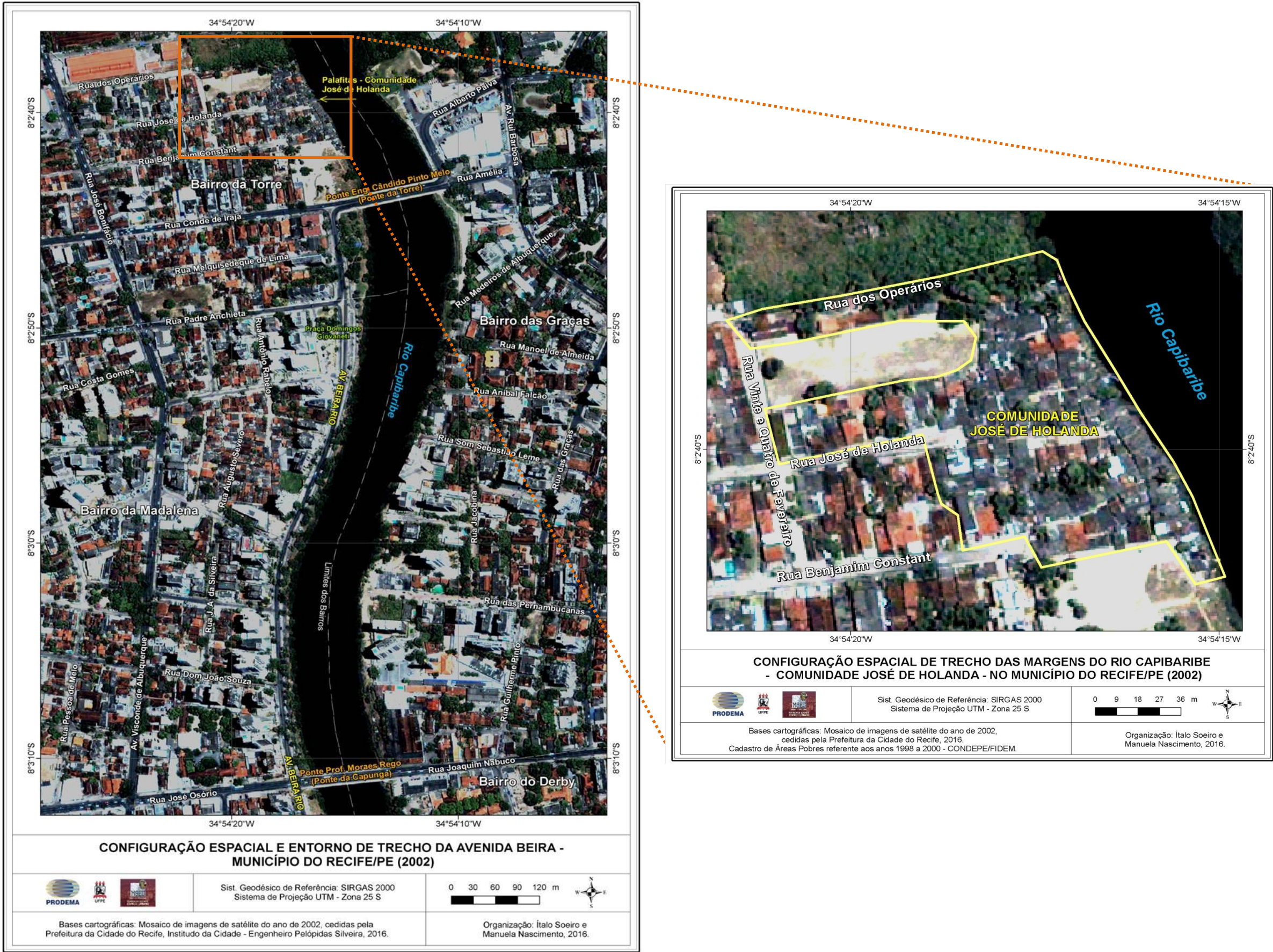
Generaliza-se bastante o risco, confundido com a maior parte das áreas de habitações pobres em morros e alagados que precisam ser transformadas ou reabilitadas. Essa imprecisão revela o quanto é difícil se livrar de uma visão da pobreza como uma “doença do corpo social” (Lautier, 1998) e aceitar que ela é um traço estrutural da sociedade; um traço muito característico da paisagem recifense. Nem toda ‘área pobre’ à margem do Capibaribe é, de fato, uma área de risco. Não deveriam ser confundidas uma ou mais moradias em situação de risco com as moradias comuns da população pobre. Porém, esse argumento alia-se aos do higienismo e da retórica ecológica para legitimar processos como o ocorrido na CIS José de Holanda.

Em tal caso, a retirada das famílias e mudança para o habitacional aconteceu em abril de 2004. Mas vale destacar que a ocupação é datada dos anos 1950, segundo Souza (2008). Portanto, 54 anos de tecelagem de um tecido territorial afetivo e de práticas cotidianas estreitamente relacionadas com a borda líquida do Capibaribe foram rasgadas juntamente com a remoção física. Foram rasgadas, porém, não para retirá-los de uma área de risco, de ‘vulnerabilidade ambiental’, ou por suas condições de salubridade, mas para viabilizar a construção dos empreendimentos imobiliários hoje ali presentes, como pode ser observado nas Figuras 40 e 41.

Em essência, como alertará Barros (2014),

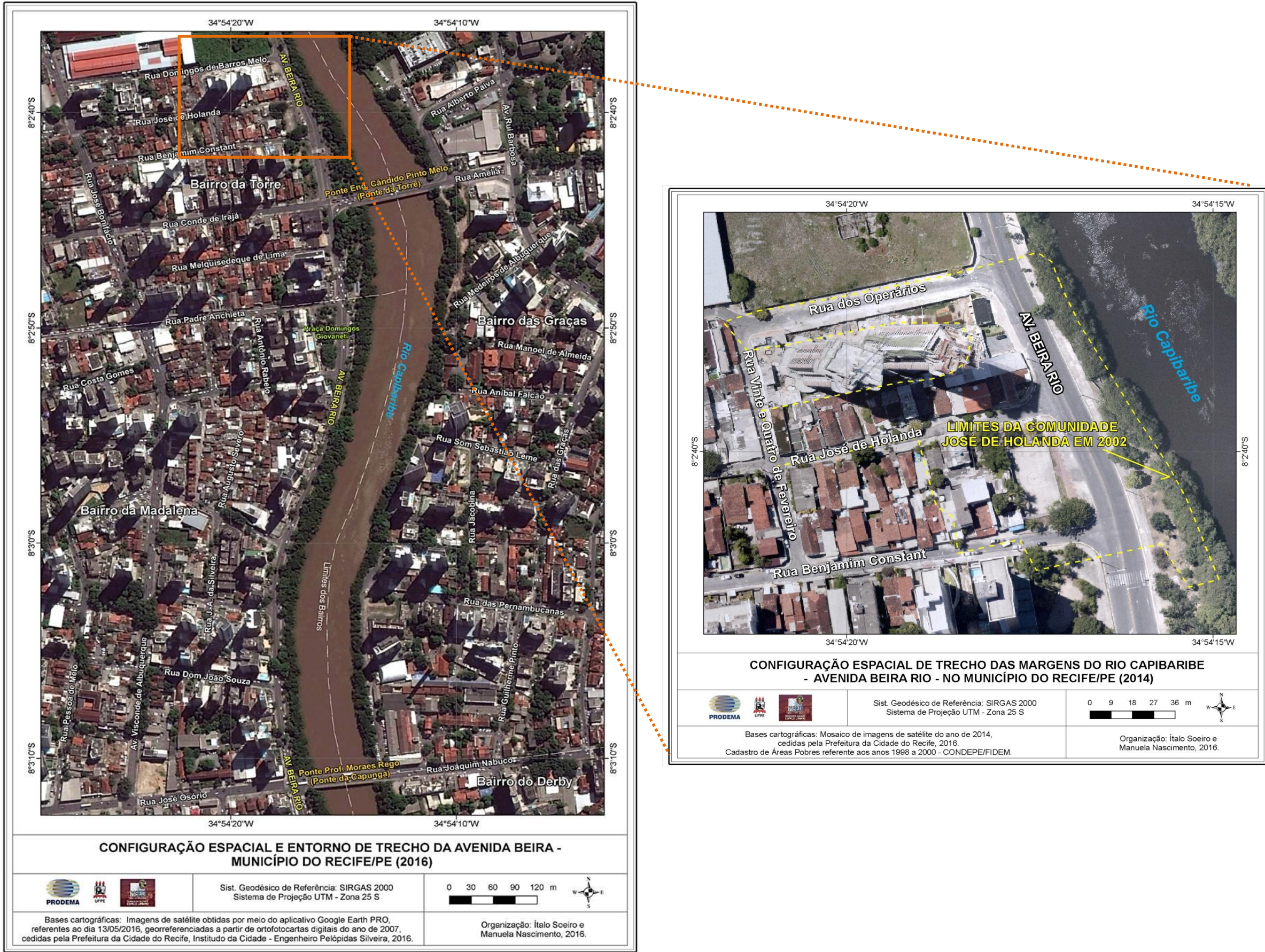
observa-se uma maneira de ocupar o espaço priorizando uma camada da população que “merece” ter a natureza, a beleza, a acessibilidade, “limpando” espaços derrelitos e habitados por uma população mestiça e pobre, refletindo uma mente colonial, que se apoia em aspectos identitários e culturais para reforçar uma transformação seletiva da cidade..

Figura 42 – Configuração espacial e entorno de trecho da avenida Beira Rio (2002)



Fonte: Organizado pelo autor e Manuela Nascimento (2016).

Figura 41 – Configuração espacial e entorno de trecho da avenida Beira Rio (2016/2014)



Tendo em vista as desigualdades de condições de acesso à habitação entre distintos segmentos sociais e a histórica concentração de terras e de recursos, compreendem-se mais lucidamente a autoconstrução anfíbia como tática da população recifense de baixa renda para garantir acesso à moradia. Habitações autoconstruídas fruto da adaptação cotidiana do pobre às condições áqueas do espaço. Portanto, a edificação destes mocambos geralmente ocorria nas áreas de terras menos valorizadas e desprezadas pelos grupos hegemônicos do Recife. Hoje, porém, os agentes da produção do espaço promovem essas mesmas áreas enquanto objeto sensual de desejo; como a natureza com a qual se deve reaproximar.

O que nos assusta, é que se focarmos na dinamização imobiliária promovida no local e entorno após a retirada da CIS, esse processo aparenta ser estrategicamente agenciado e planejado conjuntamente pelo Estado e promotores imobiliários locais. Sacrifica-se simbólica e afetivamente todo um grupo social para promoção de valores econômicos; sacrifica-se o substrato material da memória coletiva da CIS José de Holanda (e tantas outras); e, por fim, sacrifica-se uma relação anfíbia que, em alguns casos, é vital, pois a água viva do Capibaribe segue matando a fome do pobre.

Para finalizar, se entendermos que existem grupos que nunca se distanciaram da natureza do Capibaribe, perceberemos que essa reaproximação cai por terra e só faz sentido para os grupos que viraram as costas para o rio; faz sentido falar em reaproximação, portanto, apenas para os grupos hegemônicos da cidade. O pobre não precisa se reaproximar desse rio, pois sempre esteve próximo. O que o pobre precisa é a garantia de permanência. Permanência que hoje está posta em xeque graças aos movimentos de reaproximação da natureza. Uma reaproximação forjada falaciosamente e para poucos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a retórica que nos embala e abala



6. Considerações finais: a retórica que nos embala e abala

Este tópico encerra esse estudo, porém, deixa em aberto muitas coisas. Encerra-o com mais questões do que no início. Porém, essa inerente incompletude nos movimentará para continuá-lo. Melhor dito, esse estudo está se fechando apenas institucionalmente para a obtenção da titulação de mestre. Na verdade, continuaremos indagando a realidade nebulosa produzida pelas retóricas que nela se espraíam. Esperamos, assim, que estas questões nos sirvam para construção e consolidação da retórica ecológica enquanto uma categoria de análise, não apenas como a apresentamos aqui (mais teórica e filosoficamente), mas pragmaticamente com procedimentos analíticos que viabilizem os estudos da argumentação ecológica juntamente aos da produção do espaço.

Ao propor as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa, pretendemos estimular a busca pelo desmascaramento da utilização oportunista do *ethos* ecologista na produção do espaço urbano; estimular a construção de categorias de análise que possibilitem que não nos percamos na realidade turva criada pelas retóricas ecológicas; elaborar recursos intelectuais que permitam que nos esquivemos do embalar persuasivo que tais sistemas argumentativos produzem. Faz-se necessário, para tanto, formular estratégias intelectuais e sociais de reconhecimento das tramas argumentativas, das polifonias e da autoridade do *ethos* ecologista.

Nosso estudo, neste sentido, ao dar início à construção³⁸ da categoria de análise retórica ecológica, apresenta-se como um subsídio ao trabalho das ciências que estudam o atual processo de produção do espaço das cidades sob o contexto de reaproximação da natureza. Antropologia, Urbanismo, História, Sociologia e, em especial, Geografia, são algumas das ciências, que, através da retórica ecológica, podem apresentar novas possibilidades de (re)trabalhar o entendimento da produção do espaço numa concepção interdisciplinar. Por isto, acreditamos que deve se ponderar o estudo do argumento como um possível fator impulsor de um debate renovado da produção do espaço, pois aprimorar o entendimento do *ethos* polifônico do ecologismo é possibilitar o entendimento de como os recursos

³⁸ Alerta-se, porém, que por se tratar de um estudo em nível de dissertação, não foi factível – por falta de tempo – viabilizar uma abordagem pragmática da categoria (proposição de procedimentos).

linguísticos vêm sendo apropriados pelos agentes produtores do espaço e como estratégia de esquivas das resistências intelectuais e territoriais.

Os argumentos, as vozes e os *ethos* vão mudando na história da cidade. No caso estudado nesta dissertação, mudam apenas para garantir a continuidade dos processos de erradicação da autoconstrução anfíbia do Recife; erradicação da ‘mucambópolis’; erradicação dos traços de paisagem onde o limite entre o sólido e o aquoso segue sendo não delineado; erradicação da maneira de ser anfíbia para viabilização de uma cidade sólida onde o aquoso só aparece emoldurado nas janelas dos esguios prédios e nos *selfies* dos seletos que caminham(rão) e correm(rão) nas margens serenas do Capibaribe. O que foi (e em alguns casos segue sendo) um movimento propiciado pelos argumentos higienistas, hoje se converteu ao ecologismo e atua na cidade através da retórica ecológica, verdejou-se. Entretanto, independente de *ethos* ou de sistema argumentativo, segue-se a mesma lógica: “Há quem não queira nem olhar para um mucambo quando o mucambo tem lições preciosas a ensinar aos arquitetos, aos higienistas, aos artistas.” (FREYRE, 1955) e, hoje, aos oportunistas utilizadores da retórica ecológica.

O mocambo, enquanto símbolo da autoconstrução e das estratégias e táticas criativas desenvolvidas pelo pobre para enfrentar/sobreviver à precária inclusão na cidade, tem muito a ensinar quando olhado de perto e sem o filtro vaidoso da academia. Freyre (1968), por exemplo, já relatava vários pontos positivos dessa tipologia construtiva:

Os mucambos do Recife deixam-se beneficiar pelo sol e se ventitam livremente através das paredes e cobertas de palha. Muitos desses mucambos estão, não à beira d’água parada e da lama, mas d’água viva [...] trepados em verdadeiras pernas de pau.” (FREYRE, 1978, p. 23-24).

Esta visão positiva dos mocambos de Gilberto Freyre, segundo Lira (2012, p.336) devia-se não só ao seu valor regional, mas “pela forma como se harmonizavam com o clima, com as águas, as cores e a natureza local.”. Nas palavras de Freyre (1968, p.24):

Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana harmonizada com a natureza. Valor pelo que representa de

adaptação higiênica; a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, da natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres.” (FREYRE, 1968, p. 24).

Valores que não estão sendo considerados no atual projeto de intervenção das margens do Capibaribe. Na ‘Veneza Americana’ que o PPC vem ‘reconstruindo’ para propiciar a reaproximação da natureza, esses valores e os grupos sociais que os consolidaram historicamente na paisagem-real da cidade, não estarão presentes. Estamos sim diante de uma reaproximação da natureza, porém forjada falaciosamente, na medida em que é pensada e projetada para poucos. Uma reaproximação da natureza que está baseada no distanciamento (simbólico e físico) de grupos que, na história recifense, nunca se distanciaram dessas águas – a não ser nas muitas vezes que foram forçados a fazê-lo. Em assim sendo, uma reaproximação que embala e abala num mesmo golpe.

Neste sentido, pode-se inferir que graças aos movimentos de significado (supramecânicos), geram-se movimentos mecânicos, ou seja, promove-se a reaproximação dos grupos hegemônicos e, por outro lado, o distanciamento paulatino do pobre destes elementos representativos da natureza – a forma urbana e a paisagem são categorias analíticas que demonstram isso, além das memórias compartilhadas daqueles que foram impedidos ou dificultados material e/ou simbolicamente de ‘estar perto’. Promovida por e para as elites locais, vivenciamos uma re-conquista, numa lógica colonial, dos espaços de borda d’água do Recife. Elucida-se, portanto, que o espaço e o ambiente não são uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades (ARRAIS, 2004).

Chegou-se, então, a um momento em que se produz uma narrativa de reaproximação da sociedade humana com a Natureza, porém, o cerne desta retórica não se trata de uma reaproximação no sentido da harmonia ecológica, ou mesmo de uma ética responsável do humano para com o não-humano, mas aparenta ser, sobretudo, mercadológico, no qual o “belo” da vez está representado nos objetos e

ideias figurativas desta noção socialmente forjada de natureza: o verde, o rio, o parque, o jardim etc. De maneira sintética, pode-se dizer que a natureza tem sido concebida nas cidades, como parques, reservas, áreas aprisionadas, privatizadas, ou seja, como uma natureza contemplativa e para poucos, como vimos. Ainda no contexto das cidades, pode-se falar em uma natureza retrabalhada, simulada, metonímica, produzida e vendida segundo a lógica do modo de produção capitalista, como mercadoria, fetichizada.

O entendimento do uso da retórica ecológica na injusta produção do espaço urbano de uma cidade latino-americana, nos fez, também, perceber que é um fenômeno que extrapola a escala local e manifesta-se na escala global. Encontra-se em inúmeras cidades latino-americanas com muitas continuidades, o que corrobora com nossa hipótese, ou seja, a de que estamos diante de um fenômeno global tramado à produção de valores do capitalismo neoliberal.

Apesar das particularidades que o processo assume ao alcançar o lugar, a utilização da retórica ecológica como criadora de utopias se apresentou como um traço comum, um álibi verde que encobre as problemáticas ecológicas e sociais envolvidas. Assim, distintas definições sobre os efeitos dos projetos urbanos nas cidades latino-americanas estão cada vez mais enfatizando o ‘sustentável’, a ‘natureza’, os ‘espaços verdes’ e o ‘ecológico’ em detrimento do destaque ao ‘desenvolvimento’, ao “progresso econômico” e ao “moderno”. Isso indica um tipo de interesse de construção valorativa, onde a utilização de certas definições e justificativas recheia de argumentos persuasivos os projetos (nem sempre democráticos). Portanto, a utilização do ‘álibi verde’, por muito, encobre gestões territoriais que são gentrificadoras, promotoras de fragmentação socioespacial e de vulnerabilidades ambientais. O que é mais preocupante, é que também é comum o fato do auxílio do Estado aos empreendimentos por meio de ajustes espaciais e legislativos, como alertara Harvey (2005). De tal forma, a problemática se torna muito perigosa e alienadora.

Os estudos que denunciam esses problemas já existem, porém não só é preciso ampliar as análises a respeito desses efeitos desmanteladores dos territórios vividos, como também fazer com que tais trabalhos sejam levados em conta nas estratégias de gestão territorial. No entanto, até o presente momento, parece que os

investigadores dessa temática, estamos disputando com um discurso persuasivo e amortecedor dos movimentos de resistência intelectual e territorial. Quem vai criticar o discurso ecológico? Ou seja, é mais fácil produzir uma pesquisa que alimente de argumentos tal discurso, que trabalhos que combatam essa utilização oportunista do *ethos* persuasivo do ecologismo.

Retomo, por fim, que munir-se da categoria retórica ecológica no estudo da produção do espaço, não significará que tenhamos como produto trabalhos anti-ecologistas, mas contra as práticas oportunistas que se afoam dos argumentos – racionais e emocionais – do movimento. Serão apenas estudos atentos e preocupados com seus produtos e resultados, uma vez que o conhecimento não é neutro e serve a ideologias – é inerentemente político.

Realizar, além da pesquisa empírica, uma revisão da literatura, permitiu-nos identificar, além do estado da arte do tema, quais revistas estão possibilitando a visibilidade da temática em questão. Neste sentido, fazemos uso deste documento para ressaltar a *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, pelo papel fundamental em abrir as portas para estudos que alguns autores nomeiam de anti-ecologistas.

Mesmo diante de todas as evidências encontradas em nossa pesquisa, ainda é cedo demais para fazer afirmações inequívocas sobre a atual fase de reestruturação social e espacial na cidade do Recife. O resultado ainda está em aberto. Uma nova inflexão positiva ainda não começou dentro do Estado – ainda que tenha um programa de governo todo verdejado, suas práticas vão na contramão. Não devemos nos contentar apenas com a identificação provisória das inclinações e tendências que parecem estar assumindo o controle, mas reconhecer, mais uma vez, que o projeto neoliberal de cidade pautado na reestruturação urbana não é mecânico nem garantido, e que tudo o que hoje parece sólido pode se desmanchar – ou explodir – amanhã.

Neste estudo dissertativo, portanto, dois caminhos gnoseológicos se apresentam para nós: compreensão e superação. A compreensão, ainda que de uma ínfima parte, acreditamos que tenha sido possível por meio desta investigação. A superação, porém, acreditamos ser um caminho gnosiológico mais intrincado e dificultoso, pois não se trata de uma realidade particular, mas de uma realidade

complexa e multidimensional. O que fizemos neste trabalho, no sentido da superação, não são mais que proposições filosóficas ao PPC para, assim, pleitear práticas diferentes e responsáveis pela diversidade existente nas margens do Capibaribe dentro do Recife. Proposições filosóficas que reclamam uma abertura do eu mesmo em direção ao Outro; que reclamam um rompimento de espessura ontológica do sujeito; que reclamam a crítica de nossas paixões; e, que reclamam uma racionalidade que vá na contramão da racionalidade instrumental homogeneizadora da realidade. Em conjunto, são proposições filosóficas que colocam a ética e o ato responsável como filosofia primeira.

Ao disponibilizar este documento ao corpo de projetistas do PPC, acabar-se-á com a 'objetividade' (refiro-me a falsa neutralidade) científica e esperamos interferir em nosso objeto de estudo; interferir na organização sensível dos projetistas do grupo que criticamos e estudamos por dois anos. Esperamos fazê-los questionar seu ato de projetar, seu projeto e, principalmente, suas paixões, pois estas os estão tornando míopes ou mesmos cegos para a alteridade. Por fim, espera-se possibilitar que nos defendamos dos oportunistas que se afanam das vozes do ecologismo e da ciência para legitimar um projeto de cidade onde a diversidade é invisibilizada.

7. REFERÊNCIAS



ABBA, A. P. La fascinación por los márgenes de la Buenos Aires Metropolitana. La sobre-rentabilidad de los espacios anómicos de la interfase natural-urbana. In: **Café de las Ciudades**. Buenos Aires, v.9, n. 94, 2010.

ADEODATO, J. M. Uma crítica retórica à retórica de Aristóteles. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 110, p. 35-74, 2015.

AIZCORBE, M.; FERNÁNDEZ BOUZO, S. y WERTHEIMER, M. Ambiente, actores locales y conflicto en torno a los megaproyectos de urbanización sobre la franja costera de los partidos de Avellaneda-Quilmes y Vicente López (2000-2011). In: Merlinsky, G. **Cartografías del Conflicto Ambiental en Argentina**. Editorial Ciccus, 2013.

ALBUQUERQUE, E. E.; MELO, A. S. S. A.; SOUZA, H. R. Ativo ambiental e preço de imóvel em Recife: um estudo exploratório a partir da utilização do método dos preços hedônicos. In: **Anais do VII Encontro Nacional da ECOECO**, Fortaleza, 2007.

ALENCAR, A. K. B.; MONTEIRO, C. M. G.; CAVALCANTI, R.; MACHRY, S. R.. Como conciliar planejamento e projeto urbanos em áreas de preservação permanente. O Parque Capibaribe, uma nova proposta de cidade para o Recife-PE. In: **III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo**, Belém, 2014.

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Prefácio. In: ARISTÓTELES, **Retórica**. Prefácio. Lisboa: INCM, Estudos Gerais Série Universitária-Clássicos da Filosofia, 1998.

ALIMONDA, H(Ed.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Clacso, 2002.

ALMEIDA, M. do C. S.; OLIVEIRA, E. M. T.; RENDA, V. L. B. de S.. Estratégias discursivas no discurso político: a construção do ethos no discurso de Barack Obama. **Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 8, n. 1, p. 101-131, 2014.

AMORES, J. A. B. Ethos y pathos del ecologismo: más allá de la cuestión natural. **Proyecto social: Revista de relaciones laborales**, n. 6, p. 29-52, 1998.

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Ed. de Ouro, 2000. ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanidades/FFLCH/USP, 2004.

ARISTÓTELES. **Rétorica**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

ASTELARRA, S. ¿Ecodesarrollo? El bajo delta del Paraná otra territorialidad en conflicto. **Revista ALTER-NATIVA. Revista de estudios rurales**, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, v. 1, n. 1, Argentina, 2014.

ASTELARRA, S. Disputas por la reinención del “paraíso deltáico”: de los lugares de la querencia a llegar a una isla y olvidarse de todo. El caso del conflicto “Colony

Park” en la Primer sección de Islas del Delta del Paraná. en: Merlinsky, G. (coord.). **Cartografías del Conflicto Ambiental en Argentina II**. Fundación CICCUS, Buenos Aires, 2016.

ASTELARRA, S. El Bajo Delta del Paraná en disputa por su reinención territorial y significación social de la naturaleza. **Revista de Geografia (Recife)**, v.33 n.1 pp. 6-29, Brasil, 2016.

BAILLY, A. **Les concepts de La Géographie Hamaine**. Paris, Masson, 1991.

BAKHTIN, M. **Arte e responsabilidade**, 5.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BARBOSA, A. G. **Exclusivismo socioespacial da Região Metropolitana do Recife**: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. (Tese de doutorado). Recife: O autor, 2014.

BARBOSA, A. G.; COSTA, A. A. da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 3, pp. 477-488, 2012.

BARBOSA, D. T. (2014a). **Novos Recifes, velhos negócios. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformação da bacia do Pina – Recife/PE: uma análise do projeto Novo Recife**. Dissertação de mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

BARBOSA, D.T.; MACIEL, C. A. A. Pontes imaginárias sob o céu da Manguetown: o Mangue Beat e os novos olhares sobre o Recife. **Para Onde!?**, v. 6, n. 2, p. 69-80, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, N. C. C. Quatro comentários sobre Paisagem e Região. In: SÁ, A.J.; CORRÊA, A.C..(Org.).**Regionalização e Análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE. pp. 23-32, 2006.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Editora Cultrix, 2012.

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

BAUMANN, Z. **Medo líquido**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

BERLANGA, I.; GARCÍA-GARCÍA, F.; VICTORIA, J. S.. Ethos, Pathos and Logos in Facebook. User Networking: New «Rhetor» of the 21st Century. **Comunicar**, v. 21, n. 41, p. 127, 2013.

BERMÚDEZ, N.. La noción de ethos: historia y operatividad analítica. **Revista Electrónica de Estudios Filológicos**, v. 14, 2007.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. (1984) In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, pp. 84-85, 2010.

BERTASSO, D.; LISBOA, S. A autorreferência e a construção do ethos discursivo como estratégias de credibilidade do discurso jornalístico na revista Época. **Journalism Research and Education Online**, v. 1, n. 1, 2016.

BESSE, J.M. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BEZERRA, D. U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1965.

BEZERRA, O. G.; MELO, V. M. Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. n.34, São Paulo, pp. 93-106, 2014.

BEZERRA, O. G.; VASCONCELOS, R. F. A.; CARMO, A. J. A. do. Águas da Cidade do Recife: Uma Proposta de Desenho Urbano-Paisagístico para as APP's Ribeirinhas. In: **III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo**, 2014, Pará. A Dimensão Ambiental da Cidade - APP URBANA, 2014.

BINNS, N. Epílogo. In: RIECHMANN, J., **Con los ojos abiertos: Ecopoemas, 1985-2006**, Ediciones Baile del Sol, Taguste, p. 311-326, 2007.

BITOUN, J. Dificuldades e limites da participação na elaboração do plano diretor do Recife. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 4, 1991.

BITOUN, J. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo:Contexto, 2003.

BORGES, M. L. V. A construção do ethos do orador no Pro Milone de Cícero. **CODEX–Revista de Estudos Clássicos**, v. 2, n. 1, p. 7-21, 2016.

BORSDOF. A. Barrios cerrados in Santiago de Chile, Quito y Lima: tendencias de la segregación socioespacial. en: Cabrales, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 581-610, 2002.

BORSDOF, A.; HIDALGO, R. Residencial y el modelo de la ciudad cerrada en América Latina. El caso de Santiago1. **Revista de Geografía Norte Grande**, v. 32, p. 21-37, 2004.

BRENNAN, N. M. M. ; MERKL-DAVIES, D.. Rhetoric and argument in social and environmental reporting: the Dirty Laundry case. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 4, p. 602-633, 2014.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003.

BRICALLI, I. L. **O mito da natureza nas propagandas dos condomínios e loteamentos fechados do município de Serra – ES**. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.120, 2010.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUSTOS-GALLARDO, B.; IRARRAZAVAL, F. I. Throwing Money into the Sea: Capitalism as a World-ecological System. Evidence from the Chilean Salmon Industry Crisis, 2008. **Capitalism Nature Socialism**, p. 1-20, 2016.

CABRALES, L. F.; E. CANOSA, Z. Segregación residencial y fragmentación urbana: los fraccionamientos cerrados en Guadalajara. In: **Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad**, 7, 20, pp. 223-253, 2001.

CABRALES, L.F.; E. CANOSA, Z. Nuevas formas y viejos valores: urbanizaciones cerradas de lujo en Guadalajara. In: Cabrales, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 93-117, 2002.

CÁCERES, G.; SABATINI, F. Para entender la urbanización del litoral: el balneario en la conformación del Gran Valparaíso (siglos XIX y XX). **ARQ (Santiago)**. n.55, pp. 50-52, 2003.

CALABRIA, É. M. de M. R. **A idéia de natureza na promoção imobiliária: o caso do** (Dissertação) Recife. UFPE: Recife, 2006

CANO, J. M. B. Miedo y dominio emocional en la arquitectura del Estado post-democrático. **Estudios. Revista de Pensamiento Libertario**, n. 3, p. 62-81, 2013.

CAPRON, G. Fragmentation et polarisation urbaine: le rôle des hypermarchés dans les restructurations territoriales de l'aire métropolitaine de Buenos Aires. en: **Bulletin de l'Association des Géographes Français**, 77, 1, pp. 106-116, 2000.

CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, p. 62, 1999.

CARMAN, M. **Las trampas de la naturaleza**. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CARSON, R. **Silent Spring**. Houghton Mifflin, Boston, 1962.

CASINI, Paolo. **Naturaleza**. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1977.

CASTILHO, C. J. M. de. A (In) Sustentabilidade da Vida Humana nas Cidades: Redirecionamentos Teórico-Metodológicos à Construção de Ambientes Urbanos Humanos. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.1, p. 185-206, 2012.

CASTILHO, C. J. M. de. Água e Espaço Urbano em Recife. Interesses Sociais e Geopolítica Interna. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v. 7, n. 3, pp. 597-614, 2014.

CASTILHO, C. J. M. de. Discutindo a contribuição do "pensamento miltoniano" à análise do espaço geográfico (urbano). In: Alcindo José de Sá; Paulo Sérgio Cunha Farias; Gleydson Pinheiro Abano. (Org.). **Milton Santos e o universo (uno e diverso) brasileiro**. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, v.1, pp. 31-63, 2009.

CASTILHO, C. J. M. de. LEANDRO, P. R. F. Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço urbano: "Programa Recife sem Palafitas" – seus benefícios e sua natureza social. **Acta Geográfica**, v. 6, n. 13, pp. 33-58, 2012.

CASTILHO, C. J. M. de.; SOEIRO, Í. C. M.; PONTES, B. A. N. M. Entre a Supressão e a Conservação da Natureza na Cidade: o Fortalecimento da Racionalidade Ambiental para o Resgate da Beleza da Paisagem. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 3, p. 852-867, 2016.

CASTILHO, C. J. M.; TEIXEIRA, A. F. M.. O uso da natureza no processo de construção do urbano: quem tem tido direito aos ventos marítimos em Recife-Brasil? **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 1, n. 1, p. 13-23, 2016.

CASTRO, C.; VILLAGRÁN, J. Sistema natural y demanda inmobiliaria: el borde costero de Concón-Quintay. **Revista Geográfica de Chile, Terra Australis**. n. 42, pp. 51-63, 1998.

CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Naturaleza y Cultura: ¿ dualismo o hibridación? Una exploración por los estudios sobre riesgo y paisaje desde la Geografía. **Investigaciones geográficas**, n. 70, pp. 135-153, 2009.

CATELAO, E. de M. Suicide for reasons unstated, covering letters and suicide notes for textual: discursive and rhetorical reading. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 37, n. 2, p. 171-181, 2015.

CAVALCANTI, C. Conceptions of ecological economics: its relationship with mainstream and environmental economics. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, pp.53-67, 2010.

CAVALCANTI, R. dos S.; MELO, L. C. de O.; MONTEIRO, C. M. G. Como eesgatar a relação da cidade com os ambientes naturais: Projeto Parque Capibaribe, Recife-Pe. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 3, n. 8, 2015.

CAVALCANTI, V. B. **Recife do corpo santo**. Recife: Editora de Pernambuco, 1977.

CHACON, V. **O Capibaribe e o Recife: história social e sentimental de um rio**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016

CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. A natureza e a produção do espaço urbano: o exemplo do no entorno da Mata de Santa Genebra, Campinas (SP). Recife. **Revista de Geografia (UFPE)** v. 31, n. 3, p. 211-229, 2014.

CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. The public use of nature in the new pattern of urbanization: a compared study of Campinas (BR), Buenos Aires (AR) and Santiago (CH). In: Conferencia Geográfica Regional, 2011, Santiago. **Analles de la Conferencia Geográfica Regional (UGI2011)**. Santiago: Instituto Geográfico Militar, 2011.

COLLOT, M. **Poética e filosofia da paisagem**. Organização da tradução: Ida Alves. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

COSGROVE, D. **Social Formation and Symbolic Landscape**. CroomHelm, Londres, 1984.

COSTA, J. de F. **A paisagem do rio Capibaribe como estratégia de marketing para o setor imobiliário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Departamento de Arquitetura e Urbanismo (Dissertação), 2010.

COSTA, M. C. L. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Revista Mercator**, v. 1, n. 2, 2009.

COSTA, M. C. L. Influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 63-73, 2013.

COUTINHO, E. **Presença poética do Recife: crítica e antologia poética**. J. Olympio, 1983.

COUTINHO, M. C. **As transformações do/no Projeto Recife – redirecionamento do espaço**: uma análise da relação entre planejamento e movimento popular. (dissertação) UFPE: Recife, 1989;

DE LIMA, R., J.C.; RIBEIRO, B. S. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. en: Cabrales, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 373-396, 2002.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.). **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas 1981.

DEMO, P. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.17, n.1, pp.11-36, 2008.

DIAS, A. G. **Segundos Cantos e Sextilhas de Frei Antão**. Rio de Janeiro: Ferreira Monteiro, 1848.

DRURY, J. P. M. The Rhetoric of Rogue Ethos: Chris Christie's Swing from "Boss" to "Bully". **Journal of Contemporary Rhetoric**, v. 4, n. 1/2, p. 19-38, 2014.

DUARTE, M.; MAZZOTTI, T. Análise retórica do discurso como proposta metodológica para as pesquisas em representação social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 81-108, 2016.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. **O dizer e o dito**, p. 161-218, 1987.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory: Toward an ecocentric approach**. London: UCL press, 1992.

ECO, U. **A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica**. Perspectiva, 2001.

EHRLICH, P. **The Population Bomb**. Sierra Club/Ballantine Book, New York, 1968.

ELEUTÉRIO, M.; FERREIRA, R. A lama, o ethos e uma mineradora entre as montanhas: análise retórica do "Comunicado à sociedade" do Diretor-presidente da Samarco Mineração, após um dos maiores desastres ambientais brasileiros. **Orbis Latina**, v. 6, n. 1, 2016.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ERRAZURIZ, T. Ocio, placer y (auto) movilidad en la construcción simbólica de los "alrededores de Santiago". **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 42, n. 127, 2016.

FERNANDES, C. A. A formação do ethos e da emoção em "discurso de autoajuda literário". **Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaio**, v. 2, n. 25, p. 226-244, 2015.

FERREIRA, F. A. Ele se estica, ele se curva e... ele faz rir: uma análise retórica das capas das HQs de Plastic Man. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 9, n. 13, p. 74-90, 2015.

FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, F. A. "Deixo em tuas mãos o meu povo": retórica e intertextualidade na campanha de Dilma em 2010. **Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, p. 1454-1468, 2014.

FIGUEIREDO, M. F.; RADI, A. R.. O orador humorístico: a construção do ethos na comédia. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 48-61, 2016.

FONTES, B. S. M. **Políticas de planejamento urbano e segregação espacial: o Município do Recife na década 1970-1980**. (Dissertação) UFPE: Recife, 1986.

FORMIGA, N. Nuevos productos y agentes en el mercado inmobiliario. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. vol. 9, n. 194, 2005.

FRANCO, E. A. Retórica, religião e publicidade: análise da campanha "Eu sou a Universal". **Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras**, v. 8, p. 63-79, 2015.

FREYRE, G. **Guia prático, histórica e sentimental da cidade do Recife**. José Olympio, 1968.

FREYRE, G. **Manifesto Regionalista do 1926**. Rio de Janeiro. Ministério de Educação e Cultura, 1955.

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 5 ed, 1977.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.

FUENTES, C. *et al.* Comodificación y segregación socio-ambiental en Peñalolén: Comprendiendo su estructuración territorial. **Revista Sociedad y Equidad**, n. 1, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 21a ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1986.

GALINARI, M. M. Logos, Ethos e Pathos: "três lados" da mesma moeda. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 58, n. 2, p. 257, 2014.

GALINARI, M. M.; SANTOS, J. C. O ethos e a verdade sobre o eu na retórica da frente parlamentar evangélica. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 9, n. 12, p. 199-219, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIROLA, M. F. Imaginarios urbanos en zonas verdes y zonas rojas de la Región Metropolitana de Buenos Aires. In: **Cuadernos de Antropología Social**, 2004

GOIS, D. V. et al. O processo de apropriação da natureza no espaço urbano em cidades tropicais: problematizando a distribuição de áreas verdes em Aracaju (SE). **Natural Resources**, Aquidabã, v.2, n.1, p.44-67, 2012.

GOMES, E. T. A. **Natureza e Cultura: representações na paisagem**. In: CORREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2001

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, W.B. The Phenomenological Interview and the Study of Concious Experience. **Psicologia USP**, São Paulo, v.8, n.2, p.305-336, 1997.

GONÇALVES, T. M. **Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória**: um estudo sobre as recentes transformações sobre o espaço urbano de Serra. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

GOTTARDI, A. M. **A Retórica das mídias e suas implicações ideológicas**. Arte & Ciência, 2006.

GREER, J.M. **The Long Descent**. A User's Guide to the End of the Industrial Age, Gabriola Island, 2008.

HALSALL, A. W. La interdisciplinariedad de la retórica: Ethos, Logos y Pathos de la retórica científica. **Acta Poética**, n. 22, p. 7-26, 2002.

HARMONDSWORTH, **Anthology of Japanese Literature**. 1968

HARTMAN, Hattie. Seeds of Change: Urban Transformation in Brazil. **Architectural Design**, v. 86, n. 3, p. 10-19, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAUG, W. F. **Crítica da estática da mercadoria**. São Paulo: UNESP, 1997.

HEIFFERON, B. A. Women Physicians and Professional Ethos in Nineteenth-Century America, Carolyn Skinner. **Rhetoric Review**, v. 34, n. 2, p. 219-223, 2015.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **GEOUSP**, nº 20, p. 65-77. São Paulo, 2006.

HENRIQUE, W. A Natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada. A cidade e a valorização da natureza: os empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 31, p. 117-128, 2006a.

HENRIQUE, W. Do sentimento da natureza à sua apropriação capitalista: a sociedade e a natureza nas contribuições de Élisée Reclus. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.1, n.1, pp. 20-33, 2014.

HENRIQUE, W. Florianópolis/Brasil. A felicidade não tem preço, tem endereço: condomínios, loteamentos e a apropriação da natureza. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. n.9, 14, 2005.

HENRIQUE, W. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 10, p. 63-79, 2012.

HENRIQUE, W. **O Direito à Natureza na Cidade**. Ideologias e práticas na história. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2004. (Tese de Doutorado).

HERACLEOUS, L.; KLAERING, L. A. Charismatic Leadership and Rhetorical Competence: An Analysis of Steve Jobs's Rhetoric. **Group & Organization Management**, p. 1059601114525436, 2014.

HERMANN, B. **Estimando o preço implícito de amenidades urbanas**: evidências para o município de São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HERMANN, B.; HADDAD, E. Mercado imobiliário e amenidades urbanas: a view through the window. **Estudos Econômicos**, vol. 35, n. 2, 2005.

HERRERA, A. *et al.* **Catástrofe o nueva sociedad?: modelo mundial latinoamericano**. Fundación Bariloche, Buenos Aires, 1977.

HIDALGO, R. y ARENAS F. Negocios inmobiliarios en el frente litoral del Área Metropolitana de Valparaíso (AMV): entre la (des) protección del medio natural y la conservación del patrimonio cultural de la UNESCO. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. vol. 16, n. 418, 2012.

HIDALGO, R.; ARENAS, F.; SANTANA, D. ¿Utópolis o distópolis? Producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**. v. 42, n. 126, 2016.

HIDALGO, R.; BORSODORF, A. La exclusión residencial y el desarrollo de la ciudad moderna en América Latina: de la polarización a la fragmentación. El caso de Santiago de Chile. **Geographicalia**, n. 48, p. 5-29, 2016.

HIERNAUX, D. Los imaginarios del turismo residencial: experiencias mexicanas. In: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.), **Turismo, urbanización y estilos de vida**. Las nuevas formas de movilidad residencial. pp. 109-125. Barcelona: Icaria, 2009.

HIERNAUX, D. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **EURE**, n.33, v.99, pp. 17-30, 2007.

HIERNAUX, D.; HIDALGO, R., SANTANA, D.; ARENAS, F. Produciendo urbanización en el litoral de la región de Valparaíso: imaginarios y producción inmobiliaria. In: HIERNAUX, D. (Coord.), **Turismo, sociedad y territorio: una lectura crítica**. pp. 327-346, Querétaro: Universidad de Querétaro, 2015.

HIGGINS, C.; WALKER, R. Ethos, logos, pathos: Strategies of persuasion in social/environmental reports. In: **Accounting Forum**. Elsevier, p. 194-208, 2012.

HONNETH, Axel. **Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais**. Ed. 70, 2011.

INCITI, 2014. **Parque Capibaribe (2013/_)**, Recife. Semas/UFPE/InCity. In. Monolito. Arq.Futuro: a cidade e a água. Ed. Monolito, p. 140-143.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). **XVII Censo Nacional de Población y VI de Vivienda 2002**. Santiago: INE, 2002.

IRARRÁZVAL, F. I. **Clasificación y evaluación ambiental de zonas termales en el transecto entre las comunas de Pudahuel y Las Condes y su relación con el mercado inmobiliario**. 2011.

IRARRÁZVAL, F. I. El imaginario "verde" y el verde urbano como instrumento de consumo inmobiliario: configurando las condiciones ambientales del área metropolitana de Santiago. **Revista INVI**, v. 27, n. 75, p. 73-103, 2012.

JANOSCHKA, M. El modelo de ciudad latinoamericana. Privatización y fragmentación del espacio urbano de Buenos Aires: el caso Nordelta. **Buenos Aires a la deriva**. Transformaciones urbanas recientes, Buenos Aires. pp. 96-131, 2006.

JANOSCHKA, M. Urbanizaciones privadas en Buenos Aires: ¿hacia un nuevo modelo de ciudad latinoamericana? In: CABRALES, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 287-318, 2002.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. de V. Rohden & A. Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

KONDER, L. **Hegel, a razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LAPA, T. de A.; GUERRA, C. de M. As frentes de águas do rio Capibaribe na sustentabilidade da Paisagem Urbana. In: **3º colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, 2014.

LASSANCE, G.. Ensinando a problematizar o projeto ou como lidar com a caixa preta da concepção arquitetônica In: **PROJETAR 2003 – 1º Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura**, Natal. Anais. Natal, 2003.

LATOUCHE, S. **La Apuesta por el decrecimiento: ¿ cómo salir del imaginario dominante?**. Icaria Editorial, 2008.

LAYRARGUES, P. P. O anti-ecologismo e a dinâmica políticoambiental brasileira: desafios educação ambiental. **VI Encontro Nacional da ANPPAS**, Anais Eletrônicos, 2012.

LEACH, E. R. - **Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo.** In: - Repensando a antropologia. São Paulo, Perspectiva, pp. 191-209,

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** n. 7, pp. 13-40, 2003.

LEMO, R. S.; ALCON, A. G. Do inferno ao paraíso: reflexões sobre natureza, produção do espaço e planejamento territorial municipal a partir do estudo de caso do empreendimento Liderville, no município de Sabará-MG. In: **Seminário Internacional Urbicentros.** Salvador, 2012.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza.** Lisboa: Edições 70, 1969.

LESSA, S. Lukács e a Ontologia: uma introdução. **Revista Outubro (São Paulo),** São Paulo, v. 5, n.1, pp. 83-100, 2001.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito.** Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA, L. L.. **Crônica de letras pernambucanas.** Imprensa Universitária, 1965.

LINO, G. L. *et al.* **Máfia Verde 2: ambientalismo, novo colonialismo.** Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2005.

LIRA, J. T. C. de. O oriente é aqui: a cidade mestiça de Gilberto Freyre. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo,** v. 4, n. 2, p. 328-340, 2012.

LUCHIARI, M. T. D. P. **A (re)significação da paisagem no período contemporâneo.** In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ. pp. 9-28. 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. A Mercantilização das Paisagens Naturais. In: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). **Enfoques Contemporâneos do Lúdico.** Campinas: Autores Associados - FEF/Unicamp, 2002.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade.** 2ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MACHRY, S.; MONTEIRO, C. ANDABILIDADE URBANA: Metodologia de avaliação e de gestão da qualidade urbana. **3º Colóquio Ibero-Americano da Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto,** 2014.

- MACIEL, C. A. A Geografia política da paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, C. A.; GONÇALVES, C. U.; PEREIRA, M. C. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. 1ed. Recife: Editora da UFPE, v. 1, pp. 26-41, 2012.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, p. 11-29, 2008.
- MAINGUENEAU, D.. Problèmes d'ethos. **Pratiques: théorie, pratique, pédagogie**, n. 113, p. 55-67, 2002.
- MARCONDES, M. J. de A. **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. Edusp, São Paulo, 1999.
- MARENCO, S.; FORMIGA, N. De intermediarios a promotores: el caso de los agentes inmobiliarios en Bahía Blanca. In: **IX Jornadas Cuyanas de Geografía**. Mendoza, 2002.
- MATURANA, R. H. **Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MEADOWS, D. *et al.* **The limits to growth**. Universe Books, New York, 1972.
- MEDEIROS, A. **Saúde e assistência**: doutrinas, experiência e realizações. 1923-1926. Recife: SD, 1926.
- MELO FILHO, G. J. Margens do Rio Capibaribe ganharão corredor verde para pedestres e ciclistas (14-10-2013). **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=ZkiVppmlzNA>. **Acessado em: 05/08/16.**
- MELO, V. M. As Paisagens do rio Capibaribe no Século XIX e suas Representações. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, n.23, São Paulo, pp. 253-263, 2007.
- MELO, V. M. Gestão das paisagens de rios urbanos: o rio Capibaribe na cidade do Recife/PE/Brasil. In: **Simposio “El acceso al agua en América: historia, actualidad y perspectivas” 53 Congreso Internacional de Americanistas**. México, 2009.
- MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ. pp. 29-48, 2001.
- MELO, V. M. Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, n.34, pp. 93-106, 2014.
- MENEZES, P.; RIBEIRO, A. R. S. C. . Uma compreensão sistêmica da paisagem do Recife: ordenamento da paisagem através dos corpos d'água. In: 3o Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto - Desafios e perspectivas, 2014, Belo Horizonte. **3o Colóquio de Paisagem cultural, patrimônio e projeto - Desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: FAPEMG, 2014.
- MERLINSKY, M. G. Conflictos ambientales y territorio [CLASE], In: **Ecología política en el capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires, Centro Cultural de la

Cooperación Floreal Gorini - Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, 2009.

MERLISNKY, M. G. Sociedad Civil y Desarrollo Local. In: **International Society for Third-Sector Research**. Michoacán, Editorial Porrúa, 2007.

MEYER, K. y J. BÄHR. Condominios in Greater Santiago de Chile and their Impact on the Urban Structure. **Die Erde**, v.132, n.3, pp. 293-321, 2001.

MIGNAQUI, I. De falansterios, garden cities y ciudades privadas. en: SCA. **Revista de Arquitectura**, v.194, pp. 36-43, 1999.

MINAYO, M.C.S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLES, A. et al. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MONTEIRO, A. R. C.; PONTES, M. S.; MOURA, J. E. Formando Arquitetos: Relato de Experiências de um novo método de lecionar a disciplina de Trabalho de Graduação. **PROJETAR**, pp. 1-12, 2015.

MONTEIRO, Circe; CARVALHO, Luiz. Recife: The Popular Struggle for a Better City. **Architectural Design**, v. 86, n. 3, p. 96-105, 2016.

MORIN, E. **O Método I - A Natureza da Natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo, NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOSCA, L. S. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 9, p. 293-310, 2007.

MYERSON, G. et al. **The language of environment: A new rhetoric**. Routledge, 2014.

OLIVEIRA, J. C. de; OLIVEIRA, R. C. de. A Apropriação da Natureza pelo Marketing Imobiliário em Salvador, Bahia, no Contexto de uma Sociedade de Risco Ambiental. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 1, n. 2, 2016.

PARAHYM, Orlando. Traços do Recife: ontem e hoje. **Recife: Secretaria de Educação e Cultura**, 1978.

PASSMORE, J. Atitudes Frente à Natureza. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE, v.11, n.2, jul./dez. 1995.

PEREIRA, M. A. **A heteronímia: metamorfoses retórico-poéticas Ethos e Pathos nas Ficções do Interlúdio**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **La nouvelle rhétorique: Traité de l'argumentation**. Civitas. 1958.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de la argumentación**. Madrid: Gredos, 1989.

PÉREZ, J. F. L.; GÓMEZ, D. L. D.; TORRES, L. V. La interfase urbano rural como territorio y espacio para la sostenibilidad ambiental. **Revista Ingenierías Universidad de Medellín**, v. 4, n. 7, p. 29-41, 2005.

PINHEIRO, M. Bakhtin e a “vida dos outros”. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v.10, n.1, pp. 87-110, 2010.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface –**

PÍREZ, P. La privatización de la expansión metropolitana en Buenos Aires. In: **Economía, Sociedad y Territorio**. Toluca. El Colegio Mexiquense, v. 6, n.21, pp. 31-54, 2006.

PIRIS, E. L. A dimensão subjetiva da argumentação e do discurso: focalizando as noções de ethos e de pathos. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, n. 2, p. 52-62, 2015.

PLATIN, C. **A Argumentação**: História, teoria, perspectivas. São Paulo: Parabola Editora, 2005.

PONTES, B. A. M.; CASTILHO, C. J. M. O Conceito e a Instrumentalização da Natureza: Olhares Transversais na Dinâmica Territorial da Praia do Paiva-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 3, 2016.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO, M. L. C. **América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração - EDUSC, 1999 (Ensaio Latino-Americanos; 4).

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Convênio Técnico**. Pesquisa Urbanística da Margens do Rio Capibaribe: projeto básico do Parque Linear das Capivaras. Versão preliminar, julho, 2013

PRÉVÔT-SHAPIRA, M.F. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio**, v.2, n.7, pp. 405-431, 2000.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

RAMAGE, J. D.; BEAN, J. C.; JOHNSON, J.. **Writing arguments: A rhetoric with readings**. Pearson, 2015.

RAMOS, E. C. O processo de constituição das concepções de natureza. Uma contribuição para o debate na educação ambiental. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO**, vol. 15, n1, 2010.

RASTIER, F. Tropes et sémantique linguistique. **Langue française**, n.101 p. 80-101, 1994.

RAUSCH, G. A. La ciudad y el depósito material de sus deseos: Santa Fe (Argentina) y las imágenes de su periferia. **Revista de Estudios Sociales**, n. 40, p. 89, 2011.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. **Projeto Capital**. Recife: 1999.

RECLUS, É. **Du sentiment de la nature dans le sociétés modernes et autres textes**. Paris: Édition Premières Pierres, 2002.

REYES, S; FIGUEROA, I. M. Distribución, superficie y accesibilidad de las áreas verdes en Santiago de Chile. **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 36, n. 109, p. 89-110, 2010.

RIBEIRO, F. P. Matrizes urbanas sustentáveis: um paralelo entre a cidade burguesa e a cidade de elite. **Revista GEOgrafias**, v. 11, p. 148-162, 2011.

RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 24, p. 211-225, 2012.

RIECHMANN, J. *et al.* **Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales**. Georgetown University UCC., 1994.

RÍOS, D. M. Planificación urbana privada y desastres de inundación: las urbanizaciones cerradas polderizadas en el municipio de Tigre, Buenos Aires. **Economía Sociedad y Territorio**, 2014.

RÍOS, D. M. Urbanización de áreas inundables, mediación técnica y riesgo de desastre: una mirada crítica sobre sus relaciones. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 47, pp. 27-43, 2010.

RÍOS, D.; PÍREZ, P. Urbanizaciones cerradas en áreas inundables del municipio de Tigre: ¿producción de espacio urbano de alta calidad ambiental? **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v.34, n.101, pp. 99-119, 2008.

ROCHA, F.; ROCHA, D.; ALENCAR, A. K. B.; FERRAZ, W. Na fonte das cidades, as águas e as pessoas: a experiência do projeto Parque Capibaribe no bairro das Graças (Recife, Brasil). In: **5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana**, 2016, Guimarães. Os Espaços da Morfologia Urbana. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, pp. 727-736. 2016.

RODRIGUES SOARES, P.R. Fragmentación y segregación espacial en ciudades no metropolitanas; las periferias urbanas del sur de Brasil. In: Cabrales, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 549-580, 2002.

RODRÍGUEZ CHUMILLAS, I.; M. MOLLÁ RUIZ-GÓMEZ. Urbanizaciones cerradas en Puebla y Toluca. In: CABRALES, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 511-548, 2002.

RODRÍGUEZ, J. P. R.; VARGAS, J. J. Valoración ambiental de las zonas verdes de una urbanización en Bogotá, Colombia, con el Método de precios Hedónicos. **Semestre Económico**, v. 19, n. 39, p. 13, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a desigualdade**. Obras I. Tradução de Lourival Gomes Machado, 1973.

ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre as ciências e as artes**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SABATINI, F. Conflictos Ambientales y desarrollo sustentable en las regiones urbanas. **EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Santiago de Chile, Pontificia Universidad Católica de Chile, v. 23, n. 68, pp. 77-91, 1997.

SABATINI, F., G. CÁCERES y J. CERDA.. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. **Eure**, v.27, n.82, pp.21-42, 2001.

SALVATORE, S.; VALSINER, J. Between the general and the unique: Overcoming the nomothetic versus idiographic opposition. **Theory & Psychology**, v.20, n.6, pp.817- 833, 2010.

SANTANA, P. V. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: **O Espaço no fim do século: A nova raridade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5ª. Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: Hucitec. 1994.

SATO, T. et al. Sampling reconsidered: Idiographic science and the analysis of personal life trajectories. In: **The Cambridge handbook of sociocultural psychology**. pp. 82-108, 2007.

SCARIM, P. C., A “rara” propriedade. In: **O Espaço no fim do século: A nova raridade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem: numa série de cartas**. 8ª Ed. São Paulo: Iluminuras, 2014.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo XXI. 1977.

SCOTT, P. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. **Anais do X Encontro Nacional da Abep**, Volume II, Caxambu, 1996.

SERPA, A. Parque Público: Um "Álibi Verde" no Centro de Operações Recentes de Requalificação Urbana? **Cidades**, Presidente Prudente-SP, v.2, n.3, pp. 111-141, 2005.

SHANAHAN, F.; SEELE, P. Shorting Ethos: exploring the relationship between Aristotle's Ethos and Reputation Management. **Corporate Reputation Review**, v. 18, n. 1, p. 37-49, 2015.

SILVA FILHO, M. R.; RODRIGUES, C. I. Digressões homossexuais notas antropológicas sobre coming out, Ethos LGBT e Bajubá em Belém-PA. **Revista do NUFEN**, v. 4, n. 1, p. 44-58, 2012.

SILVA, A. B. **A reconfiguração de uma periferia de amenidades: à procura da natureza em Aldeia (Camaragibe/PE)**. 2015.

SILVA, D. G. da. **Olhos que viram: visualidade e paisagem na poesia de Ruy Belo e Álvaro de Campos**. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 2, nº 2, Abril de 2009.

SILVEIRA, A. C. F. A construção do ethos como estratégia argumentativa no artigo de opinião jornalístico. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 44, n. 3, p. 1360-1370, 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. **La nueva frontera urbana: ciudad revanchista y gentrificación**. Traficantes de Sueños, 2012.

SOBARZO MIÑO, O. A. Los condominios horizontales en Presidente Prudente, Brasil. In: Cabrales, L.F. (ed.), **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**, Guadalajara, pp. 423-440. 2002.

SOBRAL, G. N. T.; SANTOS, A. P. Tempo de matar: a tríade retórica na defesa de carl lee. **Pontos de Interrogação—Revista de Crítica Cultural**, v. 4, n. 1, p. 129-147, 2015.

SOEIRO, Í. C. M. et al. O uso da retórica ecológica na produção do espaço urbano em cidades latino-americanas: uma revisão da literatura. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 5, n. 2, p. 284-310, 2016.

SOEIRO, Í. C. de M.; CASTILHO, C. J. M. de. O Caráter Ideológico da Natureza e o Processo de Produção do Espaço em Tejipió/Recife. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.8, n.1, pp.228-242, 2015.

SOUSA, Moizeis Sobreira. Martim Cererê: um modelo de epopéia moderna. **Nau Literária**, v. 4, n. 1, 2008.

SOUZA, M.; PORDEUS, M. Inovações na política de intervenção em assentamentos pobres. **Revista Mercator**, América do Norte, v.7 n.02, pp. 49-56, 2009.

SOUZA, R.T. **Sujeito, ética e história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

STEVENSON, L. **Sete teorias sobre a natureza humana**. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.

STEWART, I. **Será que Deus joga dados? a nova matemática do caos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SUASSUNA, A. **Iniciação à estética**. – 13ª Ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

SVAMPA, M. **Los que ganaron**. La vida en los countries y barrios privados, Buenos Aires, Biblos, 2001.

THOMAS, K. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TURNER, F. W. **O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

UBERTI, M. S. **Valoração ambiental no uso do solo urbano**: aplicação do método dos valores hedônicos - estudo de caso no centro de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 98, 2000.

VALÉRIO, T. A. M.; LYRA, M. A construção cultural de significados sobre adoção: Um processo semiótico. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, 2014.

VALSINER, J. **Culture and human development**. London: Sage Publications, 2000.

VALSINER, J. **Culture in minds and societies: Foundations of Cultural Psychology**. New Delhi: Sage Publications, 2007.

VALSINER, J.; ROSA, A. **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VIDAL-KOPPMANN, S. Segregación residencial y apropiación del espacio: La migración hacia las urbanizaciones cerradas del Área metropolitana de Buenos Aires (Argentina). **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v.5, 2001.

VUAILLAT, Fanny. De la nature à vendre: fabrique urbaine et construction d'extra-territorialité à Recife (pe, Brésil). **Espaces et sociétés**, n. 2, p. 31-47, 2012.

WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental... Reflexionando sobre enfoques y definiciones. In: **Boletín ECOS** n.6, Madrid: CIP-ECOSOCIAL, 2009.

WERTHEIMER, M. Una cátedra de conocimiento popular. El conflicto ambiental como transformador de lo social. In: **Revista Theomai. Estudios Críticos sobre Sociedad y Desarrollo**. Número 27. En prensa. Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

WHITE, L. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**. v.155, n.3767, mar, pp. 1203-1207, 1967.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. A disseminação dos condomínios fechados em Serra –Região da Grande Vitória – ES – e os impactos ambientais da implantação de Alphaville. In: **XII Simpurb**. Belo Horizonte, 2011.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. Impactos socioambientais e fragmentação urbana dos loteamentos fechados alphaville. **Sinais (UFES)**, v. 1, pp. 168-198, 2013.

ZERZAN, John. **Futuro primitivo y otros ensayos**. Faximil Edicions Digitalis, 2001.

ZUNINO, H. M.; HIDALGO, R. En busca de una utopía verde: migrantes de amenidad en la Comuna de Pucón, IX región de la Araucanía, Chile. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 14, p. 75, 2010.

APÊNDICE A

ENTREVISTA
DE IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DO RIO CAPIBARIBE

- 1 – Quando o (a) senhor (a) olha o Rio Capibaribe, o que vem à sua cabeça?
- 2 – Qual a importância do rio para a senhor (a)?
- 3 – Quais sentimentos o rio desperta no senhor (a)?
- 4 – Desde sua infância, como tem sido sua relação (convivência) com o rio?

APÊNDICE B

ENTREVISTA
DE IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DO RIO CAPIBARIBE

- 1 – Quando o (a) senhor (a) olha o Rio Capibaribe, o que vem à sua cabeça?
- 2 – Qual a importância do rio para a senhor (a)?
- 3 – Quais sentimentos o rio desperta no senhor (a)?
- 4 – Desde sua infância, como tem sido sua relação (convivência) com o rio?
- 5 – Qual a função do Projeto Parque Capibaribe?
- 6 – Processos de gentrificação e substituição da população preocupam na constituição do Projeto?

APÊNDICE C

ENTREVISTA

**DE IDENTIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS OBJETOS NATURAIS COMO
ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO IMABOLIÁRIA**

1 – O que faz um imóvel ficar mais valorizado?

2 – Na cidade do Recife-PE, as construtoras estão utilizando da valorização através dos elementos naturais, ou seja, estão levando isso em conta na hora de aquisição de projetos?

3 – Você acredita que essa valorização está estabilizada ou ainda continuará a crescer?

4 – Atualmente, quais as áreas mais miradas pelo mercado imobiliário na cidade do Recife?

6 – Qual a importância do rio Capibaribe para o mercado imobiliário?

7 – Como tem sido a relação dos empreendimentos com o rio Capibaribe?

8 – O(A) senhor(a) sabe da existência do Projeto Parque Capibaribe?

() Sim;

() Não.

9 – Quais reflexos o Projeto Parque Capibaribe, caso seja concluído, terá no mercado imobiliário? (responder apenas se a questão anterior foi marcada como **Sim**)

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco. Estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é entender qual o significado do rio Capibaribe para alguns territórios da cidade do Recife.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 10 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador Ítalo César de Moura Soeiro, fone: (081) 2126-7369, (081) 99694-5459 e Email: italosoeiro@gmail.com.

Atenciosamente,

Ítalo César de Moura Soeiro

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura do Entrevistado

Local e data

APÊNDICE E

**QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS
FREQUENTADORES DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS DO PROJETO PARQUE
CAPIBARIBE**

1. Qual gênero o (a) senhor (a) se declara:
☐ Masculino;
☐ Feminino;
☐ Outros.
2. Idade: _____.
3. Município em que mora: _____.
4. Características econômicas da casa:
☐ Própria;
☐ Alugada;
☐ Concedida;
☐ Outros.
5. Em que localidade do Município seu domicílio se encontra?
☐ na periferia da cidade;
☐ na área central da cidade;
☐ Condomínio residencial fechado;
☐ Conjunto habitacional;
☐ Favela;
☐ Área rural (chácara, sítio, fazenda, aldeia, etc.);
☐ Outro: _____.
6. Atualmente você:
☐ Apenas estuda;
☐ Trabalha e estuda;
☐ Apenas trabalha;
☐ Está desempregado (a);
☐ Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar;
☐ Está aposentado (a);
☐ Não trabalha nem estuda;
7. Qual seu principal meio de transporte diário?
☐ Transporte Público;
☐ Veículo particular;
☐ Outros: _____.
8. Qual seu trabalho ou ocupação principal? _____.
9. No seu trabalho, você é:
☐ Empregado assalariado;
☐ Empregado doméstico mensalista ou diarista;
☐ Empregado que ganha por produção (comissão);
☐ Estagiário remunerado;
☐ Bolsista;

- ☐ Trabalha por conta própria, é autônomo;
- ☐ É dono de negócio, empregador;
- ☐ Presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração;
- ☐ Dona(o) de casa;
- ☐ Não trabalho.

10. Qual é a renda domiciliar *per capita* mensal?

- ☐ Menos de um salário mínimo;
- ☐ De um a dois salários mínimos;
- ☐ De dois a cinco salários mínimos;
- ☐ De cinco a dez salários mínimos;
- ☐ De dez a quinze salários mínimos;
- ☐ De quinze a vinte salários mínimos.

11. Quantas pessoas (contando com você) vivem na sua casa? _____.

12. Quando o (a) senhor (a) necessita utilizar serviços de saúde, busca a rede pública ou privada?

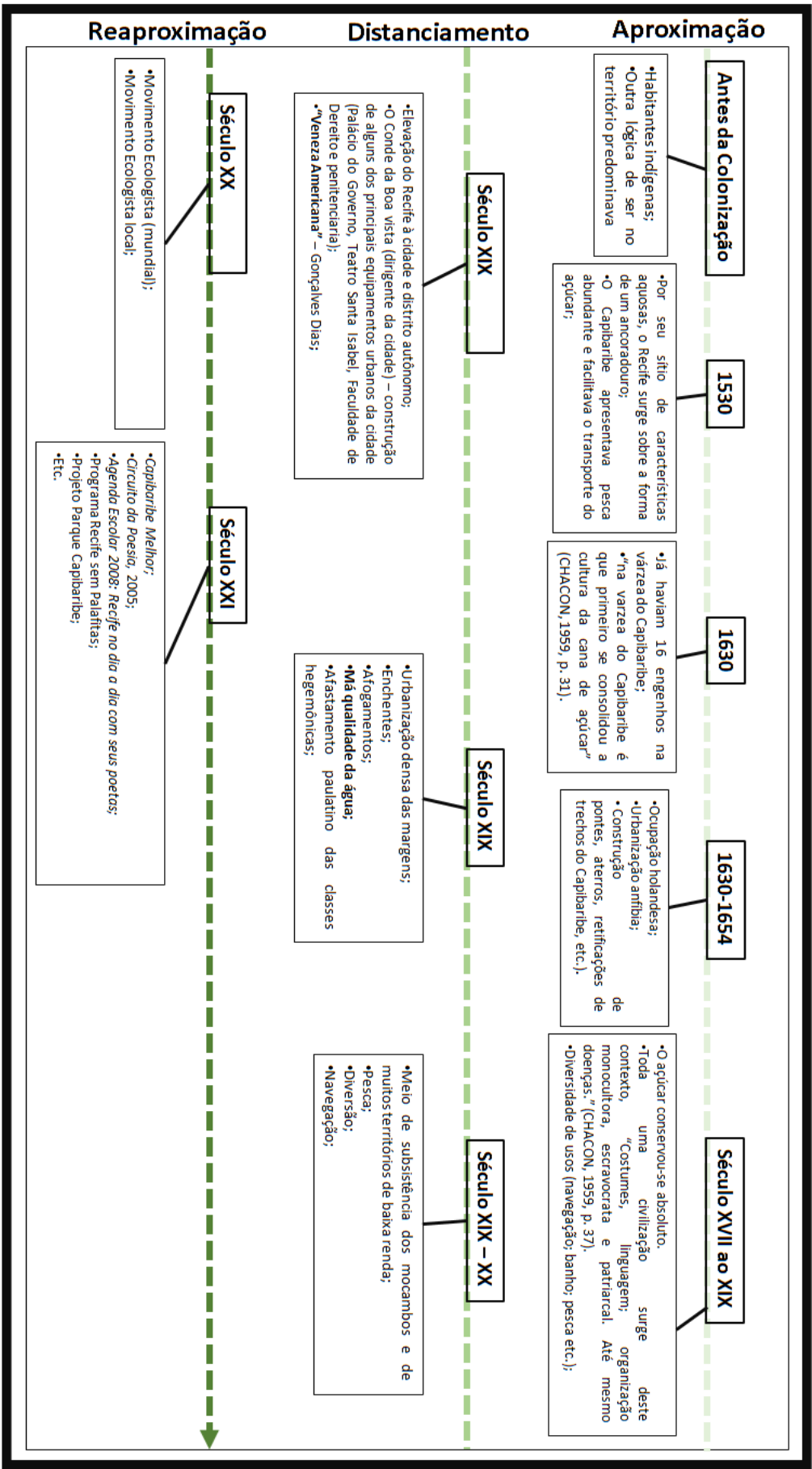
- ☐ Pública;
- ☐ Privada;

13. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- ☐ Sem escolaridade;
- ☐ Ensino fundamental incompleto;
- ☐ Ensino fundamental completo;
- ☐ Ensino médio incompleto;
- ☐ Ensino médio completo;
- ☐ Ensino superior incompleto;
- ☐ Ensino superior completo;
- ☐ Especialização;
- ☐ Mestrado;
- ☐ Doutorado;
- ☐ Pós-Doutorado.

14. O que levou o senhor (a) a vir aqui?

APÊNDICE F



ANEXO A

Cotidiano

O parque terá início na Várzea e vai até a Ponte 6 de Março Capibaribe vai ter corredor verde ligando 21 bairros

■ **PREFEITURA DO Recife e Universidade Federal assinam convênio para criar projeto de resgate do rio**

WELLINGTON SILVA

Parece que a recuperação do Rio Capibaribe finalmente passou a fazer parte da pauta de discussões dos gestores municipais e estaduais. Ontem, foi assinado um convênio entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para ser elaborado o projeto do Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras. A iniciativa visa a resgatar a paisagem de um dos principais cartões postais da cidade e estreitar os laços dos moradores com o rio. Além disso, a proposta é que a margem do manancial seja uma alternativa para a mobilidade.

O projeto executivo será elaborado pela UFPE em nove meses. A intenção da prefeitura é que o corredor verde para pedestres e ciclistas, às margens do rio, corte 21 bairros da Capital. Em um trecho de pouco mais de 30 quilômetros deverão ser implantadas calçadas, cicloviárias, passarelas, pontes para pedestres e áreas de lazer. O parque linear terá início no Instituto Ri-



O RIO ladeado pela Jaqueira e pelo Bairro da Torre

Folha resume

Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras é o nome do programa que vai ser elaborado pela UFPE em um prazo de nove meses. O objetivo é criar um espaço nas margens do rio onde serão implantadas calçadas, cicloviárias, passarelas, pontes e áreas de lazer em um trecho de 30 km.

cado Brennand, na Várzea, na Zona Oeste, seguindo até a Ponte 6 de Março, conhecida como Ponte Velha, na Boa Vista, área central.

A urbanista e professora da UFPE, Circe Monteiro, que faz parte do grupo coordenador do projeto, informou que 42 pesquisadores de diversas áreas serão envolvidos na concepção. No entanto, ela ressaltou que há cerca de dois anos a universidade vem desenvolvendo uma série de es-

tudos sobre o rio. "Iremos pensar a devolução de uma cidade para a própria cidade. Vamos rever a forma como a cidade se pensa", comentou.

O convênio assinado ontem prevê que a UFPE elabore a ideia central do projeto, mas a proposta executiva será desenvolvida por empresas escolhidas em licitação, ainda sem data definida. Para o prefeito do Recife, Geraldo Julio, o Caminho das Capivaras terá de volta a convivência das

Saiba mais

PARQUE - Previsto no programa de governo do prefeito, o Parque Linear do Capibaribe vai contemplar ações de curto, médio e longo prazos, que nortearão o Projeto Recife 500 anos, lançado pela prefeitura em julho deste ano. Para elaboração do projeto do parque, o município investirá R\$ 2,9 milhões.



Foto: Arthur Neta

MAURÍCIO Batista defende uma limpeza total no rio

Acesso poderá ser feito até por barcos

Dentro do Caminho das Capivaras, caberá à UFPE identificar as áreas adequadas para a implantação de equipamentos de recreação como, por exemplo, playgrounds, espaços de aventura, caminhos de pedestres e novos pontos de travessia. Além disso, será feito o levantamento dos equipamentos já existentes no percurso para articular com o novo corredor.

Para isso, vai se buscar compatibilizar os acessos ao parque com o sistema viário. O projeto prevê uma ligação direta com o projeto de navegabilidade, que tem uma rota de 11 km na direção oeste do Rio Capibaribe. A ideia é permitir a articulação da via

parque com as estações de embarque e desembarque e com o sistema de transporte público convencional. Com essa dinâmica de integração entre o transporte não motorizado, ônibus e barco espera-se facilitar o deslocamento das pessoas dentro da cidade.

A equipe da UFPE vai apontar os locais favoráveis à preservação e ao reflorestamento da mata ciliar na beira-rio. "A população contribui para poluição do rio, mas acredito que ele ainda pode ser recuperado. O ideal seria fazer uma limpeza total no Capibaribe para começar a revitalizar ele", foi o que defendeu o futurista, Maurício Batista, 53 anos.

DIÁRIO de PERNAMBUCO

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASS. S. CRISTAL BRASIL

Capibaribe



Um parque no entorno do rio

Foi assinado ontem um convênio entre a UFPE e a PCR para a construção do *Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras*. O corredor, que terá 30 km de extensão, contará com praças e outros equipamentos. A obra está orçada em R\$ 2,9 milhões. VIDA URBANA C3



Ao longo do curso do rio recifense haverá mais lazer

REVITALIZAÇÃO

Nova paisagem para o Capibaribe

A paisagem do entorno de um dos principais cartões-postais do Recife, o Rio Capibaribe, passará por grandes transformações com a construção de um novo corredor para pedestres e ciclistas. O contrato do projeto *Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras*, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Prefeitura do Recife, foi assinado na manhã de ontem. A obra está orçada em R\$ 2,9 milhões e contará com parques, praças e outros equipamentos públicos.

A iniciativa pretende interligar várias regiões da cidade, passando por 21 bairros, das zonas Oeste, Norte e da área

central do Recife, além de integrar os modais, como bicicleta, transporte hidroviário e ônibus. Atualmente, 42 pessoas estão trabalhando no projeto, envolvendo profissionais das áreas de urbanismo, paisagismo, arquitetura, biologia e engenharia. De acordo com Circe Monteiro, professora da UFPE e uma das coordenadoras do projeto, há dois anos estavam sendo realizadas uma série de estudos na universidade sobre o Capibaribe, que tem continuidade nos próximos nove meses.

"Para a implantação do Parque Linear, vai ter que haver uma

mudança na mentalidade do recifense, em como ele vê o Rio Capibaribe no seu dia a dia. Vamos chamar a população para que ela dê sua opinião e possamos fazer isso em conjunto", declarou a coordenadora. No total, o corredor contará com 30,64 quilômetros de extensão, tendo início no Instituto Ricardo Brennand, no bairro da Virmea, na Zona Oeste do Recife, e seguindo até a Ponte Velha, na área central do município.

Para projetar a via parque, a UFPE, acompanhada da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, estudará as áreas margens do rio. "Não esperamos identificar não só lugares potenciais para criar espaços públicos de qualidade, como também pensar nesses locais de forma acessível e sustentável", acrescenta Circe Monteiro.

Desta forma, serão identificadas as áreas mais adequadas para a implantação de equipamentos de recreação, como playgrounds, estacionamentos de bicicletas e caminhos de pedestres. Segundo Circe Monteiro, até o final de 2013 serão apresentadas primeiras ideias e concepções para o rio. "Prendemos entretanto, já no mês de abril de 2014, um projeto executivo em condições de ser licitado", disse.

Barqueata incentiva convívio com o rio

PASSEIO Buscada das Capivaras (animal símbolo da fauna ribeirinha) reuniu mais de 30 barcos. Evento foi parte dos esforços para a implantação do Projeto Capibaribe

Mais de 30 barcos coloriram o Rio Capibaribe na tarde de ontem. A barqueata foi realizada em parceria entre a Associação Por Amor às Graças e o projeto Parque Capibaribe. O passeio recebeu o nome de Buscada das Capivaras, numa referência às buscas realizadas Pais afora, que reverenciam santos padroeiros, a exemplo da Buscada de São Gonçalo do Amarante, no município de Igarassu. Desta vez, a saudação não foi a um santo, mas à capivara (um dos símbolos da fauna ribeirinha).

"Este é o terceiro evento que realizamos este ano na tentativa de chamar atenção para a necessidade que se impõe o projeto Parque Capibaribe, ao invés de passar por aqui simplesmente uma nova Avenida Beira-Rio. Queremos que aqui seja criado um espaço de convivência entre as pessoas, com respeito à natureza", diz Aluizio Câmara, um dos organizadores da barqueata e morador do bairro das Graças há 25 anos.

"O Projeto Capibaribe tem participado de eventos que permitem a vivência do rio, a exemplo da barqueata. No Dia das Crianças ocorreu outro evento da Associação Por Amor às Graças e aproveitamos para questionar as crianças sobre o que elas gostariam de ter no entorno do rio. Elas apontaram algumas atividades de lazer", destaca a urbanista Circe Monteiro, do



COMBOIO Barcos saíram do bairro das Graças e foram até Casa Forte em 40 minutos de passeio

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, que integra a equipe do Projeto Capibaribe.

A barqueata foi capitaneada pelo barqueiro Zomilton Tomé Parangaba (seu Mita), integrante de uma família que há quatro gerações navega o Capibaribe. "Precisamos cuidar do rio. Vivi minha infância aqui e era tudo diferente. Tomava banho no rio e pegava camarão com as mãos. De lá pra cá o rio foi ficando descuidado. Projetos já apareceram muitos, precisamos partir para fazer alguma coisa", alerta. O barqueiro convocou colegas para dar conta do passeio.

O comboio de barcos saiu do bairro das Graças e seguiu

até Casa Forte. Foram 40 minutos de passeio, passando pela Ponte da Capunga até chegar ao Capibar. "Cada barco só pode levar sete pessoas para garantir a segurança do grupo. "Fomos devagarinho pra que as pessoas aproveitassem o passeio e vissem alguns animais. O rio é cheio de capivaras e de jacarés", conta seu Mita.

Além da barqueata, a programação do evento também incluiu exibição de vídeos, rádio, futebol, shows, brincadeiras para as crianças, roda de conversa. Na ocasião, o Parque Capibaribe retomou as atividades de consulta pública perguntando aos moradores das Graças e demais participantes o que eles querem

no Parque Capibaribe, e promovendo atividades lúdicas e artísticas. Há duas semanas a primeira etapa do projeto foi encaminhada ao prefeito do Recife, Geraldo Julio. O Parque Capibaribe - Caminho das Capivaras (<http://parque-capibaribe.nuvvebs.com/>) é um projeto urbanístico resultado de um convênio inédito entre a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife e a UFPE, por intermédio do Inciti.

Mais na web

Contra galeria de fotos no www.jconline.com.br/cidades

Projeto Capibaribe terá nova etapa

O novo trecho vai ligar o Jardim do Baobá à ponta leste da Ponte da Capunga (que liga as ruas Joaquim Nabuco à José Osório), no bairro das Graças

A nova etapa do Parque Capibaribe foi lançada ontem pela Secretaria de Meio Ambiente do Recife em parceria com Associação Por Amor às Graças, o Comitê da Bacia do Capibaribe e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A data antecipou a comemoração do Dia do Capibaribe, na próxima quinta-feira. O novo trecho vai ligar o Jardim do Baobá à ponta leste da Ponte da Capunga (que liga as ruas Joaquim Nabuco à José Osório), nas Graças, Região Noroeste do Recife.

A apresentação do projeto contou com uma exposição de painéis com plantas baixas e projeções do novo trecho do Parque Capibaribe no terreno situado no fim da Rua das Pernambucanas. O barqueiro Zomilton Tomé Parangaba, 65 anos, fez questão de saber detalhes do projeto. "Trabalho como barqueiro desde criança. Essa prática começou com meu avô, depois meu pai, eu e agora também meu filho, contou. Ontem pela manhã, ele traba-

lhou para instalar uma escada na margem degradada para as pessoas terem acesso ao barco, enquanto as obras não chegam naquela área. "O rio é a minha vida. É daqui que tiro o sustento da família", ressaltou. Durante as travessias ele mantém uma sacola no barco para coletar garrafas que encontra no rio. Atitude muito diferente da demonstrada por um menino que acabara de desembarcar do passeio e lançou uma garrafa d'água vazia na margem. "Isso é muito (comum)", lamentou o barqueiro.

Para o biólogo Leonardo Melo, 49, o conceito do Parque Capibaribe ajuda as pessoas a construírem uma relação diferenciada com o ambiente, como evidenciam famílias que, em alguns trechos, construíram casas voltadas para o rio e eventualmente exercitando uma prática solitária de retirar detritos das margens. "Quando as pessoas puderem chegar mais perto e vivenciar o rio, elas vão passar a ser fiscais do rio", avalia o biólogo.

No caso do Jardim do Baobá, a primeira etapa de requalificação do trecho urbano do rio, Leonardo Melo explica que embora haja trechos com nível zero de oxigênio, como a área do Coque/Joana Bezerra, mesmo neles há ocorrência de capivaras, e, em áreas mais acima do rio, jacarés são facilmente vistos, além de lontras e até uma surpreendente garça azul.

Uma das moradoras do bairro das Graças, a aposentada Nanci Lourenço Soares, 70 anos, participa ativamente das atividades que envolvem a melhoria do bairro. "Acho isso maravilhoso e adotei esse bairro como moradia há 10 anos e ele preserva um aspecto de bairro, que é muito bom", completou. Ontem, ela passou com um dos três filhos para saber mais sobre a nova etapa do projeto, que contemplará cerca de 900 metros de área, incluindo uma passarela sobre o rio.

A primeira etapa do projeto conhecida como Jardim do Baobá, foi lançada em março deste ano.



O barqueiro Zomilton recebeu o ofício do pai e até hoje depende do rio para viver

"Quando as pessoas puderem chegar mais perto do rio, elas vão passar também a ser fiscais do rio"

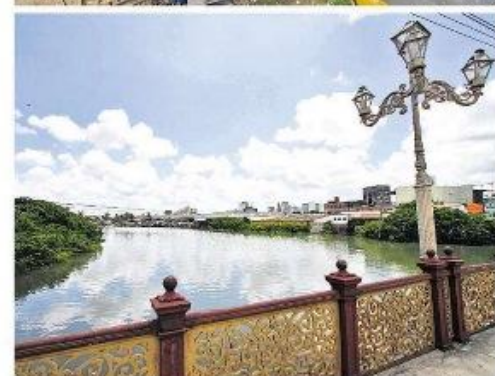
Leonardo Melo,
Biólogo



A moradora Nanci Lourenço foi conhecer o projeto

FOTOS: AMANDA OLIVEIRA/ESP/DP

ANEXO B



AGUAS Da Várzea (no alto), na Zona Oeste do Recife, até a Ponte 6 de Marco (acima), na região central, o Parque Linear - Caminho das Capivaras vai passar por 21 bairros

Um parque para dar vida ao Capibaribe

PROJETO Prefeitura e UFPE assinam convênio para concepção urbanística do novo equipamento, que terá 30,6 km de extensão

Um parque às margens do rio Capibaribe, com 30,6 quilômetros de extensão, da Várzea (Zona Oeste) até a Ponte Velha (Centro), é a nova promessa da prefeitura para os moradores do Recife. O acordo para elaboração do projeto apenas a concepção urbanística - foi assinado na manhã de ontem entre o município e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

De acordo com o convênio, a UFPE tem nove meses para desenvolver a proposta do Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras. Mas as primeiras ideias já serão apresentadas em dezembro deste ano. Estudos e pesquisas deverão contemplar as margens direita e esquerda do rio. O parque vai oferecer áreas para caminhada, caminhada, ciclismo e brinquedos.

Circe Monteiro, arquiteta e urbanista da UFPE, esclarece que o parque não ficará restrito ao contorno do rio, embora o foco de intervenção sejam as suas margens. "Vamos trazer as bordas de água do Capibaribe e isso inclui riachos e canais, criando um potencial de interligação mais amplo entre os bairros", diz. Ela é uma das representantes do grupo coordenador do projeto.

Mais de 42 pesquisadores de instituições como a UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de Pernambuco (UPE) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) estão envolvidos. "São grupos com profissionais de várias áreas de pesquisa, que têm estudos sobre o rio. Vamos aproveitar esse conhecimento", informa Circe Monteiro.

A proposta de criar um parque linear é da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife. "É muito mais que o projeto de um parque, vamos rever a forma como a cidade se pensa", diz a secretária, ao explicar que a meta da prefeitura é estabelecer uma nova relação dos moradores com o rio. Espera-se, com a criação do parque, que a população se aproprie mais do Capibaribe, inclusive reduzindo a altura das mural de casas e edifícios construídos ao longo do curso d'água.

O projeto, diz Circe Monteiro, não prevê transferência de rézeiros ou construção de habitacionais. "As intervenções terão benefícios às pessoas que estão na beira do rio. Elas podem vender sucos, frutas e capotar nos usuários do parque", comenta arquiteta. A prefeitura vai pagar R\$ 2,9 milhões pela concepção urbanística do parque.

O prefeito Geraldo Julão disse que haverá ações de curto, médio e longo prazo no Capibaribe. A iniciativa faz parte do projeto da prefeitura de preparar a cidade para 2037, quando a capital pernambucana completa 500 anos de fundação. Segundo ele, obras de saneamento diminuirão a poluição no rio.



Antes de criar um parque, a prefeitura deverá cuidar das pessoas que moram na beira do rio e fazer saneamento da cidade, para tirar o esgoto jogado no Capibaribe. Tem muita gente carente vivendo em polígonos, da Várzea aos Coelhos (Centro)", diz **Joelma Maria da Silva**, moradora da margem do rio, na Várzea, Zona Oeste



Qualquer parque ao longo do rio é uma boa ideia, desde que preserve a vegetação das margens. Esse mangue é encantador e não tem lógica derrubar as árvores para construções. Se for para conciliar o verde com o parque, será bom", diz a professora **Silvia Cristina da Silva**, sobre o trecho do rio na Madalena (Zona Oeste)

Caminho das Capivaras

O parque prevê ações de infraestrutura, articulação social, desenvolvimento econômico e preservação ambiental, com foco na sustentabilidade. Experiências locais e internacionais, de São Paulo, Bilbao, Lyon, Seul, Berlim, Madri e Medellín, serviram de modelo.

21 bairros serão conectados pelo Parque Linear do Capibaribe - Caminho das Capivaras.

30,6 quilômetros é a extensão do parque, da Várzea, próximo ao Instituto Ricardo Brennand, até a Ponte 6 de Marco (Ponte Velha), no Centro.



Mais na web

Assista vídeo sobre o rio no site www.jornal.com.br/cidades

Valorize o professor. O futuro que a gente quer começa na sala de aula.

15 de outubro, Dia do Professor.

Educação de qualidade começa com professores bem formados e valorizados. O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem como missão ajudar o País a garantir Educação de qualidade para todos.

TODOS PELA EDUCAÇÃO
www.todospelaeducacao.org.br

ANEXO C

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Acompanhe seu Pedido de Informação

20/01/2017 12:31:01

Protocolo: 2016.00633.29.003.4

Solicitante: Ítalo César de Moura Soeiro

Data do pedido: 29/12/2016, 23:15:32

Motivo: Pesquisa

Descrição do pedido:

Respeitosamente, solicito um esclarecimento: por que, para a construção do Projeto Parque Capibaribe, realizou-se um convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)? Qual a necessidade de conveniar-se à UFPE? Quais benefício

Enviou arquivo complementar: não

Situação	Recurso	Data	Resposta
Em processamento	Não	29/12/2016 23:15:32	
Em Análise	Não	03/01/2017 09:07:33	
Respondido	Não	20/01/2017 11:46:04	A complexidade de um projeto do porte do Parque Capibaribe exige, para sua elaboração, uma equipe multidisciplinar com conhecimento em diversas áreas técnicas e científicas como: urbanismo, arquitetura, design, engenharia civil, engenharia de tráfego, cálculo estrutural, mecânica de solos, manejo de fauna e flora, etc. O lugar natural deste conhecimento é, sem dúvida, a universidade. Desta forma, a Prefeitura do Recife celebrou convênio técnico com a UFPE, o que possibilitou o desenvolvimento.